UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DTCS/CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - PPGECOH

ROBSON MARQUES DOS SANTOS

CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS SERRAS DA PORÇÃO NORTE DO SERTÃO DA BAHIA

JUAZEIRO/BA
2024

ROBSON MARQUES DOS SANTOS

CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS SERRAS DA PORÇÃO NORTE DO SERTÃO DA BAHIA

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus III), como requisito para obtenção do título de Doutor.

Linha de Pesquisa: Gestão Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Dr. Juracy Marques dos Santos
Coorientador: Dr. José Radamés Benevides de Melo

JUAZEIRO/BA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S237c Santos, Robson Marques dos

Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia / Robson Marques dos Santos. Juazeiro-BA, 2024.
240 fls.: il.

Orientador(a): Prof. Dr. Juracy Marques dos Santos.
Coorientador(a): Prof. Dr. José Radamés Benevides de Melo.
Inclui Referências
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH, Campus III. 2024.

1. Conflitos socioambientais. 2. Serras do sertão da Bahia. 3. Movimento Salve as Serras. 4. Relatórios de Denúncia. 5. Análise do Discurso. I. Santos, Juracy Marques dos. II. Melo, José Radamés Benevides de. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 303.609811

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS SERRAS DA PORÇÃO NORTE DO SERTÃO DA BAHIA

ROBSON MARQUES DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGECOH, em 08 de março de 2024, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br JURACY MARQUES DOS SANTOS
Data: 09/03/2024 16:08:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. JURACY MARQUES DOS SANTOS - UNEB
Doutorado em Cultura e Sociedade
Universidade Estadual da Bahia

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO JOSE DE SANTANA BORGES
Data: 09/03/2024 20:25:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. DR. JOÃO JOSÉ DE SANTANA BORGES - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTIANA DE CERQUEIRA SILVA SANTANA
Data: 12/03/2024 10:42:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. CRISTIANA DE CERQUEIRA SILVA SANTANA - UNEB
Doutorado em Geologia com pesquisas em Arqueologia Pré-Colonial
Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
gov.br ICARO CARDOSO MAIA
Data: 09/03/2024 18:56:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. ÍCARO CARDOSO MAIA - UNIVASF
Doutorado em Geografia
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO
Data: 09/03/2024 16:37:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO - UNIVASF
Doutorado em Ciência da Educação
Université du Québc à Chicoutimi / Université du Québec à Montréal

DEDICATÓRIA

A Mabson, uma semente que rego com o amor que tenho.

AGRADECIMENTOS

A princípio, aos deuses, orixás, nkisi, voduns, espíritos, santos, santas, caboclos, caboclas, encantados e encantadas, expressados nas terras, nas águas, nos ventos, nas matas e nas chamas, pelo sagrado em mim.

Aos ventos, às chuvas, ao sol, à lua e às estrelas; às plantas, aos sapos, às rãs, às cobras, aos saruês, às abelhas, aos grilos, aos escorpiões, às aranhas, aos morcegos, às catendes, borboletas e besouros; às corujas, cancões, sabiás, juritis, assanhaços, gaviões e aos urubus; em especial, aos beija-flores pelas companhias nas manhãs, tardes, noites e madrugadas de leituras, estudos e escritas.

Aos pais, pela vida. Aos irmãos e irmãs, pelo alimento da alma, do corpo e do espírito com abraços, beijos, cafés, almoços, jantares, conselhos e exemplos amorosos. Aos sobrinhos e sobrinhas, pelas bênçãos requisitadas, mas que sempre me abençoaram com suas juventudes, rebeldias, alegrias e fé.

Ao coorientador professor Dr. José Radamés, pelas partilhas de seus conhecimentos, mas também pelos cafés, risos e cuidados. Estendo aos colegas orientando do professor Radamés pelos compartilhamentos e reflexões nos encontros de formação bakhtiniana.

Ao meu amado irmão e orientador professor Dr. Juracy Marques, pela porção de saberes ancestrais, conhecimentos acadêmicos, vivências ritualísticas e amor também pelas espécies não humanas.

À Coordenadora professora Dra. Dinani Gomes Amorim; ao Coordenador professor Dr. Carlos Alberto Batista dos Santos e aos servidores e colaboradores do Colegiado de Ecologia Humana, pelos serviços de atendimento atenciosos e cuidadosos no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, pela concessão do afastamento e importante incentivo a qualificação do servidor público, agradecimento estendido, em especial, aos colegas que compõem a Comissão Interna de

Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) e a todos do Campus Senhor do Bonfim, pelo apoio.

Às companheiras que participaram dessa minha jornada, por estenderem suas mãos, corpos, almas e corações. Como as águas, hidratamos reflexões e sentimentos; em nossas terras, plantamos sementes e colhemos experiências; os ventos dos destinos sopraram nossas cumplicidades e o fogo acolheu, em suas chamas, osdesentendimentos, mas deixou refratar as alegrias e os prazeres vividos.

Aos colegas da primeira turma de Doutorado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia e da América Latina, pelos encontros, risos, frustrações e cuidados partilhados com tanto afeto, carinho e amor. Em especial, ao conterrâneo Ricardo Bitencouth pelas orientações técnicas e tecnológicas e o amor de irmão.

Aos colegas orientandos do professor Dr. Juracy Marques pela socialização dos projetos, pesquisas e publicações.

A todas as professoras e professores do Programa de Pós-graduação em EcologiaHumana e Gestão Socioambiental da UNEB e professores colaboradores de outrasinstituições, que contribuíram para a minha evolução intelectual, estendido à professora Doutora Elane Nardotto (IF Bahia).

À rede de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil, em particular às pesquisadoras, aos pesquisadores e movimentos sociais do Núcleo São Francisco, pelas oportunidades de acessar saberes, conhecimentos e realidades diversas.

A todos e todas da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), pela irmandade e comprometimento com os saberes, os povos, os territórios, as tradições e os conhecimentos científicos.

E a todos e todas do coletivo Movimento Salve as Serras, com especial atenção aos colegas autores, autoras e organizadores dos enunciados concretos (livros) Alan

Ferreira, Alfredo Wagner, Almacks Luiz, Alzeni Tomáz, Amazile López, Amilton Mendes, Anais Del Jesús, Andreza Barreto, Aurilene Rodrigues, Carolina Silva, Edmar Conceição, Edilane Ferreira, Enio Silva, Flávio Marques, Gilca Garcia, Gislene Moreira, Guiomar Germani, Gustavo Hees, Helder Ribeiro, Ícaro Maia, Joaquim Novaes, José de Alencar, José Alves, Josemário Martins, Josiane Soares, Josivan da Silva, Juracy Marques, Karolaine Gonçalves, Lucas Zenha, Luís Lima, Maria Aparecida, Maria Jaciane, Maria Rosa, Mariana Macário, Mariluze Oliveira, Marjorie Cseko, Maryângela Ribeiro, Mateus Castro, Marina da Rocha, Michel de Araújo, Michelle Souza, Michelli Valente, Pablo Montalvão, Paulo César, Quíssila Goés, Richard Silva, Saulo Medrado, Sérgio Freitas, Valdivino Rodrigues e Vanessa Silva.

E aos membros das bancas de avaliação (qualificação e defesa): Professora Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana; Professor Dr. João José de Santana Borges;Professor Dr. Ícaro Cardoso Maia; Professor Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro;Professor Dr. Flavio Marques C. Barrero; Professor Dr. José Radamés Benevides Meloe Professor Dr. Juracy Marques dos Santos pela disponibilidade de tempo, atenção, críticas e contribuições.

EPÍGRAFE (S)

“Não há solução simples para problemas complexos e a Ecologia Humana é, sobretudo, uma postura colaborativa fundamental para enfrentarmos os desafios complexos da humanidade” porque também “Ecologia Humana é quando você fala com a natureza e escuta o eco dela, a voz dela”. Assim sendo, é preciso compreender que “os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera”, visto que “um sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas um sonho que se sonha junto, é realidade”. “E hoje, mais que nunca, entendo o que minha mãe dizia para mim e meus irmãos: uma vara sozinha é fácil de ser quebrada,mas um feixe com muitas varas unidas é mais forte”.

(Iva Pires; Cacique Afonso Pankararé; Luiz Inácio Lula da Silva; Raul Seixas e Juracy Marques).

MARQUES, Robson. CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS SERRAS DA PORÇÃO NORTE DO SERTÃO DA BAHIA. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGECOH, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia.

RESUMO

Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia intitula esta tese que se apresenta numa formatação *multipaper*, seguindo as diretrizes do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH/UNEB). Seu principal objetivo foi identificar, analisar e descrever os conflitos socioambientais e as contribuições dos enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da socioecobiodiversidade[1] das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia. Enquanto objetivos específicos: 1) revelar o estado da arte dos conflitos socioambientais nas serras do norte do Sertão da Bahia; 2) evidenciar as vozes sociais constitutivas dos embates entre os sujeitos que defendem, protegem e preservam a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão baiano e aqueles que projetam e/ou agem para a sua destruição; 3) descrever as contribuições do Movimento Salve as Serras no reconhecimento dos conflitos e impactos que envolvem os bens hídricos, minerários, os ventos, as queimadas e incêndios nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e 4) mapear situações heterogêneas fundantes das transformações das realidades empiricamente observáveis. Para as análises das cadeias textual-discursivas, a pesquisa adotou a abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo Bakhtiniano e assumiu suas categorias analíticas como ferramentas para examinar as construções ideológicas do Salve as Serras. O estudo resultou na produção de seis artigos, os dois primeiros revisam a literatura e os quatro últimos, analíticos, descrevem o estado da arte dos conflitos socioambientais nas Serras do Norte do Sertão da Bahia, evidenciam as vozes sociais constitutivas dos embates entre os sujeitos que defendem, protegem e preservam a socioecobiodiversidade e aqueles que projetam e/ou agem para a suadestruição e expõem as contribuições do Movimento Salve as Serras no reconhecimento dos conflitos e impactos que envolvem os bens hídricos, minerários, os ventos, as queimadas e incêndios nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Palavras-chave: conflitos socioambientais. Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia. Movimento Salve as Serras. relatórios de denúncias. análise do discurso.

1 Na apresentação desta tese discorremos sobre os sentidos e valores atribuídos ao termo socioecobiodiversidade.

MARQUES, Robson. MAPPING SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE MOUNTAINS OF THE NORTHERN PORTION OF THE BAHIA HINTERLAND. Thesis presented to the Postgraduate Programme in Human Ecology and Socio-Environmental Management - PPGECOH, as a requirement for obtaining a PhD in Human Ecology and Socio-Environmental Management from the State University of Bahia.

ABSTRACT

The thesis titled "Mapping Socio-environmental Conflicts in the Northern Hills of the Sertão in Bahia" is presented in a multi-paper format, following the guidelines of the Postgraduate Program in Human Ecology and Socio-environmental Management at the State University of Bahia (PPGEcoH/UNEB). Its main objective was to identify, analyze, and describe socio-environmental conflicts and the contributions of concrete statements written by the Save the Hills Movement to safeguard the socioecobiodiversity of the northern hills of the Sertão in Bahia. The specific objectives were: 1) to reveal the state of the art of socio-environmental conflicts in the northern hills of the Sertão in Bahia; 2) to highlight the social voices constituting the conflicts between those who defend, protect, and preserve the socioecobiodiversity of the northern hills of the Sertão in Bahia and those Who project and/or act for its destruction;and 3) to describe the contributions of the Save the Hills Movement in recognizing the conflicts and impacts involving water resources, mining, winds, wildfires, and fires in the northern hills of the Sertão in Bahia and 4) mapping heterogeneous situations that underlie transformations in empirically observable realities. For the analysis of textual- discursive chains, the research adopted the theoretical-methodological approach of dialogized plurilingualism from the Bakhtinian Circle and assumed its analytical categories as a tool to examine the ideological constructions of Save the Hills. The study resulted in the production of six articles, the first two of which review theliterature and the last four, which are analytical, describe the state of the art of socio- environmental conflicts in the Northern Sierras of the Bahia Hinterland, highlight the social voices that constitute the clashes between the subjects who defend, protect and preserve socio-ecobiodiversity and those who plan and/or act to destroy it, protect and preserve socio-ecobiodiversity and those who plan and/or act to destroy it in mountain environments, and expose the contributions of the Movimento Salve as Serras (Save the Mountains Movement) in recognizing the conflicts and impacts involving water, mining, winds, fires and burn-offs in the mountains of the northern portion of Bahia's Sertão.

Keywords: socio-environmental conflicts, Northern Hills of the Sertão in Bahia, Save the Hills Movement, denunciation reports. discourse analysis.

MARQUES, Robson. MAPEO DE CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN LAS SIERRAS DE LA PORCIÓN NORTE DEL INTERIOR DE BAHÍA. Tesis presentada al Programa de Postgrado en Ecología Humana y Gestión Socioambiental - PPGECOH, como requisito para la obtención del título de Doctor en Ecología Humana y Gestión Socioambiental por la Universidad Estadual de Bahia.

RESUMEN

La tesis titulada "Cartografía de los Conflictos Socioambientales de lãs Sierras de la Porción Norte del Sertão de Bahia" se presenta e nun formato multipaper, siguiendo lãs directrices del Programa de Posgrado em Ecología Humana y Gestión Socioambiental de la Universidad del Estado de Bahia (PPGEcoH/UNEB). Su objetivo principal fue identificar, analizar y describir los conflictos socioambientales y lascontribuciones de los enunciados concretos escritos por El Movimiento Salve as Serras para la salvaguarda de la socioecobiodiversidad de lãs sierras de la porción norte del Sertão de Bahia. Entre los objetivos específicos se incluyen: 1) revelar el estado del arte de los conflictos socioambientales em las sierras del norte del sertão de Bahia; 2) poner de manifiesto las voces sociales constitutivas de los enfrentamientos entre los sujetos que defienden, protegen y preservan la socioecobiodiversidad de lãs sierras de la porción norte del sertão baiano y aquellos que proyectan y/o actúan para sudestrucción; 3) describir lãs contribuciones del Movimiento Salve as Serras em el reconocimiento de los conflictos e impactos que involucran los recursos hídricos, minerales, los vientos, los incendios y lãs quemasen las sierras de laporción norte del sertão de Bahia y 4) cartografiar situaciones heterogéneas que son el fundamento de las transformaciones en realidades empíricamente observables. Para el análisis de lãs cadenas texto-discursivas, la investigación adoptó el enfoque teórico-metodológico Del plurilingüismo dialogizadodel círculo bakhtiniano y asumió sus categorías analíticas como herramienta para examinar lãs construcciones ideológicas del Salve as Serras. El estudio resultó en la producción de seis artículos, los dos primeros revisan la bibliografía y los cuatro últimos, de análisis, describen el estado del arte de los conflictos socioambientales enlas Sierras del Norte del Interior de Bahía, destacan las voces sociales que constituyen los enfrentamientos entre los sujetos que defienden, protegen y preservan la socio- ecobiodiversidad y aquellos que planean y/o actúan para destruirla, proteger y preservar la socio-ecobiodiversidad y aquellos que planean y/o actúan para destruirla en losambientes serranos, y exponer las contribuciones del Movimento Salve as Serras (Movimiento Salvar las Sierras) en el reconocimiento de los conflictos e impactos relacionados con el agua, la minería, el viento, los incendios y las quemas en las sierras de la porción norte del Sertão de Bahia.

Palabras clave: conflictos socioambientales. sierras de la porción norte del sertão de Bahia. Movimiento Salve as Serra. Informes de denuncia. análisis del discurso.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: A Árvore da tese..... (capa)
Imagem 1: A Árvore da tese para a Apresentação.....17
Imagem 2: A Árvore da tese para a Introdução..... 23
Imagem 4: Ecocídio das Serras do Sertão 29
Imagem 5: Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia.....37
Imagem 6: O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos.....50
Imagem 7: Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão 57
Imagem 8: A Árvore da tese para Teoria e Método 69
Imagem 9: A Árvore da tese para o Artigo 1 78
Imagem 10: A Árvore da tese para o Artigo 2 99
Imagem 11: A Árvore da tese para as Análise e Discussões..... 117
Imagem 13: A Árvore da tese para o Artigo 3.....120
Imagem 13: A Árvore da tese para o Artigo 4 141
Imagem 14: A Árvore da tese para o Artigo 5 160
Imagem 15: A Árvore da tese para o Artigo 6 193
Imagem 16: A Árvore da tese para as Considerações Finais.....215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fases do processo de mapeamento sistemático.....84
Figura 4: Percentual das publicações retornadas das bases de busca 86
Figura 3: Gráfico do percentual de publicações excluídas e incluídas pós-extração das bases de dados.....88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Trabalhos retornados por base de busca..... 85
Tabela 2: Publicações incluídas ou excluídas pelos critérios definidos..... 88
Tabela 3: Conflitos identificados e registrados pela CPT entre 2012 e 2021 93
Tabela 4: Conflitos registrados nos últimos 10 anos nos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia 93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de inclusão..... 86

Quadro 2: Critérios de exclusão 87

SUMÁRIO

Sessão I 18

Para começar 18

1 APRESENTAÇÃO 18

2 INTRODUÇÃO 24

2.1 Vozes sociais do enunciado concreto Ecocídio das Serras do Sertão 29

2.2 Vozes sociais do enunciado concreto Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia 37

2.3 Vozes sociais do enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos 50

2.4 Vozes sociais do enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão 57

Sessão II 70

O estado da arte dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia 70

3 TEORIA E MÉTODO 70

3.1 Artigo 1 78

Mapeamento sistemático dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia 79

3.2 Artigo 2 99

Análise do Discurso e Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os Enunciados Concretos 100

Sessão III 118

Os elementares da natureza e as análises dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras 118

4 DISCUSSÃO GERAL: ANÁLISES E DISCUSSÕES 118

4.1 Artigo 3 120

DESAGUAR: A SEGURANÇA HÍDRICA E A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA AMEAÇADAS PELA SEDE ECOCÍDA DO CAPITAL 121

4.2 Artigo 4..... 141

DESTERRAR: RIQUEZAS MINERAIS E A ILUSÃO QUE FERE DE MORTE A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA..... 142

4.3 Artigo 5..... 160

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: Polêmica e Contradição na Geração de Energia Eólica nas Serras do Sertão da Bahia 161

4.4 Artigo 6..... 193

COIVARA: o poder de incendiar a socioecobiodiversidade do sertão da Bahia..... 194

Sessão IV 216

Para considerar..... 216

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 216

REFERÊNCIAS..... 225

Sessão V..... 239

Por derradeiro..... 239

APÊNDICES..... 239

ANEXOS 240



Imagem 2 (Marques, 2024)

Sessão I
Para começar

1 APRESENTAÇÃO

Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia é um enunciado concreto que apresenta o estado da arte dos conflitos socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, descreve a fisiologia e mobilizações do Movimento Salve as Serras (SAS), define a Análise do Discurso, pela perspectiva bakhtiniana, como abordagem teórico-metodológica e analisa as vozes sociais dos quatro livros publicados pelo Movimentos Salve as Serras (Ecocídio das Serras do Sertão, Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos e O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão).

Trata-se, portanto, de uma Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus III), como requisito para obtenção do título de Doutor.

Para não reduzir a uma simples nota de rodapé constante de uma observação no resumo, optamos por descrever, já de inicio, nesta apresentação, os sentidos atribuídos ao termo Socioecobiodiversidade considerando não ter encontrado essa morfologia, como aqui estruturada, em outros ambientes descritivos e conceituais. Então, se assimse confirmar, cunhamos uma expressão nova para os debates e os contextos da abordagem (a)disciplinar na Ecologia Humana. Mas caso se confirme equívoco, que seja possível a devida retratação.

Considerando a inédita aparição da expressão, o termo socioecobiodiversidade foi cunhado para enunciar as inter-relações de elementos bióticos e abióticos desde a camada mais interna da Terra (núcleo) até a última camada da atmosfera (exosfera), quiçá do além átomo e nanopartículas celestiais, admitida a possibilidade de os terráqueos já interagirem, ainda que com tímida publicidade, muito preconceito, discriminação e intolerância, com os extraterrestres.

Portanto, o sentido de Socioecobiodiversidade, aqui plantado, é para expressar as inter-relações entre os organismos, os seres e as coisas, reforçando a ideia que as pessoas, as bactérias, os vírus e outros seres visíveis e invisíveis possam interagir entre

si (sócio), manifestando suas pluralidades e diferenças ecológicas (eco) para, naturalmente, mobilizem vidas (bio) e promoverem vinculações nos diversos sistemas, espaços, ambientes e contextos (diversidade), mas que essas inter-relações sejam em prol da defesa, da proteção, da preservação e da manutenção do equilíbrio social,econômico, ecológico e biológico das espécies em suas diversidades.

A partir desse entendimento, infere-se, sem a pretensão de contestar as epistemologias teóricas que a emolduram como ciência ou paradigma, que Ecologia Humana é a socioecobiodiversidade mobilizadora de realidades que podem ser registradas e explicadas por meio de estudos e pesquisas, teorias e métodos, mas também simplesmente sentidas e manifestadas a partir de um determinado contexto.

Entre os anos de 2016 e 2018 desenvolvi uma pesquisa etnográfica sobre as experiências e vivências religiosas de crianças em terreiros de candomblé do sertão em três cidades do nordeste brasileiros: duas no estado da Bahia (Juazeiro e Paulo Afonso) e uma no estado de Pernambuco (Petrolina). Os frutos dessa investigação foram a apresentação e defesa da dissertação intitulada Crianças nos Terreiros de Candomblé do Sertão, que me rendeu o título de Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia e a publicação do livro Folhas Pequenas: as Infâncias no Candomblé (Marques, 2019).

O mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECoH/UNEB – Campus III) selou, academicamente, a minha identificação enquanto Ecólogo Humano. A partir do segundo semestre do ano de 2019, a empreitada acadêmica para alcançar a titulação de Doutor começou a se materializar e depois de mais de quatro anos de formação, cumpridos os créditos e as demais exigências estatutárias e regimentais, estabelecidas pelo Programa e superada a crise humanitária instaurada pela pandemia da COVID-19[2], a escrita desta tese firma-se comoinstrumento imprescindível para encerrar esse ciclo formativo.

---

[2] Em 31 de dezembro de 2019, o escritório da Organização Mundial de Saúde (OMS) na China foi informado que as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus (novo coronavírus, nCoV), que foi isolado em 7 de janeiro de 2020. Em 30 de janeiro de 2020, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Thedros Adhanom, declarou que o surto de COVID-19, causado pelo SARS-CoV2, constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC) e em 11 de março de 2020 foi caracterizada como uma pandemia. A evidência é altamente sugestiva de que o surto está associado a exposições em um mercado de frutos do mar em Wuhan, na China.

Embora a intuição me conduzisse ao entendimento da Ecologia Humana como uma área do conhecimento que se volta para as interações possíveis entre os seres humanos e os outros seres não humanos, neste momento, uma atenção às argüições teóricas que a tomam para o campo do diálogo epistemológico, constitui-se numa responsabilidade pertinente à contextualização.

Em meio a uma das maiores crises de saúde enfrentada pela humanidade, a Pandemia da Covid-19, também nós Ecólogos Humanos nos encontramos utilizando as ferramentas das ciências da tecnologia para que, por meio de *lives,* videochamadas, *web* conferências, videoaulas, palestras e seminários, remotamente, pudéssemos debater, refletir e produzir conhecimentos, saberes e ciência.

Aqui no Brasil, particularmente na Bahia, uma dessas articulações se deu pela Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH) e o Movimento Salve as Serras que mobilizaram comunitários, associações, academias e outros movimentos para produzir relatórios que pudessem identificar e denunciar irregularidades, ilegalidades e crimes contra a natureza, o meio ambiente e os modos de vida nas comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Quilombolas, Campesinos, Agricultores, Ribeirinhos, Pescadores, Indígenas, Povos de Terreiros, Moradores das Serras do Sertãodo Brasil e das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

A Covid-19 nos expôs a uma condição de muita vulnerabilidade frente a um vírus altamente contagioso e potencialmente letal. O invisível coronavírus acendeu o alerta e projetou muitas interrogações quanto à permanência da espécie humana entre as outras espécies que, via de regra, estabelecem relações de equilíbrio entre si e com a natureza. Essa pandemia instaurou também uma crise que aumentou as desigualdades sociais, econômicas e causou uma instabilidade entre o conhecimento científico e alguns seguimentos da sociedade e da política partidária negacionista e genocída. Pelos abismos ideológicos e austeros revelados, esse cenário foi mais um indicador de que as crises são instauradas para deleite de uns poucos e desesperos de outros tantos.

Assim acontece, por exemplo, quando há crises nos sistemas econômicos, em que raramente uma instituição financeira (banco) declara falência, mas repassa seus prejuízos aos clientes; ou quando, a exemplo dos maiores desastres ambientais doBrasil, em Minas Gerais, com o rompimento da barragem de fundão, em Mariana, em 2015, e da barragem de rejeitos da Mina do Feijão, em Brumadinho, em 2019, que tiveram seus impactos absorvidos pelas famílias e a sociedade como um todo, resultando em perdas irreparáveis, sonhos interrompidos e o passivo de contaminação e

degradação do meio ambiente, porque as empresas Samarco Mineração S.A. e Mineradora Vale continuam ferindo e ameaçando as terras, os ambientes e as vidas brasileiras, mas cada vez mais aumentando suas riquezas e patrimônios.

Em meio a crises humanitárias, socioeconômicas e ambientais um coletivo de comunitários, acadêmicos e ambientalistas, motivados também pela pesquisa de pós-doutorado3 de Amazile López, orientada pelo Dr. Juracy Marques, resolveu criar um movimento para cuidar da socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia. Com essa intenção nasce, em 2019, o Movimento Salve as Serras (SAS)4 que publicaria, nos anos de 2021 e 2024, quatro livros investigativos para identificar e denunciar conflitos e impactos socioambientais nas Serras do Sertão da Bahia.

Esses relatórios revelam que de um lado está o Capital sedento por lucros e acúmulos de riquezas monetárias implantando gigantescos empreendimentos com a chancela do poder político e a estrutura do Estado da Bahia e, do outro, estão as comunidades tradicionais desassistidas pelo Estado, mas que se lançam ao empate para defender seus territórios, suas culturas, seus modos de viver, suas histórias e o meio ambiente.

Os conflitos identificados aconteceram e continuam ocorrendo nas diversas camadas da socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia e o SAS os denunciou organizando-os tematicamente. No primeiro volume, os conflitos e impactos circundam o elemento água e o ecocídio nas serras com o livro Ecocídio das Serras do Sertão. O segundo volume, Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio das Serras e Mineração na Bahia volta-se para as feridas deixadas na terra e nas almas daspessoas pelas ações das mineradoras e garimpos.

No livro três, O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, que se dedica à investigação de como está acontecendo a transição energéticana Bahia, o vento é o elemento posto em xeque. E para completar a quadrilogia dos elementares da natureza, o Movimento Salve as Serras debruçou-se sobre as queimadas e incêndios, evidenciando o elemento fogo também como causa e/ou conseqüência para

---

[3] NETTO, Amazile López; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. Paulo Afonso: Sabeh, 2017. 156 p.

[4] No segundo artigo desta tese, intitulado Análise do Discurso e o Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os Enunciados Concretos existe um tópico dedicado exclusivamente ao Movimento Salve as Serras que descreve sua constituição, seus objetivos e suas ações.

os conflitos e impactos socioambientais nas Serras do Sertão da Bahia, com o livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

Esta tese de doutorado, intitulada Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, apresenta-se, portanto, com formatação multipaper5 e organizada em: elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, ficha catalográfica, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, epígrafes, resumo em português, resumo em inglês, resumo em espanhol, lista de imagens, lista de figuras, lista de tabelas, lista de quadros e sumário); elementos textuais (sessões, apresentação, introdução, teoria e método, discussão geral: análises e discussões, considerações finais e referências) e elementos pós-textuais (apêndices e anexos).

Para melhor compreensão da estrutura da tese, esta se articula em cinco sessões, depois dos elementos pré-textuais. A sessão I, Para começar, incorpora os tópicos Apresentação e Introdução e na sessão II, sob o título O estado da arte dos conflitos socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, encontram-se o tópico Teoria e Método e os dois primeiros artigos de revisão da literatura.

Já na sessão III, Os elementares da natureza e as análises dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras, está o tópico Discussão Geral: Análises e Discussões com os quatro artigos que analisam os discursos dos quatro enunciados concretos escritos pelos SAS. Na sessão IV, intitulada Para considerar estão os tópicos Considerações finais e Referências e na Sessão V, Por derradeiro, constam Apêndices e Anexos, escritas e arquivos que não couberam nas sessões anteriores.

[5] A Tese é composta por 06 (seis) artigos, sendo 02 (dois) alocados na Introdução e 04 na Discussão Geral: Análises e discussões.



Imagem 3 (Marques, 2024)

2 INTRODUÇÃO

Esta tese instaura-se como o exame para a compreensão e interpretação dos contextos serranos do Sertão da Bahia que envolvem os conflitos e impactos na socioecobiodiversidade e que dinamizam as inter-relações estruturais das construções ideológicas registradas pelo Movimento Salve as Serras em quatro livros nos anos de 2021 e 2024. Definir seu título como Cartografia dos Conflitos Socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia exigiu uma reflexão para além da morfologia dos termos que o compõem, admitida maior mobilidade semântica e axiológica capazes de mover montanhas e aprisionar ventos.

A princípio, a disposição para cartografar conflitos se estende à minha condição enquanto membro do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil6, como pesquisador vinculado ao Núcleo do São Francisco desde o ano de 2010, pelo qual, etnograficamente, pude acessar saberes e conhecimentos de pessoas e territórios tradicionais e publicá-los em livros, fascículos, boletins, cadernos, artigos e mapas situacionais com o consentimento dos sujeitos atores das pesquisas.

O Antropólogo Alfredo Wagner de Almeida descreve a Cartografia Social como um instrumento que abrange e focaliza a condição social na emergência daalteridade coletiva, na tentativa de mapear situações heterogêneas fundantes das transformações das realidades empiricamente observáveis, colocando os agentes sociais como sujeitos da ação de mapear, instituindo uma descrição aberta da própria auto- identificação, capaz de entender uma situação social de todos os pontos de vista possíveis, de todas as perspectivas possíveis, até no movimento de construir o ponto de vista dos pontos de vista (Sabeh, 2017).

Bomfim (2021) infere que a Ecologia Humana migrou da Escola de Chicago7 para o Brasil por meio de Donald Pierson[8], orientando de Robert Park, que veio

---

[6] O Projeto Nova Cartografia Social do Brasil nasce no Amazonas e se estende para outros estados do país por meio de seus núcleos regionais formando uma rede de pesquisadores, inclusive fora do Brasil com o objetivo de dar ensejo à auto-cartografia (auto-identificação) de povos e comunidades tradicionais..(Fonte: http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/)

[7] Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago, nos EUA, que instituiu, no início do século XX, o marco referencial dos trabalhos de grandes sociólogos que deram destaque para a ecologia urbana. Pesquisadores como Burgess, Mckenzie e Park desenvolveram importantes trabalhos sobre a dinâmica humana em áreas urbanas. Em 1921, criaram o termo "Ecologia Humana", que, segundo Park: "é uma tentativa de aplicar, às inter-relações dos seres humanos um tipo de análise aplicada anteriormente às inter-relações de plantas e animais" (Marques, 2014, p. 17).

[8] Donald Pierson nasceu em Indianópolis, estado de Indiana (USA). No Brasil foi professor de Sociologia e de Antropologia Social da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1939-1959); antropólogo e

desenvolver sua pesquisa empírica de conhecimento da realidade racial do Brasil, de maneira especial, no recôncavo baiano, entre 1935 e 1937, tendo expandido seu círculo acadêmico com vários intelectuais brasileiros no campo da Sociologia e da Antropologia, mas sem formar representantes da Ecologia Humana no Brasil, instaurando um ensurdecedor silêncio sobre a mesma até a década de 1980 quando Maria José de Araújo Lima 9 , Paulo de Almeida Machado 10 e Ávila-Pires 11 a trouxeram (Ecologia Humana) de volta ao cenário acadêmico, sem, contudo, estabelecer diálogo com a Escola de Chicago.

Segundo o professor Dr. Bomfim (2021), para Maria José, a Ecologia Humana firma-se como o estudo da interação humana enquanto processo biossocial que aparece como resultado da influência do modo de produção pelos fatores ecológicos e econômicos, assegurando que, o que é estabelecido no campo político e econômico, gera conseqüências no meio ambiente que afetam a realidade social criada pelas relações de poder.

O filósofo Bomfim (2021) nos dirá ainda que, para Paulo Machado, a Ecologia Humana não é uma disciplina isolada, nem uma profissão, mas um nível superior de pensamento que utiliza metodologia sistêmica para incumbir ao Ecólogo Humano o interesse científico aos diversos aspectos e múltiplas relações que tecem esse lugar interfacial e não disciplinar.

Bomfim (2021) estende-se à premissa de Ávila-Pires, que preconiza que os problemas de saúde só podem ser compreendidos mediante um olhar investigativo que se coloque na interface ser humano-natureza, apreendendo a rede de inter-relações que constituem o ser-estar de ambos.

Para essa contextualização teórico-conceitual, Bomfim (2021) registra em sua escrita mais contemporânea sobre a história epistemológica da Ecologia Humana no

---

diretor do Programa no Brasil de Pesquisas e Preparo de Pesquisadores do Instituto de Antropologia Social da Smthsonian Institution (1945-1950) [...] e diretor da Biblioteca de Ciências Sociais de São Paulo (1945-1955) (Bomfim, 2021. p. 54, 56,57).

[9] Doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo – 2017. (fonte: https://www.escavador.com/sobre/4586890/maria-jose-de-araujo-lima#profissional)

[10] Foi médico microbiologista. Diretor geral do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) entre 1969 e 1974 e Ministro da saúde entre 1974 e 1979 (fonte: https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/paulo-de-almeida-machado)

[11] Fernando Dias de Ávila-Pires é Doutor em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1971). Atualmente é pesquisador titular aposentado da FIOCRUZ, Professor Adjunto 4 aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), professor voluntário da Universidade Federal de Santa Catarina e professor do International Masters Programme of Human Ecology, Vrije Universiteit Brussel, Bélgica (fonte: http://lattes.cnpq.br/8693744300216777).

Brasil, que ao professor Dr. Juracy Marques12 é imputada a responsabilidade de tornar a Ecologia Humana, efetivamente, um movimento acadêmico com iniciativas que, a partir de 2009, criaram o primeiro Programa de Especialização em Ecologia Humana doBrasil e da América Latina; depois, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental do Brasil e da América Latina, em nível de mestrado, na Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH/UNEB); concomitantemente,a criação da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH) e a aprovação do também inédito Doutorado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental do país e da América Latina, pela UNEB, a partir de 2019, curso que, honrosamente, faço parte da primeira turma.

Ao entender a Ecologia Humana desenvolvida no Brasil como sendo a que se ocupa da interface ser humano-natureza e que não é possível compreender o fenômeno humano sem perceber a mútua afetação que cada um exerce sobre o outro e que isso implica afetar as vidas das demais espécies, parece ponderável admitir convergência das suas relações dialéticas e polifônicas com as situações heterogêneas e multifocais das pesquisas realizadas pelo Projeto Nova Cartografia Social.

No ano de 2020 a Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH) promoveu um ciclo de conversas e entrevistas com mestres e estudantes de pós- graduação, cientistas, especialistas, ambientalistas e Ecólogos Humanos de diferentes áreas do conhecimento e de várias partes do planeta para, ainda que remotamente, por estarmos afastados e em situação de isolamento por imposição da pandemia de Covid- 19 (SARS-CoV-2), pudéssemos debater e refletir sobre os sentidos da Ecologia Humana na contemporaneidade.

Na oportunidade pude entrevistar a Doutora Iva Miranda Pires, professora associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Nova de Lisboa de Portugal, onde também coordenava o mestrado e doutorado de Ecologia Humana. À época, Iva Pires estava presidenta da Sociedade de Ecologia Humana (SHE) e, depois de muita

---

[12] Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2010; Doutor em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal); Pós-Doutor em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal); Pós-doutor em Antropologia pela UFBA; professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); professor permanente no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental-PPGECOH (Mestrado e Doutorado). É membro da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH (Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do).

reflexão sobre a pandemia, perguntei o que é, para ela, é Ecologia Humana? E, com muita serenidade, de pronto, discorreu que:

> Seria mais fácil dizer o que não é. Na minha opinião, Ecologia Humana não é uma ciência da forma que entendemos as outras ciências. Mas também não é senso comum. Podemos não ter uma metodologia própria, mas usamos a metodologia de várias ciências. Usamos a metodologia da Antropologia, da própria Biologia, da Geografia e da Sociologia. Temos, no fundo, e essa é uma vantagem, aliberdade em função do problema e do contexto em que estamos a analisar e podemos mobilizar as melhores metodologias. [...] A vantagem é que não estamos fechados dentro de um selo epistemológico, as nossas fronteiras são muito mais porosas, temos essa predisposição de ousar com outras ciências para procurar, também, nas outras ciências, conhecimentos produzidos, que são úeis, que são importantes, e que nós também podemos mobilizar para contextualizar os nossos problemas. [...] O que hoje percebemos é que vivemos num contexto de enorme incerteza, muito complexo, globalizado e os tipos de problemas e desafios que a humanidade enfrenta, hoje em dia, não são fáceis de resolver. Não existe solução simples para problemas complexos. [...] A Ecologia Humana tem uma postura que parece ser mais adequada para esse contexto que é, no fundo, ter essa capacidade para dialogar e para estabelecer pontes comas outras ciências. [...] Nós produzimos ciência, nós produzimos conhecimento e, também, cada um de nós acaba por se especializar no tema da investigação. Mas, se é uma ciência, se é um paradigma...? Muitas vezes eu digo que é, sobretudo, uma postura colaborativafundamental para enfrentarmos os desafios complexos da humanidade (Pires, 2020).

A professora Dra. Iva Pires atribui à Ecologia Humana a capacidade de acessar os demais campos do conhecimento, sem o pragmatismo específico de uma disciplina específica, mas interagindo livremente com as outras ciências adotando uma postura colaborativa para o enfrentamento dos complexos problemas que assolam a espécie humana.

Para corroborar as contribuições trazidas por Bomfim (2021) e Pires (2020), acerca do que possa ser considerado para nomear, descrever e/ou definir Ecologia Humana, o professor Dr. Juracy Marques nos alerta que a Ecologia Humana é uma ecologia que coloca gente nos ecossistemas e estuda suas relações e consequências, inferindo que, em algumas situações, ela é apontada como uma tecnologia para a sobrevivência e, em outras, como um modelo epistemológico adequado à realidade atual (Marques, 2014, p. 88),

Em 2017, Ecologia Humana em Ambientes de Montanha inaugura uma relação mais íntima entre pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia, mais especificamente do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão

Socioambiental (PPGEcoH/UNEB) e a socioecobiodiversidade das comunidadesserranas do sertão norte baiano. A pesquisa revela uma fragilidade nos ecossistemas, aponta o potencial hídrico das serras, mas também a sua gravíssima situação de vulnerabilidade com os recorrentes relatos de mortes de nascentes, secamento de rios, riachos e cachoeiras e a intensa atividade extrativista mineral e garimpeira (Netto; Marques, 2017).

O diagnóstico apresentado no livro de Amazile López e Juracy Marques institui a necessidade de estudos mais aprofundados e específicos sobre a dinâmica sociocultural, ecológica, biológica, ambiental e econômica no contexto das serras que compõem a porção mais a norte do sertão da Bahia13 e essa demanda provoca uma mobilização de pesquisadores, instituições públicas, associações e movimentos sociais que culmina, em 2019, com a criação do Movimento Salve as Serras (SAS).

Esse coletivo (SAS) definiu como seu principal objetivo proteger e defender os territórios serranos, em especial as serras do sertão do Brasil, seus modos de vida, suas ecologias e a natureza como um todo, notadamente, também, por entender se tratar de uma região de nascedouros de importantes rios brasileiros e do semiárido como o Itapicuru, o Salitre, o São Francisco e o Paraguaçu. Essas montanhas do norte baiano também são berços de uma exuberante biodiversidade, mas que, há séculos, vêm sendo exploradas por empreendimentos que destoem vidas e modificam a paisagem dentro de uma lógica semelhante à colonialista de 5 séculos atrás.

A estratégia adotada pelo Salve as Serras foi imergir nos vários contextos serranos e deles eleger temas em torno dos quais mais se verificava situações conflituosas e publicar os resultados como relatórios de denúncia. Inicialmente direcionou-se as investigações para os bens hídricos, que resultou na publicação do livroEcocídio das Serras do Sertão, tendo como temática a água e o ecocídio. Depois se seguiram outros três volumes, também publicados em forma de livros.

Tendo como temática a terra, o Movimento Salve as Serras publicou o livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, que relata os impactos provenientes das atividades de mineradoras e de garimpos. Já o elemento ar tivera suas construções discursivas registradas no livro O Cárcere dos Ventos:

---

[13] As Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia constituem área de concentração das pesquisas do Movimento Salve as Serras e para esta tese considerou-se a cordilheira que integra os municípios de Piritiba, Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Pindobaçu, Mirangaba, Antônio Gonçalves, Senhor do Bonfim, Campo Formoso e Jaguarari.

Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos relacionando a transição energética aos empreendimentos geradores de energia eólica e solar e as consequências de incêndios e queimadas nas serras foram retratadas no livro O Fogo do Fogo: Ecologia ePolítica das Queimadas nas Serras do Sertão.

Para familiarização dos principais discursos e vozes revelados nas cadeias textual-discursivas que compõem os enunciados concretos do Movimento Salve as Serras, a seguir, uma breve contextualização de cada livro, começando pela identidade do Ecocídio das Serras do Sertão, passando pela descrição do Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia e depois de reveladas as personalidades de O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, ascende- se para O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

2.1 Vozes sociais do enunciado concreto Ecocídio das Serras do Sertão

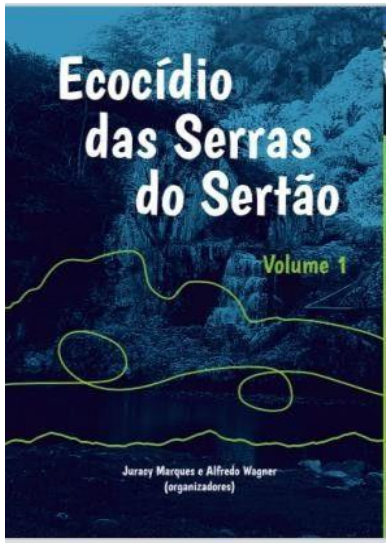


Imagem 4 (SABEH, 2021).

O livro Ecocídio das Serras do Sertão foi organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, doutor em antropologia social e Juracy Marques dos Santos, pedagogo, ecólogo humano, doutor em cultura e sociedade e pós-doutor em antropologia. É composto de dezesseis sessões (duas apresentações, quinze capítulos e uma descrição sucinta dos currículos das autoras e dos autores da obra.

Na Apresentação do livro Almeida (2021) expõe que se trata do início de uma mobilização em defesa das Serras do Sertão pelo coletivo do Movimento Salve as Serras, referindo-se as serras como ambientes outrora tidos como áreas comuns, nas quais as nascentes e aguadas não eram privativas. Também convida para uma reflexão

acerca dos acontecimentos de agravo as desigualdades sociais e nos alerta para as intensas lutas, em cenário internacional, contra o racismo e contra atos de estadoinspirados em ações autoritárias e nitidamente colonialistas, mas também para a ascensão da lógica de financeirização da natureza com seus efeitos trágicos e provocadores de crises ecológicas. A tradução da Apresentação é feita por Ava Rose Hoffman.

Essa parte introdutória é corroborada no capítulo um, O Movimento Salve as Serras, de Marques, Barreto e Mendes (2021), que apresentam uma construção ideológica representativa do coletivo que exige que os assassinatos de nascentes, rios e cachoeiras das Serras do Sertão da Bahia sejam tipificados como crime de ecocídio, contra a humanidade, que a natureza seja tratada como sujeito de direito e que nãosejam instaladas torres eólicas nos topos das serras. A tradução deste capítulo é feita por Fernando Scherner.

No capítulo dois, Ecologia Humana em Ambientes de Montanha, Netto e Marques (2021), norteados pela indagação acerca de como os moradores viviam antes e como vivem depois das perfurações dos poços artesianos na comunidade, reportam-se ao povoado de Serra dos Morgados, em Jaguarari/BA, para descrever a importância da Ecologia Humana em ambientes montanhosos.

Revelam-nos que as montanhas apresentam especificidades e particularidades próprias, que podem ser classificadas em função da origem geológica, estética, altura, forma, efeitos da altitude no organismo humano, interesse biológico, entre outras e que os ambientes de montanha são áreas onde há presença de comunidades humanas, considerando seus valores, expressões e atividades de forma geral em determinado contexto de tempo e o ambiente natural do entorno (Netto; Marques, 2021).

Os autores destacam que as montanhas ocupam quase 25% da superfície terrestre e são consideradas como torres de água por produzirem considerável quantidade de bens hídricos, mas que, apesar da sua importância na produção de alimentos e para a segurança alimentar, são extremamente vulneráveis às mudanças climáticas e ao desequilíbrio ecológico, tanto o natural quanto o causado pelo serhumano. Destacam ainda que o Brasil está entre os vinte países que apresentam a maior área de montanhas do planeta e em quarto lugar na América Latina (Netto; Marques, 2021).

Da Cordilheira do Espinhaço, que se estende por 7.000 quilômetros entre os estados de Minas Gerais e Bahia, fazem parte as Serras da Porção Norte do Sertão da

Bahia consideradas como ambientes de montanhas por Netto e Marques (2021) baseados na classificação de Kapos *et al*. (2000) que relacionam altitude a partir de 300m com altura maior que 300m considerando um raio de 7km (classe 6), declividade igual ou superior a 5º ou 11% (classe 5) e na definição de ambiente por Leff (2001) como sendo as interações dinâmicas dos sistemas ecológicos com os sistemas econômico, político, cultural, espiritual e social, relacionando espaço e tempo.

No capítulo três, intitulado As Feridas das Montanhas: Destruição da Chapada Diamantina pela Atividade Mineradora, Marques e Negreiros (2021) denunciam que a mineração é a atividade com maior passivo ambiental do Brasil e citam as feridas causadas por elas ao logo das Serras da Porção Norte do Estado da Bahia associando também a destruição da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, inclusive destacando a Yamana Gold, à época, hoje pertencente ao grupo sul-africano Gold Fields, com barragens de rejeitos a montante do Rio, próximo à cidade de Jacobina, considerada como a de maior risco em todo o Estado da Bahia.

Segundo os autores, há um processo em andamento, movido pelo Ministério Público Estadual, sobre possíveis contaminações por cianeto nas águas que abastecem as comunidades vizinhas e na barragem que abastece parte da cidade de Jacobina. Descrevem ainda que nos município de Caém e Saúde existem atividades garimpeiras de ouro nas nascentes dos rios que drenam as serras, sem controle ambiental, o que compromete os mananciais hídricos da região (Marques; Negreiros 2021).

Nesse capítulo Marques e Negreiros (2021) revelam que no município de Pindobaçu se encontra a maior área de extração de esmeralda14 do Brasil; que em Campo Formoso ocorre a extração de cromo, calcário e também esmeralda; que nos município de Senhor do Bonfim e de Jaguarari há uma preocupante movimentação de empresas que estão se instalando para explorar manganês e ferro e que, enquanto as comunidades da Bacia do Itapicuru, ao redor desses empreendimentos, sofrem seus efeitos negativos e continuam esperançosos de vivenciar seus supostos benefícios, o Estado promete permitir ainda mais instalações de mineradoras para a região, o que tem feito aumentar o número de conflitos rurais relacionados.

---

[14] A extração de esmeralda é feita em garimpos na Vila de Carnaíba de Cima e seus arredores, em mais de 50 buracos (cortes) com mais de 300 metros de profundidade que se interligam no interior da serra, drenando o lençol freático e contaminando as águas dos mananciais do Rio Itapicuru Açu, que abastece mais de 300.000 pessoas em toda a região.

Marques e Negreiros (2021) apontam que foi elaborada uma proposta de criação de uma Área de Proteção das Nascentes do Itapicuru, enquanto iniciativa do coletivo de entidades do Itapicuru para preservar as áreas de floresta das “caixas d’água” (região serrana) desse rio.

Para Conceição (2021) existe um constante luto que assombra as Serras da Porção Norte do Sertão baiano, nutrido pelo extermínio de pássaros, degradação e mortes de nascentes de importantes rios brasileiros como Paraguaçu, Itapicuru, Salitre e São Francisco e pelos incessantes crimes contra a ecobiodiversidade dessa região cometidos por mineradoras, garimpos, instalações de gigantescos parques eólicos e empresas de gerenciamento dos bens hídricos.

Descreve no capitulo quatro, Ecocídio: a Morte das Serras do Sertão, que o enfrentamento dessas práticas, consideradas pelo Movimento Salve as Serras (SAS) como ecocídio, suplica urgentemente, por intervenção para suspensão de atividades extrativistas que atentam contra a integridade dos topos de serras, em especial as Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia (Conceição, 2021).

Para Conceição (2021) ainda impera a visão equivocada do antropocentrismo, que hierarquiza a sede humana em detrimento dos outros animais não humanos e das plantas e que segue a cartilha colonialista e predatória da invasão portuguesa, sob o pretexto economicentrista que desmata, criminosamente, os topos das serras para extração de minérios, criação de gado, cultivo de monoculturas, perfuração de poços artesianos e encarcerar os ventos.

Revela-nos Conceição (2021) que ainda vigora a máxima grega que estabelece o bem-estar humano sempre como ponto de partida, que coisifica a natureza como uma prosperidade financeira e bem de consumo e que legitima o ser humano a só agir a favor dos ecossistemas depois de os degradarem à exaustão, em caráter reparatório e de piedade. O autor denuncia que a nossa Constituição Federal não garante o equilíbrio ecológico, mas privilegia a economicidade quando esgotam-se nascentes com perfurações de poços artesianos em demasia, concedem-se licenças ambientais para exploração dos ventos por torres eólicas sem estudos de impactos ambientais, sob o prisma de energia limpa, mesmo que, para isso, devaste a fauna e a flora.

Conceição (2021) nos diz também que a visão biocêntrica não dá conta da complexidade do nosso ecossistema, carecendo que também a natureza seja sujeito de direito, com personalidade jurídica e apresenta-nos a legislação ambiental com seus princípios ambientais como campo de luta, destacando o princípio da prevenção como

eminentemente preventivo para impedir a superveniência de danos ao meio ambiente, impondo condicionantes ao empreendedor para mitigar ou elidir os prejuízosambientais, mas alerta-nos da sua pouca efetividade, face às explorações predatórias clandestinas e/ou a o incentivo, pelo Estado, para o progresso da produtividade, deixando de realizar seu poder fiscalizatório ou não exigindo estudos de impactos ambientais de atividades exploratórias.

Traz a baila o principio da precaução, que deve ser aplicado quando não há pesquisas científicas conclusivas sobre as potencialidades e os efeitos de determinada intervenção sobre o meio ambiente e a saúde humana, para atuar como instrumento de gerenciamento de riscos ambientais, firmando-se como mecanismo de proteção para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas esboça desânimo quando relata os descumprimentos destes princípios nas práticas das mineradoras que destroem os topos das Serras do Sertão da Bahia, sem qualquer licença ambiental do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e sem respeitar a vegetação nativa e nem as suas nascentes (Conceição, 2021).

Edmar Conceição desabafa dizendo que não há como admitir uma ação criminosa revestida de sustentabilidade ou de uma tecnologia limpa porque as multas administrativas e os danos morais cíveis são ações reparatórias insuficientes que mais estimulam a degradação ambiental do que as coíbem, julgando ser pertinente a punição penal, tendo em vista a essencialidade e os valores dos rios, da fauna e da flora para as comunidades e, apurando a finalidade do direito penal, assente que as lesões, ameaças, ecocídio e torturas contra a natureza não podem mais ficar impunes. Ressalta que, quando o Movimento Salve as Serras clama pela criminalização do Ecocídio, nãopretende o mero punitivismo, mas objetiva a justa reprovação da conduta (Conceição, 2021).

Sabido que sem os bens hídricos e a vegetação nativa a vida nos topos das serras fica insustentável, Conceição (2021) reforça seus argumentos revelando que a Porção Norte das Serras do Sertão da Bahia encontra-se em iminência de um desastre ambiental também por conta do significativo esgotamento dos rios, numa região que abastece milhões de pessoas e das intensas práticas empreendedoras predatórias que comprometem a recarga dos aquíferos fissurais que dão origem aos rios do semiárido baiano por meio dos seus afluentes.

Em Serras da Jacobina: Entre as Riquezas Ambientais e as Ameaças da Mineração e Eólicas, capítulo cinco, Silva, Marques e Lopes (2021) dizem que, apesar

do exuberante cenário de belezas naturais e culturais, o complexo de Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia sofre com uma série de ameaças que desencadeiam um processo de degradação ambiental no meio físico (relevo, solo, bens hídricos), biótico (fauna e flora) e socioeconômico (população), em virtude de ações antrópicas como a mineração e as eólicas. Os autores destacam a tutela do meio ambiente como um bem jurídico imprescindível à vida e à dignidade humana.

Silva, Marques e Lopes (2021) retomam o relatório de conflitos no campo Brasil da CPT de 2009 e assentem que as atividades, mineral e eólica, provocam contaminação e assoreamento das águas fluviais, devido ao lançamento de resíduos sólidos da mineração, deposição de rejeito em locais inadequados, ocasionando prejuízo às atividades agrárias e pastoris; abalos sísmicos, ocasionados por explosivos para detonação de rochas, comprometendo as edificações existentes; poluição atmosférica, em razão da poeira proveniente da atividade minerária; poluição sonora e visual; possibilidade de interferências eletromagnéticas, que podem causar perturbações nos sistemas de comunicação e transmissão de dados; interferência nas rotas de aves e morte de pássaros, morcegos e outros animais.

Para os autores, com a expansão do capitalismo globalizado a Porção Norte das Serras do Sertão da Bahia vem sendo aceleradamente ocupadas para fins de exploração por mineradoras e pelos empreendimentos eólicos, que têm causado muitos impactos ambientais, sociais e culturais, gerando diversos conflitos e, por conseguinte, evidenciando situações de injustiça ambiental, com a imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros e mais vulneráveis (Silva; Marques; Lopes, 2021).

No capítulo seis, Mapas Vivos: Guerras Cartográficas nas Serras do Sertão do Brasil, Ícaro Maia, Luis Lima e Juracy Marques discorrem sobre mapas vivos, uma importante e estratégica ferramenta de resistência e luta para o mapeamento, monitoramento e denúncia ambiental, em tempo real, acessíveis às populações em situações de ameaças e conflitos que foi, inicialmente, disponibilizada/divulgada pelo Movimento Salve as Serras contra o modelo de desenvolvimento etno e ecocída em rápido processo de enraizamento nos ambientes montanhosos (Maia; Lima; Marques, 2021).

Escrito por Guiomar Germani, o capítulo sete, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e Parques Eólicos, dedica atenção à lei 12.910/13, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas

tradicionalmente por comunidades remanescentes de Quilombos e de Fundos ou Fechos de Pastos e à Instrução Normativa Conjunta (SDE/SDR/CDA/PGE) IN 01/2020, instruída em plena a pandemia de Covid-19, que dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração deenergia eólica e estabelece a data de 31/12/2018 como marco temporal para tal reconhecimento com nítida intenção de obstaculizar o processo de regularização fundiária (Germani, 2021).

Em Cuidar das Serras: Belezas Naturais e Potenciais Turísticos das Serras da Jacobina, capítulo oito, Amilton Mendes e Richard Silva, em seus discursos que vão além de palavras e se mostram pelas imagens de cachoeiras, trilhas, monumentos históricos, paisagens serranas, rios, riachos, supressão vegetal, queimadas, extração de areia e barragens de rejeitos de minerios, revelam que o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia tem um potencial ecoturístico gigantesco, mas que é ameaçado por atividades de grandes impactos como os das ações minerárias, garimpeiras e de geração de energia eólica (Mendes; Silva, 2021).

Negreiros (2021) discute, em Serras da Jacobina: Proposta da APA Nascentes do Itapicuru, capítulo nove, a situação da parte alta da bacia do Rui Itapicuru, tendo a Área de Proteção Ambiental (APA) Nascentes do Itapicuru como ferramenta efetiva de gestão ambiental para o seu território no controle das ações de exploração e preservação dos seus ambientes naturais, onde há uma significativa presença de comunidades tradicionais. Descreve ainda que a APA terá uma área com aproximadamente 380.000 hectares inserida nos município de Jaguarari, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba, Saúde, Caém, Jacobina, Miguel Calmon e Morro do Chapéu.

O capítulo dez, As Águas do Paragua(ç)u no Contexto das Serras da Bahia, é o que apresenta o maior número de autores entre todos os artigos que constituem o Ecocídio das Serras do Sertão. Nolasco *et al.* (2021) mergulham nas águas da Bacia do Paraguaçú, mais especificamente na parte alta (Alto Paraguaçu), para inferir que essa região ocupa uma área de 54.877 quilômetros quadrados, saindo da Chapada Diamantina, passando pela Baía de Todos os Santos, Cachoeira e Barra do Paraguaçú para encontra-se com o Oceano Atlântico num percurso de mais de 600 km, atravessando o semiárido baiano e atendendo a uma população de mais de 3 milhões de pessoas em 86 municípios.

Nolasco *et al.* (2021) alertam para a importância da compreensão histórica dos conflitos por água, especialmente após o encerramento de atividades como o garimpo de ouro e diamantes, de forma associada ao funcionamento dos sistemas hídricos, para entender o processo de secamento ou o efeito das modificações ocorridas em áreas tidas como caixas d'água da Bahia, fundamental também para entender as formas de manter a cultura, as gentes, as atividades econômicas geradoras de renda, visto que a água é a base de todo ecossistema, mas que sua retirada antrópica excessiva despereniza rios.

Lembram-nos de que a bacia hidrográfica e/ou fluvial, para manter-se com água, necessita de chuvas, de vários rios, reservatórios subterrâneos, ou aqüíferos e zonas de recarga garantidas, caso contrário, os rios se tornam temporários. Também que o agronegócio de grande porte é o maior usuário de água, gerador de conflitos na região do Paraguaçu e que avança para a bacia do Rio de Contas e ativa poços e captações abandonadas na região da sub-bacia do Santo Antônio em áreas protegidas (Nolasco *et al*., 2021).

Após retratarem o uso e abuso dos bens hídricos na Bacia do Paraguaçu, indagam se vale desrespeitar o direito a água para todo o restante das populações e ecossistemas de uma Bacia em nome do uso econômico direto que vai, posteriormente, causar a destruição dos processos econômicos. (Nolasco *et al.*, 2021, p. 366).

No capítulo onze, a escrita de Alan Ferreira Bonfim, sob o título A Morte das Aves da Serra, alerta para os impactos diretos que assolam a biodiversidade nas serras promovidos pelos empreendimentos eólicos, evidenciando as alterações nas dinâmicas de sobrevivência das aves migratórias e mesmo endêmicas quando das alterações em seus habitats ou pelas barreiras impostas pelas hélices, torres e parques. Bonfim (2021) referencia a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, ressaltando que todo ato que implique a morte de um animal sem necessidade caracteriza-se como biocídio, ou seja, um crime contra a vida, e que todo ato que implique a morte de um grande número de animais selvagens, bem como a poluição e a destruição do ambiente natural, caracteriza genocídio.

Para Siqueira e Lira (2021) o capítulo doze, Conservação das Serras da Jacobina: o Encontro das Floras do Brasil, é uma nota técnica com o objetivo de elaborar um mapa com a poligonal da área de estudo correspondente às Serras da Jacobina; gerar uma lista de espécies botânicas coletada nesta poligonal, analisando a contribuição de espécies de cada ecossistema no contexto das Serras da Jacobina;realizar uma análise de cobertura vegetal remanescente e de suas fitofisionomias para

classificar floristicamente a região das Serras da Jacobina e recomendar ações de conservação apontando espécies e regiões sensíveis que merecem atenção dos instrumentos de fiscalização e monitoramento dos órgãos ambientais do estado (Siqueira; Lira, 2021).

Siqueira e Lira (2021) recomendam declarar moratória por três anos para novos empreendimentos eólicos e minerários na poligonal das serras da Jacobina; criar, urgentemente, unidades de conservação de uso sustentável; incluir as serras da Jacobina sob proteção da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e priorizar, urgente e imediatamente, a implantação de unidades de conservação de proteção integral nas áreas do complexo das Serras da Jacobina.

2.2 Vozes sociais do enunciado concreto Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia

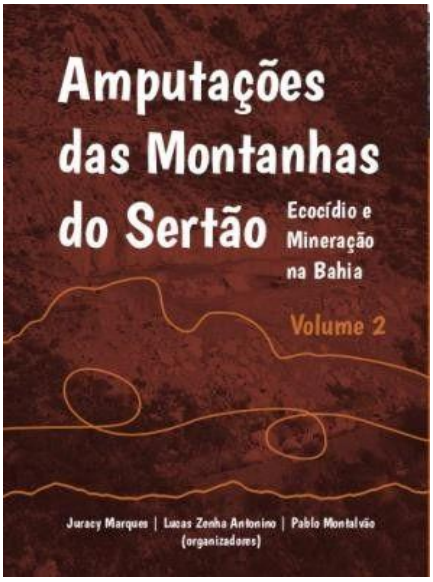


Imagem 5 (SABEH, 2021)

Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia é o segundo relatório de denúncias do Movimento Salve as Serras, em 475 páginas, publicado no ano de 2021, cuja temática anuncia o elemento terra, que conta com a contribuição de 8 autoras e 13 autores, que escreveram, além da apresentação, 12artigos/capítulos e que foi organizado por Juracy Marques, Lucas Zenha Antonino e Pablo Montalvão.

Na Apresentação da obra os organizadores, resumidamente e referindo-se ao título do livro, escrevem que a ideia foi denunciar que quando ocorre a destruição das montanhas pelas mineradoras não existe mais volta, elas foram exauridas totalmente e para sempre e que as próteses que são oferecidas à terra por meio de Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) são testemunhas do desamor sentido por nossa casa comum e as chagas que parecem ser da Terra são dos humanos que expõem a forma como decidem fundar os alicerces das civilizações (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Para Marques, Antonino e Montalvão (2021) a questão ambiental no mundo é ditada pela política que é controlada pela economia que, em muitos casos, está ancorada num desprezo total pelos limites ecossistêmicos da Terra e intuem que os grandes poderios econômicos fazem laços, em muitos casos, também com o crime organizado. Os autores também tecem críticas à Lei Kandir[15] promulgada em 1996 pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda vigente, que beneficiou (beneficia) aqueles quefazem exportação de *commodities*, incluindo os minérios, bens não faturados, com isenção de impostos para exportação de produtos que não passam por beneficiamento industrial.

Dizem que as atividades das mineradoras não geram lucros para a nação, mas sim prejuízo porque, no final das contas, o que acontece mesmo é exploração e roubo e que ainda pagamos pelos passivos deixados por essas práticas. Assentem, portanto, que, nos termos que está sendo conduzida, a mineração é um péssimo negócio para o Brasil, pois além de não ficarmos com a riqueza decorrente da extração minerária, pagamos valores absurdos para compensação dos graves passivos socioambientais (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Dispensam atenção especial aos garimpos, tidos como campos de concentração, porque, mesmo constituídos como atividades de subsistência de milhares de famílias pobres e que se submetem a este trabalho como forma de geração de renda, permeadas pela ilusão de enriquecimento rápido, os garimpos são, além de uma realidade caótica em si com situações análogas à escravidão, um projeto de poder forjado nas entranhasda política corrupta e na atuação de organizações legais e ilegais que controlam o

[15] Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

comercio minerário no Brasil e que o Estado fecha os olhos para esta dura realidade. (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Com o objetivo de evidenciar os conflitos territoriais na Bahia envolvendo o setor mineral em diferentes temporalidades (passado, presente e futuro) Antonino e Germani (2021), no primeiro capítulo da obra, intitulado A Mineração e os Conflitos Territoriais na Bahia, nos dizem que em todos os períodos da formação do território brasileiro, o uso intensivo dos bens naturais foi e continua sendo feito de forma predatória e sempre esteve aliado ao uso de violência para submeter as populações, sobretudo os povos originários e as comunidades tradicionais. Revelam-nos também que no desenvolvimento e na implantação de territórios extrativo-minerais na Bahia são observadas ações disciplinares rigorosas e austeridade generalizada em busca desses recursos.

Antonino e Germani (2021) discorrem ainda que mesmo as pesquisas e prospecções minerais já causam conflitos em vários territórios, dizendo que pelos resultados passados e do presente o prognóstico futuro não é animador e que pela formação territorial brasileira consolidada como uma plataforma territorial econômica de alta valorização de capitais mercantis, a partir da extração predatória e voraz, o estado brasileiro e baiano são máquinas de exclusão e depredação cultural, ambiental,de pessoas e espaços (serras, montanhas, rios, florestas, mares, mangues) e biomas, os mais diversos, que são amputados o tempo inteiro por esse chamado progresso que nos vendem a todo instante e no qual, à medida que o tempo passa, amplia-se a desigualdade social.

Revelam que, com as experiências de pesquisa do GeografAR [16] em comunidades tradicionais na Bahia, percebendo as formas de acesso a terras e as disputas territoriais, notam a ocorrência das fragilidades comunitárias, pois os grandes projetos agem com violência nos territórios mesmo antes de as mineradoras, as eólicas e as barragens chegarem nessas regiões, pois a partir das questões agrárias é possível

[16] Trata-se do Grupo de Pesquisa GeografAR – UFBA. O Projeto Integrado de Pesquisa "A Geografia dos Assentamentos na Área Rural" – Projeto GeografAR – vem, desde 1996, desenvolvendo as suas pesquisas apoiado pelo CNPq tendo como proposta analisar o processo de (re) produção do espaço geográfico no campo baiano, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades (Fonte: https://geografar.ufba.br/historico).

abordar as interferências da mineração e suas contribuições para acentuar os conflitos agrários no Brasil e na Bahia (Antonino; Germani, 2021).

Expõem também que as mineradoras têm mapeado os municípios, sabem aonde há viabilidade econômica para exploração e que em um considerável número de municípios tem algum tipo de conflito, havendo uma concentração na região centro norte da Bahia. Então, com toda a prospecção e mapeamento de viabilidade, as empresas desejam realizar a exploração, aguardando apenas concessão de lavra e licenciamentos ambientais, que não se demoram e legitimam todo o processo ecocída pela mineração.

No capítulo dois, CFEM: Quanto Vale a Vida?, Almacks (2021) descreve que dentro do processo de licenciamento no Brasil foi criado um sujeito chamado de poluidor pagador, status que promove nos empresários uma certa sensação de que, por pagarem a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que não é um imposto, eles podem poluir, podem acabar com os corpos hídricos, podemacabar com uma cidade.

Fernandes, Mendes e Marques (2021), em O Ouro de Jacobina: Uma Longa História de Degradação Ambiental, revelam-nos que a mineração de ouro em Jacobina começou no século XVIII, em forma de garimpo e no final do século XIX foi aberta uma mina de um brasileiro e depois de um tempo passou para capitais americanos, depois para o capital inglês e até o ano de 2021 estava sob o capital canadense, pela empresa Yamana Gold, mas que em 1985 já começaram as queixas e denuncias de poluição hídrica, citando o derramamento de cianeto em vários riachos que ficam próximos à mineração chegando à barragem de onde a EMBASA retira a água para abastecer a população, contaminação que, segundo os autores, reportaram teores dez vezes maiores que o máximo permitido pela legislação.

Descrevem que existe uma série de problemas não resolvidos e um passivo ambiental enorme, seja pela mineração a céu aberto, que causou uma ferida enorme na serra, seja pela existência de uma barragem antiga[17] da mineração que foi construída antes de se criar a legislação ambiental no Brasil e ela não ter impermeabilização no

[17] Segundo Fernandes, Mendes e Marques (2021), em uma época em que o ouro estava com seu preço muito baixo, a Jacobina Mineração e Comércio (JMC), precursora da Yamana Gold, fechou e ofereceu ao prefeito que usasse aquela barragem para receber o lixo de Jacobina, mas a mobilização de movimentos sociais, que era muito atuante em Jacobina à época, numa audiência pública, rechaçou a proposta junto a população.

fundo, o que gera uma alta concentração de metais pesados como o cianeto, o ferro e o níquel que se infiltram no subsolo (Fernandes; Mendes; Marques, 2021).

Relatam que a mineração chegou a desfazer uma comunidade inteira (Canavieira) de antigos garimpeiros que ali vivia há quase cem anos, pois fizera o desfavor de comprar todas as roças e terras dos moradores por valores que não ultrapassaram os R$100.000,00. No ano de 2014/2015 essas famílias venderam suas terras e foram para as periferias de Jacobina e com isso seus modos de viver foram estraçalhados, já gastaram todo o dinheiro e não têm mais suas terras/roças onde produziam seus alimentos e seus filhos não têm onde construir suas casas quando crescerem. Com isso a mineração contribuiu para aumentar a pobreza e a miséria em Jacobina (Fernandes; Mendes; Marques, 2021).

Alertam que no subsolo já existem pelo menos trezentos quilômetros de galerias que encontram inúmeras nascentes e tiram essa água para usar no processo industrial e com isso secam as nascentes superficiais. Também que os brasileiros jacobinenses estão doando toda sua água e toda a sua riqueza, porque o ouro que sai de Jacobina não paga Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS) e que, com isso, quem está lucrando são os acionistas canadenses e norte americanos. Eles e denunciam que o Brasil está voltando ao período colonial, um novo circulo de colônia entregadora de matéria prima para o exterior (Fernandes; Mendes; Marques, 2021).

Marques *et al.* (2021), em Mineração em Jaguarari: Feridas Silenciosas que Matam, descrevem que oficialmente a Mineração Caraíba Metais foi criada em 1969 por Francisco Matarazzo Pignatari e entregue ao Governo Federal em 1974, assumida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que financiou a implantação da unidade de metalurgia em Camaçari/BA e de uma mina de cobre a céu aberto e outra subterrânea no Distrito de Pilar, Jaguarari/BA, mas só em 1979 teve início a exploração a céu aberto com a produção de concentrado de cobre, considerado um dos metais industriais mais importantes do mundo.

Em 1988, com o Programa de Privatização do governo Sarney, a Caraíba Metais passou para o controle da iniciativa privada, mas, resistindo ao processo de privatização e lutando pelos direitos trabalhistas dos empregados e para que a empresa permanecesse estatal, estava o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Ferro,Metais Básicos e Preciosos (SINDIMINA), que teve como líder e proponente de que a empresa fosse comprada pelos próprios trabalhadores o técnico em manutenção de

mineração Ariomar Rocha, que fora voto vencido e, posteriormente enquanto vereador, fora assassinado[18] (Marques *et al.*, 2021).

Assentem também que mesmo sendo responsável pela terceira maior exploração de cobre do Brasil (12,1%), ficando atrás da Mineradora Vale (56,9%) e Mineração Maracá S/A(28,5%), a Mineração Caraíba, atual Ero Brasil, encontra-se no Inquérito Civil nº127.0.102096/2009, instaurado pela Promotoria Regional de Meio Ambiente do Ministério Público da Bahia, em situação de ilegalidade e um passivo em Termos de Ajustamento de Conduta ou de Termo de Compromisso Ambiental de, pelo menos, 200.000.000, 00 (Marques *et al.*, 2021).

Marques *et al.* (2021) descrevem que a Mineração Caraíba (Ero Brasil) possui a maior bacia de rejeitos da América Latina, composta por rejeito de cobre, numa área de 653 ha com volume de 23 milhões de metros cúbicos, instalada sobre uma rede de drenagem superficiária constituída por três riachos (Santa Fé, Sulapa e da Vaca) que formam o Rio Curaçá, que cai no Açude de Pinhões e deságuam no Rio São Francisco.

Revelam também que no ano de 2007 a Federação de Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semiárido (FAESA) e a Empresa de Participação Comunitária (EPTC) formalizaram, junto a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e ao Ministério Público, uma denúncia de crime ambiental em decorrência do vazamento de substâncias químicas (ácido sulfúrico) que atingiu o Riacho Sulapa, ocasionando a morte acentuada de peixes, mas que também constam no Inquérito Civil nº127.0.102096/2009 o registro de pelo menos 4 acidentes provocados pelo empreendimento entre os anos de 2003 e 2009 e a existência de 111 processos envolvendo a Mineração Caraíba (Marques *et al.*,2021).

Marques *et al.* (2021) escrevem que a presença de metais pesados em água de consumo é um dos principais fatores para a intoxicação humana e que devido a fortes chuvas, que fizeram transbordar uma bacia de concentração, a empresa foi palco de um grave transtorno ambiental com a contaminação de áreas de fundo e fecho de pastos, nas quais caprinovinocultores e agricultores de Jaguarari, Uauá, Juazeiro e Curaçá criam seus rebanhos de subsistência.

---

[18] Suspeita-se que, à época enquanto vereador da cidade de Jaguarari, tinha um dossiê sobre o então prefeito Edson Luiz de Almeida, citado nos autos do processo e investigado como mandante intelectual do crime.

Revelam também que, apesar do entendimento do Ministério Público de que o município de Jaguarari não possuía (e ainda não tem) uma equipe técnica adequada e concursada para exercer atividade de licenciamento, foi adotada uma política irresponsável de estímulo à atividade minerária e que, por tamanha imprudência, existem cerca de duas dezenas de mineradoras em atividade no território de Jaguarari, quase todas sob questionamento jurídico (Marques *et al.*,2021).

Marques *et al.*(2021) apontam o adoecimento dos trabalhadores por exposição a poluentes e poeira, a poluição sonora e visual, as rachaduras em edificações, os abalos sísmicos, o ultra lançamento de fragmentos de rocha, a redução da biodiversidade e dos habitats naturais, a supressão de vegetação, a perda do solo superficial, aumento do processo de erosão, degradação da flora com a deposição de rejeitos, alteração paisagística, contaminação de riachos, rios e nascentes e a destruição de sítios paleoarqueológicos como impactos socioeconômicos, geoecológico e ambientais.

Com o objetivo de analisar se as atividades minerárias que ocorrem e se expandem nas comunidades tradicionais de fundo de pasto do semiárido baiano, nos municípios de Curaçá e Uauá, e identificar elementos que indicam tratar-se de um projeto de vida ou de morte para essas comunidades/comunitários, Lopes e Souza(2021) anunciam que a Bahia, a partir de 2019, passou a ser o quarto maior produtor mineral do país, atrás de Minas Gerais, Pará e Goiás, sendo responsável por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) da atividade no Brasil e que ocupa a primeira posição no país em requisições de área para pesquisa mineral.

Lopes e Souza (2021) discorrem ainda que os impactos no meio ambiente e nas comunidades de fundo de pastos no entorno das mineradoras são registrados com o aumento do passivo ambiental pelas atividades minerárias, problema de saúde e bem estar da população, presença permanente de conflitos envolvendo disputa pelo uso e ocupação do solo, grilagem de terras, poluição sonora, depósito ou abandono de resíduos e rejeitos de minerais em locais impróprios e degradação e alteração da paisagem natural.

Relatam ainda que identificaram elementos que atuam como destrutivos para o meio ambiente e que colocam em risco a produção comunitária de milhares de famílias, concordando que não representam um projeto de vida, mas sim de morte, para todos os envolvidos e que enquanto as empresas minerárias estabelecem um cálculo meramente econômico para os impactos por elas produzidos, as comunidades camponesas consideram valores culturais, simbólicos, religiosos e históricos que não podem ser

mensurados pela escala monetária, o que caracteriza agressão aos direitos humanos dessas comunidades (Lopes; Souza, 2021).

Enquanto representante da Articulação Estadual das Comunidades de Fundos e Fecho de Pasto da Bahia, membro da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT), Valdivino Rodrigues de Souza diz testemunhar as realidades vividas nas comunidades de fundo de pasto na região relatando que "a mineração tem trazido não desenvolvimento para comunidade, mas muitas mazelas, muita preocupação e muita destruição para as comunidades tradicionaisde fundo de pasto" e que se preocupa muito porque, por conhecer as comunidades, a exemplo da Comunidade de Santana, onde, há mais de 20 anos a empresa Patamar de Mármore e Calcário está instalada, convive com relatos dos moradores dizendo que não suportam mais a situação em que a pó do calcário cobre toda a vegetação em um raio detrês quilômetros impedindo que os animais pastem e se alimentem, o que revolta a todos (Lopes; Souza, 2021).

Militantes do Movimento de Fundo e Fecho de Pasto, Santos e Santos (2021) falam-nos da indignação dos comunitários impactados pelas ações extrativo-minerais da Mineração Ferbasa no município de Andorinha e denunciam a amputação dos seus direitos e a desterritorialização dos seus recursos e dos próprios territórios onde estão inseridas secularmente.

Ressaltam a importância do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia para as comunidades campesinas tradicionais que compreendem o município de Andorinha, registrando inúmeras injustiças que ocorrem dentro dessas comunidades como o assalto dos seus recursos minerais, admitindo que no passado foram grandes descobertas, mas que tem custado muito às pessoas que vivem nesses espaços: tem custado os rios, a caatinga e seus modos de vida (Santos; Santos, 2021).

Informam que o município de Andorinha reserva um dos maiores depósitos de cromita do Estado e que essa riqueza enaltece os interesses pelos subsolos das comunidades, o que gera mais desigualdades e conflitos, destacando Medrado, Ipueira dos Negros e Monte Alegre como as principais comunidades impactadas e ainda ratificam que todo o relatório firma-se como denúncia e instrumento científico de luta pelos seus ambientes, fruto da ousadia de jovens do campo, indignados com a realidade que reúnem árduas vivências dos povos do campo dentro dos seus próprios territórios, alvos cada vez mais constantes do capital mineral (Santos; Santos, 2021).

Santos e Santos (2021) agregaram à sua escrita a história de povos que cansaram de ser depenados pelos interesses das grandes empresas mineradoras que destroem a Caatinga, seus modos de vida e, consequentemente de suas identidades, mas enfatizam que são contrários às políticas minerais que são inseridas em suas comunidades, deixando como herança a degradação com superfícies devastadas, sem fauna nem flora em nome do tal desenvolvimento invisível que tanto explora.

A escrita de Lima e Braga (2021) trata da extração de ferro no município de Sento Sé, que pertence ao território do Sertão do São Francisco e que está sendo atravessado por vários projetos modernizantes, que se depararam, inicialmente com os impactos dos complexos eólicos no Parque Boqueirão da Onça e mais recentemente com as intervenções da empresa IRON Mineradora para a extração de ferro.

Ressaltam que Sento Sé é um território indígena comprovado pelas pinturas rupestres com mais de três mil sítios arqueológicos já catalogados e que ainda na atualidade é possível perceber remanescente das etnias Truká, Kaimbé, Tupiná, Tomaquim, Atikum, Amoipirá, Acoroá, Criquirim, Tuxá e Guegoá realizando rituais junto aos boqueirões e grotas das serras, onde seus ancestrais registraram painéis de pinturas e gravuras rupestres (Lima; Braga, 2021).

Retratam que os moradores de Sento Sé vivem um atravessamento de grandes projetos como a instalação do Parque Nacional e da Área de Proteção Ambiental – PARMA e APA Boqueirão da Onça, a instalação de Parques Eólicos e a exploração dos recursos minerais por garimpeiros e por grandes empresas do setor da mineração.Também que a presença de pesquisadores e empresas de georreferenciamento tem sido constante e que cada vez mais percebe-se autorizações e licenças tanto para estudo quanto para exploração e instalações de empreendimentos multinacionais, tendo como mais recente o Projeto Tombador da empresa Iron Mineração, que já iniciou o processo de demolição da Serra da Bicuda, considerada como patrimônio pelos moradores dos povoados de Aldeia, Pascoal, Limoeiro, Tombador, Retiro de Baixo, Retiro de Cima, Itapera, Andorinhas, Cajuí, Volta da Serra e Ponta D'Água (Lima; Braga, 2021).

Lima e Braga (2021) denunciam que a licença para instalação do Projeto Tombador pela Iron foi concedida em 20 de agosto de 2020, mas que não aconteceu a consulta prévia, livre e informada às comunidades como preconiza a convenção 169[19]

[19] A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um tratado internacional adotado em 07 de junho de 1989 pela Conferência Geral da OIT em Genebra, Suíça, que ocupa-se dos direitos

da Organização Internacional do Trabalho, sem apresentar os estudos de impactos ambientais nem relatórios de impacto ao meio ambiente e em maio de 2021 o INEMA liberou a licença de operação.

Segundo Lima e Braga (2021) a tramitação se deu muito rapidamente e as transformações nos espaços físicos, com o transito de carretas e movimentação de muitas pessoas pelas comunidades também. Julgam que a exploração mineral geraferidas nas serras, mas também nas pessoas do lugar porque, apesar de banalizada, as paisagens da Serra da Bicuda são compostas por um rico ecossistema da Caatinga.

Dizem tratar de um ecocídio que impacta diretamente as vidas de centenas de famílias, cujas histórias e modos tradicionais transformam-se literalmente em poeira. Inclusive em uma Audiência Pública as reclamações se deram, primeiro, por conta de as pessoas não terem sido ouvidas e não terem participado em nenhum momento desse processo e as conseqüências que estão afetando as populações como a poeira, o fluxo de muitas pessoas de fora transitando pelas comunidades, em plena pandemia e sob o olhar permissivo do Estado em favor do Capital Mineral (Lima; Braga, 2021).

Descrevem que os impactos são visíveis de longe com o desmatamento e o desequilíbrio ambiental relatados pelos moradores que constantemente percebem enxames de abelhas dentro das comunidades, o que não era comum antes do processo de instalação do empreendimento. Expõem também a agravante condição de descaso para com o acervo arqueológico da Serra da Bicuda e denunciam que, mesmo diante de graves ameaças de destruições e constantes mobilizações, as vozes dos comunitários são ignoradas. As comunidades não se calaram, não silenciaram diante dos ataques aos seus modos de viver, mas nunca foram ouvidas, foram sempre ignoradas tanto pelos governos, quanto pelas empresas (Lima; Braga, 2021).

Discorrem que em uma dessas mobilizações, as comunidades do entorno da Iron Mineradora se reuniram e perante a Procuradoria da República, unidade de Petrolina/PE pediram a imediata suspensão do desmatamento, dos serviços e obras autorizados pelas licenças de instalação concedida pelo INEMA e pediram também uma audiência pública

---

dos povos indígenas e tribais incluindo medidas para garantir que os membros desses povos se beneficiem, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades previstos na legislação nacional paraos demais cidadãos, que seja promovida a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições e ajudar os membros desses povos a eliminar quaisquer disparidades socioeconômicas entre membros indígenas e demais membros da comunidade nacional de uma maneira compatível com suas aspirações e estilos de vida (Fonte: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20- junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf)

para que a empresa prestasse esclarecimentos acerca da extração e beneficiamento do minério, sobre a destinação dos rejeitos e sobre os impactos diretos e indiretos às pessoas e ao meio ambiente, em especial o risco de contaminação das águas do lago (Lima; Braga, 2021).

Os autores dizem que o INEMA se defendeu dizendo que todo o processo estava em conformidade com a legislação ambiental e que todas as normas foram atendidas, mas para Lima e Braga (2021) os benefícios apresentados pela empresa e ratificados pelos órgãos licenciadores e fiscalizadores não se sustentam quando considerados a partir da problematização dos próprios moradores, sobre a vida, sobre a história dessas populações, sobre o sentido de todo esse patrimônio arqueológico, cultural e natural desses territórios.

Os dois últimos capítulos do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia e que antecedem a descrição dos currículos dos autores são escritos que tratam da exploração mineral garimpeira. Em Garimpos nas Serras de Sento Sé: Um Grito de Socorro Mariluze Amaral mostra-se incisiva ao dizer que estão destruindo o patrimônio arqueológico de Sento Sé antes que seja conhecido e que isso aconteceu desde antes, quando a Companhia Hidro Elétrica do SãoFrancisco (CHESF) retirou vasta quantidade de materiais arqueológicos e foram levados sem que o sentoseense saiba para onde, pois não há registros no município do paradeiro dos achados arqueológicos que a CHESF tirou e as empresas estão fazendo a mesma coisa (Amaral, 2021).

Critica a forma e a composição da criação e regência da Comissão de Acompanhamento do Empreendimento indagando como, quando, quem a criou e por que os moradores representantes das comunidades diretamente impactadas não fazem parte dela? Instaurando que, diante desse *modus operandi*, muito ainda precisa ser discutido e observado também porque nas comunidades atuais, mesmo sob as práticas de colonização que se repetem, dispõem de mais acesso às informações e a seus direitos (Amaral, 2021).

Amaral (2021) discorre que, as áreas que foram entregues às mineradoras e às empresas eólicas são áreas que deveriam ser protegidas, prioritariamente, porque são áreas onde ficam as nascentes, habitats das onças e áreas consideradas territórios sagrados pelos ancestrais. Relata também que existem muitas estradas abertas nas serras, que os animais estão descendo, que não existe monitoramento, que é comum

encontrar nas residências cobras, camaleões e outros animais, que aumentou, em muito, o numero de grilagens e de brigas pela posse da terra.

A autora denuncia que as nascentes estão pedindo socorro, principalmente aquelas que estão nos boqueirões, visto que toda a região de Sente Sé passou a ser Boqueirão da Onça a partir da criação do Parque Nacional, embora sejam 167 feições arqueológicas, 167 boqueirões com 195 nascentes identificadas em cima das serras, semcontar as de planícies como as nascentes termais de Brejo da Brasa, Limoeiro e algumasprecisando urgentemente de recuperação, como é o caso das que fazem parte da microbacia do corrente, no Brejo de Dentro, onde as nascentes ou já morreram ou estão agonizando (Amaral, 2021).

Já em Formigueiros Humanos: Relatos de um Filho de Garimpeiro Antonio Amorim, que se auto descreve como viveirista, combatente de incêndio, condutor local, apaixonado pela natureza e filho de garimpeiros e que nasceu no povoado de Marota, próximo ao distrito de Carnaíba, em Pindobaçu/BA, diz que desde a década de 1972 que as esmeraldas de Pindobaçu são faladas na mídia e que nas últimas aparições, inclusive pelo canal Globo, falou-se muito bem das esmeraldas, em especial sobre a canga que está nos Estados Unidos, que é considera a maior do mundo (Amorim, 2021).

Amorim (2021) revela que há uma vida diferenciada em levar em conto os quinjilas, que são mulheres, homens, crianças e idosos que não têm o serviço ou corte dentro do garimpo, que pessoas que sobrevivem do aproveitamento das migalhas que saem dos buracos. Diz que, quando se pensa em riquezas pelo garimpo, poucas pessoas têm condições de chagar a esse sonho tão esperado, pois esteve trabalhando no garimpo entre os anos de 2000 e 2004 e sempre tinham, pelo menos, mais 400 pessoas trabalhando no subsolo de uma forma insegura.

Descreve que os riscos iam desde a descida e subida até a parte elétrica e hidráulica, mas também por desabamentos e que muitas mortes ocorreram de pessoas em busca desse sonho. Relata que tiveram pessoas que enriqueceram com uma esmeralda de um milhão e em poucos dias perderam tudo e conta que sua mãe encontrou esmeraldas do tamanho de 3 caroços de pinha, em 1989, e para comprar dela tiveram que se juntar 3 pessoas, de tão valiosas que eram as pedras, mas que, infelizmente, quase todo o dinheiro, que foi aplicado no banco no período do Plano foi perdido (Amorim, 2021).

Aludindo ao garimpo de Carnaíba, em Pindobaçu, Amorim (2021) diz que é retratado como a maior jazida de esmeralda do mundo e que no inicio encontrava-se

esmeraldas de um a dois metros de profundidade e nos anos 2000, quando lá trabalhou descia e caminhava mais de 100 metros de profundidade em busca de um dia enricar também. “Eu vi a fome perto de mim. Algumas vezes que eu saia pra comprar pão eu era cercado por crianças me pedindo pão e eu acabava entregando aqueles pães”.

Para Amorim (2021) a realidade dos garimpos de Carnaíba e de outros lugares é que nem todos se dão bem. Tem as questões de doenças como a silicose e os desabamentos que matam muitas pessoas apesar de existir uma Cooperativa. Ele relata o episódio em que cinco pais de famílias perderam a vida em uma mina em Carnaíba quando eles desciam e o cabo de aço da gaiola em que estavam se rompeu. E que ele mesmo passou por uma situação muito tensa quando do cabo de aço de sustentação da gaiola em que estava, de 90 metros, que tem cinco pernas, quebram-se duas, mas as outras três o permitiram chegar a superfície.

E revela que a história do garimpo de Carnaíba começa com um sonho que um Senhor conhecido como Seo. Manelinho teve do lugar exato das esmeraldas. Como esse senhor era catador de coco babaçu, ao tirar uma moita de capim que o atrapalhava percebeu que em suas raízes tinham muitas pedrinhas de esmeralda cristalizadas presas ao solo. Levou as pedras para mostrar a outros garimpeiros e a história se propagou e de lá pra cá Carnaíba é considerada a capital da esmeralda.

2.3 Vozes sociais do enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos

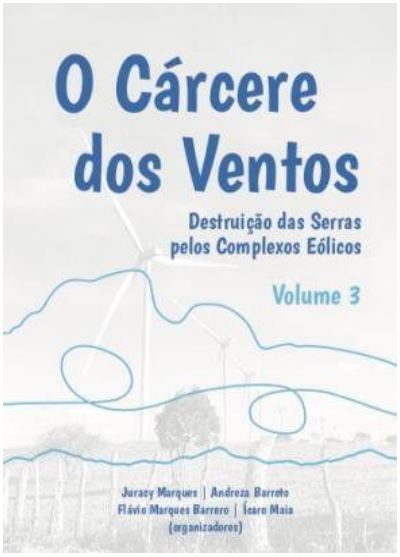


Imagem 6 (SABEH, 2021)

O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos foi o terceiro livro/relatório escrito por 20 pesquisadores do Movimento Salve as Serras e publicado em 2021. A obra foi organizada por Juracy Marques, Andreza Barreto, Flávio Marques Barrero e Ícaro Maia, constante de 10 (dez) sessões: 01 (uma) apresentação, 8 (oito) capítulos/artigos e 01 (um) resumo acadêmico dos autores e das autoras, além de imagens, figuras, quadro e mapas.

A sessão Apresentação foi escrita coletivamente, e nela os organizadores do livro evidenciam que para o Capital, enquanto alicerce da adoecida civilidade moderna, os ventos, assim como as águas, as matas e as terras são apropriados como mercadorias, como mais uma *commoditie*, numa lógica eco e etnocída num contraponto aos sentidos dados pelos povos indígenas e de ancestralidade africana que tratam a natureza como algo sagrado e o vento como Espírito (Marques *et al.*, 2021).

Para Marques *et al.*, (2021) O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos revela graves problemas que estão ocorrendo com a instalação de grandes complexos eólicos nas serras do sertão por se tratar de um modo de produção de energia que não é limpa e que denuncia um perverso casamento entre o Estado e o Capital a partir de métodos sujos.

Inscrevem ainda que, em longo prazo, a operacionalização das torres instaladas nas serras do sertão servirá como vetor acelerador da morte de rios, riachos, nascentes, felinos, aves e morcegos (jardineiros da caatinga), acelerando o processo de

desertificação do semiárido, intensificado nos topos das serras do sertão, importantes caixas d'águas para os sertanejos (Marques *et al.*, 2021).

Outra temática abordada nos enunciados do livro é o dilema das comunidades tradicionais da Bahia frente aos impactos socioambientais causados pelas eólicas com a conivência do Estado, pois a forma como os parques eólicos vêm sendo instalados destroem a biodiversidade e desrespeitam os modos tradicionais da ocupação humana em ambientes serranos (Marques *et al.,* 2021). Eles inferem que a opção pelo modelo de desenvolvimento a partir da implantação de gigantescos parques eólicos em topos de serras caracteriza o ecocídio e o etnocídio nas serras do sertão da Bahia.

Descrevem ainda que a intenção dos pesquisadores, instituições, associações e demais movimentos que integram o Movimento Salve as Serras, unidos aos objetivos da equipe da Nova Cartografia Social do Brasil (Núcleo São Francisco), além de lutar contra narrativas que disseminam a ideia de que os empreendimentos eólicos produzem energia limpa, é expor que, de um lado, o Estado e o Capital estão lucrando muito com os ventos, mas que, do outro lado, a socioecobiodiversidade das serras está sendo destruída (Marques *et al.,* 2021).

No primeiro capítulo, intitulado Terras Públicas, Comunidades Tradicionais e Corredores de Vento[20]: Caminhos da Energia Eólica na Bahia, Ribeiro e Oliveira (2021) descrevem os impactos socioeconômicos de empreendimentos eólicos no semiárido baiano. Nele as autoras revelam que as áreas com potencial eólico do Estado da Bahia estão concentradas na região semiárida, carente de chuvas, baixos índices de desenvolvimento econômico, presença de várias comunidades tradicionais e que, com a chegada desses empreendimentos, uma serie de mudanças ocorrem provocando alterações como grilagens de terras, alterações nos modos de vida local e adoecimento de pessoas.

Ribeiro e Oliveira (2021) denunciam ainda que nos corredores de ventos da Bahia, na interface entre as comunidades tradicionais e os empreendimentos geradores de energia eólica, os contratos de arrendamento dos empreendimentos limitam ou impossibilitam o acesso dos proprietários ou posseiros às suas terras com a conivência

[20] A Instrução Normativa conjunta SDE/SDR/CDA/PGE Nº 01/2020 considera como corredores de vento as regiões de elevado potencial eólico, elegíveis para a implantação de usinas de geração de energiaeólica. No Atlas Eólico da Bahia esses corredores sobrepõem-se aos territórios e Comunidades Tradicionais que, no norte do sertão baiano, coincidem com uma gigantesca área das serras da porção norte do sertão da Bahia.

do Estado, pois este cria mecanismos de celeridade para essas intervenções a exemplo da Instrução Normativa 01/2020, transferindo o dever do Estado de regularização fundiária dos territórios tradicionais para a iniciativa privada, deixando as comunidades tradicionais a mercê das empresas.

Caçadores de Sacis: o Redemoinho de Projetos Eólicos na Chapada Diamantina é o segundo capítulo do livro, de autoria de Gisele Moreira Gomes, e revela a dinâmica das águas e seus movimentos cíclicos: precipitação, volumes superficial e subterrâneo, alimentação dos lençóis, de nascentes, rios, riachos e bacias hidrográficas. Mas aponta também que há uma agenda política formada por uma rede tecida por chefes de estados (ministros, ex-ministros, governadores, deputados e prefeitos) a favor da implantação de parques eólicos em toda a Chapada Diamantina, o que compromete o fluxo natural dos bens hídricos e, consequentemente, toda socioecobiodiversidade serrana.

Gomes (2021) ressalta que pelo artigo 23, inciso III da Constituição Federal do Brasil, as Serras do Sertão da Bahia, por apresentar paisagens naturais notáveis, devem/deveriam ser protegidas, mas que as gigantescas torres com turbinas em série dos complexos eólicos impactam e destroem a beleza cênica das paisagens dessasregiões. E ainda denuncia que aqueles políticos esquecem que a sustentabilidade numa região de ecossistemas tão complexos e frágeis deve estar muito além dos ganhos econômicos e que eles são, portanto, partícipes do ecocídio da socioecobiodiversidade das serras baianas, pois exterminam nascentes, rios, cachoeiras, vegetações, bichos e o modo de viver secular das comunidades tradicionais das Serras do Sertão da Bahia.

Da autoria de Flávio Marques C. Barrero, Elder Ribeiro Freitas e Juracy Marques, o artigo Complexo Eólico de Campo Formoso: Asas no Chão – Norte e Sul revela e denuncia que há fragilidade no processo de licenciamento ambiental de complexos eólicos na Bahia; que o *modus operandi* das empresas detentoras do direito de explorar o potencial eólico se repete com a fragmentação de um complexo eólico em parques de até 15 torres e que o comportamento do Estado baiano é permissivo, conivente e conveniente com esses empreendimentos (Barrero; Freitas; Marques, 2021).

Alan Ferreira Bonfim e Karolaine Gonçalves da Silva, que escreveram o quarto artigo, A Transformação da Caatinga em Açougue de Espécies Raras: Sucos e Bifes de Araras, Morcegos e Onças, revelam e denunciam que o avanço do processo de industrialização e desenvolvimento econômico força a requisição por uma demanda energética e que os empreendimentos eólicos, com o argumento da energia

renovável/limpa, têm sido responsáveis pela morte de morcegos, araras e afugentamento de felinos (onças).

Bonfim e Silva (2021) inferem que a ecologia dos povos que habitam as serras do sertão da Bahia depende dos ambientes montanhosos, tanto dos bens físicos equímicos, quanto da subjetiva invisibilidade religiosa e espiritual. E externam que, diferente de outros países como os EUA onde foi possível quantificar a morte de mais de 500.000 aves por ano em colisão com torres eólicas, no Brasil não há disponível publicamente estudos que precisem esse tipo de informação, mas sim ocultação de dados.

Outra catástrofe que denunciam é que o movimento das pás/hélices dos aerogeradores cria uma espécie de bolsão de ar comprimido no qual há uma aumento significativo na pressão do ar que leva os morcegos à morte por barotraumatismo e que a movimentação de máquinas e homens, suprimindo vegetações e transformando as serras em extensas manchas de deserto, tem afugentamento também onças edesorganizado a cadeia alimentar desses felinos, provocando a migração de seus habitats, nos topos das serras, para os sopés onde alimentam-se de criações e animais domésticos (Bonfim; Silva, 2021)

Há, portanto, a relevante constatação que os animais polinizadores de muitas espécies da flora das serras e muitas espécies de aves plantadoras de árvores e, consequentemente, de águas e vidas estão sendo dizimadas por conta dessa tida transição energética que não substitui energia poluidora por energia limpa, mas, em muito, implementa políticas neocolonialistas, eco e etnocída optando pela implantação de grandes complexos eólicos nas serras do sertão da Bahia,.

Com o objetivo de realizar uma revisão sobre os estudos da biodiversidade no mosaico de Unidades de Conservação do Boqueirão da Onça (Parque Nacional do Boqueirão da Onça e Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça) para compreender os possíveis impactos na instalação dos aerogeradores na região e subsidiar os técnicos no planejamento de conservação da biodiversidade, José Alves de Siqueira, Mariana Macário de Lira e Maria Jaciane de Almeida Campelo, em Eólicas e Biodiversidade no Boqueirão da Onça: uma Combinação Possível? relatam e denunciam que há uma subestimação da biodiversidade no bioma Caatinga ao longo de muitas décadas. Também que essa condição dar-lhe o status de bioma com a conservação da diversidade biológica mais desprotegida do Brasil.

Siqueira, Lira e Campelo (2021) comunicam que desde 1990 a indústria de energia eólica vem crescendo no Brasil e que nosso país lidera, junto com Estados Unidos e México, sua produção nas Américas. Segundo dizem, essa liderança é devida ao nordeste brasileiro que responde por 85% da produção nacional e que a caatinga possui 70% das áreas com potencial de instalação e expansão desses empreendimentos,o que os leva a se propagar por toda a caatinga, inclusive em áreas com prioridade de conservação e em áreas legalmente protegidas.

Relatam que as Unidades do Boqueirão da Onça possuem um dos maiores potenciais eólicos do nordeste brasileiro e isso despertou o interesse das empresas que instalaram parques eólicos na região onde está inserida a Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça. Também que a Unidade Boqueirão da Onça apresenta microclimas ideais para colonização em substrato vegetais e que suas nascentes propiciam o desenvolvimento de macrófitas bioindicadoras da qualidade de água (Siqueira; Lira; Campelo, 2021).

O estudo revela ainda que na Unidade de Conservação Boqueirão da Onça existem sítios arqueológicos e paleontológicos que registram vestígios da presença humana histórica e pré-histórica e que é a região onde está a maior caverna do Hemisfério Sul (Toca da Boa Vista). E que na APA Boqueirão da Onça foram registrados 3.691 espécimes botânicos e reunidos 476 gêneros e 109 famílias (Siqueira; Lira; Campelo, 2021).

Siqueira, Lira e Campelo (2021) nos dizem que nessa mesma área também foram registrados 1164 aerogeradores entre instalados e planejados, sobrepostos àsáreas de maior riqueza florística, o que ocasiona impactos diretos e indiretos nas comunidades vegetais que precisam ser suprimidas para instalação das torres, sem o devido resgate do germoplasma nem recuperação das áreas degradadas. As torres eólicas impactam também reduzindo as populações de aves e morcegos, que impactam espécies vegetais, pois não serão mais polinizadas e dispersadas sem as aves e os morcegos e, consequentemente, toda a cadeia alimentar que envolve os processos ecológicos na manutenção das comunidades.

E que a presença e expansão dos empreendimentos eólicos impactam uma das menores populações de onça-pintada (*Panthera onca*) do Brasil, espécie criticamente ameaçada na caatinga e espécies de aves ameaçadas de extinção como a Arara-azul-de-lear (*Anodorbynchus*) (Siqueira; Lira; Campelo, 2021). Além disso, impactam com a retirada da vegetação, erosão do solo, ruídos dos aerogeradores, poluição visual e

interferências eletromagnéticas em receptores nos sinais de telecomunicações, mas que, mesmo assim, pouco se discute sobre as conseqüências ambientais de parques eólicos em sítios insubstituíveis da biodiversidade como esses das UC's do Boqueirão da Onça (Siqueira; Lira; Campelo, 2021).

Em A Cartografia do Invisível: o Tempo para Além do Vento Marques *et al.* (2021) tratamos do *modus* como os ventos estão sendo materializados nessas narrativas que discutem a transição da produção de energias sujas para a produção de energias limpas. Inferimos que os grandes empreendimentos estão destruindo a cobertura florestal, trazendo impactos sobre as comunidades, matando os passarinhos, as onças, matando as fontes dos nossos rios, nascentes e cachoeiras.

Revelamos que, para o Povo de Ancestralidade Banto, o vento é o Deus supremo Tempo, mas para o capitalismo moderno, que objetifica a natureza, o vento torna-se uma *commoditie* que é explorada comercialmente, um modelo que favorece sempre os mais ricos em detrimento dos mais pobres e dos diferentes modos de vidas sustentáveis (Marques *et al.,* 2021).

Denunciam a morte das paisagens e de toda a socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia, nomeando tal feito como eco e etnocídio. Dizemos ainda que são crimes cometidos contra a natureza, contra as vidas nas águas, nas terras e nos ares, mas também contra as pessoas, inferindo que a energia eólica é também poluidora e encardida (Marques *et al.*,2021).

Marques *et al.* (2021) expomos que é preciso defender as paisagens naturais, pois as áreas de serras do sertão, com suas belezas ímpares, poderiam estar rendendo muito dinheiro e preservando vidas com o ecoturismo, em vez desses projetos eólicos, que formam paredões metálicos de torres impostas nos topos das serras poluindo suas paisagens notáveis.

Para nós, as comunidades tradicionais dessas serras estão vivendo uma tragédia sem precedentes na história ambiental do Estado da Bahia que, declaradamente, faz opção por um modelo extremamente desenvolvimentista atrelado ao agro e hidronegócio e, mais recentemente, às "negociatas dos ventos" (Marques *et al.,* 2021)

As pessoas que negociam suas terras para implantação de parques eólicos, sobretudo os de territórios e comunidades tradicionais, são manipuladas por uma perversa trama de negociação do Estado com empresários do ramo das eólicas que deixam pouco mais de 1% do valor do contrato para os proprietários das áreas onde são instaladas as torres, mas que alimentam o discurso da sustentabilidade, quando o

substancial da energia produzida é destinado ao setor privado e mineral, sobretudo (Marques *et al.,* 2021).

Reforçamos também que às serras do sertão da Bahia, enquanto paisagens naturais notáveis, com belas cachoeiras, nascentes de rios e riachos no semiárido e altares de espiritualidades ancestrais é assegurada proteção pela Constituição Federal doBrasil, mas que isso não está acontecendo, pois esses tesouros paisagísticos e de culto estão sendo detonados para implantação de gigantescos complexos eólico, verdadeiros, "liquidificadores" que cortam deuses (Tempo, Iansã), que trituram aves e morcegos, dilaceram sonhos e desorganizam vidas de muitos sertanejos (Marques *et al.,* 2021).

Edmar Conceição, em Brigando Contra Moinhos de Ventos: a Luta Quixotesca nas Serras do Sertão revela que embora haja muito do campo da legalidade que deveria defender, proteger e preservar a socioecobiodiversidade dasserras do sertão da Bahia, existem também muitos entraves políticos, entraves econômicos e entraves jurídicos que elevam os empreendimentos a gigantes das torres e apequenam as pessoas, instituições e movimentos em prol de ambientes saudáveis e perenes a Dons Quixotes, em alusão ao clássico de Miguel de Cervantes (Conceição, 2021).

Por fim, Barrero *et al.* (2021), em Parques Eólicos na Serra do Tombador ou "Santos Unidos na Casa dos Ventos", revelam que nas serras entre Jaguarari, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Mirangaba, Jacobina, Miguel Calmon e Piritiba as intervenções em seus topos aconteceram ou acontecerão com aberturas de estradas, implantação de aerogeradores e torres de transmissão que impactam diretamente toda a cadeia de recarga hídrica: nascentes, cachoeiras, rios e riachos comprometendo toda a socioecobiodiversidade local, regional, quiçá Brasil à fora.

Pelos autores é denunciado que existe um *modus operandi* que consiste na fragmentação de grandes projetos de implantação de complexos eólicos em pequenos parques com um número reduzido de torres para facilitar e agilizar o licenciamento, mas que estão interligados num mesmo projeto pelas redes e torres de transmissão. Especificamente o projeto para as Serras do Tombador, trata-se de um mega empreendimento com porte mais de dez vezes superior ao que a legislação classifica como de excepcional, com mais de mil e trezentos aerogeradores distribuídos em pequenos lotes (parques com 15 aerogeradores) que foram batizados com nomes de santos da igreja católica (Barrero *et al.*, 2021).

2.4 Vozes sociais do enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão

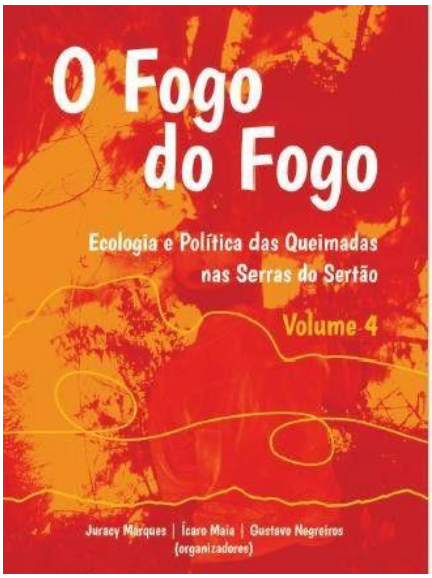


Imagem 7 (SABEH, 2024)

O livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão é o quarto volume do Movimento Salve as Serras que tem como elemento central o fogo e contou com a colaboração de 14 autores para a escrita de 8 capítulos. Neste ano de 2024, Juracy Marques, Ícaro Maia e Gustavo Negreiros organizaram aobra em 239 páginas.

Na Bahia, embora bem pulverizadas, as queimadas de grandes proporções distribuem-se, sobretudo, nas regiões de Serras e as análises realizadas pelo Movimento Salve as Serras sobre a problemática mostram que, quase que na sua totalidade, os incêndios são criminosos, não decorrentes de causas naturais. Marques, Maia e Negreiros (2024) falam em uma possível “indústria do fogo” que, além de invisível, subterrânea, incluiria diferentes fatores e institucionalidades e que as cicatrizes deixadas pelos incendiários são pistas que podem levar a essa terrível forma de organização criminosa que atua numa escala local e global.

Circunscrevem que a dimensão tradicional do fogo pelas comunidades ainda é muito presente pelo imaginário popular de que as queimadas são benéficas a agricultura e acreditam que não a censura nem a criminalização, mas a educação socioambiental e ecológica podem ser o melhor caminho para resolver esse problema, instituindo o livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão como um

instrumento que contribui para evitar que as serras continuem sendo destruídas pelo fogo natural, provocado e/ou criminoso (Marques; Maia; Negreiros, 2024).

Em As Três Dimensões do Fogo Florestal Negreiros (2024) nos diz que a espécie humana utiliza o fogo há mais de um milhão de anos. Que, inicialmente,aprendeu-se a utilizar o fogo observando eventos naturais de sua ocorrência, mas que aolongo do tempo o fogo foi domesticado para várias finalidades, como caça,aquecimento, iluminação, preparo de alimentos, e até mesmo na agricultura. O uso do fogo na agricultura de corte e queima, persiste em muitas áreas rurais ao redor do mundo.

Para o autor, o fogo é descrito como uma reação química de oxidação, onde um material combustível entra em contato com oxigênio, alimentado com energia, iniciando uma reação em cadeia. A chama que associamos ao fogo é formada por gases liberados do material combustível aquecido, que entram em oxidação ao encontrar oxigênio na atmosfera, portanto, o fogo é composto por três elementos fundamentais: material combustível, oxigênio e energia (Negreiros, 2024).

Negreiros (2024) destaca três dimensões para entender o problema do fogo e dos incêndios florestais: a dimensão física, a dimensão ecológica e a dimensão humana. pela dimensão física analisa o fogo como uma reação química, considerando fatores físicos e ambientais. A dimensão ecológica visa compreender os impactos nos diferentes ambientes e as adaptações dos ecossistemas aos diferentes regimes de fogo. Já a dimensão humana foca na interação social, cultural e econômica das populações que utilizam o fogo.

O autor menciona diversas consequências dos incêndios florestais nas serras, incluindo a transformação do meio natural, alterações no equilíbrio hídrico e energético, queima de habitats de diferentes espécies, empobrecimento do solo, perda de biodiversidade, problemas de saúde nas áreas urbanas devido à fumaça, aumento do risco de acidentes, contribuição para o efeito estufa, aquecimento global, potencialredução de chuvas e alteração do equilíbrio entre a atmosfera e a biosfera (Negreiro, 2024).

No capítulo Reza do Fogo: da Tradição à Traição das Chamas Sagradas dizemos as chamas sagradas são associadas a uma dimensão simbólica e cultural que remonta às tradições humanas. Também que o fogo é considerado sagrado por diversas culturas, representando elementos como conhecimento, poder, transformação e conexão

com o divino. Exemplos mencionados incluem Exu na tradição yorubá e Tupan para os povos ameríndios (Marques *et al.*, 2024).

Abordamos a dualidade do fogo, destacando seu aspecto tradicional ligado a usos sagrados e práticas culturais, como nas cozinhas de Povos de Terreiros, onde o fogo é considerado o elemento central do terreiro. No entanto, também destacamos a traição do fogo, referindo-nos às práticas de queimadas, incêndios criminosos e atividades humanas que contribuem para mudanças climáticas prejudiciais (Marques *et al.*, 2024)

Da entrevista com Seo Osmar, agricultor serrano e que representa uma geração que aprendeu com seus pais a roçar, queimar e plantar, inferimos que a tradição do fogo está associada ao uso ancestral como parte do ciclo agrícola. No entanto, há uma percepção de traição em relação a práticas mais recentes, especialmente aquelas orientadas por preocupações ambientais e regulamentações, como a proibição de queimadas (Marques *et al.*, 2024).

O relato de Seo Osmar destaca como as comunidades percebem o fogo como algo benéfico, apesar dos riscos, e evidencia a importância de entender o fogo em sua tradição para pacificá-lo. A "Reza do Fogo" é mencionada como uma expressão de profunda ligação das comunidades com os elementos naturais, buscando harmonia coma natureza. O texto sugere que a desconexão da natureza e o uso desenfreado estão provocando tragédias ambientais (Marques *et al.*, 2024).

Destacamos que as queimadas e incêndios nas serras têm implicações sociais, políticas, econômicas e ecológicas significativas. Entre as implicações mencionadas estão a preservação da biodiversidade, a influência na produção de alimentos (como na criação de gado), e a questão da preservação ambiental atualmente, especialmentediante de atividades como mineração e instalação de parques eólicos e solares (Marques *et al.*, 2024).

O El Niño e outros fenômenos climáticos agravam o impacto das queimadas, prolongando estiagens e tornando a vegetação mais suscetível a incêndios. As Serras do Sertão, com sua diversidade no Bioma Caatinga, enfrentam desafios de desertificação, excesso de animais criados soltos, derrubadas de árvores, instalação de parques eólicos e mineração, afetando o regime dos rios e causando escassez de água para comunidades e para a agricultura (Marques *et al.*, 2024).

.

No texto Mulheres do Fogo: Queimadas e Ecofeminismo nas Serras do Sertão Silva e Marques (2024) referem-se as "mulheres do fogo" como aquelas que têmuma conexão especial ou um papel ativo em relação ao fogo, tanto em termos simbólicos quanto práticos. Essas mulheres são apresentadas como figuras que enfrentaram ou enfrentam diretamente as ameaças do fogo, como as brigadistas eativistas ambientais que lutam contra incêndios e queimadas. Elas são descritas como fortes, resilientes e capazes de renascer das cinzas, semelhante à Fênix. O fogo, para essas mulheres, não é apenas uma ameaça, mas também um elemento de transformação, transmutação e empoderamento.

Para Silva e Marques (2024) a relação entre as queimadas e o movimento ecofeminista é destacada como uma manifestação contemporânea das conexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. As ecofeministas argumentam que a exploração e destruição da natureza estão interligadas com a subjugação das mulheres, e as queimadas são citadas como exemplos contemporâneos dessa interconexão. O texto destaca a presença feminina nas brigadas, ressaltando o valor das mulheres em diversas circunstâncias e que a sororidade existente entre elas. Além disso, as entrevistadas compartilham suas percepções sobre o fogo, associando-o a símbolos de purificação e energia.

Silva e Marques (2024) abordam a relação simbólica do fogo, especialmente nas Serras do Sertão, sob uma perspectiva ecofeminista . O capítulo explora a dualidade do fogo como um elemento sagrado, mas também destrutivo quando manipulado de forma inadequada. Há referências históricas às queimadas e perseguições às mulheres consideradas bruxas, associando a destruição do fogo à perseguição das mulheres no passado.

Amorim (2024), em Abriguem as Brigadas: Sinal de Fogo nas Políticas Contra os Incêndios, aborda a problemática dos incêndios em regiões de serras na porção norte da Bahia, explorando a perspectiva de Chico Mendes e outros envolvidos na luta contra o fogo. O amor à natureza é destacado como motivação principal para o combate aos incêndios, com uma ênfase na importância de agir preventivamente. O texto destaca a falta de planejamento, causas frequentes dos incêndios (como queimadas mal controladas), e as consequências devastadoras para a fauna, flora e comunidades locais.

Para ele as brigadas de incêndio são grupos organizados de pessoas treinadas e equipadas para combater incêndios florestais e prevenir a propagação de chamas. Essas

brigadas atuam em regiões propensas a incêndios, como serras, florestas e áreas rurais, e desempenham um papel fundamental na proteção da natureza, na preservação de ecossistemas e na mitigação dos impactos causados pelos incêndios (Amorim, 2024).

O autor ressalta a necessidade de conscientização sobre o uso adequado do fogo e propõe a criação de brigadas remuneradas para melhorar a eficácia no combate. A experiência traumática dos combatentes, as cicatrizes emocionais deixadas pelos incêndios e a importância de aprender com essas experiências são enfatizadas. Além disso, são discutidos interesses econômicos que podem contribuir para incêndios deliberados, destacando a importância de ações governamentais efetivas na preservação ambiental (Amorim, 2024).

Em Queimadas e Incêndios na Bahia e no Brasil do Ponto de Vista da Legislação Ambiental Silva, Marques e Freitas (2024) abordam as queimadas e incêndios na Bahia e no Brasil sob a perspectiva da legislação ambiental. Os autores discutem a relevância desses eventos como emissores de CO^2 e seu impacto nas mudanças climáticas, bem como na destruição da vegetação. Além disso, destacam a proibição da queima de áreas florestais sem autorização e as exceções permitidas pela legislação brasileira.

O texto também explora a história do uso do fogo na agricultura brasileira, desde os povos originários até os dias atuais. Há uma análise da diferença entre incêndios naturais e provocados pela ação humana, assim como uma reflexão sobre a queima controlada e seus usos específicos na agricultura e pecuária (Silva; Marques; Freitas, 2024).

Silva, Marques e Freitas (2024) ressaltam a necessidade de uma nova legislação e a criação de políticas públicas eficazes, especialmente diante dos desafios apresentados pelos números alarmantes de queimadas no Brasil. O texto menciona alternativas ao uso do fogo, como a Agroecologia e a implementação de uma Política dePagamentos por Serviços Ambientais (PSA). O texto conclui que a relação complexa entre a lei e a vida exige uma compreensão mais profunda dos instrumentos jurídicos, evitando a criminalização das práticas tradicionais em prol da preservação ambiental.

No capítulo intitulado Atuação do Corpo de Bombeiros da Bahia nos Incêndios Florestais Costa, Simões e Marques (2024) nos dizem que o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) desempenha diversas ações no enfrentamento deincêndios florestais. Suas atividades incluem não apenas resposta e recuperação, mas também ações preventivas, de mitigação e preparação. O CBMBA colabora com órgãos

estaduais e federais, bem como instituições civis, e participa do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. O Programa Bahia Sem Fogo, criado em 2010, é uma iniciativa derivada desse Comitê, focando em ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no estado.

Costa, Simões e Marques (2024) apresentam preocupação com uma possível "Indústria do Fogo", mencionando que durante as operações de combate, hámobilização de aeronaves com custos elevados, enquanto a prevenção recebe menos recursos e destacam a necessidade de mais investimentos na prevenção. Os autores mencionam ainda que essa indústria movimenta recursos consideráveis em diversas partes do mundo, indicando que pode haver interesses econômicos por trás de práticas relacionadas aos incêndios florestais. O texto destaca também que é preciso abordarmais efetivamente a questão dos incêndios na Bahia, que são, em grande parte, evitáveis, e sugere que a "indústria do fogo" contribui para essas catástrofes.

No capítulo Análise Geoespacial da Dinâmica de Fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru Maia, Filho e Santos (2024) destacam a dinâmica do fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru e avaliam essa dinâmica por meio de índices espectrais para identificar e quantificar áreas queimadas, bem como determinar a distribuição temporal das ocorrências de queimadas ao longo dos anos de 2001 a 2023. A metodologia envolve o uso de dados de satélite e índices como o Índice de Queima por Razão Normalizada (NBR), Índice Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (dNBR) e Índice Relativo Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (RdNBR) para caracterizar a severidade das queimadas.

O texto sugere que o sensoriamento remoto orbital, com suas características espaciais, espectrais e temporais, é uma tecnologia eficaz para prevenir e monitorar incêndios florestais. Também que o uso de índices espectrais derivados de dados de satélite, como NBR, dNBR e RdNBR é destacado como ferramenta para identificar e quantificar áreas queimadas, avaliar a severidade do fogo e mapear suas consequências. A escrita, neste contexto, contribui para a análise e interpretação desses dados, fornecendo informações valiosas para entender a dinâmica do fogo e tomar medidas preventivas (Costa; Simões; Marques, 2024).

O estudo constatou uma forte incidência de registros de incêndios durante quase todos os meses dos últimos 22 anos, com destaque para os anos de 2016 e 2019. A distribuição mensal e anual revelou períodos com predomínio de queimadas de alto grau de severidade, especialmente nos meses de fevereiro, abril e julho. As análises

específicas para os anos de 2013 e 2019 mostraram a extensão das áreas queimadas e o grau de severidade, destacando diferenças espaciais e variações nos padrões de severidade entre os anos (Costa; Simões; Marques, 2024).

Nessa rede temática de conflitos e impactos socioambientais envolvendo os bens e elementos da natureza como a água, a terra, o ar e o fogo, retratados nos enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras, as ameaças e/ou a destruição da socioecobiodiversidade nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia apresentam-se como graves problemas que precisam de especial atenção de todos para serem resolvidos na mesma proporcionalidade com que se apresentam.

Para essa premissa, pudemos inferir uma fisiologia cíclica desta tese para definir suas questões, hipóteses, objetivos, abordagem teórico-metodológica, contextos, sentidos e valores assemelhando-a a fisiologia de uma planta e suas partes funcionais, inclusive, os processos de intervenção humana para o seu desenvolvimento. Assim, a planta ou árvore desta tese teve sua condição inicial de semente nas questões da pesquisa.

Ela contou com os jardineiros/autores para plantá-la e cultivá-la nos solos dos conflitos socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia. Suas raízes são os enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras, aqui definidos como *corpus* da pesquisa, mas o que a estrutura é a abordagem teórico-metodológica das relações dialógicas pela análise do discurso, como o fazem numa árvore o caule, os galhos e as folhas. E deste ciclo, afloraram-se e frutificaram-se os artigos científicos como sementes para possíveis geminações e disseminações futuras.

Portanto, na fisiologia epistemológica da tese as sementes iniciais, que foram as questões da pesquisa, indagam em quais aspectos as forças do agro e hidronegócio, da exploração mineral, da geração de energia eólica, da indústria do fogo, do poder público estatal, dos camponeses das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais se entrecruzaram para o surgimento dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia? Depois, quais as contribuições do Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão baiano? E, por fim, em quais circunstancias essas forças políticas, econômicas e socioecobiodiversas se inter-relacionam para garantir um meio ambiente serrano ecologicamente equilibrado, defendendo-o e preservando-o para as presentes e futuras gerações?

Enquanto autor, orientador e coorientador da tese, eu, o Dr. Juracy Marques e o Dr. José Radamés nos fizemos jardineiros e regamos essas sementes com a hipótese de

que os conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia eram (são) gerados pelas distintas intenções econômicas, políticas, sócio-históricas e ambientais e que as publicações[21] do Movimento Salve as Serras, além de identificar, denunciavam (denunciam) que esses conflitos acarretavam (acarretam) impactos irreversíveis à socioecobiodiversidade das serras e eram (são) instaurados pela projeção e/ou implantação de empreendimentos do agro e hidronegócio, de exploração minerária,de geração de energia eólica e solar e da indústria do fogo com a chancela do Estado baiano em desfavor da regularização fundiária dos territórios e comunidades tradicionais.

Para que pudéssemos começar a regar nossas sementes, nos lançamos à procura do solo e das condições ideais para o plantio e seu desenvolvimento. As questões e a hipótese da pesquisa nos sugeriram que na vasta e exuberante cadeia de serras da porção norte do sertão da Bahia o terreno dos conflitos sociais, econômicos, políticos, ecológicos, históricos e culturais estava à espera de cultivo e nessas montanhas as plantamos.

A área de estudo, aqui considerada para análise, é a cadeia montanhosa das serras do sertão da Bahia que abrange os municípios de Piritiba, Miguel Calmon,Jacobina, Caém, Saúde, Mirangaba, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Jaguarari, pois, assim como toda a Chapada Diamantina, constitui- se em patrimônio da socioecobiodiversidade baiana, brasileira e planetária.

É importante destacar que trata-se de uma extensão territorial com rica biodiversidade de fauna e flora do bioma Caatinga, com faixa de transição de Mata Atlântica e Cerrado, composta pelas bacias dos rios Itapicuru, Salitre, Paraguaçu e São Francisco e que essa região apresenta esplêndida riqueza paisagística e uma população de 369.928 habitantes (censo IBGE 2022).

Suas riquezas minerais despertam cobiça e a instalação de grandes empreendimentos minerários, a exemplo da empresa Gold Fields 22 (ouro), em Jacobina; garimpos de esmeralda em Pindobaçu e Campo Formoso; Mineração de Cromo (FERBASA), em Campo Formoso; Química Geral do Nordeste, em Miguel

---

[21] *Corpus* desta tese: Ecocídio das serras do sertão; Amputações das montanhas: ecocídio e mineração na Bahia; O cárcere dos ventos: destruição das montanhas pelos complexos eólicos; O fogo do fogo: ecologia e política das queimadas nas serras do sertão.

[22] Antiga Mineração Yamana Gold ,com produção de cerca de 96,4 toneladas de ouro por ano e superará a rival sul-africana AngloGold Ashanti, tornando-se o quarto maior grupo de mineração de ouro do mundo, atrás, apenas, das empresas Newmont, Barrick e Agnico.

Calmon, com jazidas de Barita[23]; a Ero Brasil[24], com a extração do cobre em Jaguarari; entre outras.

Além disso, com a mais ascendente corrida do mercado de *commodities* pela transição energética, firma-se como potencial geradora de energia eólica e solar, a exemplo da prospecção para implantação do Complexo Eólico Manacá[25], da empresa Quinto Energy Ltda que, se concretizado, poderá ser o terceiro maior complexo híbrido (eólico e solar) do mundo e um dos maiores do Brasil em geração de energia eólica e solar com projeção de implantar, nas serras de Campo Formoso, Jaguarari e Juazeiro,em uma área total de 1051,9 ha, 690 aerogeradores de 6,6 MW cada, distribuídos em120 centrais geradoras, totalizando 4.554 MW de potencial instalada.

Já a empresa Casa dos Ventos Energias Renováveis pretende instalar na região das Serras do Tombador[26], que abrange os municípios de Miguel Calmon, Jacobina, Mirangaba, Saúde e Várzea Nova, o Complexo Eólico Serra do Tombador, que será o maior projeto eólico do mundo[27], com 1069 aerogeradores com torres eólicas que irão comprometer tanto a paisagem visual, quanto os corpos hídricos, bem como os modos de viver das comunidades tradicionais que moram nesses ambientes de nascentes e dos rios Itapicuru, Salitre e São Francisco e abastecimento hídrico de mais de 1.000.000 de pessoas.

Semeamos nelas os nossos objetivos para identificar, analisar e descrever os conflitos socioambientais e as contribuições dos enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da socioecobiodiversidade dasserras da porção norte do sertão da Bahia. Também com o intuito de: 1) Revelar o

---

[23] Consta no portal da mineração (https://portaldamineracao.com.br/barita/) que a Barita é o mineral mais abundante e a mais importante fonte de bário (BaSO4) para produtos químicos, sendo utilizada na indústria de tintas, empregado como carga em papel e tecidos, em cosméticos, como pigmento e como contraste em radiologia. Sua maior demanda é para a produção de um composto de alta densidade para perfuração de poços de petróleo, gás e sondagem geológica.

[24] Ex- Mineração Caraíba. A matéria do *site* Brasil Mineral de abril de 2022, informa que a Ero Copper decidiu unir seus ativos no Brasil sob uma única marca, a Ero Brasil, que incorpora todos os negócios da Mineração Caraíba, da NX Gold e o projeto Boa Esperança e que a Ero Brasil assume as minas de cobre (Pilar, Vermelho e Surubim) e a usina de concentração operadas pela Mineração Caraíba. A empresa nasce como terceiro maior produtor de cobre do país tendo produzido, em 2021, um total de 45,5 mil toneladas.

[25] Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023 – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, que libera licença prévia, à Quinto Energy LTDA, válida por 05 (cinco) anos, para análise de viabilidade ambiental para localização do Complexo Eólico Manacá.

[26] Geossítio de importância internacional reconhecido pela UNESCO.

[27] Matéria de Milena Miranda (DRT Ba 2510). Disponível em: < https://www.mpba.mp.br/noticia/52245>.

estado da arte dos conflitos socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia; 2) Evidenciar as vozes sociais constitutivas dos embates entre as que defendem, protegem e preservam a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão e aquelas que projetam e/ou agem para a sua destruição e 3) Descrever as contribuições do Movimento Salve as Serras no reconhecimento dos conflitos e impactos que envolvem os bens hídricos, minerários, os ventos e o sol, as queimadas e incêndios nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Todo o processo de adubação, poda e fotossíntese da nossa tese passou a considerar essas referências e fincamos suas raízes, enquanto *corpus* de sustentação, nos quatro livros publicados Movimento Salve as Serras nos anos de 2021 e 2024, a saber: 1) Ecocídio das Serras do Sertão; 2) Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia; 3) O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos e 4) O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

O caule, os galhos e as folhas foram as estruturas da tese que possibilitaram as transações das categorias analíticas a partir das análises das vozes sociais presentes nas cadeias textual-discursivas estruturantes das relações dialógicas dos enunciados concretos. Para tal, consideramos a abordagem teórico-metodológica da análise do discurso pela perspectiva do Círculo de Bakthin, Volochinov e Medvedev. Nesse elo entre as raízes e as folhas passaram as brutas seivas das vozes sociais dos conflitos e impactos socioambientais descritos nos livros do SAS.

Os frutos desta tese são os seis artigos. Assim como os tubérculos, os dois primeiros se desenvolveram no solo da revisão de literatura e os quatro últimos se formaram a partir das análises das cadeias textual-discursivas dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras.

A estrutura da tese seguiu orientações do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH/UNEB), que rege sua composição em capítulos, formatados em artigos submetidos e/ou publicados. Justamente por isso, sua constituição dispõe de 05 (cinco) sessões, 05 (cinco) tópicos principais e 06 (seis) artigos.

Na sessão I, Para começar, localizam-se os tópicos Apresentação e Introdução da Tese. Na sessão II, sob o título O estado da arte dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia está o tópico Teoria e método e acolhe a revisão de literatura pelo mapeamento sistemático e pela revisão narrativa. Nela revela-

se o estado da arte dos conflitos socioambientais na região das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, descrevendo as categorias de conflitos, suas motivações e ossujeitos neles envolvidos e institui a perspectiva do plurilinguismo dialogizado do círculo bakhtiniano para as análises das cadeias textual-discursivas do *corpus* analítico.

Este tópico ampara os dois primeiros artigos da tese: 1) Mapeamento Sistemático dos Conflitos Socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertãoda Bahia e 2) Análise do Discurso e Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os Enunciados Concretos.

Em **Discussão Geral**: Análises e discussões, terceira sessão desta tese, estão os quatro últimos artigos que comportam as análises dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras. No artigo três, DESAGUAR: a Segurança Hídrica e a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia Ameaçadas pela Sede Ecocída do Capital, os estudos voltam-se para as análises das vozes sociais materializadas no livro Ecocídio das Serras do Sertão, que descreve os conflitos e impactos em torno do bem natural água e denunciam crimes contra a socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

No artigo quatro, sob o título DESTERRAR: Riquezas Minerais e a Ilusão que Fere de Morte a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia, as formações discursivas foram garimpadas a partir das cadeias textual-discursivas do enunciado concreto Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia, que retrata a condição de destruição das montanhas pelas mineradoras como irreparáveis, sem volta, enfim, como mutilações na terra.

O elemento ar, retratado pelo Movimento Salve as Serras no livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, foi refletido nas análises dos discursos que expuseram as polêmicas e as contradições das narrativas paraa transição energética e que massificam a ideia de geração de energia limpa com a implantação de gigantescos parques eólicos nos topos das serras. As análises estão comportadas no quinto artigo da tese, intitulado TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: Polêmica e Contradição na Geração de Energia Eólica nas Serras do Sertão.

No sexto e derradeiro artigo da tese, COIVARA: o Poder de Incendiar a Socioecobiodiversidade do Sertão da Bahia, as discussões ultrapassaram as leis que determinam e proíbem atear fogo nas roças para iniciar o plantio de pequenas lavouras e adentraram o campo das queimadas sistemáticas, criminosas e planejadas para

dinamizar a “indústria do fogo” retratada no livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

Em Considerações finais consta o fechamento da tese com argumentos conclusivos, considerando os caminhos e os processos por acessados para alcançar a titulação de doutor e os problemas suscitados pelas questões da pesquisa, a contextualização dos pressupostos intuídos pela hipótese, os anseios requeridos pelos objetivos e o que de resultado foi apurado das análises e as contribuições dos enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras.

Nas Referências estão agrupadas as fontes que foram acessadas e reportadas ao longo da tese e, em seguida, na sessão V, Por derradeiro, encontram-se os tópicos Apêndices e Anexos com a exposição de escritas e arquivos pós-textuais.

Portanto, para além de uma investigação descritiva dos conflitos revelados pelos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras que, por si só, já se revela como de fundamental importância, esta tese justifica-se também pelo necessário desempenho analítico das relações heterogêneas fundantes das transformações dos contextos sociais, econômicos, históricos, bioecológicos e culturais observados nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.



Imagem 8 (Marques, 2024)

Sessão II
O estado da arte dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia

3 TEORIA E MÉTODO[28]

As contribuições do teórico Michel Foucault para a Análise do Discurso de linhagem francesa. Em A Arqueologia do Saber e A ordem do Discurso, ele defendeu uma abordagem histórica e genealógica que considera o discurso como uma forma de poder, que controla e molda as práticas sociais. Sua análise do discurso busca revelar as formas de resistência e controle presentes nas práticas discursivas e também as estratégias de exclusão e inclusão que elas promovem (Foucault, 2008).

Na obra O Seminário, livro 20: mais, ainda, Jacques Lacan, com sua psicanálise, oferta importantes contribuições para a análise do discurso pela ênfase dada à relação entre linguagem e inconsciente, atribuindo ao discurso a expressão dos desejose conflitos inconscientes, buscando compreender as formações do sujeito e as dinâmicaspsíquicas subjacentes. Sua proposta foi buscar desvendar os processos de simbolizaçãoe efeitos do inconsciente na produção discursiva (Lacan, 1985).

A forma de contribuição de Michel Pêcheux foi por meio da Abordagem Automática do Discurso (AAD). Em Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio e Análise Automática do Discurso, sua defesa foi por uma perspectiva marxista e estruturalista para análise do discurso, argumentando que o discurso é uma prática social e ideológica que reflete as contradições na sociedade e as relações de poder. Ele também estimulou o conceito de interdiscurso como uma dimensão fundamental para compreender as relações de poder e as ideologias presentes nosdiscursos, na sociedade e influenciando a produção e a interpretação dos discursos (Pêcheux, 1988)

Ruth Wodak, da Análise do Discurso de corrente norte-americana, desenvolve suas pesquisas sobre o discurso político e a construção de identidadessociais. Em A Política do medo destaca a importância do contexto social e histórico na

[28] A orientação para formatação desta tese obedece a estrutura multipaper enquanto diretrizes determinadas pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH/UNEB). Portanto, a cadeia textual deste tópico Teoria e Método coincide, em partes ou na sua integralidade, com os tópicos que tratam da abordagem teórico- metodológica nos artigos que constituem os capítulos ao longo de toda a tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção norte do Sertão da Bahia.

análise do discurso e afirma que o discurso molda e é moldado pelas relações de poder (Wodak, 2015).

Eni Orlandi, em Análise do Discurso: princípios e procedimentos, contribui com a Análise do Discurso de corrente brasileira apresentando uma abordagemteórico-metodológica que destaca a formação discursiva como um conjunto de práticas que produz sentidos em determinado contexto social e histórico e o interdiscurso presentes nas vozes da sociedade influenciando a produção de novos sentidos em um determinado contexto (Orlandi, 2005).

Para a corrente russa da Análise do Discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Volochínov e Medvedev, nos dirá Brait (2012) e Faraco (2009) que o Círculo de Bakhtin representa uma fonte de inspiração e um referencial teórico importante em suas pesquisas sobre linguagem, literatura e teoria do discurso e reconhecem a relevância das ideias do Círculo para a compreensão da natureza social da linguagem e para a análise dos processos de interação e significação.

Para Brait (2012), o pensamento bakthiniano incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não sobre a língua somente. Segundo ela, o filósofo substitui o discurso enquanto objeto complexo e multifacetado por relações dialógicas (inclusive asrelações dialógicas do falante com sua própria língua), ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística[29].

Faraco (2009) diz que, observando o modo de Bakhtin elaborar suas reflexões, nunca vamos encontrá-lo ocupado em ver o mundo como objetividade calculável e, em consequência, em construir um modelo instrumentalizante de uma análise científica. Seu interesse está antes posto em reflexão ampla que se entrega ao inesgotável da existência, ao sentido da criação estética e do ser da linguagem, sugerindo que Bakhtin não vai ao mundo tomar-lhes as contas, mas se deixa interpelar pelo fazer estético, pela literatura e pela linguagem.

---

[29] Melo (2017, p. 312, *apud* Bakhtin, 2010c, p. 207) vai nos dizer que metalinguística é sugerida como sendo "a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística", mas como interação verbal que polemiza, que contradiz, que nega, que grita, que silencia, enfim a língua latente (grifo nosso). Brait (2012 discorre que, para Bakhtin, a metalinguistica já se esboça como um método de análise do discurso e hipótese de uma futura síntese da filologia com a filosofia e ele a imaginava como uma disciplina humana nova e específica capaz de reunir, com contigüidade, a Linguistica, a Filosofia, a Antropologia e a Teoria da Literatura. Também que a metalinguistica éentendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limites da linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão, regra que, na prática, é violada frequentemente.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em Oriol (Rússia) no ano 1895, estudou na Universidade de Odessa, depois na de São Petersburgo e foi diplomado em História e Filologia, em 1918. Instalou-se, em 1920, em Vitebsk, onde ocupou diversos cargos de ensino e pertencia a um pequeno círculo de intelectuais (Círculo de Bakhtin) do qual faziam parte também um jovem professor do Conservatório de Música de Vitebsk, Valentin. N. Volochínov e ainda Pável N. Medvedev, empregado de uma casa editora. Estes se tornaram, além de alunos de Bakhtin, seus amigos devotados e ardorosos admiradores (Volochínov, 2006).

O Círculo de Bakhtin formulou um tanto de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogrado sendo seguido por seus discípulos Volochínov e Medvedev, animados pelo desejo de ajudar financeiramente a seu mestre e, ao mesmo tempo, divulgar suas idéias, oferecendo seus nomes a fim de tornar possível a publicação de suas primeiras obras (Volochínov, 2006).

Depreende-se que para Bakhtin, Volochínov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual e um espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere-se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

Pelo exposto, nos lançamos a inferência que a Análise do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que estuda a linguagem e a importância de se examinar a complexa teia de signos com seus sentidos e valores em relação ao contexto social, político, cultural, histórico, econômico, ecológico, ambiental e estético, entre outros com amplitude. E desse entendimento elegemos, para a exploração investigativa das cadeias textual-discursivas constitutivas dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras (SAS), a abordagem do Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev para a materialização das análises do *corpus* desta tese.

Brait (2012), assente que o dialogismo é a marca fundamental da teoria bakhtiniana, destacando a noção de polifonia como a multiplicidade de vozes e perspectivas apresentadas em um texto. Faraco (2009) aborda as contribuições do Círculo de Bakhtin para a linguística destacando a importância da interação social na construção do significado lingüístico, argumentando ser a linguagem uma

particularidade social, histórica e ideológica, assegurando que o enunciado é uma unidade de comunicação que só pode ser compreendida em relação ao contexto em que ocorre.

Baseado na ideia de que a linguagem é essencialmente social e que o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes, Bakhtin argumenta que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definido como uma unidade de comunicação de um dado contexto. Assim, todo enunciado é considerado como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura (Bakhtin, 2016).

Essas inter-relações em tempos e espaços distintos, mas que podem ocorrer ao mesmo tempo podem ser analisadas pelas categorias dialógicas que são ferramentas analíticas que permitem compreender como a linguagem é moldada pela interação entre falantes e ouvintes que revelam a multiplicidade de vozes e perspectivas presentes em um texto ou discurso (Faraco, 2009).

Já Brait (2012) as enxerga como conceitos-chave que destacam a importância do diálogo e da interação social na construção do significado. Com isso, compreende-se que, tanto para Carlos Alberto Faraco quanto para Beth Brait, as categorias dialógicas na teoria do Círculo de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev são conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção do significado.

Do Círculo de Bakhtin, o dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e das interações sociais na construção dos significados. Mas também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição, heterodiscurso, estética, ironia, entre outras, foram recrutadas para as análises das cadeias textual-discursivas dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras.

Alicerçado na abordagem do dialogismo do discurso para descrever as contribuições dos enunciados concretos e evidenciar os conflitos socioambientais que ocorreram (ocorrem) nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia pelo embate em torno das temáticas e elementares da natureza água, terra, ar e fogo, foram consideradas as categorias aqui evocadas e seus entendimentos.

Bakhtin explora como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997).

Corroborando, Melo (2017) nos diz que enquanto as forças centrípetas agem no sentido de unificar uma dada língua, de centralizá-la, num movimento centralizador e homogeneizador, as forças centrífugas atuam na direção oposta e fazem a língua se movimentar no sentido das mudanças e das variações, numa relação que explicita a contradição interna da língua. As forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns. Em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

Para o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev as vozes sociais são as representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade, influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam (Bakhtin, 2019). Para esta pesquisa, avaliamos as representatividades e perspectivas dosconflitos socioambientais em torno dos bens naturais e seus elementares pela perspectiva da Ecologia Humana nos ecossistemas e contextos serranos sertanejo.

Ambientes de exuberantes paisagens que remetem a Estética da criação verbal, pela qual Bakhtin define enunciado concreto como uma unidade fundamental da comunicação verbal que ocorre em um contexto específico de transferência de significado, envolvendo um falante, um ouvinte e uma situação comunicativa particular que só pode ser compreendido em relação ao contexto em que ocorre, levando em compreensão as vozes e perspectivas presentes na interação social (Bakhtin, 2000).

Os conteúdos conflituosos descritos nos livros do Salve as Serras a todo tempo recrutaram (recrutam) a contradição, outra categoria dialógica do Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev, que surge quando diferentes vozes sociais entram em conflito, expressando visões opostas sobre um determinado tema (Bakhtin, 1981). Já a negação, também muito recorrente, por sua vez, representa a discordância e a contestação de uma voz em relação à outra (Bakhtin, 2016).

A polêmica é tratada como um acontecimento recorrente nas relaçõesdialógicas, caracterizada pelo debate de ideias e argumentos divergentes. Ela estimula o

confronto de diferentes perspectivas e a busca por consensos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico (Bakhtin, 1997). As suas duas formas (polêmica aberta e polêmica velada) foram possíveis de categorizar os discursos em análise.

Quando evocada, a polêmica aberta fez referência a uma forma direta e explícita de debate, em que as opiniões foram expressas de maneira clara e confrontadora. Já pela polêmica velada, uma forma mais sutil e indireta de expressão de opiniões controversas, as opiniões foram insinuadas ou sugeridas de maneira indireta, muitas vezes por meio de metáforas, ironias ou sarcasmos.

O heterodiscurso, ou heteroglossia, é uma manifestação da diversidade linguística e discursiva presente em uma sociedade que permite a existência de múltiplas vozes e perspectivas, valorizando a variedade de discursos e a interação entre eles (Bakhtin, 2019).

Bakhtin afirma que a polifonia é a essência da linguagem. Ressalta que ela não se limita apenas à presença de múltiplas vozes, mas também envolve a interação e o diálogo entre essas vozes, assentindo sê-la uma interação de vozes, uma interação de diferentes consciências e diferentes pontos de vista sobre o mundo (Bakhtin, 2000).

Em Problemas da Poética de Dostoiévski Bakhtin discute a ironia como uma estratégia literária que desafia as expectativas do leitor e cria uma tensão comunicativa. Para ele a ironia é uma forma de expressão que envolve uma discrepância entre o que é dito e o que é realmente pretendido ou entendido (Bakhtin, 1997).

Sobre a estética, e considerando a ideologia na sua produção e recepção, Medvedev (2010) nos dirá que se trata de uma disciplina que estuda a natureza e as leis do belo; Voloshinov (2006) nos revela que é uma disciplina que estuda a relação entre a arte e a sociedade e Bakhtin (2000) diria que é uma ciência que estuda a natureza e as leis do belo.

A categoria analítica ideologia para o círculo de Bakhtin, nos diz Faraco (2009), faz referência ao sistema de valores, pensamentos e ideias que refletem as relações sociais e a dominação de uma classe sobre outra, presente em todas as esferas da vida social, incluindo a linguagem e o discurso. Para ele a criação ideológica é sempre social e histórica, não podendo ser reduzida nem à sua superfície empírica (como um rol de meros fenômenos isolados), nem fechada e autocontida no mundo de uma consciência individual ou no reino das puras ideias e que, pelo seu caráter intrinsecamente sócio- histórico, exige, para ser estudada, um conceitual e um método de natureza sociológica.

Bakhtin (1997) não considera a língua como um objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração legítima e situa o discurso como a língua em sua integralidade concreta e viva, depreendendo que a metalingüística é um estudo daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da lingüística. Neste entendimento, nos diz Bakhtin que:

> As pesquisas metalingüísticas, evidentemente, não podem ignorar a lingüística e devem aplicar os seus resultados. A lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita freqüência (Bakhtin, 1997, p. 209-210).

Para as análises dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras acolhemos os ângulos da língua/linguagem na sua integralidade, que tambémconsideram suas abstrações, mas não puramente linguística e, portanto, que tem por objeto as relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com suaprópria fala, que são objetos da metalingüística (Bakhtin, 1981).

Essencialmente a tese firma-se enquanto pesquisa teórica, de revisão de literatura e análise discursiva que acolhe os livros escritos pelo Movimento Salve as Serras para descrever seus contributos na identificação e revelação dos conflitos socioambientais que ocorreram (ocorrem) na região das Serras da Porção Norte do Sertão do Estado da Bahia, bem como suas contribuições para a salvaguarda (defesa, proteção e preservação) da socioecobiodiversidade dessas serras.

A estratégia traçada para a condução da pesquisa foi a de, primeiramente, escavar bases de dados e acessar publicações (artigos, teses, dissertações, relatórios e cadernos), pelo mapeamento sistemático e revisão narrativa, para a contextualização dosconflitos socioambientais que ocorreram nas Serras do Sertão da Bahia, entre os anos de2012 e 2022, revelando seu estado da arte; descrevendo a mobilização do coletivo que compõe o Movimento Salve as Serras (SAS) em defesa, proteção e preservação da socioecobiodiversidade serrana.

Dessa escavação resultou a escrita de dois artigos. O artigo 1, intitulado Mapeamento Sistemático da Literatura dos Conflitos Socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e o artigo 2, sob o título Análise do Discurso e Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os EnunciadosConcretos.

Portanto, neste tópico Teoria e método estão hospedados os primeiros artigos da tese que discorrem sobre revisão de literatura, conceitos introdutórios, estado da arte dos conflitos socioambientais na região das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, constituição e diretrizes do Movimento Salve as Serras e institui a abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogismo para as análises das cadeias textual-discursivas dos enunciados concretos do SAS, guiadas pela abordagem do Círculo de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev. A seguir, os dois primeiros capítulos/artigos desta Tese.

3.1 Artigo 1

Título:

MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS SERRAS DA PORÇÃO NORTE DO SERTÃO DA BAHIA

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Submetido à revista Seminárido De Visu (Qualis A3) em 24 de maio de 2023; aceito em 16 de dezembro de 2023; aguardando publicação.

Imagem 9 (Marques, 2024).

Recebido: / /| Revisado: //| Aceito: 16/12/2023| Publicado: //

Thisworkislicensedunder a
Creative Commons Attribution 4.0 UnportedLicense.

Mapeamento sistemático dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia

Systematic mapping of socio-environmental conflicts inthe mountains of the northern portion of the bahia hinterland

MARQUES, Robson. Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus III. Av. Dr. Edgard Chastinet Guimarães - Bairro São Geraldo - Juazeiro – Bahia – Brasil. CEP: 48.904-711 / Telefone: (74) 3611.6219 / E-mail: robson.marques699@gmail.com

MARQUES, Juracy. Professor no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH

Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus III. Av. Dr. Edgard Chastinet Guimarães - Bairro São Geraldo - Juazeiro – Bahia – Brasil. CEP: 48.904-711 / Telefone: (74) 3611.6219; E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

MELO, José Radamés Benevides. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Doutor em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Araraquara. Rodovia Araraquara - Jaú – São Paulo – Brasil. CEP: 14.800-901 / Telefone: (16) 3301.6200 / E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo foi identificar as categorias de conflitos socioambientais em comunidades dos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia, entre 2012 e 2022, suas motivações e os sujeitos neles envolvidos. Pelo mapeamento sistemático daliteratura, procedeu-se a um levantamento, na literatura, em busca de relatórios, artigos, dissertações e teses relacionados aos conflitos socioambientais ocorridos nessas comunidades,passíveis de serem acessados na sua íntegra, tendo como bases de dados: Plataforma Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Web of Science, Scopus e site da Comissão Pastoral da Terra

(CPT). As buscas possibilitaram acesso a 421 publicações, sendo 10 relatórios, 371 artigos, 33 dissertações e 7 teses. A pesquisa revelou um significativo número de publicações encontradas, porém, a quantidade de artigos, dissertações e teses direcionadas aos municípios e às comunidades da porção norte das serras do sertão baiano ainda se mostra aquém da necessidade de evidenciação das relações socioambientais conflituosas envolvendo os interesses comunitários, estatais e dos empreendimentos que se instalam e suas formas de exploração dos bens naturais. Também evidenciou que existe um relevante acervo informativo disponibilizado nos Relatórios de Conflitos de Campo da CPT, que identifica e registra, pelo menos três tipos de conflitos; os agentes envolvidos; e as causas motivadoras dos conflitos socioambientais nessa região montanhosa.
Palavras-chave: categorias de conflitos, interesses comunitários, exploração dos bens naturais, regiões montanhosas, Brasil.

ABSTRACT

The objective of this article was to identify the categories of socio-environmental conflicts in communities in the municipal ities of the northern region of the sertão mountains of Bahia, between 2012 and 2022, their motivations and the subjects involved in them. Bysystematic mapping of the literature, we proceeded to a surveyof the literature in searchofreports, articles, dissertations and theses related to socio-environmental conflicts thatoccurred in these communities, whichcouldbeaccessed in theirentirety, usingthefollowingdatabases: Platform Periodical Capes, Teses and Dissertations Catalogue (CTD), Brazilian Digital Library ofThesesandDissertations (BDTD), Web of Science, Scopus, andthe site ofthe Pastoral Land Commission (CPT). The searchesprovidedaccessto 421 publications, including 10 reports, 371 articles, 33 dissertationsand 7 theses. The researchrevealed a significantnumberofpublicationsfound; but, thequantityofarticles, dissertations, andthesesdirectedatthemunicipalitiesandcommunitiesofthenorthernregionofthe Sertão Mountains of Bahia still falls short oftheneed to show theconflicting socio-environmentalrelationsinvolvingcommunity, state, andenterpriseintereststhat are installedandtheirwaysofexploiting natural resources. It alsoshowedthatthereis a relevant body ofinformationavailable in the CPT Reports of Field Conflicts, whichidentifiesandregistersatleastthreetypesofconflicts; theagentsinvolved; andthemotivating causes of socio-environmentalconflicts in thismountainous region.
Keywords:conflict categories, community interests, exploitation of natural resources, mountainous regions, Brasil.

Introdução

Almeida (2021), ao referir-se ao Movimento Salve as Serras e ao espaço geopolítico, ambiental, social e acadêmico de sua atuação, infere que o objetivo desse movimento é deflagrar campanhas de proteção ambiental com denúncias e mobilizações em defesa da preservação das cadeias de terrenos montanhosos, escarpas, elevações e quebradas que se estendem desde Minas Gerais, alcançando a porção mais ao norte em Jaguarari, na Bahia, até Pernambuco e Ceará adentro, regiões com predominância do clima tropical semiárido.

As serras do sertão norte da Bahia compreendem o extremo norte de uma cordilheira de montanhas denominada Serra do Espinhaço, apresentando suas extremidades coincidindo, na parte sul, com o município de Ouro Branco, em Minas Gerais e, na parte norte, com o município de Jaguarari, na Bahia – é o que descreve Barreto (2022). Já para Negreiros (2021), as Serras da Jacobina, como parte das serras do sertão norte da Bahia, compõem o relevo montanhoso dos municípios de Jaguarari, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba, Saúde, Caem, Jacobina, Miguel Calmon e Morro do Chapéu.

Ao lado do que defendem Barreto (2022) e Negreiros (2021), Siqueira e Lira (2021), utilizando imagens de média e alta resolução espacial (entre 5 e 30 m) da base de dados do PROBIO para gerar um polígono como divisor topográfico acima de 600 metros de altitude e plotando bases do “Brasil Milionésimo”, definiram sua área de estudo como sendo o complexo das Serras da Jacobina, considerando os municípios de Antônio Gonçalves, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Pindobaçu, Piritiba, Saúde e Senhor do Bonfim.

Pela dimensão espacial, geográfica, política e biodiversa, para esta investigação, que se dedicou à identificação de categorias de conflitos socioambientais a partir de levantamento na literatura existente, a área de estudo definida foi a cadeia montanhosa que envolve os municípios de Piritiba (mais ao sul), Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Mirangaba, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Jaguarari (mais ao norte). Enquanto nomenclatura, adotou-se a que mais geograficamente a caracteriza, identificando-a como sendo a Porção Norte das Serras do Sertão da Bahia.

Importante destacar que a área delimitada para a pesquisa faz parte de um complexo hidrogeológico territorial com rica biodiversidade de fauna e flora, no Bioma Caatinga com faixa de transição de Mata Atlântica, composta pelas bacias dos rios Itapicuru, Salitre, Paraguaçu e São Francisco. Essa região apresenta esplêndida riqueza paisagística e mineral e uma população de 369.928 habitantes (Brasil, 2022).

Desperta também a cobiça por grandes empreendimentos minerários, a exemplo da, Mineração *Gold Fields* (ouro), em Jacobina; garimpos de esmeralda em Pindobaçu e Campo Formoso; Mineração de Cromo (FERBASA), em Campo Formoso; Química Geral do Nordeste, em Miguel Calmon, com jazidas de Barita; *Ero Brasil*, com a extração do cobre em Jaguarari; dentre outros. Além disso, firma-se como potencial geradora de energia eólica e solar, a exemplo da prospecção para implantação do Projeto Manacá, da empresa *Quinto Energy* que,

se concretizado, poderá ser o terceiro maior complexo híbrido (eólico e solar) do mundo e o maior do Brasil em geração de energia eólica e solar com projeção de implantar, nas serras de Campo Formoso e Jaguarari, 690 aerogeradores e 2,07 milhões de placas solares (Brasil, 2023).

Justamente por se encontrar nesse enclave de especiais interesses econômicos, sociais, ambientais e políticos, essa é uma região que pulsa desigualdades, injustiças, desequilíbrios nos ecossistemas e que, consequentemente, definem o modo de vida demilhares de moradores dessa região, em especial, as vidas de camponeses em comunidades tradicionais. Dessa percepção, emergiu a indagação central desta pesquisa: que categorias de conflito socioambiental têm sido apontadas e/ou analisadas nas literaturas acadêmicas e de mobilização social que se dedicam aos municípios da Porção Norte das Serras do Sertão da Bahia?

Ao analisar os processos comunicacionais das expressões linguageiras envolvendo as vozes dos(as) caatingueiros(as) num contraponto com as dos empreendimentos capitalistas que vêm sendo implantados na Caatinga, Lima (2020) infere que os conflitos são enunciados que revelam, de um lado, o modo de existência de uma população/comunidade (caatingueiros e caatingueiras) e, de outro, a concepção de que esses projetos modernizantes só podem vingar tal como foram/são concebidos, tendo que, para isso, anular os modos de vida daquela população. Essa autora discorre ainda que os conflitos são passíveis de serem ouvidos e compreendidos, mas que é preciso uma atenção diferente, sendo necessário ouvi-los como uma manifestação própria e fora dos discursos dominantes.

Segundo Santos (2012), os conflitos socioambientais são definidos pela competição desigual por bens naturais, pondo, de um lado, práticas socioeconômicas e culturais tradicionais e do outro a indústria extrativa mineral. Para o autor, a expansão da indústria extrativa mineral tem ampliado, fundamentalmente, o conflito socioambiental de base territorial: populações urbanas e rurais, tradicionais e indígenas, entre outros grupos afetados, têm seus direitos tradicionais desrespeitados recorrentemente, sob a proteção de um Estado cujas bases econômicas estão estruturalmente atadas ao projeto neoextrativista.

Soma-se à ideia de projeto neoextrativista trazida por Santos (2012), a percepção de que esses empreendimentos, e mesmo o Estado, se mostram inebriados, disseminando a ideia de energia limpa associada às eólicas e às placas solares. Porém, deve-se atentar para o "*modus operandi*" das ações levadas à prática por esses empreendimentos, que promove supressão vegetal, extinção de espécies (da fauna e da flora) em áreas de proteção ambiental, morte de nascentes, riachos e rios e acentuam a injustiça social ao propor contratos de arrendamento/aluguel para usufruto das terras por períodos que podem chegar a100 anos (contrato de 50 anos com possibilidade de ser renovado por mais 50 anos), por um valor irrisório, se considerado o lucro que geram, entre outras práticas de degradaçãosocioambiental.

Num futuro próximo, quando essas tecnologias para a produção de energia eólica e solar ficarem obsoletas, gerando lixões de sucatas, nos topos das montanhas, como acontece

com o descarte de resíduos da energia nuclear em cavernas inacessíveis, ficarão enterrados milhares de toneladas de concreto formando o que estamos chamando de *deserto de cimento,* onde, nunca mais, nada nascerá em solos dantes tão férteis e verdes.

Tendo como principal objetivo identificar as categorias de conflitos socioambientais em comunidades do norte baiano no nordeste brasileiro, mais especificamente nos municípios que integram a porção norte das serras do sertão da Bahia, entre os anos de 2012 e 2022, suas motivações e os sujeitos neles envolvidos, procedeu-se a um levantamento, na literatura, dos trabalhos acadêmicos e de mobilização social relacionados aos conflitos socioambientais ocorridos nessas comunidades no período indicado, e para esta revisão de literatura, metodologicamente, adotou-se o mapeamento sistemático como caminho a ser percorrido.

Para isso, depois de definida a questão da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão para as buscas, foram criadas *strings* (expressões/argumentos de busca com operadores booleanos padrões) e acessadas as bases de dados Periódico Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD)*, Web of Science*, *Scopus* e *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para análise dos dados e organização das informações neste artigo.

Metodologia

Mapeamento Sistemático

Demerval, Coelho e Bitencourt (2020) inferem que o Mapeamento Sistemático da Literatura é utilizado quando não é necessário responder com profundidade a questões específicas, mas para uma visão geral e amplificada de uma área determinada e que este tipo de estudo potencializa a categorização do tópico de pesquisa de interesse. É relevante o destaque dado pelos autores porque, citando apontam as diferenças entre um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) e uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), afirmando que, fundamentalmente, essa diferença se ancora na formulação da questão de pesquisa. No primeiro, a pergunta da pesquisa é do tipo exploratória, exige menos profundidade naextração dos dados e tem foco na categorização dos estudos encontrados. Já a RSL temescopo robusto e mais bem definido, é conduzida a partir de uma questão de pesquisa do tipocausal e busca sintetizar os resultados.

Sob as diretrizes de Kitchenham e Charters (2007), baseadas no método da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), respeitadas suas particularidades e diferenças em especial no rigor da questão da pesquisa, este Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) também se estruturou em três fases: planejamento, condução e relatório. Na primeira, a motivação induziu à questão da pesquisa; depois, a condução se deu com busca e seleção pelos estudos

primários, avaliação, extração dos dados, sumarização, síntese e interpretação dos resultados; e, por fim, a escrita do relatório/artigo.

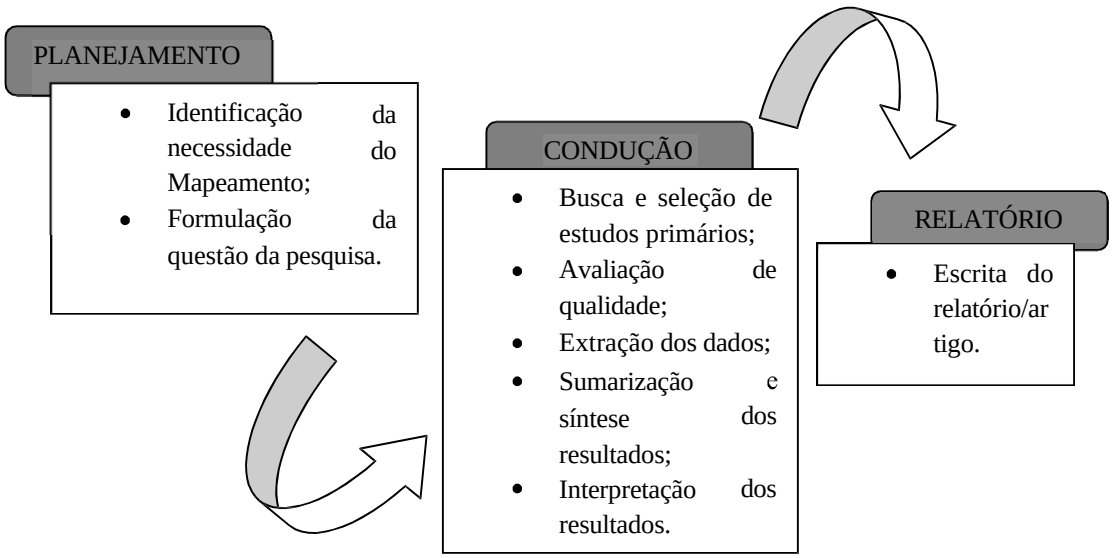


Figura 5 - Fases do processo de Mapeamento Sistemático.

Os porquês dos conflitos socioambientais

A rota idealizada para alcançar os resultados aqui descritos passou pelos caminhos, inicialmente, do *brainstorming* (uma tempestade de ideias e sugestões quanto às possibilidades de acesso às publicações, palavras-chave e descritores de busca) no coletivo da pesquisa, avançando para os critérios de inclusão e exclusão, arranjos nas *strings* de buscas e definição das bases de dados a serem acessadas.

Com o mapa mental esquematizado, o norte a seguir foi identificar, nas publicações, registros capazes de revelar as categorias, as motivações e os sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais ocorridos em comunidades localizadas nos municípios que formam a cadeia de montanhas da porção norte das serras do sertão da Bahia, entre as cidades de Piritiba e Jaguarari, no norte baiano, considerando as seguintes indagações (questões de busca - QB):

QB1: O que são conflitos socioambientais?;

QB2: Qual a motivação para os conflitos socioambientais?;

QB3: Que matriz energética (hídrica, eólica, minerária e/ou solar) é considerada?; e

QB4: Quais são os sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais?;

O trabalho das buscas

A procura atendeu a uma janela temporal de publicações ocorridas entre os anos de 2012 a 2022 e foi realizada nas bases de dados Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Web of*

Science, *Scopus* e *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As buscas foram norteadas pelo protocolo com a missão de encontrar respostas para as indagações feitas enquanto questões de busca (QB). Para tal, no campo de busca de cada base de dados, foram digitados argumentos/expressões (*strings*) e o retorno ou foi um quantitativo de publicações para avaliação e análise ou nenhum resultado encontrado.

A instrução protocolar definiu os seguintes argumentos (*strings* de busca) a serem identificadas no título, resumo e/ou palavras-chave das publicações, em português: ("Conflitos Socioambientais" OR "Impactos Ambientais e Sociais") AND ("Regiões Serranas"OR Morros OR Montanhas) AND Nordeste AND Brasil; e "Conflitos Socioambientais" AND Bahia AND Brasil. E em inglês: ("*Socio-environmentalConflicts" OR "Environmental and Social Impacts") AND (Highlands OR "Mountain Rage" OR Mountains) AND Northeast AND Brazil; e "Socio-environmentalConflicts" AND Bahia AND Brazil*.

Tabela 1 – Trabalhos retornados por base de busca.

Bases de busca	Trabalhos retornados			
	Relatórios	Artigos	Dissertações	Teses
Periódicos Capes	0	224	0	0
CTD	0	0	5	2
BDTD	0	0	28	5
Web Of Science	0	147	0	0
Scopus	0	0	0	0
Site da CPT	10	0	0	0
Total	10	371	33	7

Fonte: autoria própria.

A Tabela 1 revela o quantitativo de trabalhos acessados por mecanismos durante o processo de busca em que foram encontrados: na Periódico Capes, 224 artigos (156 em português e 68 em inglês);na Catálogo de Teses e Dissertações, 2 teses (1 em português e 1 em inglês) e 5 dissertações (todas em português); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 5 teses (4 em português e 1 em inglês) e 28 dissertações (26 em português e 2 em inglês); na *Web of Science*, 147 artigos (14 em português e 133 em inglês); na *Scopus,* nenhum trabalho encontrado; e, no *site* da CPT, 10 relatórios (todos em português). As publicações encontradas seguiram para a etapa de seleção, avaliação e extração dos dados.

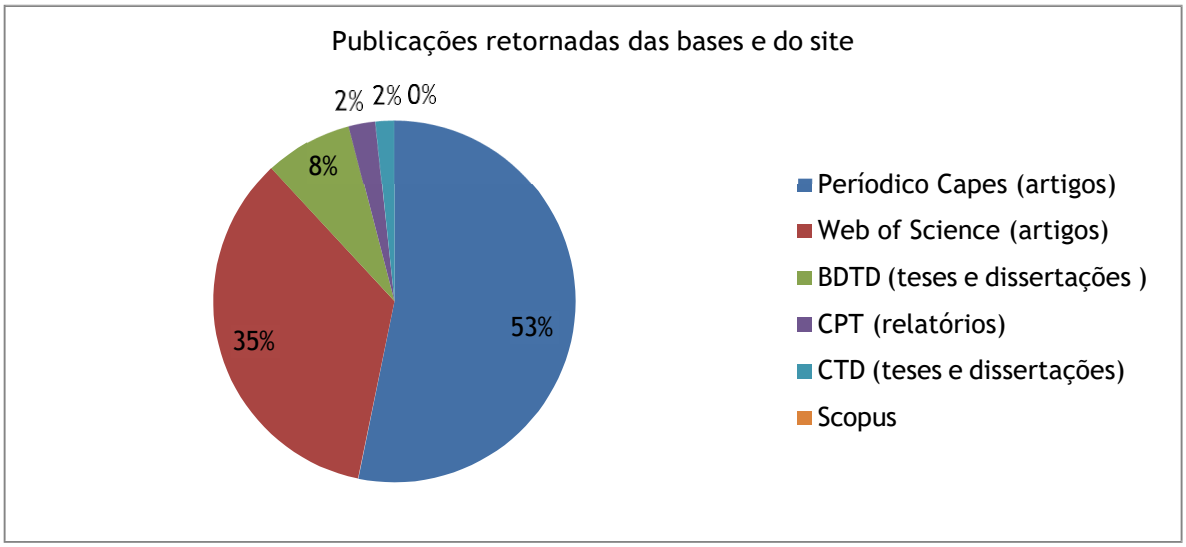


Figura 6 – Percentual das publicações retornadas das bases de dados e do site da CPT.

Seleção dos textos

Conforme Demerval, Coelho e Bitencourt (2020), os critérios de inclusão e exclusão devem ser aplicados a cada texto (artigos, relatórios, dissertações e teses) retornado das buscas nos repositórios das bibliotecas digitais. Ainda para esses autores, alguns critérios são definidos a partir de questões práticas das publicações, por exemplo: linguagem, tipo de publicação, período de publicação, entre outros.

Para a realização das buscas, e com o intuito de atender ao objetivo do mapeamento, os critérios de inclusão (CI) e de exclusão (CE) adotados levaram em conta os fatores de acesso, temporalidade, idiomas das publicações, repositórios e, em especial, a temática e a especificidade regional dos conflitos em município da região serrana da porção norte do Sertão da Bahia. Esses critérios foram tomados como diretrizes a serem atendidas em sua totalidade para que os trabalhos continuassem sendo avaliados e se mantivessem no mapeamento sistemático. Os Quadros 1 e 2 descrevem os critérios de inclusão e exclusão, respectivamente, definidos para a pesquisa.

Quadro 1 – Critérios de inclusão.

Critério	Descrição do Critério de Inclusão
CI1	Acesso integral à produção.
CI2	Trabalhos publicados entre os anos 2012 e 2022.
CI3	Trabalhos publicados em português.
CI4	Trabalhos publicados em inglês.
CI5	Trabalhos publicados em periódicos ou anais.
CI6	Trabalhos que façam alusão à região da porção norte das Serras do Sertão da Bahia.

Fonte: autoria própria.

Quadro 2 – Critérios de exclusão.

Critério	Descrição do Critério de Exclusão
CE1	Ausência de, pelo menos, uma palavra-chave de cada bloco temático da *string* de busca no título, resumo ou palavras-chave.
CE2	Não permitir acesso ao trabalho completo.
CE3	Não possuir relação com a área e/ou a temática proposta para o mapeamento.
CE4	Trabalhos duplicados.
E5	Trabalhos publicados pelo Movimento Salve as Serras (SAS)

Fonte: autoria própria.

Realizadas as buscas e selecionadas as publicações para o cumprimento do protocolo que estabeleceu as estratégias para a pesquisa, os trabalhos foram selecionados e organizados para a extração dos dados, análise e interpretação das informações e descrição dos resultados.

Extração dos dados e resultados

Após acessadas as bases e encontrados os relatórios, artigos, dissertações e teses, com o auxílio das ferramentas *Start* e *Mendeley* (gerenciadores que auxiliam na pesquisa acadêmica), as publicações foram devidamente organizadas por pastas e seus arquivos identificados para melhor sistematização, avaliação, interpretação e tratamento das informações para a escrita final.

A partir dos argumentos estabelecidos, quando da busca nas bases, foram acessadas 421 publicações. Destas, não foi possível acessar a íntegra de uma tese e nem registros em um relatório da CPT do ano de 2013 (CE2). Também foram detectados 32 artigos com duplicidade (CE4), restando 388 publicações possíveis de serem acessadas em sua íntegra (CI1) para avaliação e extração dos dados, que foram analisadas individualmente, considerando três etapas consecutivas e dependentes: 1) leitura do título, resumo e palavras- chave; 2) leitura da introdução e conclusão; e 3) leitura completa.

Das 388 publicações que atenderam aos critérios de seleção, apenas em 9 trabalhos foi possível a identificação e extração de dados e informações capazes de responder às questões da pesquisa e contemplar as categorias definidas que faziam alusão à porção norte das Serras do Sertão da Bahia (CI6) e não foram publicadas pelo Movimento Salve as Serras (CE5). A Tabela 2 expõe o quantitativo de publicações acessadas com suas respectivas bases de dados, *site* e critérios.

Tabela 2 – Publicações incluídas ou excluídas pelos critérios definidos.

Bases	Critérios de Inclusão (CI) e Critérios de Exclusão (CE)										
	CI1	CI2	CI3	CI4	CI5	CI6	CE1	CE2	CE3	CE4	CE5
Periódicos Capes	224	224	156	68	224	0	224	0	224	12	0
CTD	06	07	6	1	07	0	07	1	07	0	0
BDTD	33	33	30	3	33	0	33	0	33	0	0
Web of Science	147	147	14	133	147	0	147	0	147	20	0
Scopus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Site da CPT	10	10	10	0	10	9	1	0	1	0	0
Total	420	421	216	205	421	9	412	1	412	32	0

Fonte: autoria própria.

Análise e discussão

Do planejamento até a escrita final deste artigo, a pesquisa foi conduzida com o propósito de sistematização de informações sobre o estado da arte das publicações acerca dos conflitos socioambientais registrados nos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia (Piritiba, Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Mirangada, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Jaguarari), entre os anos 2012 e 2022 e que revelassem suas causas, agentes envolvidos e possíveis classificações.

Essa pesquisa revelou que é considerável o número de publicações que tratam dos conflitos socioambientais encontradas pelas buscas: 423. Destas, 218 em português (pouco mais de 51,53%) e 205 em inglês (aproximadamente 48,43%). Ao mesmo tempo, gerou estranheza a revelação de apenas 9 publicações, um pouco acima de 2,12%, fazerem referência à área de recorte para análise (serras da porção norte do sertão da Bahia) e que esse baixo número de publicações ou pode estar associado ao quantitativo de bases acessadas (se considerado como poucas) ou mesmo à discriminação estrutural acadêmica por se tratar de uma região semiárida, baiana, sertaneja e nordestina.

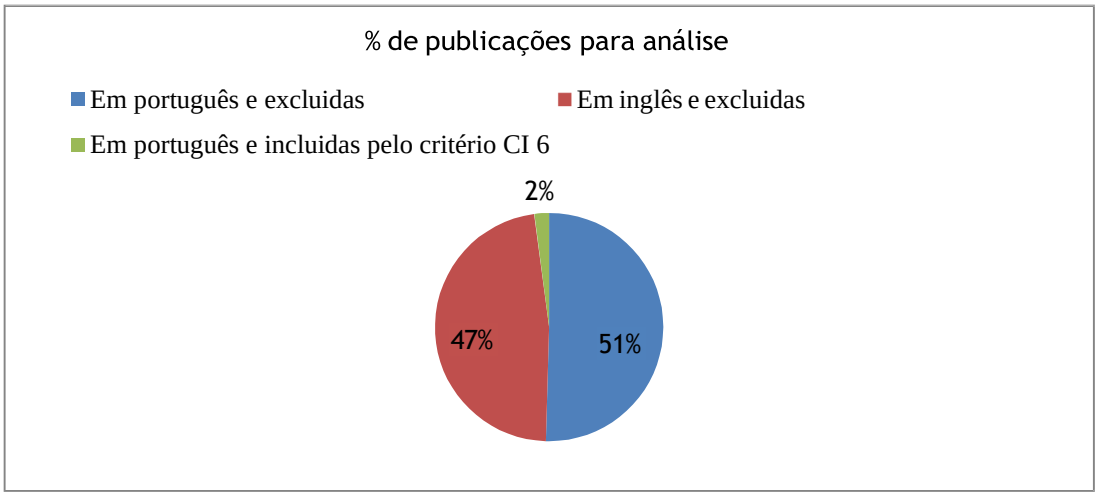


Figura 7 – Gráfico do percentual de publicações excluídas e incluídas pós-extração das bases de dados.

Destaca-se, dentro da lógica colonial sob a qual sempre foi visto o Brasil e, sobretudo o Nordeste, que, mesmo estando numa região de grandes riquezas minerárias, quase nada

dessa riqueza fica no Brasil e nem tão pouco no sertão. Trata-se de uma forma atualizada de exploração colonial que tem na Lei Kandir (BRASIL, 1996), que exclui taxação sobre produtos não manufaturados, uma de suas principais colunas dorsais. Portanto, a invisibilidade que se observa nesse levantamento não é algo natural, mas, sobretudo, um planejado projetopolítico de poder e domínio colonial.

Ainda que haja uma limitação metodológica ou que estejam enraizado o preconceito e a discriminação da produção acadêmica, essa revisão traz à luz o fato de que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 e vinculada à Igreja Católica, desde sempre lida com os conflitos ocorridos envolvendo homens e mulheres que vivem no espaço rural e que têm, no uso da terra e da água, o seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.

Numa análise quanto aos achados nas buscas, consideramos o perfil dos agentes envolvidos (camponeses e moradores de comunidades tradicionais; empresas: majoritariamente, mineradoras; e a ação ou omissão do Estado) bem como os tipos de conflitos identificados (por terra, por água e trabalhista) para discutirmos o que nos revelou essa pesquisa.

Ficou notória a divergência de interesse quanto ao uso dos bens minerais, visto que, de um lado, a exploração se dá, demasiadamente pelas empresas, a níveis de extração exaustiva de minérios da terra, pelo uso inadequado, contaminante e/ou escassez da água ou mesmo pela desumana condição trabalhista de escravidão; e, de outro lado, pessoas, associações, comunidades e movimentos ambientais que se mobilizam com ações de enfretamento e resistência em contraponto àquelas práticas destrutivas e em defesa do meio ambiente e pela própria sobrevivência.

Porém, foi a atuação (ação ou omissão) do Estado baiano que se mostrou incompatível com a sua tutela enquanto órgão que autoriza, regula e fiscaliza o funcionamento de mineradoras e garimpos que, por muito, favoreceu o desequilíbrio da balança entre os empreendimentos minerários e garimpeiros e os camponeses e comunidades tradicionais tendendo para àqueles ao invés de fortalecer as pessoas e os movimentos ambientalistas, ecológicos, que lutam por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

O Estado se mostrou e se mostra conivente com os empreendimentos quando deixou e ainda deixa à deriva o povo que precisava e precisa de políticas públicas que assegurem a inviolabilidade dos territórios tradicionais, que sejam protetoras das nascentes e dos topos de serras, que preservem os mananciais e corpos hídricos na zona rural, que não incentivem a sua privatização e nem a sua contaminação. Observamos, também, a atualização desse comportamento ecocida do Estado baiano nas políticas recentes de apoio à implantação de megaparques eólicos e solares nos topos das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Das categorias

Nessa investigação, suscitamos inicialmente, enquanto hipótese, três categorias analíticas que pudessem compor o cenário dos conflitos socioambientais na porção norte das serras do sertão da Bahia: a) *tipos de conflitos,* para sua identificação e descrição; b) *causas motivadoras,* para compreensão das origens dos conflitos; e c) *sujeitos envolvidos*, para evidenciação das relações estabelecidas entre os atores dos conflitos.

Identidades que revelam ações

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) os conflitos no campo são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, pela água, pelos direitos e pelos meios de trabalho ou produção e ainda que essas ações podem acontecer entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2021, p. 12). A análise dos nove anais da CPT, nos últimos dez anos, possibilitou detectar que há três tipos de conflitos "socioambientais" que ocorrem nessa região serrana: conflitos por terra, conflitos por água e conflitos trabalhistas.

Os conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, pelo acesso aos recursos naturais e/ou que garantam o direito ao extrativismo, incluindo as ocupações/retomadas e os acampamentos. Já os conflitos por água são as ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas, combater a apropriação privada dos recursos hídricos, enfrentar a cobrança pelo uso da água no campo e de lutar contra a construção de barragens e açudes, em ações de empatia aos atingidos por barragens que lutam pelos territórios expropriados. Esses conflitos por água envolvem também povos e comunidades frente à mineração (CPT, 2021, p. 12-13).

O terceiro tipo de conflito identificado nos anais da CPT foram os "conflitos trabalhistas", que compreendem os casos em que a relação trabalho *versus* capital indica a existência de trabalho escravo e superexploração. Estão incluídas nesse rol, também, as greves (CPT, 2021, p. 12).

Causas motivadoras

Para as causas que levam aos conflitos, a CPT revela o *modus operandi* de empreendimentos minerários e agrícolas (extrativista, exploratória e degradante) *versus* os modos de vida das comunidades rurais na defesa da terra para o cultivo, preservação de áreas (fundo e fecho de pasto) para a criação de animais, uso racional da água e mobilização por falta ou omissão do Estado na efetivação das políticas públicas. Para a Comissão Pastoral da Terra, os fatores que originam os conflitos também estão ligados à exploração da mão-de-

obra. Além disso, em potencial, as principais matrizes energéticas identificadas nas publicações foram a água e a terra (CPT, 2012-2021).

Sujeitos envolvidos

Quanto aos agentes envolvidos nos conflitos registrados nas comunidades que compõem a porção norte das serras do sertão da Bahia, registram-se camponeses de fecho e fundo de pasto, garimpeiros, comunidades tradicionais, mineradoras e fazendeiros, ora para empreender em nome do desenvolvimento capitalista, que tem os bens naturais como recursos naturais e os exploram até sua exaustão, ora para resistir à forma do uso dos bens hídricos, minerais e reivindicar posse ou mesmo para não ter áreas de fundo e fecho de pasto invadidas ou para preservá-las. Existem também registros de fortalecimento comunitário quando a mobilização se mostra enquanto luta, resistência e enfretamento à ausência das políticas públicas nesses territórios, revelando ação ou omissão do Estado.

Resultados e discussões

Conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia

Os relatórios da CPT registraram a ocorrência de 95 conflitos em comunidades das serras da porção norte do sertão da Bahia entre os anos de 2012 e 2021; sendo 72 por terra, 2 trabalhistas e 21 por água. Nesse mesmo período, em nível nacional, foram registrados 11844 conflitos por terra, 1140 trabalhistas e 1920 por água. Simultaneamente, em todo o Estado da Bahia, registrou-se um total de 1631 conflitos: sendo 1142 por terra, 51 trabalhistas e 438 por água. Ressalta-se que, dos onze municípios que compõem essa região serrana (Antônio Gonçalves, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Pindobaçu, Piritiba, Saúde e Senhor do Bonfim), apenas em Caém, Piritiba e Saúde não foi registrado nenhum conflito nesse período. Lembre-se ainda que, no ano de 2013, não houve registro de conflitos em nenhum município dessas serras.

Em 2012, houve o registro de um conflito trabalhista, superexploração com 5 denúncias no garimpo “Deus é Maior”, da Serra de Carnaíba, em Pindobaçu; um conflito por água em Jacobina, envolvendo 300 famílias das comunidades de Canavieiras, Itapicuru,Jaboticaba e a Mineração *Yamana Gold* (atualmente *Gold Fields*), pelo uso e preservação da água; e um conflito por água em Miguel Calmon, envolvendo 300 famílias da comunidade de Itapura e a empresa Química Geral do Nordeste pelo uso, preservação, distribuição e/ou poluição da água (CPT, 2012).

No ano de 2013, não foi registrado nenhum conflito, mas, no ano de 2014, foram documentados quatro conflitos por terra (Campo Formoso, Jacobina, Mirangaba e Pindobaçu) com, pelo menos, 152 famílias envolvidas e as empresas Ferbasa (Campo Formoso), *Yamana Gold* (Jacobina) e camponeses (Mirangaba/Pindobaçu). Além desses, no mesmo ano, houve

três outros conflitos pelo uso e preservação da água em Campo Formoso, com a empresa Ferbasa (sem a mensuração do número de famílias envolvidas) (CPT, 2014).

Já em 2015, foram registrados quatro conflitos por terra: três com o envolvimento de 158 famílias de pequenos proprietários, camponeses de fundo e fecho de pasto e camponeses do projeto de assentamento Serra Verde (2 em Mirangaba e 1 em Senhor do Bonfim); e um conflito envolvendo 150 famílias e a Mineração *Yamana Gold*, em Jacobina. Também foram documentados outros três conflitos – agora, pelo uso, preservação e contra a apropriação particular da água –: sendo dois em Campo Formoso e um em Mirangaba, envolvendo 380 famílias (CPT, 2015).

Em 2016, foram registrados oito conflitos no campo das Serras do Sertão da Bahia: cinco conflitos por terra (2em Antônio Gonçalves – Comunidade Quilombolas de Tijuaçu e camponeses de fundo e fecho de pasto: 2 em Campo Formoso – com, pelo menos, 55 camponeses de fundo e fecho de pasto e pequenos proprietários; e 1 em Jacobina – 150 famílias de pequenos proprietários e a Mineração *Yamana Gold*). Também nesse ano, houve registros de três conflitos por água em Campo Formoso, envolvendo 80 famílias de comunidades rurais e a Mineração Ferbasa e um conflito em Miguel Calmon, envolvendo 300 famílias da comunidade de Itapura e a empresa Química Geral do Nordeste pelo uso, preservação, distribuição e/ou poluição da água (CPT, 2016).

Consta que, em 2017, houve oito conflitos por terra: um, em Antônio Gonçalves, envolvendo 224 famílias da Comunidade Quilombolas de Jiboia, e sete, em Mirangaba, envolvendo 1192 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto. Nesse mesmo ano, aconteceram dois conflitos em Jacobina, pela apropriação particular da água, com o envolvimento de 796 famílias de comunidades rurais e a *Yamana Gold* (CPT, 2017). Em 2018, os registros foram de quatro conflitos por terra em Mirangaba, envolvendo 440 famílias de fundo e fecho de pasto e dois conflitos por água em Jacobina, envolvendo 700 famílias de comunidades rurais e a *Yamana Gold* (CPT, 2018).

No ano de 2019, foram registrados oito conflitos por terra envolvendo, pelo menos, 626 famílias de pequenos proprietários, famílias camponesas de fundo e fecho de pasto e famílias de posseiros (1 em Antônio Gonçalves, 2 em Campo Formoso, 1 em Jacobina, 2 em Mirangaba e 2 em Senhor do Bonfim). Registraram-se, também em 2019, dois conflitos pelo uso, preservação e apropriação da água em Campo Formoso, envolvendo 200 famílias de comunidades rurais e um em Mirangaba, envolvendo 100 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto pela não apropriação particular da água (CPT,2019). Em 2020, foram contabilizados doze enfretamentos por terra (2 em Jaguarari – pequenos produtores da Serra dos Morgados e camponeses de fundo e fecho de pasto da Comunidade de Corrência e 10 em Mirangaba, com 780 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto); um conflito pelo não cumprimento de procedimentos legais acerca de barragem em Jacobina, envolvendo 86 famílias de comunidades rurais; e um conflito trabalhista em Jacobina, na Fazenda Seriema, com 31 denúncias e 14 libertos (CPT, 2020).

Em 2021, foram documentados 26 conflitos por terra (6 em Antônio Gonçalves; 12 em Campo Formoso, com, pelo menos, 280 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto e de pequenos proprietários; 1 em Jacobina, com 13 famílias de sem-terra; 1 em Jaguarari,com 30 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto da Comunidade de Corrência; 5 em Mirangaba, com 450 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto; 1 em Senhor do Bonfim, com 12 famílias de sem-terra). Também houve registro de um conflito em Jacobina pelo não cumprimento de procedimentos legais quanto a barragens e açudes, envolvendo 86 famílias das comunidades de Canavieira, Itapicuru e Jabuticaba (CPT, 2021).

Tabela 3 - Conflitos de campo identificados e registrados pela CPT entre 2012 e 2021.

CONFLITOS NO CAMPO NA PORÇÃO NORTE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA											
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Conflitos por Terra	0	0	4	5	5	8	4	8	12	26	72
Conflitos por Água	2	0	3	3	4	2	2	3	1	1	21
Conflitos Trabalhistas	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
											95

Fonte: Relatórios “Conflitos no Campo Brasil dos anos de 2012 a 2021”. Disponíveis em: <https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em: mar. 2020-mar. 2021.

Tabela 4 - Conflitos registrados nos últimos 10 anos nos municípios das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Conflitos Socioambientais nos últimos 10 anos (2012-2021) nas serras do sertão da Bahia			
Municípios	Por terra	Por água	Trabalhista
Antônio Gonçalves	10	00	00
Caém	00	00	00
Campo Formoso	17	12	00
Jacobina	05	07	01
Jaguarari	03	00	00
Miguel Calmon	00	01	00
Mirangaba	32	01	00
Pindobaçu	01	00	01
Piritiba	00	00	00
Saúde	00	00	00
Sr. do Bonfim	04	00	00
Total	72	21	02

Fonte: Relatórios “Conflitos no Campo Brasil dos anos de 2012 a 2021”. Disponíveis em: <https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em: mar. 2020-mar. 2021.

As Tabelas 3 e 4 mostram que, nos últimos 10 anos (entre 2012 e 2021), a CPT registrou 95 conflitos no campo nos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia, sendo identificados 72 conflitos por terra, que representam 75,8% de todos os conflitos na

região; 21 conflitos por água, 22,1% do total; e 2 conflitos trabalhistas, que representam pouco mais de 2,1%.

Revelam ainda que os conflitos no campo, nas serras da porção norte do sertão da Bahia, entre 2012 e 2021, representam, aproximadamente, 0,6% dos conflitos nacionais e5,8% de todos os conflitos registrados no Estado baiano. Também que, considerando-se os 417 municípios da Bahia, os municípios que compõem as serras da porção norte (11) representam um pouco mais de 2,6% do território baiano.

Pelas dados foi possível constatar que nessa região existe uma forte e desproporcional concentração de conflitos e evidenciar a natureza motivacional como sendo por regularização fundiária, exploração de minérios, uso, preservação e destinação de bens hídricos e exploração do trabalho.

Portanto, foi possível compreender que o Estado precisa ser responsabilizado pelas suas ações e/ou omissões, pois, ao reflexo dos dados dos relatórios, não está cumprindo seu dever de zelar pelo povo e pelo meio ambiente do qual depende a sobrevivência desse mesmo povo; indo numa direção permissiva aos empreendimentos que degradam e exploram os ambientes de montanha até a exaustão dos bens, deixando todo o passivo para as pessoas que moram em comunidades tradicionais (fundo e fecho de pasto, quilombolas, pescadores, extrativistas, posseiros, entre outras).

Considerações finais

Nos nove relatórios, dos dez acessados entre os anos de 2012 e 2021, os anais “Conflitos no Campo Brasil” da Comissão Pastoral da Terra (CPT) evidenciaram que, enquantoconceito, a CPT aplica e entende a expressão “conflitos no campo” como sendo ações de resistência e enfrentamento, admitindo que podem acontecer em diversos contextos sociais, ainda que suas publicações se voltem para o âmbito rural. Neste sentido, coadunamos com Santos (2012), que atribui aos conflitos socioambientais a competição desigual por bens naturais, colocando, de um lado, os interesses e práticas sociais, econômicas e culturais das comunidades tradicionais e, do outro lado, as práticas industriais extrativistas, assentindo que os conflitos socioambientais são de base territorial nos quais todas as populações, incluindo urbanas, têm seus direitos tradicionais desrespeitados recorrentemente e sob tutela doEstado.

Ao estabelecer as relações de interdependência dos modos de vida, incluindo a humana e as demais presentes no ambiente, intrinsecamente, pactua-se com o apelo ao direito à vida: o direito à vida das pessoas respeitando suas manifestações e ritos culturais; o direito à vida das árvores, dos pássaros e de toda a biodiversidade; o direito à água de qualidade com a preservação de nascentes, rios e riachos; o direito a um ambiente equilibrado. Também o direito de produzir energia, de gerir bens para o retorno de capital e movimentar a economia com racionalidade, bem como a responsabilização do Estado para a

regularização, fiscalização e manutenção desse acordo. O problema é que, quando esses acordos/direitos são ameaçados, desrespeitados e transgredidos, o embate se instala e as pessoas que formam as sociedades (sociedade anônima – S/A para algumas empresas, sociedade civil organizada ou sociedade representada pelo Estado) entram em conflito. Nesse caso, conflitos socioambientais, que especificamente para esta análise, registraram-se no campo da disputa pelas formas de uso e exploração da terra, pelo direito às águas e seus usos/fins e por condições dignas de trabalho.

Diante do exposto e pelas contribuições elencadas, faz-se preciso dedicação deestudos e mais publicações para descrição, interpretação e análises dos cenários mais generalizados ou mesmo particulares marcados pelos conflitos socioambientais nos municípios das serras da porção norte do sertão da Bahia que tanto formatam os modos de viver campesino ou urbano de quilombolas, pescadores, camponeses de fundo e fecho de pasto, pequenos proprietários, enfim todos os moradores dessas serras.

A contribuição deste trabalho pode estar no alerta feito aos acadêmicos para voltarem seus projetos e publicações para uma ecologia socioambiental de conflitos nessas serras que nutrem sonhos do pequeno proprietário rural ao grande empresário do capital e mesmo do gestor político público.

As nossas investigações científicas devem voltar-se também para desnudarem-se os mecanismos de exploração dos bens naturais e das vidas e almas dos ecossistemas que estruturam as Serras da porção norte do sertão da Bahia. Além disso, essas pesquisas devem estar comprometidas com estudos para evidenciação das relações que o poder público estabeleceu, estabelece e pretende estabelecer com os empreendimentos do capital extrativista e exploratório, com as pessoas que tradicionalmente vivem nessas serras e com os bens minerários, eólicos e hídricos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Movimento Salve as Serras no Verde Campo de Batalha dos Refugiados Climáticos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 13-32.

BAHIA. INEMA. Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023. Conceder LICENÇA PRÉVIA, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, à QUINTO ENERGY LTDA. 2023. Diário Oficial do Estado da Bahia. 20 set. 2023. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16714#/p:45/e:16714?find=Quinto%20energy>. Acessado em:15 out. 2023.

BARRETO, Flavio Marques Castanho. Justiça energética e licenciamento ambiental de complexos eólicos nas serras do sertão da Bahia. 2022. Tese (Doutorado em Agroecologia e

Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA, 2022.

BRASIL – IBGE. Censo 2022: panorama populacional. 2023. Disponível em:< https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal>. Acessado em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Diário Oficial da União. 16 set. 1996.

CPT. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO . Conflitos no Campo Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 01 dez. 2022.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2013.Goiania: CPT Nacional, 2014. p.198. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 08 dez. 2022.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2014. Goiania: CPT Nacional, 2015. p.216. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 15 dez. 2022.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2015. Goiania: CPT Nacional, 2016. p.240. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 22 dez. 2022.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiania: CPT Nacional, 2017. p.232. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 29 dez. 2022.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2017. Goiania: CPT Nacional, 2018. p.280. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 07 jan. 2023.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiania: CPT Nacional, 2019. p.244. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 14 jan. 2023.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2019. Goiania: CPT Nacional, 2020. p.247. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 21 jan. 2023.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiania: CPT Nacional, 2021. p.279. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 28 jan. 2023.

_____. Conflitos no Campo Brasil 2021. Goiania: CPT Nacional, 2022. p.269. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 03 fev. 2023.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil. https://www.cptnacional.org.br/. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acessado em: 28 nov. 2022.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig I. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. *In*: JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa. Porto Alegre: SBC, 2020. (série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 2) Disponível em: https://metodologia.ceie-br.org/livro-2/. Acessado em 20 mai. 2022.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performingSystematicLiterature Reviews in Software Engineering. EBSE Technical Report 2007-001. Schoolof Computer Science andMathematics, KeeleUniversityandUniversityof Durham. Durham, 2007.

LIMA, Aurilene Rodrigues. Comunicação de Conflitos: enunciados de caatingueiros atravessados por outros mundos. 2020. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.São Paulo, 2022.

NEGREIROS, Gustavo Hees de. Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes do Itapicuru. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras doSertão. ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-336.

SANTOS, Rodrigo Salles P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. *In*: CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Org.). Conflitos no Campo Brasil 2012.

Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao

SIQUEIRA, José Alve de; LIRA, Mariana Macário. Conservação das Serras da Jacobina: O Encontro das |flores do Brasil In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-336.

3.2 Artigo 2

Título:

ANÁLISE DO DISCURSO E MOVIMENTO SALVE AS SERRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA PARA OS ENUNCIADOS CONCRETOS

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Submetido à revista Textos e Debates (Qualis B1) em 25 de janeiro de 2024.

Imagem10 (Marques, 2024).

Análise do Discurso e Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os Enunciados Concretos

Discourse Analysis and Save the Hills Movement: a Narrative Review for Concrete Statements

Robson Marques dos Santos[30]
Juracy Marques dos Santos[31]
José Radamés Benevides Melo[32]

Resumo

O objetivo do artigo foi definir a abordagem teórico-metodológica para a análisedas cadeias textual-discursivas do *corpus* da tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e descrever a fisiologia organizativa do Movimento Salve as Serras (SAS). Utilizou-se da revisão narrativa. Enquanto resultados: 1) definiu-se a abordagem teórico-metodológica do Círculo de Bakhtin; 2) identificou-se o SAS como sendo um coletivo composto de comunitários, ambientalistas, pesquisadores, instituições e de outros movimentos mobilizados em defesa das serras sertanejas contra empreendimentos que ameaçam a integridade ecossistêmica das serras do sertão da Bahia e 3) instituiu-se os livros Ecocídio das Serras do Sertão, Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos e O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão como *corpus* analítico para a tese de doutorado Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Palavras-chave: abordagem teórico-metodológica. Movimento Salve as Serras. tese de doutorado.

---

[30] Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB. Graduado em Licenciatura em Educação Física – UNIVASF.

[31] Orientador da pesquisa. Pós-doutor em Antropologia- UFBA. Pós-doutor em Ecologia Humana - Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Cultura e Sociedade – UFBA. Mestre em Ciências da Educação – UNEB. Especialista em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana – BAHIANA . Especialista em Psicopedagogia – UPE. Graduado em Pedagogia – UNEB.

[32] Coorientador da pesquisa. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara. Especialista em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa –UESC/Ilhéus. Graduado em Letras Inglês/Português – UNESP.

Abstract

The aim of the article was to define the theoretical-methodological approach for the analysis of textual-discursive the *corpus* of the thesis Mapping Socio-environmental Conflicts in the Northern Hills of the Sertão in Bahia and describe the organization al physiology of the Save the Hills Movement (SAS). We used narrative review. The results included: 1) the definition of the theoretical-methodological approach from the Bakhtin Circle; 2) the identification of the SAS as a collective composed of community members, environmentalists, researchers, institutions and other movements mobilized in defense of the Sertão hills against projects that threaten the ecosystem integrity of the hills in and 3) the establishment of the books Ecocide of the Sertão Hills, Amputations of the Sertão Mountains: Ecocide and Mining in Bahia, The Prison ofthe Winds: Destruction of the Hills by Wind Complexes and The Fire of the Fire: Ecology and Politics of Wild fires in the Sertão Hills as an analytical *corpus* for the doctoral thesis Mapping Socio-environmental Conflicts in the Northern Hills of the Sertão in Bahia.

Keywords:

Theoretical-methodological Approach. Save the Hills Movement, Doctoral Thesis.

Introdução

Estruturante de um projeto de estudos, este artigo teve como objetivo central definir a abordagem teórico-metodológica para a tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e descrever a fisiologia organizativa do Movimento Salve as Serras com suas publicações.

Hipoteticamente as políticas públicas econômicas e socioambientais promovidas pelo Estado baiano não asseguram às pessoas que moram em regiões serranas um meio ambiente ecologicamente equilibrado para uso comum e fundamental qualidade de vida, permitindo que os empreendimentos exploradores dos bens naturais comprometam a existência da vida nas sociedades e ecossistemas como um todo, motivando o surgimento de um coletivo para o enfrentamento em defesa e preservação das serras da porção norte do sertão da Bahia, o Movimento Salve as Serras (SAS).

Intuímos também que o SAS é uma organização que acolhe pessoas dos mais diversos seguimentos sociais, inclusive outros movimentos para a defesa, a proteção e a

preservação da socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia e uma mobilização contra empreendimentos e políticas públicas que ameaçam, degradam e/ou exploram exaustivamente os bens naturais.

E ainda inferimos que o heterodiscurso dialogizado do Círculo de Bakhtin é uma abordagem teórico-metodológica que apresenta categorias analíticas possíveis de analisar os discursos constitutivos das cadeias textuais dos enunciados escritos peloSAS enquanto denúncias de irregularidades, crimes e ação ou omissão pelo poderpúblico que ocorreram e/ou ocorrem nas serras do sertão da Bahia.

Justamente pelo fato de o Movimento Salve as Serras ter registrado suas mobilizações em quatro livros nos anos de 2021 e de 2024, que revelam estudos de mapeamento e denúncias de conflitos, levantamento faunístico e florístico, áreas impactadas, espaços preservados e agentes diretamente envolvidos com embates ao longo da cadeia montanhosa da porção norte do sertão da Bahia julgamos importante analisar as cadeias textual-discursivas dessas escritas pela perspectiva analítica do Círculo de Bakhtin.

Importante ressaltar que os textos do SAS são organizados ora em torno da temática e reflexão sobre a água, ora em torno do uso e abuso dos minerais sólidos da terra, mas também que se agrupam para evidenciar e criticar as relações em torno da transição energética pela geração de energia eólica e solar e pela indústria do fogo, que acende queimadas e incêndios em regiões serranas. Essas são circunstâncias elementares que justificam este trabalho.

A pesquisa deu-se por meio da revisão narrativa, considerando-a relevante pela amplitude de acesso a diversidade de informações contidas no histórico de mobilizações do Movimento Salve as Serras. Rother (2007), a revisão narrativa tem um papel fundamental para a educação continuada, permitindo ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em um curto espaço de tempo e que se firma enquanto apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto.

No mesmo editorial Rother (2007), didaticamente, orienta a estrutura para um artigo de revisão narrativa constituída de introdução, desenvolvimento (em seções definidas pelo autor), comentários (considerações finais) e referências.

Para as próximas seções (desenvolvimento e considerações finais), o artigo discorrerá sobre: 1) a análise do discurso a partir das teorizações do Círculo Bakhtiniano, enquanto possibilidade de reflexão, interpretação e análise discursiva dos enunciados produzidos pelo Movimento Salve as Serras (SAS); 2) uma síntese da história de mobilização e

organização do SAS e 3) a descrição dos livros tidos como *corpus* analítico para a tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Desenvolvimento

2.1 Análise do Discurso e as categorias analíticas do Círculo de Bakhtin[33]

Michel Foucault, em A Arqueologia do Saber e A ordem do Discurso, defende uma abordagem histórica e genealógica que considera o discurso como uma forma de poder, que controla e molda as práticas sociais. Sua análise do discurso busca revelar as formas de resistência e controle presentes nas práticas discursivas e também as estratégias de exclusão e inclusão que elas promovem (Foucault, 2008).

Já Ruth Wodak desenvolve suas pesquisas sobre o discurso político e a construção de identidades sociais. Em A política do medo destaca a importância do contexto social e histórico na análise do discurso e afirma que o discurso molda e é moldado pelas relações de poder (Wodak, 2015).

Eni Orlandi, em Análise do Discurso: princípios e procedimentos, contribui com a análise do discurso de corrente brasileira apresentando uma abordagem teórico-metodológica que destaca a formação discursiva como um conjunto de práticas que produz sentidos em determinado contexto social e histórico e os interdiscursos presentes nas vozes da sociedade influenciando a produção de novos sentidos em um determinado contexto (Orlandi, 2005).

Para a corrente russa da análise do discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Volochínov e Medvedev, nos dirá Brait (2012) e Faraco (2009) que o Círculode Bakhtin representa uma fonte de inspiração e um referencial teórico importante em suas pesquisas sobre linguagem, literatura e teoria do discurso e reconhecem a relevância das ideias do Círculo para a compreensão da natureza social da linguagem e para a análise dos processos de interação e significação.

Para Brait (2012), o pensamento bakthiniano incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não sobre a língua somente. Segundo ela, o filósofo substitui o discurso enquanto

---

[33] Para identificar o encontro de linguistas, literários, intelectuais, filósofos e artistas russos que tiveram sua maior expressão em torno dos nomes de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Valentin Nikolaevich Volochínov e ainda Pável Nikolaevich Medvedev, a expressão pode aparecer como Círculo de Bakhtin, Círculo Bakhtiniano ou mesmo Círculo de Bakhtin, Volochínov e Medvedev.

objeto complexo e multifacetado por relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria língua, ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística.

A esse respeito, Melo (2017, p. 312, *apud* Bakhtin, 2010c, p. 207) vai nos dizer que a metalinguística é sugerida como sendo "a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística", mas como interação verbal que polemiza, que contradiz, que nega, que grita, que silencia, enfim a língua latente (grifo nosso).

Retomando Brait (2012), citando Bakhtin na segunda edição brasileira de Problemas da poética de Dostoiévski, traduzido por Paulo Bezerra, discorre que a metalinguistica já se esboça como um método de análise do discurso e hipótese de uma futura síntese da filologia com a filosofia e que Bakhtin a imaginava como uma disciplina humana nova e específica capaz de reunir, com contigüidade, a Linguistica, a Filosofia, a Antropologia e a Teoria da Literatura.

Também que a metalinguistica é entendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limites da linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão, regra que, na prática, é violada frequentemente (Brait, 2012).

Ao inferirmos que a análise do discurso é uma abordagem teórico-metodológica que estuda a linguagem em seus diversos contextos e que abordagem russa do Círculo de Bakhtin reúne a linguistica, a filosofia, a antropologia e a teoria da literatura cujas elaborações reflexivas não a restringe ao mundo objetivo e calculável.

O Círculo de Bakhtin formulou um tanto de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Depreende- se que para Bakhtin, Volochínov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual eum espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere-se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

Brait (2012) assente que o dialogismo é a marca fundamental da teoria bakhtiniana, destacando a noção de polifonia como a multiplicidade de vozes e perspectivas

apresentadas em um texto. Faraco (2009) aborda as contribuições do Círculo de Bakhtin para a linguística destacando a importância da interação social na construção do significado lingüístico, argumentando ser a linguagem uma particularidade social, histórica e ideológica, assegurando que o enunciado é uma unidade de comunicação que só pode ser compreendida em relação ao contexto em que ocorre.

Baseado na ideia de que a linguagem é essencialmente social e que o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes, Bakhtin argumenta que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definido como uma unidade de comunicação de um dado contexto. Assim, todo enunciado é considerado como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura (Bakhtin, 2019).

Essas inter-relações em tempos e espaços distintos, mas que podem ocorrer ao mesmo tempo recebem atenção especial das categorias dialógicas, que são ferramentas analíticas que permitem compreender como a linguagem é moldada pela interação entre falantes e ouvintes e que revelam a multiplicidade de vozes e perspectivas presentes em um texto ou discurso (Faraco, 2009).

Já Brait (2012) as enxerga como conceitos-chave que destacam a importância do diálogo e da interação social na construção do significado. Com isso, compreende-se que, tanto para Faraco quanto para Brait, as categorias dialógicas na teoria do Círculo deBakhtin são conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção do significado.

Do Círculo de Bakhtin, o dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção do significado. Mas também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição, heterodiscurso, estética, ironia, entre outras, foram recrutadas para as análises das cadeias textual-discursivas dos livros do Movimento Salve as Serras.

Bakhtin explora como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas

superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997).

Corroborando, Melo (2017) nos diz que enquanto as forças centrípetas agem no sentido de unificar uma dada língua, de centralizá-la, num movimento centralizador e homogeneizador, as forças centrífugas atuam na direção oposta e fazem a língua se mover no sentido das mudanças e das variações, numa relação que explicita a contradição interna da língua. As forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns. Em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

Para o Círculo Bakhtiniano as vozes sociais são as representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade, influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam (Bakhtin, 2019). Propondo-se a uma investigação de análise e descrição de vozes sociais que se mobilizam em contextos de conflitos em torno dos bens naturais água, terra, ar e fogo em regiões serranas, a tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia encontrará substancial fundamentação na abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakhtin e suas categoriais analíticas, visto tratar-se de representatividades e perspectivas ancoradas na filosofia e postura da Ecologia Humana.

Esses elementares da natureza em ambientes de exuberantes paisagens remetem à Estética da criação verbal, pela qual Bakhtin define enunciado concreto como sendo uma unidade fundamental da comunicação verbal que ocorre em um contexto específico de transferência de significado, envolvendo um falante, um ouvinte e uma situação comunicativa particular que só pode ser compreendido em relação ao contexto em que ocorre, levando em compreensão as vozes e perspectivas presentes na interação social (Bakhtin, 2000).

Os conteúdos conflituosos descritos nos livros do Salve as Serras a todo tempo recrutam a contradição, outra categoria dialógica do Círculo de Bakhtin, que surge quando diferentes vozes sociais entram em conflito, expressando visões opostas sobre um determinado tema (Bakhtin, 1981). Já a negação, também muito recorrente, representa a discordância e a contestação de uma voz em relação à outra (Bakhtin, 2019).

Para as análises dos relatórios do Movimento Salve as Serras acolhemos os ângulos da língua/linguagem na sua integralidade, que também consideraram suas abstrações, mas não puramente linguística e, portanto, que tiveram por objeto as relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala, que são objetos da metalingüística (Bakhtin, 1981).

Entendemos que analisar as construções ideológicas materializadas nos livros publicados pelo Movimento Salve as Serras nos anos de 2021 e 2024 para compreender e interpretar os contextos sociais, econômicos, políticos, ambientais, ecológicos e acadêmicos que envolvem as inter-relações que ocorrem para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia, far-se-á a contento ao ser adotada a abordagem teórico-metodológica do circulo de Bakhtin com suas categorias analíticas.

2.2 O Movimento Salve as Serras

Apelando pelo fortalecimento urgente de uma Rede de Associações de MoradoresLocais das Comunidades Serranas das áreas atingidas por mineradoras, parques eólicos, poços artesianos, linhas de transmissão, queimadas, entre outros problemas socioambientais, na porção norte das serras do sertão da Bahia, o Manifesto do Salve as Serras (2021) revela que esse movimento nasceu com as primeiras ações junto ao Ministério Público para proteger as Serras das regiões onde foram realizadas as Cartografias Sociais das Comunidades[34], particularmente nos município de Jaguarari, Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

No site do Movimento Salve as Serras (SAS), nas abas sobre e banco de dados, foi possível entender sua auto-identificação como sendo um movimento inspirado na filosofia do Biorregionalismo e da Ecologia sem Transição[35], enquanto estratégia de luta contra empreendimentos com grandes impactos socioambientais, alicerçada na

[34] Em Senhor do Bonfim, o Projeto Nova Cartografia Social publicou, em 2018, da série Povos de Terreiro, o livro Candomblé e Umbanda no Sertão: cartografia social dos terreiros de Senhor do Bonfim. Em Campo Formoso o livro Serra da Berinjela: a terra onde nascem as águas (2020) e em Jaguarari, os livros: Candomblé e Umbanda no Sertão: cartografia social dos terreiros de Jaguarari (2010); Catuaba: árvore que virou comunidade (2019) e Catuni da Estrada: portal das águas das serras (2020).

[35] Segundo explicações do próprio movimento, trata-se de filosofias que lutam por princípios ecopolíticos e que visam instituir a biodemocracia em diferentes partes do mundo.

pluralidade da coletividade das associações de moradores serranos e apoiadores que estão lutando pela preservação socioambiental das Serras do Sertão do Brasil[36].

Importante evidenciar que, o trabalho de pós-doutorado de Amazile Lopes, no programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGEcoH/UNEB), Ecologia Humana em Ambientes de Montanha (Netto; Marques, 2017), destaca os graves problemas socioambientais identificadosnessa porção norte das serras da Bahia, sendo, talvez, o trabalho mais específico que tratou dessa problemática, estando na gênese do que viria a ser o Movimento Salve as Serras.

É compreensivo que o SAS tem como principal objetivo proteger e defender os territórios serranos, em especial as serras do sertão do Brasil, seus modos de vida, suas ecologias e a natureza como um todo, bem como dar melhor organicidade e divulgar o Movimento mundo afora. Notadamente, o Movimento defende a luta para que as serras do sertão do Brasil, sobretudo na porção norte da Bahia sejam preservadas, pois são nascedouros de importantes rios brasileiros e do semiárido como o Itapicuru, o Salitre, oSão Francisco e o Paraguaçu, também berços de uma rica biodiversidade e que há muitos séculos vêm sendo exploradas dentro de uma lógica colonialista por empreendimentos que destoem vidas e modificam a paisagem.

A sua organização e composição conta com associações de moradores, comunitários, ambientalistas, acadêmicos e uma vasta rede de apoio local, regional, nacional e internacional a citar e no site do Movimento é possível acessar: o Manifesto Salve as Serras; um banco de dados com catorze arquivos para mostrar a atual situação das Serras; uma monografia; mapas das Serras para o entendimento das operações que estão sendo realizadas, evidenciando os pontos de extração mineral, poços, nascentes e olhos d'água; achados arqueológicos e referências espaciais diversas; manual de coleta de dados socioambientais georreferenciados em campo e um vídeo de apresentação comrelatos de moradores, presidentes de associações, ambientalistas, professores e aparição de crianças pedindo: Salve as Serras!

---

[36] Na sua conta do Instagram (https://www.instagram.com/salveasserras/) consta que o SAS é um movimento Ecológico que defende a proteção da sociobiodiversidade das Serras do Sertão Baiano; no Facebook (https://www.facebook.com/salveasserras) retrata-se às Serras da Jacobina; no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCiBi82cf8DJ0QjgJH8YqfrQ), que é um movimento plural, coletivo em defesa das Serras da Jacobina e; no whatsapp a descrição é que o Movimento se faz no movimento e é movimento. Também que objetiva conhecer e articular ações de proteção das Serras, tendo como maior meta fortalecer os povos e comunidades tradicionais, ações afirmativas e institucionais que lutam para promover o cuidado com os ecossistemas das Serras.

2.3 Enunciados concretos do Salve as Serras

No ano de 2021, período em que a vida humana no planeta estava sob uma forte ameaça, inclusive de extinção, por um ser invisível (coronavírus[37]) e que, no Brasil, já se contabilizava mais de 400 mil mortes, o Movimento Salve as Serras reuniu, quase que em sua totalidade remotamente, pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e saberes em torno de três livros: Ecocídio das Serras do Sertão;Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia e O cárcere dos ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos.

No início do ano de 2024 publicou o quarto livro, intitulado O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão que completou a coletânea de relatórios de denúncias pelo SAS abordando os quatro elementos da natureza (água, terra, ar e fogo) tomada como *corpus* analítico para uma pesquisa de doutorado denominada Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Ao apresentar a obra Ecocídio das Serras do Sertão, Almeida (2021), sublinha que ela inaugura uma campanha que consolida novas formas político-administrativas voltadas principalmente para a proteção ambiental das serras sertanejas e sustenta que essas serras, historicamente, foram consideradas uma região de refúgio, face a intensidade dassecas e à concentração fundiária requerida pelas grandes plantações. Rememora que nessas serras existiam nascentes que alimentavam aguadas e que pelo código de postura de alguns municípios do nordeste essas aguadas eram de uso comum, sem cercas,abertas a todo tempo e que pelo mesmo código a cada um cabia o dever de conservá-las,não podiam ser particularizadas e formas de reciprocidade e ajuda mútua contribuíam para mantê-las.

A escrita desse primeiro volume pelo coletivo de autores do Movimento Salve as Serras revela ações e atividades eco e etnocídas dos setores do agro e hidronegócio, das mineradoras e do setor de geração de energia eólica e solar, com a conivência do Estado, que destroem a socioecobiodiversidade das serras da porção norte das serras do sertão da Bahia e ameaçam de escassez hídrica todo o semiárido baiano.

---

[37] "A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, e de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-Cov-2 é um betacoronavírus descoberto em amostra de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero sarbecovírus da família coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos". (fonte: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus).

Tratando-se do segundo livro, Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, o cenário de mobilização do Movimento para esta publicação foram as serras do sertão da Bahia, região semiárida do estado e uma das mais ricas em bens minerais do Brasil, concentrando 70% da produção mineral do Estado (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Marques, Antonino e Montalvão (2021), antes resumem a ideia de que, quando se trata da destruição das montanhas pelas mineradoras, não existe mais volta, elas deixam de existir e que no mundo do trabalho na mineração, o setor mineral é responsável pela precarização, acidentes, mortes e mutilações. E ainda que, contrariando o imaginário de que a destruição causada pelas atividades extrativas por mineradoras no país deixa muitas riquezas, destacam que a contribuição no PIB brasileiro é de menos de 1% e que para o PIB baiano chega aos 2%.

Nessas circunstâncias, acreditam que a mineração é um péssimo negócio para o Brasil, pois fala-se que este é um setor que movimenta volumes assustadores de capital, controla diferentes setores da sociedade, a política, está ditando as novas regras ambientais e colapsando a vida na Terra (Marques; Antonino; Montalvão 2021).

Em suma, o Movimento Salve as Serras compilou, neste livro, vários enunciados que dizem respeito à exploração mineral, à economia, a saúde, as vidas nas comunidades tradicionais, à ação ou omissão do Estado e passivos socioambientais que geram uma transformação irreversível na paisagem e ecossistema das Serras do Sertão da Bahia.

O terceiro enunciado para análise, O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, sugere uma metáfora para ilustrar como os ventos estão sendo apropriados dentro de uma lógica capitalista eco e etnocida e infere que a instalação de grandes complexos eólicos nas serras do sertão e seu modo de produção não se consolida enquanto energia limpa, mas soma-se a outros graves problemas socioambientais (privatização da água e extração mineral) que culminam em um casamento perverso entre o Estado e o Capital operado a partir de métodos sujos que vêm assombrando constantemente os sertanejos serranos (Marques *et al.*, 2021).

Marques *et al.* (2021) inscrevem que, a longo prazo, a operacionalização e instalação das torres nas serras serão vetores que aceleram a morte dos rios, riachos e nascentes e o processo de desertificação do semiárido, pois acreditam que esses liquidificadores gigantes de moer passarinhos e morcegos matam os disseminadores de sementes e, consequentemente, plantadores de árvores, que geram água, que mantêm a vida.

Prospectam que, sem esses jardineiros da Caatinga, das áreas de transição da Mata Atlântica e do Serrado, presente nessas serras, não haverá árvores, que não produzirão água e, portanto, não haverá gente nos ambientes de montanha. Alertam também que, se consolidados, os gigantescos complexos eólicos estão plantando nos topos das serras, profundas raízes de cimento, ferro e brita para brotar um deserto de concreto (Marques *et al.*, 2021).

Para além da interferência direta no ciclo migratório das aves e morcegos, Marques *et al.* (2021) informam que o coletivo do SAS aborda, nesta publicação, as discussões que tratam da relação entre eólicas e a sociobiodiversidade das serras do Sertão, analisando também a situação das espécies de felinos existentes nas Unidades de Conservação da Caatinga, a exemplo do Boqueirão da Onça e o dilema das Comunidades Tradicionais da Bahia que estão sendo usadas como joguetes do capital eólico, com a conivência do Estado, inferindo que a opção por esse modelo de desenvolvimento, que intitulam eco e etnocida, ignora a participação das pessoas, forjando um acordão entre o Estado e o capital eólico.

O quarto e derradeiro enunciado analisado, O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão, é uma escrita que aborda a importância e os usos tradicionais e sagrados do fogo pelos comunitários das serras do Sertão, considerando também seus perigos para a humanidade, seja de forma direta, como as queimadas e os incêndios ou em virtude de suas manifestações indiretas, como o aquecimento doplaneta que, em algum grau, tem a ver com a queima de combustíveis fósseis (Marques *et al.*, 2024).

Negreiros (2024) revela as três dimensões do fogo e dos incêndios: a física, com seus fatores físicos e ambientais que influenciam e controlam seu início, propagação e comportamento; a ecológica, com dimensionamento dos impactos que os diferentes tipos de fogos causam nos diferentes ambientes em que acontecem e/ou as adaptações que os ecossistemas podem desenvolver nos diferentes regimes a que estão ou são submetidos e a dimensão humana, para a compreensão da interação social, cultural e econômica existente entre as populações que habitam os ecossistemas que estão queimando e o porquê da utilização do fogo.

É revelado, como instrumento e instituição de prevenção e combate a incêndios e queimadas, o corpo de bombeiro da Bahia com suas ações como cadastro, treinamento e parceria com as relevantes brigadas de incêndio nos municípios e as operações florestal, verde Bahia, entre outras (Costa *et al.*, 2024).

Para os organizadores do livro alguns registros e análises mostram que, em muito, os incêndios são criminosos e não decorrem de causas naturais, o que acende a fogueira da desconfiança e a indagação de qual a intenção e finalidade das queimadas e incêndios? Cogitando-se, inclusive, a possibilidade de haver uma indústria para conversão intencional das tragédias provocadas pelo fogo em muito lucro com as mobilizações de aeronaves e mesmo para o agronegócio e implantação de empreendimentos minerários e de geração de energia eólica e solar (Marques *et al*,.2024).

Concluímos que os enunciados do Movimento Salve as Serras manifestam-se como um chamamento para tomadas de decisões e alertas para empreender políticas públicas sérias e responsáveis, ao tempo que revelam posições axiológicas de um coletivo heterogêneo para significar as correlações entre o verbal e os horizontes sociais, históricos, estéticos e culturais das pessoas que vivem ou se relacionam com as serras do sertão do Brasil.

Considerações Finais

Debruçamo-nos sobre teses, artigos, livros, sites, redes sociais, revistas e cadernos informativos para chegarmos à concepção de que o Movimento Salve as Serras se constitui em uma mobilização que surge em um período crítico da humanidade, em meio à pandemia da COVID-19, depois de representar as primeiras ações junto ao Ministério Público para proteger as serras do norte baiano.

Intuímos, inicialmente, tratar-se de um movimento salvador de serras, confirmamos que o Movimento acolhe outros movimentos, a exemplo do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associações Comunitárias, de Fundo e Fecho de Pasto, bem como pesquisadores, universidades, institutos e ambientalistas para defender as Serras do Sertão do Brasil contra ações e políticas de empreendimentos minerários, projetos eólicos e da exaustão hídrica, bem como da omissão do Estado, que tanto contribui para a alteração dos modos de vidas presentes nesses ambientes, colaborando, inclusive, com a extinção de muitas espécies, alterando definitivamente as paisagens serranas.

Definimos que, para as análises dos enunciados concretos escritos pelo SAS nos anos de 2021 e 2024, as categorias analíticas da abordagem teórico-metodológica do Círculo de Bakhtin são excelentes ferramenta a serem utilizadas para a compreensão das cadeias

textual-discursivas para o *corpus* da tese Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia.

Compartilhamos, por fim, que esta revisão narrativa assume o compromisso em colaborar diretamente com as análises discursivas, sob a orientação dos métodos da dialética bakhtiniana, para futuras publicações de imersão dialógica nas vozes queestruturam os sentidos dos discursos do Ecocídio das Serras do Sertão, no dialogismo dos axiomas de Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, na heteroglossia que polemiza a contradição acerca da transição energética nos topos das serras do sertão da Bahia em O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos e nas intencionalidades de O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

Assume-se, assim, a responsabilidade investigativa em torno dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte da Bahia, quiçá, do sertão do Brasil.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 474 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Movimento Salve as Serras no Verde Campo de Batalha dos Refugiados Climáticos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 13-32.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvao; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. A imaginação dialógica: quatro ensaios. São Paulo: Editora 34, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Gênero de discurso e outros ensaios tardios. São Paulo: Editora 34, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da poética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, M. The Dialogic Imagination: Four Essays by M. M. Bakhtin. Edited by Michael Holquist; translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1981.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é a Covid-19?. https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. 2021. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 11 mai. 2023.

COSTA, Enio Silva da; SIMÕES, Michele de Araújo; MARQUES, Juracy. Análise crítica da situação do CBMBA no combate e na prevenção dos incêndios florestais na Bahia, no período de 2015-2023. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 174-205.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. ed. 7. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf Acessado em: 04 mai. 2023.

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo. (Org.). Amputações das Serras do Sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 475 p.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flavio Marques C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 317 p.

MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.).: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024.

MARQUES, Juracy; TOMAZ, Alzeni de Freita; MARQUES, Robson; MENDES, Amilton. Reza do Fogo: da Tradição à Traição das Chamas Sagradas. *In*:MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 60-119.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade deCiências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

NEGREIROS, Gustavo Hees. As três dimensões do fogo florestal. *In*: MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 18-59.

NETTO, Amazile López; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. Paulo Afonso: Sabeh, 2017. 156 p.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo, v. 20, n. 2. p. 5-6, jul. 2007. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt .Acesso em: 10 jan. 2022.

SAS. Movimento Salve as Serras. Manifesto Salve as Serras. http://salveasserras.org/. 2021. Disponível em: <http://salveasserras.org/>. Acesso em: 06 mai.2023.

_____. Movimento Salve as Serras. Facebook: fb.com/salveasserras. https://www.facebook.com/salveasserras. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai.2023.

_____. Movimento Salve as Serras. Instagram: @salveasserras. https://www.instagram.com/salveasserras/. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

_____. Movimento Salve as Serras. Canal do youtube. https://www.youtube.com/channel/UCiBi82cf8DJ0QjgJH8YqfrQ. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai.2023.

WODAK, Rute. A política do medo. São Paulo: Editora Contexto, 2015.



Imagem 11 (Marques, 2024)

Sessão III

Os elementares da natureza e as análises dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras

4 DISCUSSÃO GERAL: ANÁLISES E DISCUSSÕES

Feitas as considerações que inauguram, para esta tese, o estado da arte dos conflitos socioambientais, evidenciam as mobilizações do Movimento Salve as Serras no enfretamento, defesa, proteção e preservação da socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e definem os caminhos metodológicos que nortearam os estudos para as análises, cumpre ambientar a leitura informando que nesta sessão, **DISCUSSÃO GERAL: Análises e discussões**, existe a organização de quatro artigos resultantes das análises dos quatro livros escritos pelo coletivo de autores do Movimento Salve as Serras.

DESAGUAR: a Segurança Hídrica e a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia Ameaçadas pela Sede Ecocída do Capital, inicia a sessão como o terceiro artigo da tese e examina as vozes sociais dispostas ao longo do livro Ecocídio das Serras do Sertão. Este enunciado concreto tem seus discursos voltados para os conflitos e impactos em torno dos bens hídricos e dos crimes contra a socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia

Imediatamente depois do terceiro artigo, é a vez das inferências, constatações e descrições sobre as feridas expostas na terra pelas atividades minerárias e garimpeiras referenciadas nas cadeias textual-discursivas do enunciado concreto Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia. As análises dos conflitos e impactos socioecobiodiversos resultantes dessas intervenções são registradas no quarto artigo, sob o título DESTERRAR: Riquezas Minerais e a Ilusão que Fere de Morte a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia.

O quinto artigo desta sessão, intitulado TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: Polêmica e Contradição na Geração de Energia Eólica nas Serras do Sertão da Bahia, refere-se ao fenômeno que vem influenciando o mercado de *commodities* por todo o Brasil, impactando as realidades de territórios e comunidades tradicionais, os modos de viver de seus moradores e comprometendo toda a ecobiodiversidade nos ambientes serranos, que é a implantação de gigantescos complexos eólicos no semiárido

baiano. A produção desse artigo valeu-se das análises do enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos.

O sexto e último artigo da sessão, COIVARA: o Poder de Incendiar a Socioecobiodiversidade no Sertão da Bahia tem suas repercussões calçadas nas análises do último livro publicado pelo Movimento Salve as Serra sob o título O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Neste, o elementonatural em voga é o fogo.

Descrita a *corpora* com as consequentes e respectivas produções (artigos), ainda em títulos, seguem as íntegras das análises dos discursos constituintes das cadeias textual-discursivas dos relatórios de denúncias, em formato de livros, escritos pelocoletivo de autores do Movimento Salve as Serras entre os anos de 2019 e 2024, publicados em 2021 e 2024, tomados para esta tese.

4.1 Artigo 3

Título:

DESAGUAR: A SEGURANÇA HÍDRICA E A SOCIOECOBIODIVERSIDADE AMEAÇADAS PELA SEDE ECOCIDA DO CAPITAL

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Publicado na Revista Contemporânea (Qualis B1) em 01 de fevereiro de 2024.

Imagem 12 (Marques, 2024).



Contemporânea

Contemporary Journal

4(2): 46-68, 2024

ISSN: 2447-0961

DESAGUAR: A SEGURANÇA HÍDRICA E A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA AMEAÇADAS PELA SEDE ECOCÍDA DO CAPITAL

DRAIN: WATER SECURITY AND SOCIOECOBIODIVERSITY IN THE SERTÃO MOUNTAINS OF BAHIA THREATENED BY CAPITAL'S ECOCIDAL THIRST

DOI: 10.56083/RCV4N2-

Recebimento do original: 29/12/2023

Aceitação para publicação: 01/02/2024

Robson Marques dos Santos

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH/UNEB)

Instituição: Universidade do Estado da Bahia/UNEB

Endereço: Rua Edgar Chastinet, s/n – São Geraldo, Juazeiro/BA

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques dos Santos

Pós-doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pós-doutor em Ecologia Humana pela Universidade Nova de Lisboa

Instituição:Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Endereço: Rua Edgar Chastinet, s/n – São Geraldo, Juazeiro/BA

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides Melo
Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano/ IF Baiano
Endereço: Rua Waldemar Mascarenhas, s/n – Governador Mangabeira/BA
E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

RESUMO: O principal objetivo do artigo foi analisar as cadeias textual-discursivas do livro Ecocídio das Serras do Sertão, uma publicação do Movimento Salve as Serras (SAS), e descrever suas construções ideológicas para a salvaguarda ou escassez hídrica nas serras da porção norte do sertão da Bahia. A pesquisa adotou a abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do círculo bakhtiniano e assumiu suas categorias como ferramentas analíticas. Os resultados revelaram que as análises dos discursos das construções ideológicas do SAS são relevantes e comprovam que as forças sócio-históricas do poder do Capital, com anuência do Estado, ameaçam e matam nascentes, riachos, rios, a biodiversidade endêmica, geram conflitos que desconfiguram os modos de viver dos povos e comunidades tradicionais das serras da porção norte dosertão da Bahia e podem matar suas identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Socioambientais,Ecocídio, Escassez Hídrica, Vozes Sociais, Serras Do Sertão Da Bahia.

ABSTRACT: The mainobjectiveofthisarticlewastoanalyzethe textual-discursivechainsofthe book "Ecocideofthe Sertão Hills" anddescribe its ideologicalconstructions for safeguardingorwaterscarcity in thenorthernhillsofthe Sertão in Bahia. The research ad optedthetheoretical-methodological approach ofdialogizedplurilingualismfromthe Bakhtin Circleandassumed its categories as analytical tools. The resultsrevealedthattheanalysesofthediscoursesofSAS'sideologicalconst ructions are relevantandconfirmthatthe socio-historical forces of

Capital, withtheconsentofthestate, threatenandkillsprings, streams, rivers, endemicbiodiversity, generateconflictsthatdisruptthewaysoflifeofthepeoplesandtraditionalcommunitiesofthenorthernhillsofthe Sertão in Bahia, andcankilltheiridentities.

KEYWORDS: Socio-Environmental Conflicts, Ecocide, Water Scarcity, Social Voices, Bakhtinian Circle, Sertão Hills In Bahia.

Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1. Introdução

Ecocídio das Serras do Sertão foi o primeiro enunciado concreto publicado por um coletivo de 20 autores do Movimento Salve as Serras (SAS) no ano de 2021 e alerta para os conflitos socioambientais que ocorrem nas serras do sertão do Brasil. Foi organizado pelos doutores Alfredo Wagner Berno de Almeida e Juracy Marques dos Santos e é composto de 16 sessões, sendo duas apresentações (uma em português e uma em inglês), 13 capítulos (12 em português e 1 em inglês) e uma sessão com um resumo do currículo das autoras e dos autores da obra.

Na apresentação do livro Almeida (2021) expõe que se trata do início de uma mobilização em defesa das serras do sertão pelo coletivo do Movimento Salve as Serras, referindo-se as serras como ambientes outrora tidos como áreas comuns, nas quais as nascentese aguadas não eram privativas. Também convida para uma reflexão acerca dos acontecimentos de agravo às desigualdades sociais e nos alerta para as intensas lutas, em cenário internacional, contra oracismo e contra atos de estado inspirados em ações autoritárias e

nitidamente colonialistas, mas também para a ascensão da lógica de financeirização da natureza com seus efeitos trágicos e provocadores de crises ecológicas.

O livro traz em seu título a morte como capa para denunciar ameaças à segurança hídrica e a extinção da socioecobiodiversidade[38] nas serras da porção norte do sertão da Bahia e é, portanto, sobre a morte de nascentes, rios, cachoeiras, plantas, animais, gentes e sonhos, denunciados nas escritas, que trata este artigo, intitulado DESAGUAR: a Segurança Hídrica e a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia Ameaçadas pela Sede Ecocídado Capital.

O relatório do Movimento Salve as Serras, que denuncia o eco e etnocídio nas serras sertanejas, revela que as ações e atividades dos setores do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos, com a conivência do Estado, geram problemas como ameaças à segurança hídrica e à socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia e embates envolvendo povos e comunidades tradicionais, unidos em movimentos socioambientais e a favor da salvaguarda social, ecológica e ambiental das serras *versus* os empreendimentos que exploram os bens naturais até a exaustão e destruição dos ambientesserranos.

Constatada tamanha vulnerabilidade numa região semiárida, de nascedouros de rios como o Itapicuru, o Salitre, o Paraguaçu e o São Francisco, com exuberantes cachoeiras e que abriga comunidades

---

[38]Termo cunhado para expressar as inter-relações entre os organismos, os seres e os ambientes pela premissa de que as pessoas, as bactérias, os vírus e outros seres visíveis e invisíveis possam interagir entre si (sócio), manifestando suas pluralidades e diferenças ecológicas (eco) para, naturalmente, mobilizem vidas (bio) e promoverem vinculações nos diversos sistemas, espaços, ambientes e contextos (diversidade), mas que essas inter-relações sejam em prol da defesa, da proteção, da preservação e da manutenção do equilíbrio social, econômico, ecológico e biológico das espécies em suas diversidades.

tradicionais de Fundo e de Fecho de Pasto, de Quilombolas, de Indígenas, de Pescadores e de Agricultores surgiram as questões para esta pesquisa, que indagam:

1) Por que os grandes empreendimentos do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos escolheram (escolhem) as serras da porção norte do sertão baiano para se instalarem?

2) Como as comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e de fecho de pasto, indígenas e de camponeses agricultoresresistem a esses empreendimentos?

3) Quais as mobilizações do Movimento Salve as Serras e do poder público/Estado para a salvaguarda e/ou destruição da socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia?

Na busca por respostas intuímos, inicialmente, que a cadeia montanhosa das serras do sertão da Bahia atraiu (atrai) os grandes empreendimentos do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos pelas suas riquezas minerais (ouro, esmeralda, cobre, ferro, diamante, quartzo, barita, etc.), abundância de água e condições climáticas favoráveis, mas quesoma-se ao intencional discurso que estereotipa o Semiárido nordestino como miserável, de pessoas pobres e que ainda se deixamenganar pelas falácias desenvolvimentistas do Capital destruidor e colonialista.

Definimos então que este estudo teria como principal objetivo analisar as cadeias textual-discursivas do livro Ecocídio das Serras do Sertão e descrever as construções ideológicas determinantes para a salvaguarda ou escassez hídrica nas serras da porção norte do sertão da Bahia.

Para as análises das cadeias textual-discursivas, a pesquisa adotou a abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do círculo bakhtiniano (Círculo de Bakthin) e assumiu suas categorias analíticas como ferramenta para examinar as

construções ideológicas do Movimento Salve as Serras nos contextos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, ambientais e acadêmicos nas serras da porção norte do sertão da Bahia.

2. Análises e Discussões

Adotou-se, enquanto teoria e método para as análises do *corpus*[39] deste artigo as contribuições da corrente russa da Análise do Discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev [40] para o qual, nos diz Brait (2012), o pensamento incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não somente sobre a língua. A autora infere também que, para o Círculo, discurso enquanto objeto complexo e multifacetado, é substituído por relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria língua, ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística[41].

---

[39]Maingueneau (2015) apresenta o entendimento de que pode existir um discurso para um conjunto de textos, no qual o discurso existe para além dos textos particulares de cada autor, ou um discurso para cada texto. Afirma ainda que a Análise do Discurso não pode estudar textos, a não ser que estes sejam convertidos em *corpus*, o definindo como sendo constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trechos de textos ou mesmo por um único texto. Aqui, o *corpus* considerado é o livro Ecocídio das Serras do Sertão.

[40] No artigo, referimo-nos a corrente russa da Análise do Discurso por meio de três expressões: Círculo de Bakthin, Círculo Bakthiniano e Círculo de Bakthin, Voloshinov e Medvedev.

[41] Melo (2017, p. 312, *apud* Bakhtin, 2010c, p. 207) vai nos dizer que metalinguística é sugerida como sendo "a língua em sua integridade concreta eviva, e não a língua como objeto específico da linguística", mas como interação verbal que polemiza, que contradiz, que nega, que grita, que silencia, enfim a língua latente (grifo nosso). Brait (2012) discorre que a metalinguistica já se esboça como um método de análise do discurso e hipótese de uma futura síntese da filologia com a filosofia e que Bakhtin a imaginava como uma disciplina humana nova e específica capaz de reunir, com contigüidade, a Linguistica, a Filosofia, a Antropologia e a Teoria da Literatura. Diz-nos também que a metalinguistica é entendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limitesda linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão, regra que, na prática, é violada frequentemente.

Depreende-se que para Bakhtin, Voloshinov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual e um espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere-se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

Baseado na ideia de que a linguagem é essencialmente social e que o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes, Bakhtin argumenta que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definindo-o como uma unidade de comunicação que ocorre em um contexto específico. Assim, todo enunciado é considerado, por ele, como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura (Bakhtin, 2016).

Do Círculo de Bakhtin, o dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção dos significados das cadeias textual-descritivas do livro Ecocídio das Serras do Sertão. Também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição e heterodiscurso foram recrutadas para as análises das cadeias textual-discursivas desse enunciado concreto do Movimento Salve as Serras.

Entendendo as vozes sociais como as representações de diferentes perspectivas, ideologias e discursos identificamos, presentes nas cadeias textual-discursivas em análise, aquelas que, de

um lado, caracterizam as narrativas de salvaguarda dos bens hídricos e da ecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia, mas também as que, do outro lado, exprimem os relatos de ameaça à segurança hídrica e/ou à socioecobiodiversidade desse ambientes.

Assim, reconhecemos que as vozes sociais constituintes dos discursos do Ecocídio das Serras do Sertão podem ser categorizadas, conforme preconiza o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev, sob os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997).

Corroborando Bakhtin, Melo (2017) nos diz que as forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns, mas, em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com uma diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

As análises das cadeias textual-discursivas do *corpus* Ecocídio das Serras do Sertão precisaram, inicialmente, dar conta de uma pergunta, no mínimo, intrigante: por que os grandes empreendimentos do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos escolheram (escolhem)as serras da porção norte do sertão baiano para se instalarem?

A constatação fez-se em quase todos os discursos que descrevem as serras do sertão da Bahia como ricas em minérios, importantes áreas de recargas hídricas (verdadeiras caixas d’água do Semiárido) e com altitudes e posições geográficas que as colocam nos corredores de ventos e exposição aos raios solares por muitomais tempo que outras regiões do país.

Marques, Barreto e Mendes (2021) argumentam que as riquezas minerais do território baiano chamaram a atenção da Coroa Portuguesa desde o final do Século XVII e intensificaram-se a partirdo século XVIII e que ainda continua atraindo olhares mundialmente, pois toda essa região das serras está solicitada para a exploração mineral e que, por isso, toda a sociobiodiversidade desse lugar, com suas paisagens e riquezas naturais pode ser traduzido como umgrande território em ameaça e que foi essa ambição por riquezas minerais que marcou a chegada das levas humanas exploradores.

Outra razão que atraiu (atrai) os empreendimentos que ameaçam a segurança hídrica e a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia está no registro de alerta trazido na escrita de Germani (2021, p. 281) ao descrever que essas serras fazem parte das áreas prioritárias para implantação de parques eólicos, correspondendo aos corredores de vento[42], anunciando que o que está acontecendo nessas serras vai

[42] Muitas das áreas de potencial eólico, ou seja, os denominados "corredores de vento", são terras devolutas estaduais e os camponeses residentes, muitos deles com modo de vida de comunidades tradicionais, ainda não detêm o titulo destas, pois ainda não houve o processo de regularização fundiária. Para dar celeridade ao processo de licenciamento ambiental e atender aos interesses das empresas e do grande capital, o governo do Estado da Bahia criou normas especificas por meio da Instrução Normativa 01/2020 para regularização de terras públicas, rurais e devolutas que integram os corredores de vento (Ribeiro e Oliveira, 2021, p. 26). A Instrução Normativa conjunta SDE/SDR/CDA/PGE Nº 01/2020 considera como corredores de vento as regiões de elevado potencial eólico, elegíveis para a implantação de usinas de geração de energia eólica. No Atlas Eólico da Bahia esses corredores sobrepõem-se aos territórios e Comunidades Tradicionais que, no norte do sertão baiano, coincidem com uma gigantesca área das serras da porção norte do sertão da Bahia.

se repetir e, em alguns casos, já esta ocorrendo em outras serras baianas também.

A título de análise, para esta primeira constatação, a polêmica, categoria analítica do Círculo de Bakhtin, se mostrou (mostra) nos discursos que revelaram (revelam) acontecimentos recorrentes nas relações dialógicas, caracterizadas pelo debate de ideias e argumentos divergentes como nos casos em que a retórica flagra queas serras apresentam condições favoráveis à vida com potencial hídrico e, portanto, a sua preservação seria condição primeira, mas o que percebemos foi (é) uma sede insaciável e destrutiva do poder do Capital sobre as vidas.

Bakhtin (1997) vai nos dizer que polêmica é o acontecimento recorrente nas relações dialógicas, caracterizada pelo debate de ideias e argumentos divergentes e que ela estimula o confronto de diferentes perspectivas e a busca por consensos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e que a polêmica aberta faz referência a uma forma direta e explícita de debate, em que as convicções são expressas de maneira clara e confrontadora, mas que a polêmica velada é uma forma mais sutil e indireta de expressão de opiniões controversas, em que as concepções são insinuadas ou sugeridas de maneira indireta, muitas vezes, por meio de metáforas, ironias ou sarcasmos.

As polêmicas identificadas e instituídas nas cadeias textual-discursivas do Ecocídio das Serras do Sertão geraram (geram) contradições sobre a importância das serras e seus contributos físicos, químicos, religiosos, espirituais e biológicos para a socioecobiodiversidade porque foram (são) evidenciados interesses contrários e que negaram (negam) o discurso universal da garantia de uma ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, tendo o poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225 da constituição brasileira).

Para responder como as Comunidades Tradicionais Quilombolas, de Fundo e Fecho de Pastos, Indígenas e deCamponeses Agricultores resistem a força dos empreendimentos,recorremos às escritas de Germani (2021) que faz referência aotrabalho de mapeamento das Associações de Comunidades de Fundoe Fecho de Pasto da Bahia pelo grupo de pesquisa Geografar da Universidade Federal da Bahia.

Os discursos de Germani (2021) apontam que o mapeamento ao evidenciar, nas regionais, os quantitativos de Associações e Comunidades distribuídas por municípios torna-se uma ferramenta de auto identificação para assegurar a regularização fundiária de seus territórios e de resistência a grilagens e ocupações indevidas, lembrando que o universo real das Comunidades Tradicionais deFundo e Fecho de Pasto (CTFFP), organizadas em associações ou não,auto identificadas como Comunidades Tradicionais ou não é muito maior do que o apresentado no mapeamento, identificando, pelomenos, 62 Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto nos município que compõem as serras do sertão norte da Bahia.

A análise dos enunciados flagra contradição ao detectar que a mesma lei (Lei nº 12.910/13[43]) que instituía o auto reconhecimento como CTFFP e sua certificação pelo Estado como procedimentos para o processo de regularização fundiária, no seu artigo 3º, § 2º, estabelecia a data de 31/12/2018 como marco temporal[44] para este

[43]A Lei nº 12.910 de 11 de outubro de 2013 dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. Art. 3º, § 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018.

[44] Em 06/09/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu anular o limite temporal para regularização de territórios de comunidades tradicionais de fundo e

procedimento e que a irredutibilidade do Governo do Estado em remover o marco temporal dessa lei flagrava inconstitucionalidade somada à intenção de obstaculizar o processo de regularização (Germani, 2021). E mais uma vez constatamos a polêmica atuaçãodo Estado em desfavor dos modos de viver tradicionais dos povosque há muito convivem com o semiárido baiano (grifo nosso).

Completando o quadro de indagações a serem elucidadas pelas cachoeiras discursivas do Ecocídio das Serras do Sertão, quando questionamos quais os contributos das mobilizações do Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia, foi possível identificar nas construções ideológicas do coletivo de autores do Salve as Serras que, além de identificarem potenciais ameaças a segurança hídrica ea socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia, as cadeias textual-discursivas apresentam sugestões de resolubilidades.

No capítulo 6, Mapas Vivos: Guerras Cartográficas nas Serras do Sertão do Brasil, Ícaro Maia, Luis Lima e Juracy Marques discorrem sobre mapas vivos, uma importante e estratégicaferramenta de resistência e luta para o mapeamento, monitoramento e denúncia ambiental, em tempo real, acessíveis às populações em situações de ameaças e conflitos que foi, inicialmente, disponibilizada/divulgada pelo Movimento Salve as Serras contra o modelo de desenvolvimento etno e ecocída em rápido processo de

---

fecho de pasto da Bahia. A partir de uma ação protocolada em 2017 pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o Supremo declarou inconstitucional otrecho da Lei 12.910/2013, da Bahia, que estabeleceu prazo de 31 de dezembro de 2018 para apresentação de requerimento com objetivo de reconhecer a posse das terras. Na ação, a PGR afirmou que a norma limitou o direito à existência das comunidades ao definir limite temporal de cinco anos após a edição da lei para regularização. (Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-09/stf- anula-limite-temporal-para-regularizacao-de-terras-de-fundo).

enraizamento nos ambientes montanhosos (Maia; Lima; Marques, 2021).

Amilton Mendes e Richard Silva revelam-nos em seus discursos que vão além de palavras e se mostram pelas belas imagens de cachoeiras, trilhas, monumentos históricos, paisagens serranas, rios, riachos, supressão vegetal, queimadas, extração de areia e barragens de rejeitos, em Cuidar das Serras: Belezas Naturais e Potenciais Turísticos da Serras da Jacobina [45] , capítulo 8 do livro, que o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das serras da porção norte do sertão da Bahia tem um potencial ecoturístico gigantesco, mas que é ameaçado por atividades de grandes impactos como osdas ações minerárias, garimpeiras e de geração de energia eólica e solar (Mendes; Silva, 2021).

Gustavo Hees Negreiros discute, em Serra da Jacobina: Proposta da APA Nascentes do Itapicuru, capítulo 9, a situação da parte alta da bacia do Rui Itapicuru, tendo a Área de Proteção Ambiental (APA) Nascentes do Itapicuru como ferramenta efetiva de gestão ambiental para o seu território no controle das ações de exploração e preservação dos seus ambientes naturais, onde há uma significativa presença de comunidades tradicionais. Negreiros (2021) descreve que a APA terá uma área com aproximadamente 380.000 hectares inserida nos município de Jaguarari, Senhor do Bonfim,Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba, Saúde, Caém, Jacobina, Miguel Calmon e Morro do Chapéu.

Siqueira e Lira (2021) recomendam declarar moratória por 3 anos para novos empreendimentos eólicos e minerários na poligonal das serras da Jacobina; criar, urgentemente, unidades de

[45] Também denominada de Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, as Serras da Jacobina é parte da Cordilheira do Espinhaço e compreende 11 municípios baianos: Antônio Gonçalves, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Pindobaçu, Piritiba, Saúde e Senhor do Bonfim.

conservação de uso sustentável[46]; incluir as serras da Jacobina sob proteção da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e que seja priorizada, urgente e imediatamente, a implantação de unidades de conservação de proteção integral nas áreas do complexo das serras da Jacobina.

Já quanto a posição do Estado da Bahia diante dos problemas, Marques e Negreiros (2021) denunciam inatividade fiscalizatória e preventiva, uma vez que já foi identificado que a mineração é a atividade com maior passivo ambiental do Brasil e citam as feridas causadas por elas ao logo das serras da porção norte do estado da Bahia, associando também a destruição da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, inclusive destacando a Yamana Gold, à época, hoje pertencente ao grupo sul-africano Gold Fields, com barragens de rejeitos a montante do Rio, próximo à cidade de Jacobina, considerada como a de maior risco em todo o estado da Bahia.

Também nos é revelado que existe um processo em andamento, movido pelo Ministério Público Estadual, sobre possíveis contaminações por cianeto nas águas que abastecem as comunidadesvizinhas a Gold Fields e na barragem que abastece parte da cidade de Jacobina. Descrevem ainda que nas cidades de Caém e de Saúde existem atividades garimpeiras de ouro nas nascentes dos rios que drenam as serras, sem controle ambiental, o que compromete os mananciais hídricos da região (Marques; Negreiros 2021).

Numa prova de conivência do Estado para a destruição e morte da socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia, Marques e Negreiros (2021) denunciam que no município de Pindobaçu se

---

[46] No dia 05/09/2023 foi realizada, na Câmara de Vereadores de Jaguarari, uma audiência pública para a apresentação do projeto de criação da Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Jaguarari pela Secretaria de Meio Ambiente e pesquisadores responsáveis pelo relatório técnico (pesquisadores do Movimento Salve as Serras). Após a audiência, o projeto foi encaminhado ao prefeito Sr. Antônio Nascimento e com ele ficou sem nenhuma providência até a presente data (10/01/2024). O Movimento Salve as Serras notificou o Ministério Público para cobrar explicações e providências.

encontra a maior área de extração de esmeralda[47] do Brasil; que em Campo Formoso existe a extração de cromo, calcário e também esmeralda; que nos município de Senhor do Bonfim e de Jaguarari ocorre uma preocupante movimentação de empresas que estão se instalando para explorar manganês e ferro e que, enquanto as comunidades da Bacia do Itapicuru, ao redor desses empreendimentos, sofrem seus efeitos negativos e continuam esperançosos de vivenciar seus supostos benefícios, o Estado promete permitir ainda mais instalações de mineradoras para a região, o que tem feito aumentar o número de conflitos rurais relacionados.

Concordamos com Conceição (2021) ao assentir que ainda impera a visão equivocada do antropocentrismo, que hierarquiza a sede humana em detrimento dos outros animais não humanos e das plantas e que segue a cartilha colonialista e predatória da invasão portuguesa, sob o pretexto economicentrista que desmata, criminosamente, os topos das serras para extração de minérios,criação de gado, cultivo de monoculturas, perfuração de poços artesianos e encarcerar os ventos, tudo sob as barbas do Governo do Estado.

3. Considerações Finais

Apontamos inicialmente ao menos dois graves problemas para a fusão analítica dos discursos do livro Ecocídio das Serras do Sertão: a ameaça da segurança hídrica das serras da porção norte

---

[47]A extração de esmeralda é feita em garimpos na Vila de Carnaíba de Cima e seus arredores, em mais de 50 buracos (cortes) com mais de 300 metros de profundidade que se interligam no interior da serra, drenando o lençol freático e contaminando as águas dos mananciais do Rio Itapicuru Açu, que abastece mais de 300.000 pessoas em toda a região (Marques e Negreiros, 2021, p. 177).

do sertão da Bahia pelas ações e atividades dos setores do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar, das mineradoras e garimpos, com a conivência do Estado e os conflitossocioambientais envolvendo povos e comunidades tradicionais, que defendem a salvaguarda da socioecobiodiversidade nas serras daporção norte do sertão da Bahia e os empreendimentos, fortalecidos pelas políticas do Estado da Bahia, cujas ações e atividades desaguam na morte da ecobiodiversidade das serras sertanejas.

A escrita de Conceição (2021) revela que ainda vigora a máxima grega que estabelece o bem-estar humano sempre como ponto de partida, que coisifica a natureza como uma prosperidade financeira e bem de consumo e que legitima o ser humano a só agir afavor dos ecossistemas depois de os degradarem à exaustão, em caráter reparatório e de piedade e denuncia que a nossa Constituição Federal e, portanto, o Estado Brasileiro, não garante o equilíbrio ecológico, mas privilegia a economicidade quando esgotam-se nascentes com perfurações de poços artesianos em demasia em nome da sede humana.

E a concessão de licenças ambientais para exploração dos ventos por torres eólicas sem estudos de impactos ambientais, sob o prisma de energia limpa, mesmo que, para isso, devaste a fauna e a flora, nos ajuda a entender que o Estado Brasileiro, extensivo ao Estado Baiano, não praticam a Ecologia Humana integrativa, mas políticas eco e etnocidas a favor do Capital.

É imprescindível considerar o mergulho de Nolasco *et al.(*2021) nas águas da Bacia do Paraguaçu, mais especificamente na parte alta (Alto Paraguaçu), para compreender que essa região ocupa uma área de 54.877 quilômetros quadrados, saindo da Chapada Diamantina, passando pela Baía de Todos os Santos, Cachoeira e Barra do Paraguaçu para encontra-se com o Oceano Atlântico num percurso de mais de 600 km, atravessando o semiárido baiano e atendendo a uma população de mais de 3 milhões de pessoas em 86 municípios

para ressaltar a importância das serras dessa cadeia montanhosa e, portanto, denunciar que não salvaguardar toda a socioecobiodiversidade dessas serras é comprometer a segurança hídrica e condenar à morte milhões de seres humanos e não humanos.

Portanto, pelas analises das cadeias textual-discursivas do livro Ecocídio das Serras do Sertão foi possível descrever, nas construções ideológicas da polifonia [48] dialogizada do Círculo de Bakhtin, que as vozes sociais determinantes para a salvaguarda da socioecobiodiversidade e segurança hídrica das serras da porção norte do sertão da Bahia são as vozes dos camponeses de fundo efecho de pasto, de quilombolas, de indígenas, de povos de terreiro, de agricultores, de acadêmicos, de associações e de movimentos sociais firmando-se como forças reais sócio- históricas centrífugas[49].

Do outro lado estão as vozes que se entrelaçam e se entrecruzam para homogeneizar a ideia de desenvolvimento a partir da exploração exaustiva dos bens naturais com a narrativa de gerar empregos, riquezas e modernidades localmente. Estas vozes ancoram-se num discurso colonialista de que as serras do semiárido nordestino baiano são regiões pobres e de miseráveis para justificar

---

[48]Bakhtin afirma que a polifonia é a essência da linguagem. Ressalta que ela não se limita apenas à presença de múltiplas vozes, mas também envolve a interação e o diálogo entre essas vozes, assentindo sê-la uma interação de vozes, uma interação de diferentes consciências e diferentes pontos de vista sobre o mundo (Bakhtin, 2000).

[49]Bakhtin explora como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997).

destruição sem precedentes. Estas são as vozes tidas como as vozes sociais das forças centrípetas, representadas pelos empreendedores do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar, das mineradoras e garimpos e da indústria do fogo nas serras do sertão da Bahia, são as vozes dos políticos descomprometidos com o povo e que elaboram leis e instruções para tirar-lhes o sono e matar seus sonhos, são as vozes do Estado da Bahia que legitimam essas histórias. São as vozes, portanto, do eco e etnocídio no Sertão.

Portanto, DESAGUAR: a Segurança Hídrica e a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia Ameaçadas pela Sede Ecocída do Capital evidencia que não se trata de águas que cumprem seus ciclos naturais, mas que, neste momento das Serras do Sertão da Bahia, como provam as vozes sociais analisadas, fica claro que está em curso um rápido e perigoso crime de ecocídio diretamente relacionado à morte das águas produzida nas montanhas sertão baiano, expressa no secamento de nascentes, rios e cachoeiras de uma região com alta vulnerabilidade hídrica: o Semiárido Nordestino.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 474 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Movimento Salve as Serras no Verde Campo de Batalha dos Refugiados Climáticos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 12-32.

BAHIA. SEPROMI. Lei 12.910 de 2013, de 11 de outubros de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. 2013. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>.Acessado em: 11 maio 2023.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da poética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria ErmantinaGalvao; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. Sao Paulo: MartinsFontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, 2016. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.Acessado em: 14 out.2023.

CONCEIÇÃO, Edmar. Ecocídio: a morte das serras do sertão. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão.Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 184-211.

GERMANI, Guiomar. Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto eParques Eólicos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 278-315.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso.Tradução Sírio Possenti.1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.192 p.

NETTO, AmazileLopéz; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. *In:*ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão.Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 474.2021.p. 108 – 167.

MAIA, Ícaro; LIMA, Luis; MARQUES, Juracy. Mapas vivos: guerras cartográficas nas serras do sertão do Brasil. *In:*Ecocídio das serras do sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 250-277.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção:dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio deMesquita Filho" – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

MENDES, Amilton; SILVA, Richard. Cuidar das águas: belezas naturais e potenciais turísticos das serras da Jacobina. *In:*Ecocídio das serras do sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 288-315.

MARQUES, Juracy; NEGREIROS, Gustavo Hees de. As feridas das montanhas: destruição da Chapada Diamantina pela atividade mineradora. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão.Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 168-183.

NEGREIROS, Gustavo Hees de. Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes do Itapicuru. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-335.

NOLASCO, CseköMarjorie; BACKER, Michelli Valente; GUILLÉN, Anais Del Jesús González; ANTUNES, Quíssila Góes. As águas do Paraguaçu no contexto das serras da Bahia.*In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 336-373.

SIQUEIRA, José Alve de; LIRA, Mariana Macário. Conservação das Serras da Jacobina: O Encontro das flores do Brasil *In:* ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 408-461.

4.2 Artigo 4

Título

DESTERRAR: RIQUEZAS MINERAIS E A ILUSÃO QUE FERE DE MORTE A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Submetido à Revista Desafios (Qualis A4) em 07 de fevereiro de 2024.

Imagem 13 (Marques, 2024).

DESTERRAR: RIQUEZAS MINERAIS E A ILUSÃO QUE FERE DE MORTE A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA

REMOVE SOIL: MINERAL RICHES AND THE ILLUSION THAT KILLS THE SOCIOECOBIODIVERSITY OF THE SERTÃO MOUNTAINS OF BAHIA

DESTERRAR: RIQUEZAS MINERALES Y LA ILUSIÓN QUE MATA LA SOCIOECOBIODIVERSIDAD DE LA SIERRA DEL SERTÃO DE BAHÍA

RESUMO:

Trata-se de um artigo cujo principal objetivo foi analisar as cadeias textual- discursivas do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia e descrever as construções ideológicas determinantes para a salvaguarda ou destruição da socioecobiodiversidade da cadeia montanhosa e subsolo das serras da porção norte do sertão da Bahia. O estudo assumiu a abordagem teórico- metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakthin e adotou suas categorias analíticas como ferramentas para examinar as construções ideológicas do Movimento Salve as Serras nos contextos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, ambientais e acadêmicos nas serras sertaneja da Bahia. Os resultados das análisesrevelaram que as atividades dos setores minerários e garimpeiros, com a conivência e cumplicidade do Estado baiano, destroem as montanhas, contaminam corpos hídricos e solos, alteram o subsolo, promovem injustiça social e econômica e geram conflitos socioambientais nos territórios serranos da porção norte do sertão da Bahia e que as mobilizações do Movimento Salve Serras denunciam crimes e ilegalidades, sendo fundamentais para a salvaguarda da socioecobiodiversidade dessa cadeia montanhosa.

Palavras-chave: conflitos socioambientais. mineração e garimpo na Bahia. vozes sociais.

ABSTRACT

This article's main objective was to analyze the textual-discursive chains of the book "Amputations of the Sertão Mountains: Ecocide and Mining in Bahia" and describe the determining ideological constructions for safeguarding or destroying the socioecobiodiversity of the mountain ouschain and subsoil of the northern hills of the Sertão in Bahia. The study assumed the theoretical-methodological approach of dialogized plurilingualism from the

Bakhtin Circle and adopted its analytical categories as tools to examine the ideological constructions of the Save the Hills Movement in the social, political, economic, ecological, environmental and academic contexts in the Sertão hills of Bahia. The results of the analyses revealed that the activities of mining and prospectingsectors, with the complicity and collusion of the Bahia state, destroy mountains, contamina tewater bodies and soil, alter the subsoil, promote social and economic injustice, and generate socio-environmental conflicts in the mountainous territories of the northern hills of the Sertão in Bahia, and that the mobilizations of the Save the Hills Movement denounce crimes and illegalities, beingessential for the safeguarding of the socioecobiodiversity of this mountainous chain.

Keywords: socio-environmental conflicts. mining and prospecting in Bahia. social voices.

RESUMEN

Este es un artículo cuyo objetivo principal fue analizar las cadenas textual-discursivas del libro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia (Amputaciones de las montañas del Sertão: Ecocidio y Minería en Bahía) y describir las construcciones ideológicas que determinan la salvaguarda o la destrucción de la socio-ecobiodiversidad de la cadenamontañosa y del subsuelo de las sierras del norte del interior de Bahía. El estudio tomó el enfoque teórico-metodológico del Círculo del plurilingüismo dialógico de Bakthin y adoptó sus categorías analíticas como herramientas para examinar las construcciones ideológicas del Movimiento Salvemos las Sierras en los contextos social, político, económico, ecológico, ambiental y académico del interior de Bahía. Los resultados de los análisis revelaron que las actividades de los sectores minero y aurífero, con la connivencia y complicidad del estado de Bahía, destruyen las montañas, contaminan los cuerpos de agua y los suelos, alteran el subsuelo,promueven la injusticia social y económica y generan conflictos socioambientales en los territorios serranos de la porción norte del interior de Bahía y que las movilizaciones del Movimento Salve Serras denuncian crímenes e ilegalidades y son fundamentales para salvaguardar la socio-ecobiodiversidad de esta cadena serrana.

Palabras clave: conflictos socioambientales. minería y garimpo en Bahia. voces sociales.

INTRODUÇÃO

Foi preciso escavar as vozes sociais das cadeias textual-discursivas do enunciado concreto Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia, que é o segundo relatório de denúncias do Movimento Salve as Serras, com 475 páginas, publicado no ano de 2021, que conta com a contribuição de 21 autores de 12 artigos/capítulos e que foi organizado

por Juracy Marques, Lucas Zenha Antonino e Pablo Montalvão para desenterrar as construções ideológicas do coletivo acerca dos conflitos socioambientais envolvendo o elemento terra nas serras da porção norte do sertão da Bahia.

Para lapidar os discursos presentes no livro identificamos os graves problemas instaurados pelas as ações e atividades das mineradoras e garimpos, que são a destruição das montanhas, a contaminação dos corpos hídricos e a alteração dos solos e subsolos, com a conivência do Estado, que ameaçam a socioecobiodiversidade[50] das serras da porção norte do sertão da Bahia e desencadeam conflitos socioambientais nesses ambientes.

Por meio da abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakthin e suas categorias analíticas garimpamos os valores e sentidos descritos nos contextos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, ambientais e acadêmicos, constituintes dos textos, e os organizamos neste artigo que intitulamos DESTERRAR: Riquezas Minerais e a Ilusão que Fere de Morte a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia.

Intuímos, hipoteticamente, que a mineração e o garimpo são um péssimo negócio para a Bahia porque suas ações e atividades instauram injustiça social e econômica, geram destruição das montanhas, matam nascentes, contaminam rios e solos, dizimam espécies vegetais e animais e alteram os modos de viver de camponeses de comunidade tradicionais e populações ao seu entorno, com a conivência do poder público estatal e resistência de movimentos sociais e acadêmicos como o Salve as Serras que denunciam crimes de etno e ecocídio.

Para estruturar as perguntas da pesquisa questionamos, então, por que o setor extrativistamineral tem que destruir montanhas, matar nascentes e gentes, contaminar rios e solos, dizimar espécies vegetais, da fauna e alterar os modos de viver de camponeses de comunidade tradicionais nos ambientes serranos da porção norte do sertão da Bahia?

Perguntamos ainda qual o ônus e o bônus para as localidades, o Estado e a União com a exploração mineral nas serras da porção norte do sertão da Bahia? E o que fazem o Estado e o Movimento Salve as Serras para contribuir e/ou evitar a destruição da socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão baiano?

Partindo dessas indagações determinamos, enquanto principal objetivo deste artigo, analisar as cadeias textual-discursivas do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia e descrever as construções ideológicas determinantes para a

---

[50] Termo cunhado para expressar as inter-relações entre os organismos, os seres e os ambientes pela premissa de que as pessoas, as bactérias, os vírus e outros seres visíveis e invisíveis possam interagir entre si (sócio), manifestando suas pluralidades e diferenças ecológicas (eco) para, naturalmente, mobilizem vidas (bio) e promoverem vinculações nos diversos sistemas, espaços, ambientes e contextos (diversidade), mas que essas inter-relações sejam em prol da defesa, da proteção, da preservação e da manutenção do equilíbrio social, econômico, ecológico e biológico das espécies em suas diversidades.

salvaguarda ou destruição da socioecobiodiversidade da cadeia montanhosa e subsolo das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Portanto, DESTERRAR: Riquezas Minerais e a Ilusão que Fere de Morte a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia, constitui-se na necessária descrição das ações dos empreendimentos minerários nas serras da porção norte do sertão da Bahia e suas consequências para esses ambientes.

VOZES SOCIAIS DO ENUNCIADO

Os organizadores do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia escrevem que a ideia foi denunciar que quando ocorre a destruição das montanhas pelas mineradoras não existe volta, elas foram exauridas totalmente e para sempre e que as Compensações Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), podem servir como próteses que expõem a forma como decidimos fundar os alicerces das nossas civilizações (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Com o objetivo de evidenciar os conflitos territoriais na Bahia envolvendo o setor mineral em diferentes temporalidades (passado, presente e futuro) Antonino e Germani (2021) nos dizem que em todos os períodos da formação do território brasileiro, o uso intensivo dos bens naturais foi e continua sendo feito de forma predatória e sempre esteve aliado ao uso de violência para submeter as populações, sobretudo os povos originários e as comunidades tradicionais. Revelam-nos também que no desenvolvimento e na implantação de territórios extrativo- minerais na Bahia são observadas ações disciplinares rigorosas e austeridade generalizada em busca desses recursos.

Antonino e Germani (2021) consideram ainda que mesmo as pesquisas e prospecções minerais já causam conflitos em vários territórios, dizendo que pelos resultados passados e do presente o prognóstico futuro não é animador e que pela formaçãoterritorial brasileira consolidada como uma plataforma territorial econômica de alta valorização de capitais mercantis, a partir da extração predatória e voraz, o estado brasileiro e baiano são máquinas de exclusão e depredação cultural, ambiental, depessoas e espaços (serras, montanhas, rios, florestas, mares, mangues) que são amputados o tempo inteiro por esse chamado progresso que nos vendem a todo instantee no qual, à medida que o tempo passa, amplia-se a desigualdade social.

Silva e Marques (2021) descrevem que dentro do processo de licenciamento no Brasil foi criado um sujeito chamado de poluidor pagador, *status* que promove aos empresários uma certa sensação de que, por pagarem a Compensação Financeira pela

Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que não é um imposto, eles podem poluir, podem acabar com os corpos hídricos, podem desmatar e comprometer vidas.

Referindo-se a mineração em Jacobina/BA, Fernandes, Mendes e Marques (2021) assentem que existe uma série de problemas não resolvidos e que o passivo ambiental dela é enorme. Citam a mineração a céu aberto, que causou uma ferida enorme na serra, que já deveria ter sido recuperada, visto a provável obrigatoriedade imposta pelo plano de recuperação de área degradada, que está há mais de dez anos no INEMA, mas não sai de lá e o porquê não se sabe.

Revelam também que existe uma barragem antiga da mineração que foi construída antes de se criar a legislação ambiental no Brasil e não tem impermeabilização no fundo, o que gera uma alta concentração de metais pesados como o cianeto, o ferro, o níquel que se infiltram no subsolo e que, entre 1997 e 1998, essa barragem foi oferecida de presente para a cidade, numa época em que o ouro estava com seu preço muito baixo e a Jacobina Mineração e Comercio (JMC), precursora da Yamana Gold, fechou e ofereceu ao prefeito que usasse aquela barragem para receber o lixo de Jacobina, mas a mobilização social, à época, foi muito atuante e essa proposição, que passou por uma audiência pública, foi rechaçada pela população (Fernandes; Mendes; Marques, 2021).

Marques *et al.* (2021) descrevem que oficialmente a Mineração Caraíba Metais foi criada em 1969 por Francisco Matarazzo Pignatari e entregue ao Governo Federal em 1974, assumida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) que financiou a implantação da unidade de metalurgia em Camaçari/BA e de uma mina de cobre a céu aberto e outra subterrânea em Pilar, Jaguarari/BA, mas só em 1979 teve início a exploração a céu aberto com a produção de concentrado de cobre, considerado um dos metais industriais mais importantes do mundo.

Discorrem também que mesmo sendo responsável pela terceira maior exploração de cobre do Brasil (12,1%), ficando atrás da Mineradora Vale (56,9%) e Mineração Maracá S/A (28,5%), a Mineração Caraíba, atual Ero Brasil, encontra-se no Inquérito Civil nº127.0.102096/2009, instaurado pela Promotoria Regional de Meio Ambiente do Ministério Público da Bahia, em situação de ilegalidade e um passivo em Termos de Ajustamento de Conduta ou de Termo de Compromisso Ambiental de, pelo menos, 200.000.000, 00 (Marques *et al.*, 2021).

Marques *et al.* (2021) descrevem que a Mineração Caraíba (Ero Brasil) possui a maior bacia de rejeitos da América Latina, composta por rejeito de cobre, numa área de 653 ha com volume de 23 milhões de metros cúbicos, instalada sobre uma rede de drenagem

superficiária constituída por três riachos (Santa Fé, Sulapa e da Vaca) que formam o Rio Curaçá, que cai no Açude de Pinhões e deságuam no Rio São Francisco.

Revelam também que no ano de 2007 a Federação de Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semiárido (FAESA) e a Empresa de Participação Comunitária (EPTC) formalizaram, junto a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e ao Ministério Público, uma denúncia de crime ambiental em decorrência do vazamento de substâncias químicas (ácido sulfúrico) que atingiu o Riacho Sulapa, ocasionando a morte acentuada de peixes, mas que também constam no Inquérito Civil nº127.0.102096/2009 o registro de pelo menos 4 acidentes provocados pelo empreendimento entre os anos de 2003 e 2009 e a existência de 111 processos envolvendo a Mineração Caraíba (Marques *et al.*,2021).

Lopes e Souza (2021) discorrem que os impactos no meio ambiente e nas comunidades de fundo de pastos no entorno das mineradoras são registrados com o aumento do passivo ambiental pelas atividades minerárias, problema de saúde e bem estar da população, presença permanente de conflitos envolvendo disputa pelo uso e ocupação do solo, grilagem de terras, poluição sonora, depósito ou abandono de resíduos e rejeitos de minerais em locais impróprios e degradação e alteração da paisagem natural. Relatam que identificaram elementos que atuam como destrutivos para o meio ambiente e que colocam em risco a produção comunitária de milhares de famílias, concordando que a mineração não representam um projeto de vida, mas sim de morte, para todos os envolvidos e que enquanto as empresas minerárias estabelecem um cálculo meramente econômico para os impactos por elas produzidos, as comunidades camponesas consideram valores culturais, simbólicos, religiosos e históricos que não podem ser mensurados pela escala monetária, o que caracteriza agressão aos direitos humanos dessas comunidades (Lopes; Souza, 2021).

Santos e Santos (2021) informam que o município de Andorinha reserva um dos maiores depósitos de cromita[51] do estado e que essa riqueza enaltece os interesses pelos subsolos das comunidades, o que gera mais desigualdades e conflitos e destacam Medrado, Ipueira dos Negros e Monte Alegre como as principais comunidades

[51] Para Sampaio, Andrade e Paiva (2008) a cromita é usada tanto como mineral metálico quanto não-metálico, sendo considerado um dos mais importantes minerais industriais em todo o mundo. Os minérios de cromita são empregados como fonte de cromo para as indústrias metalúrgicas, química, de refratários e, mais recentemente, como areia nos processos de fundição. A indústria metalúrgica desponta como o maior consumidor dos produtos de cromita, comparada às demais.

impactadas dentro do município de Andorinha. Ratificam ainda que todo o relatório Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia firma-se como denúncia e instrumento científico de luta pelos territórios, fruto também da ousadia de jovens do campo, indignados com a realidade que reúne árduas vivências dospovos do campo dentro dos suas próprias comunidades.

Agregaram também à sua escrita a história de povos que cansaram de ser depenados pelos interesses das grandes empresas mineradoras que destroem a Caatinga, seus modos de vida e, consequentemente de suas identidades e enfatizam que são contrários às políticas minerais que são inseridas em suas comunidades, deixando como herança a degradação com áreas devastadas sem fauna nem flora em nome do tal desenvolvimentoinvisível que tanto explora e amputa sonhos (Santos; Santos, 2021).

Silva e Montalvão (2021) informam que o sertão da Bahia concentra 70% da produção mineral do Estado e que a lógica dos empreendimentos valoriza exclusivamente o lucro pela exploração, inferindo que o *modus operandi* dessas empresas firmam alianças com os poderes públicos em nível Federal, Estadual e Municipal, com pouca transparência, com violação do direito a consulta prévia livre e informada às populações locais, promovendo invisibilização e intimidação a moradores, manipulando opiniões, usurpando bens coletivos, saqueando a natureza, destruindo as autonomias comunitárias, ocasionando dependência econômica, social e política, além de promover deslocamentos compulsórios.

Revelam ainda que em Nordestina/BA a empresa Lipari Mineração LTDA exerce atividade de extração de diamantes em territórios de Comunidades Quilombolas e que, por viverem do que produzem na terra, esses camponeses protagonizam, quase que diariamente, lutas e resistência, ocupando trincheiras, na batalha para assegurar seus direitos e manutenção dos seus modos de viver tradicionais (Silva; Montalvão, 2021).

Já Lima e Braga (2021) ressaltam que Sento Sé é um território indígena comprovado pelas pinturas rupestres com mais de três mil sítios arqueológicos já catalogados e que ainda na atualidade é possível perceber remanescente das etnias Truká, Kaimbé, Tupiná, Tomaquim, Atikum, Amoipirá, Acoroá, Criquirim, Tuxá e Guegoá realizando rituais junto aos boqueirões e grotas das serras, onde seus ancestrais registraram painéis de pinturas e gravuras rupestres

Retratam que os moradores de Sento Sé vivem um atravessamento de grandes projetos como a instalação do Parque Nacional e da Área de Proteção Ambiental – PARMA e APA Boqueirão da Onça, a instalação de torres eólicas e a exploração dos recursos

minerais por garimpeiros e por grandes empresas do setor da mineração. Também que a presença de pesquisadores e empresas de georreferenciamento tem sido constante e que cada vez mais percebe-se autorizações e licenças tanto para estudo quanto para exploração e instalações de empreendimentos multinacionais, tendo como mais recente o Projeto Tombador da empresa Iron Mineração, que já iniciou o processo de demolição da Serra da Bicuda, considerada como patrimônio pelos moradores dos povoados de Aldeia, Pascoal, Limoeiro, Tombador, Retiro de Baixo, Retiro de Cima, Itapera, Andorinhas, Cajuí, Volta da Serra e Ponta D'Água (Lima; Braga, 2021).

E ainda denunciam que a licença para instalação do Projeto Tombador pela Iron foi concedida em 20 de agosto de 2020, mas que não aconteceu a consulta prévia, livre e informada às comunidades, como preconiza a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho[52], sem apresentar os estudos de impactos ambientais nem relatórios de impacto ao meio ambiente e em maio de 2021 o INEMA liberou a licença de operação (Lima; Braga, 2021).

Amaral (2021) mostra-se incisiva ao dizer que estão destruindo o patrimônio arqueológico de Sento Sé antes que seja conhecido e que isso acontece desde antes, quando a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) retirou vasta quantidade de materiais arqueológicos e foram levados sem que o sentoseense saiba para onde, pois não há registros no município do paradeiro dos achados arqueológicos que a CHESF tirou e as empresas eólicas e mineradoras estão fazendo a mesma coisa.

Revela que a atividade de garimpo na região de Sento Sé nasce da miscigenação entre índios e brancos bandeirantes que buscavam principalmente diamante e ouro naquelas terras, enfatizando que a prática garimpeira tem uma variante que precisa ser considerada e observada, que é a sazonalidade: em uma parte do tempo os garimpeiros são agricultores, mas questiona a condição de ilegalidade do Garimpo da Quixaba que,

---

[52] A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um tratado internacional adotado em 07 de junho de 1989 pela Conferência Geral da OIT em Genebra, Suíça, que ocupa-se dos direitos dos povos indígenas e tribais incluindo medidas para garantir que os membros desses povos se beneficiem, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades previstos na legislação nacional para os demais cidadãos, que seja promovida a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições e ajudar os membros desses povos a eliminar quaisquer disparidades socioeconômicas entre membros indígenas e demais membros da comunidade nacional de uma maneira compatível com suas aspirações e estilos de vida (Fonte: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20- junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf).

mesmo com muito esforço a cooperativa não consegue registro e não consegue a permissão de lavra (Amaral, 2021).

Amaral (2021) denuncia que as nascentes estão pedindo socorro, principalmente aquelas que estão nos 167 boqueirões, feições arqueológicas com 195 nascentes identificadas em cima das serras, sem contar as de planícies como as nascentes termais de Brejo da Brasa e Limoeiro com algumas precisando urgentemente de recuperação, como é o caso das que fazem parte da microbacia do corrente, no Brejo de Dentro, onde ou já morreram ou estão agonizando.

Auto descrevendo-se como viveirista, combatente de incêndio, condutor local, apaixonado pela natureza, filho de garimpeiros e que nasceu no povoado de Marota, próximo ao distrito de Carnaíba em Pindobaçu/BA, Amorim (2021) diz que desde a década de 1972 as esmeraldas de Pindobaçu/BA são faladas na mídia e que nas últimas aparições, inclusive pelo canal Globo, falou-se muito bem das esmeraldas, em especial sobre a canga que está nos Estados Unidos, que é considera a maior do mundo.

Amorim (2021) revela que há uma vida diferenciada em levar em conto os quinjilas, que são mulheres, homens, crianças e idosos que não têm o serviço ou corte dentro do garimpo, que são pessoas que sobrevivem das migalhas que saem dos buracos. Diz que, quando se pensa em riquezas pelo garimpo, poucas pessoas têm condições de chagar a esse sonho tão esperado, pois esteve trabalhando no garimpo entre 2000 e 2004 e sempre tinham, pelo menos, mais de 400 pessoas trabalhando no subsolo de uma forma insegura.

Para Amorim (2021) a realidade dos garimpos de Carnaíba, em Pindobaçu/BA e de outros lugares é a de que nem todos se dão bem. Tem as questões de doenças como a silicose e os desabamentos que matam muitas pessoas apesar de existirem Cooperativas e relata o episódio em que cinco pais de famílias perderam a vida em uma mina em Carnaíba quando eles desciam o buraco e o cabo de aço da gaiola em que estavam se rompeu e eles morreram. Diz que ele mesmo passou por uma situação muito tensa de risco de vida quando do cabo de aço de sustentação da gaiola em que estava, de 90 metros, que tem cinco pernas, quebram-se duas, mas as outras três o permitiram chegara superfície.

O professor Dr. Ícaro Maia, na *live* de lançamento do livro que se deu de forma remota pela condição pandêmica, revela que o secamento de poços artesianos, de cachoeiras e de nascentes está associado também às minerações e que existe uma concentração delas nas regiões das serras da porção norte do sertão da Bahia citando alguns exemplos como

a extração de cobre, quartzo e feldespato em Jaguarari, de cromita em Campo Formoso, de manganês e ouro em Jacobina. Discorre também que existem amputações nas áreas entre as serras, geomorfologicamente chamadas de áreas intermontanas, como em Ourolândia, com a extração de mármore nas margens do rio salitre que alimenta o Rio São Francisco e um pouco mais ao norte, que tem mais de 30 minas extraindo mármore próximo às nascentes do rio Salitre (SAS, 2021).

Revela ainda que existe uma densa concentração de áreas requeridas para extração de minérios também nas serras da Itiúba, nas serras de Sento Sé, em Varsinha, que fica no município de Jaguarari, em Jacobina, em Nordestina, ou seja, todo um panorama anunciador de possíveis explorações de áreas que se sobrepõem a comunidades tradicionais, nascentes, riachos, rios e cachoeiras nessas áreas montanhosas e entre serras da porção norte do sertão da Bahia (SAS, 2021).

Para o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev as vozes sociais são as representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade, mas especificamente nos conflitos socioambientais e resolubilidade destes (grifo nosso), influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam (Bakhtin, 2016).

No enunciado concreto Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia essas vozes sociais são as dos discursos dos camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, de Quilombolas, de Indígenas, de Povos de Terreiro, de Agricultores, de Acadêmicos, de Associações e de Movimentos Sociais que vêem seus modo de viver e seus territórios sendo detonados, esburacados e soterrados, mas que lutam e resistem. São as vozes sociais pela salvaguarda da socioecobiodiversidade do sertão baiano. Do outro lado estão as vozes que se entrelaçam e se entrecruzam para, em nome de um pseudo desenvolvimento a partir da exploração exaustiva dos bens naturais e usurpação da natureza, com a narrativa de gerar empregos, riquezas e modernidades localmente reforçam a condição brasileira de colônia, insistindo que o nosso sertão é infértil, de pobres e de miseráveis, o que não condiz, pois nessa região estão as maiores mineradores de diamante, ouro, esmeralda, cobre e ferro da América latina, além do rico cenário paisagístico com inumeráveis nascentes, cachoeiras que alimentam rios e abastecem milhões de nordestinos brasileiros. Portanto, são pessoas e regiões expropriadas ao longo de séculos.

As vozes dos empreendedores das minerações e dos garimpos das serras do sertão da Bahia são as vozes dos políticos descomprometidos com o povo e que elaboram leis e

instruções para amputar as montanhas e destruir a socioecobiodiversidade sertaneja, matando nascentes, riachos, rios e o povo.

METODOLOGIA

Para analisar o *corpus* [53] deste artigo valemo-nos das contribuições teórico-metodológicas do Círculo de Bakthin cujo pensamento, nos diz Brait (2012), incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não somente sobre a língua, para o qual discurso, enquanto objeto complexo e multifacetado, é substituído por relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria língua, ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística.

Para Brait (2012) a metalinguistica é entendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limites da linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em Oriol (Rússia) no ano 1895, estudou na Universidade de Odessa, depois na de São Petersburgo e foi diplomado em História e Filologia, em 1918. Instalou-se, em 1920, em Vitebsk, onde ocupou diversos cargos de ensino e que pertencia a um pequeno círculo de intelectuais (O Círculo de Bakhtin) do qual faziam parte também um jovem professor do Conservatório de Música de Vitebsk, Valentin. N. Voloshínov, e ainda Pável N. Medviédev, empregado de uma casa editora. Estes tornaram-se, além de alunos de Bakhtin, seus amigos devotados e ardorosos admiradores (Volochínov, 2006).

Portanto, o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev formulou um tanto de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogradosendo seguido por seus discípulos Volochínov e Medviédev, animados pelo desejo devir ajudar financeiramente a seu mestre e, ao mesmo tempo, divulgar suas idéias,oferecendo seus nomes a fim de tornar possível a publicação de suas primeiras obras (Volochínov, 2006).

---

[53] Maingueneau (2015) apresenta o entendimento de que pode existir um discurso para um conjunto de textos, no qual o discurso existe para além dos textos particulares de cada autor, ou um discurso para cada texto. Afirma ainda que a Análise do Discurso não pode estudar textos, a não ser que estes sejam convertidos em *corpus*, o definindo como sendo constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trechos de textos ou mesmo por um único texto.

Compreende-se que para Bakhtin, Voloshinov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual e um espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere- se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

Fundamentado na ideia de que a linguagem é essencialmente social e que o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes, Bakhtin argumenta que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definido como uma unidade de comunicação que ocorre em um contexto específico. Assim, todo enunciado é considerado por ele como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura (Bakhtin, 2016).

O dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas do Círculo de Bakhtin abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção dos significados das cadeias textual-descritivas do livro Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia. Também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição, heterodiscurso e estética foram recrutadas para as análises das cadeias textual- discursivas dessa escrita do Movimento Salve as Serras.

Entendemos que as vozes sociais constituintes dos discursos Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia podem ser categorizadas, conforme preconiza o Círculo de Bakhtin, sob os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997). Melo (2017) nos diz que as forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns, mas, em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com uma diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

Inferirmos, portanto, que a Análise do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que estuda a linguagem em seus diversos contextos e que a abordagem russa do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakhtin reúne elaborações reflexivas que não se restringem ao mundo objetivo e calculável e que, metodologicamente, com suas categorias analíticas, pode ser aplicada às análises das vozes sociais do enunciado Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os motivos que levam o setor extrativista mineral a destruir montanhas, matar nascentes, contaminar rios e solos, dizimar espécies vegetais, da fauna, inclusive seres humanos e alterar os modos de viver de camponeses de comunidade tradicionais nos ambientes serranos da porção norte do sertão da Bahia, podem estar na insensatez, arrogância e ganância humanas, que alimentam ilusões de uma espécie que se sente superior as demais, que se sente dono e não parte da natureza e que valoriza coisas, metais, riquezas ao invés do ser e da vida.

Recorrendo às cadeias textual-discursivas, Fernandes, Mendes e Marques (2021) relatam-nos que a Comunidade de Canavieira, em Jacobina/BA, era formada por antigos garimpeiros que viviam ali há quase cem anos, mas que hoje só tem um habitante, salvo engano, porque a mineração comprou todas as roças e terras deles por valores, em média, de R$100.000,00, no ano de 2014/2015. Esses, que também são agricultores, venderam suas terras e foram para as periferias de Jacobina estraçalhando seus modos de vida. Segundo os autores, já gastaram todo o dinheiro das vendas de suas terras e nãotêm mais onde produziam seus alimentos e seus filhos não têm perspectivas sequer de onde construir suas casas quando crescerem e/ou casarem.

Na *live* de lançamento do livro, enquanto mediador, o professor Dr. Juracy Marques destaca que a lógica de que mineração gera riqueza é muito questionável porque apenas 2% de toda riqueza minerária produzida a partir dessas extrações ficam no Brasil, no PIB brasileiro, o que flagra uma colonização minerária e que a Lei Kandir[54] isenta essas grandes empresas de pagar impostos sobre os produtos que elas extraem, não manufaturados. Então, para ele, é uma grande mentira dizer que essas extrações estão

[54] Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

gerando riquezas, mas pelo contrário, geram muita pobreza, muitos problemas, muitos passivos restando aos comunitários e à sociedade como um todo arcar com os prejuízos (SAS, 2021).

Nos processos permissivos de licenciamentos às mineradoras e outros empreendimentos como os de geração de energia eólica e solar a Bahia abriu as porteiras, escancarou portas, deixou todo o seu biodiverso quintal à mercê do Capital e protagozina, pelos discursos do Movimento Salve as Serras, ecocídio e amputações nas serras do sertão da Bahia.

O processo minerário na Bahia e no Brasil revela contradições quando de um lado gera muita riqueza para os exploradores e destruidores dos solos das serras do sertão deixando o passivo ambiental e as crateras na natureza e nas vidas das pessoas sertanejas. Legitimado como está pela Lei Kandir, as atividades de exploração minerária, velada e abertamente, instauram polêmica nesses múltiplos discursos depolifônicos sentidos.

E é muito importante ressaltar o papel do poder público enquanto conivente com a usurpação das riquezas do povo baiano e brasileiro quando, segundo Marques, Antonino e Montalvão (2021), a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) afirma que a fertilidade do semiárido só está em seu subsolo, propagando um perverso discurso que projeta imagens deturpadoras do semiárido, tratando-nos como se fosse um grande vazio demográfico, com pouca riqueza e beleza ambiental e que nele, nada do que se investir, além de mineração, irá prosperar.

Os organizadores de Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia vão de encontro a essa narrativa ratificando que, apesar do cenário de exploração minerária nas serras do sertão da Bahia, considerada um território de miseráveis por esse estado ecocida, a região semiárida é uma das regiões mais ricas em recursos minerais do Brasil e que só o sertão da Bahia concentra 70% da produção mineral do Estado, consagrando-se como o maior produtor nacional de cobre, barita, cromo, quartizito, magnesita, sodalita e urânio (Marques; Antonino; Montalvão, 2021).

Outro exemplo de conivência do poder público com os empreendimentos minerários é revelado por Marques *et al.* (2021) quando denunciam que, apesar do entendimento do Ministério Público de que o município de Jaguarari não possuía uma equipe técnica adequada concursada para exercer atividade de licenciamento, uma política irresponsável de estímulo à atividade minerária foi adotada e por meio dessa ilegalidade

hoje existem cerca de duas dezenas de mineradoras em atividade no território de Jaguarari, quase todas sob questionamento jurídico.

Nestes termos nos dizem Marques, Antonino e Montalvão (2021) que a questão ambiental no mundo é ditada pela política que é controlada pela economia que, em muitos casos, está ancorada num desprezo total pelos limites ecossistêmicos da Terra e intuem que os grandes poderios econômicos fazem laços, em muitos casos, também com o crime organizado e tecem críticas à Lei Kandir promulgada em 1996 peloGoverno de Fernando Henrique Cardoso, ainda vigente, que beneficiou (beneficia) aqueles que fazem exportação de *commodities*, incluindo os minérios, bens não faturados, com isenção de impostos para exportação de produtos que não passam por beneficiamento industrial. Eles descrevem a Lei Kandir dizendo tratar-se:

> De uma lei que legitimou a expropriação das riquezas do Brasil, permitindo que empresas explorem, ao máximo, os bens naturais do nosso país, encaminheo material bruto para paraísos fiscais onde mantêm suas filias que fazem o comércio das riquezas provenientes de países que ainda são tratados como colônias dessas nações ricas do mundo, como consideram o Brasil, a saber, tratado como quintal das fazendas desses países neocolonialistas que vivem de um falso discurso em torno da sustentabilidade planetária (Marques; Antonino; Montalvão, 2021, p. 16).

Mais exemplos polêmicos e contraditórios observados nas relações dialógicas descritas nas cadeias textual-discursivas do Movimento Salve as Serras são registrados nas narrativas ideológicas de Marques, Antonino e Montalvão (2021) ao discorrem que mesmo em meio à crise sanitária do Coronavírus, o Brasil contabilizou mais 20 novos milionários e que o setor mineral foi um dos principais epicentros da pandemia e de disseminação da doença porque não parou suas atividades nos momentos mais críticos, respaldados por decretos presidenciais e que são nas searas dessas corporações econômicas que ocorrem mais assassinatos de ativistas ambientais.

Mais que provado fica que a atuação do Estado é de apoio a destruição das serras da porção norte do sertão da Bahia, os modos de viver dos povos e comunidades tradicionais, mas que em contrapartida o Movimento Salve as Serras resiste, revela e denuncia tais destruições e ecocídio nos territórios montanhosos da Bahia e do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância considerar que as análises das cadeias textual-discursivas do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia confirmam que as atividades dos setores minerários e garimpeiros destroem as

montanhas, contaminam corpos hídricos e solos, alteram o subsolo, promovem injustiça social e econômica, geram conflitos socioambientais e ameaçam a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Também que é a conivência e a cumplicidade do Estado baiano que atraem o setor extrativista mineral para amputar definitivamente as montanhas, matar nascentes, contaminar rios e solos, dizimar espécies vegetais e da fauna e alterar os modos de viver de camponeses de comunidade tradicionais nos ambientes serranos da porção norte do sertão da Bahia, deixando todo o ônus dos passivos ambientais e danos que jamais serão reparados à sociedade brasileira e aos serranos baianos.

È possível inferir também que os relatórios de denúncias do Movimento Salve as Serras, mesmo que enquanto uma gota d'água no oceano ou como um beija-flor apagando um incêndio florestal, são escritas que revelam as injustiças sociais e econômicas, os crimes e as ilegalidadesque ocorrem nas serras do sertão do Brasil e da Bahia e que, somados a outras formas de resistências e lutas por um planeta menos aquecido, menos poluído, com menos alterações climáticas, com menos guerras e mais amor, se agigantam pela nobre condição de cuidar das espécies, inclusive da espécie humana.

Portanto, nos variados discursos do livro Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia as vozes sociais evidenciadas revelaram (revelam) contradições, polêmicas e expõem a negação do Estado para as forças sócio-históricas mais fragilizadas e perseguidas pelo Capital perverso que são os Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, de Quilombolas, de Indígenas, de Povos de Terreiro, de Agricultores, de Acadêmicos, de Associações e de Movimentos Sociais.

Em contra partida, também historicamente, o Estado se alia à força do Capital para, em nome de um desenvolvimento injusto e para poucos, explorar exaustivamente os bens naturais e usurpar a natureza, com a narrativa de gerar empregos, riquezas e modernidades localmente, reforçando a condição brasileira de colônia, insistindo na amputação das serras do semiárido do sertão e matando os sertanejos baianos por meio das atividades de mineração, pois enquanto o mundo inteiro era assolado por uma pandemia, onde o isolamento fez-se obrigatório e ainda assim milhões morreram, contrariamente, as mineradoras e o Estado obrigavam os trabalhadores a se infectar e infectar seus familiares, morrendo para gerar mais riquezas para o Capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Rosa Almeida; MARQUES, Juracy; SANTOS, Vanessa Silva; ROSENDO, Mateus. Quando a terra treme: a agonia das serras. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 162-181.

AMARAL, Mariluze. Garimpos nas serras de Sento Sé: um grito de socorro. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das

montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 412-441.

AMORIM, Antônio. Formigueiros humanos: relatos de um filho de garimpeiro. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.p. 442-465.

ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar. A mineração e os conflitos territoriais na Bahia. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 28-71.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da poética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Conferência Internacional do Trabalho: Convenção n° 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, Genebra, Suíça, 1989. 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. Acessado em: 23, jan. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Diário Oficial da União. 16 set. 1996.

FERNANDES, Paulo César Dávila; MENDES, Amilton; MARQUES, Juracy. O ouro de Jacobina: uma longa história de degradação socioambiental. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 84-119.

LIMA, Aurilene Rodrigues; BRAGA, Marina da Silva. As três feridas de Sento Sé: territórios, povos originários e tradicionais atravessados por processos de colonização e projetos modernizantes. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. PauloAfonso, BA: SABEH, 2021. p. 376- 411.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira; SOUZA, Valdivino Rodrigues de. Mineração em Uauá e Curaçá: um projeto de vida ou de morte para as comunidades de fundo de pasto?. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 182-215.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. Tradução: Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2015. 192p.

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 475 p.

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo. Apresentação. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 12-27.

MARQUES, Juracy; BONFIM, Alan; MARQUES, Robson; NOVAES, Joaquim; MAIA, Ícaro. Mineração em Jaguarari: feridas silenciosas que matam. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p.120-161.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

SANPAIO, João Alves; ANDRADE, Mônica Calixto de; PAIVA, Paulo Renato Perdigão. Cromita *In*: LUZ, Adão Benvindo da; LINS, Fernando Antônio Freitas (Org.). Rochas e Minerais Especiais: usos e especificações. ed. 2ª. Rio de Janeiro-RJ: CETEM/MCT, 2008. p.403 – 425. Disponível em: < file:///C:/Users/Robson%20Marques/Downloads/Rochas%20Min.Ind.2a%20edicao%20(Adao%20e%20F.Lins).pdf>. Acessado em: 23, jan. 2024.

SAS. Lançamento do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. 2021. StreamYard. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/salveasserras/videos/1465064353860821>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Almacks Luiz; MARQUES, Juracy. CFEM: quanto vale a vida. *In:* MARQUES,Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 72-83.

SILVA, Maria Aparecida de Jesus; MONTALVÃO, Pablo Henrique da Silva. O conflito agrário-mineral no território das comunidades quilombolas em nordestina, Bahia. *In:*MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.p. 336-375.

SANTOS, Josiane Alves Soares; SANTOS, Josivan da Silva. Pássaros sem asas: extração mineral no município de Andorinha. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 282-335.

SOUZA, Michelle. De Campo Formoso a Pastos Minerários. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 216-281.

4.3 Artigo 5

Título:

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: POLÊMICA E CONTRADIÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Comporá o Livro Transação Energética, organizado por Juracy Marques, com publicação prevista para o 1º semestre de 2024.

Imagem 14 (Marques, 2024).

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: Polêmica e Contradição na Geração de Energia Eólica nas Serras do Sertão da Bahia

"As políticas públicas de incentivo a transição energética, postas como estão, confirmam a tese que se trata de uma transação entre poderes que conectam suas energias para a destruição das serras do sertão da Bahia do que propriamente uma transição energética."
(Juracy Marques)

Robson Marques dos Santos[55]
Juracy Marques dos Santos[56]
José Radamés Benevides Melo[57]

Resumo

Trata-se de um artigo cujo principal objetivo foi identificar, analisar e descrever os conflitos socioambientais e econômicos constitutivos das cadeias textual-discursivas do enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos caracterizados por embates consequentes da transição energética e a geração de energia eólica e solar nas serras da porção norte do sertão da Bahia. Seus objetivos específicos foram: 1) descrever as vozes sociais constituintes dos conflitos, relatos e/ou denúncias presentes no enunciado; 2) evidenciar polêmicas e contradições nos discursos da transição energética a partir da energia eólica e 3) discorrer sobre as contribuições do livro para a defesa, proteção e preservação da socioecobiodiversidade[58] das serras da porção norte do sertão da Bahia. Pela Análise do Discurso adotou-se a perspectiva teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev para analisar a formação discursiva das cadeias textuais e delas inferir compreensões por meio das categorias dialógicas considerando o contexto social, histórico e cultural do enunciado. Enquanto resultado das análises foi possível descrever as vozes sociais envolvidas nos conflitos por acesso, controle e uso dos bens naturais, em especial os ventos e evidenciar as contribuições dos alertas, das constatações e denúncias do Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da Socioecobiodiversidade da serras da porção norte do sertão da Bahia, parte da Cordilheira do Espinhaço, no Brasil.

---

[55] Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB. Graduado em Licenciatura em Educação Física – UNIVASF.

[56]Orientador da pesquisa. Pós-doutor em Antropologia – UFBA. Pós-doutor em Ecologia Humana – Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Cultura e Sociedade – UFBA. Mestre em Ciências da Educação – UNEB. Especialista em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana – BAHIANA . Especialista em Psicopedagogia – UPE. Graduado em Pedagogia – UNEB.

[57] Coorientador da pesquisa. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa – UNESP/Araraquara. Especialista em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa – UESC. Graduado em Letras Inglês/Português – UESC.

[58] Termo que aparece, primeiramente, no resumo e que tem seus sentidos e significados descritos na apresentação da tese Cartografia dos conflitos socioambientais das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Palavras-chave: conflitos socioambientais. enunciado concreto. transição e/ou transação energética. energia eólica e solar. socioecobiodiversidade. serras do sertão da Bahia.

Abstract

The article's main objective was to identify, analyze, and describe the socio-environmental and economic conflicts constituting the textual-discursive chains of the book "The Prison of the Winds: Destruction of the Hills by Wind Complexes," characterized by conflicts resulting from the energy transition and the generation of wind and solar energy in the northern hills of the Sertão in Bahia. Its specific objectives were: 1) to describe the social voices of conflicts, reports, and denunciations from the book; 2) to high light controversies and contradictions in the discourses of the energy transition; and 3) to discuss the contributions of the discourses to the defense, protection, and preservation of the socioecobiodiversity of the Sertão hills in Bahia. Discourse analysis adopted the theoretical-methodological perspective of the Bakhtin Circle, Voloshinov, and Medvedev to analyze the discursive formation of textual chains and inferunderst and ingsthrough dialogic categories, considering the social, historical, and cultural context of the corpus. The results of the analyses made it possible to describe the social voices involved in conflicts over access, control, and use of the winds and high light the contributions of Save the Hills Movement's alerts, findings, anddenunciations to the safeguarding of the socioecobiodiversity of the northern hills of theSertão in Bahia, part of the Espinhaço Range in Brazil.

Keywords: socio-environmental conflicts, concrete statement, energy transition, Wind and solar energy, socioecobiodiversity, Sertão hills in Bahia.

Introdução

Os ventos conduzam essa escrita para o entendimento do contexto discursivo em análise, almejando os objetivos elencados a partir das dúvidas e hipóteses mobilizadas que justificaram esta investigação. A priori foram expostos os conceitos, as definições, ações e atividades voltadas para a transição energética pelos empreendimentos de geração de energia eólica e pelo Estado, bem como as denúncias do Movimento Salveas Serras, contextualizadas no tópico definido como As vozes sociais do enunciado

Importante reforçar que na apresentação na tese Cartografia dos conflitos socioambientais das serras da porção norte do sertão da Bahia, na qual este artigo constitui o quinto capítulo, o termo Socioecobiodiversidade foi cunhado para enunciar as inter-relações entre os elementos bióticos e abióticos, terráqueos e extraterrestres e expressar que as relações entre os organismos, as pessoas, as bactérias, os vírus e outros seres visíveis e invisíveis podem e devem ser manifestadas nas suas mais diversas pluralidades e diferenças ecológicas e biológicas, mas com uma condição

imprescindível: que essas inter-relações se estabeleçam pela defesa, manutenção, preservação e equilíbrio das espécies.

Em as vozes sociais do enunciado consta a contextualização das cadeias textual-discursivas que estruturam O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos, ponderando as condições em que se encontra a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia, apresentando as inter-relações que envolvem os cenários sociais, políticos, ambientais, econômicos, ecológicos, biológicos e culturais impactados pela prospecção e/ou implantação de parques eólicos nos topos dessas serras.

Descrever inicialmente a conjuntura estruturante do enunciado corroborou os princípios de uma Ecologia Humana que considera a espécie humana e as outras espécies tendo suas existências garantidas por uma infinita rede de cooperatividade, admitindo que antes de competitiva a vida deva ser cooperativa, reconhecida competição apenas em situações em que há objetiva ameaça à sobrevivência das espécies, no caso da humana, naquelas comunidades assoladas pela lógica do poder dominador (Bomfim, 2021). Evidente que não se trata da competitividade esportiva, ou para conquistar a vaga em um concurso público, mas pela condição específica de lutar pela existência.

A mobilização em ritmo muito acelerado para a transição energética nas serras do sertão da Bahia tem revelado que há um *modus operandi* estabelecido para concretização de um mega projeto progressista de desenvolvimento que inclui os interesses políticos do Estado e os anseios econômicos dos empreendimentos de geração de energia eólica, mas que exclui o equilíbrio da socioecobiodiversidade serrana.

Dessa percepção, alguns questionamentos foram lançados aos ventos em busca de respostas:

1) Por que os empreendimentos de geração de energia eólica e solar escolheram também as serras do norte do sertão baiano para se instalarem?;

2) O *modus operandi* que estabelece as inter-relações entre o Estado e os empresários/empresas para implantação de empreendimentos de geração de energiaeólica e solar nas serras do sertão da Bahia pode ser considerado legítimo para a transição energética?;

3) Como as comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e fecho de pastos, indígenas e de camponeses agricultores resistem à possibilidade e/ou efetiva instalação dos empreendimentos de geração de energia eólica e solar em seus territórios?;

4) quais as contribuições do Movimento Salve as Serras com o enunciado concreto O cárcere dos ventos: destruição das serras pelos complexos eólicos para salvaguardar a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia?

Foi preciso considerar as pesquisas com estudos que revelam dados e denunciam excessos na exploração exacerbada dos bens naturais, especificamente os ventos nessa cadeia montanhosa. Há também relatos e depoimentos, registrados em documentários acessíveis nas redes sociais e canais de divulgação que questionam e põem em suspeição os métodos utilizados para justificar uma transição energética pela implantação desses gigantescos empreendimentos que, segundo consta nos discursos do coletivo de autores do Movimento Salve as Serras, acarretam problemas e promovem o eco e o etnocídio, feridas superficiais e subterrâneas, extensas áreas de supressão vegetal, contaminação e/ou morte de corpos hídricos, extinção de espécies da fauna e daflora, poluição sonora e visual, destruição paisagística, inviabilidade do ecoturismo, alteração nos modos de viver das comunidades tradicionais e adoecimento e morte de humanos.

Por essas constatações, enquanto hipóteses, intuiu-se que:

As altitudes das serras da porção norte do sertão da Bahia, extensão mais ao norte da cordilheira do espinhaço, cria um forte corredor de ventos propícios a geração de energia eólica e sua implantação está diretamente associada a implantação de usinas solares, somado ao intencional engano de que o semiárido nordestino é miserável, de pessoas pobres e que ainda se deixam acreditar nas falácias do desenvolvimento pelo capital destruidor e colonialista;

As comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e fecho de pastos, indígenas e de camponeses agricultores ou resistem e lutam organizados contra as grilagens, as injustiças sociais e econômicas, a intenção de apropriação dos ventos, do uso e abuso exaustivamente dos bens naturais, ao etno e ecocídio, ao descaso do poder público e ao poder econômico dos grandes empreendimentos que são impostos em seus territórios ou cedem aos enganos do capital perverso e da política ludibriosa do Estado baiano e perdem suas identidades;

E que as cadeias textual-discursivas do livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos identificam, relatam e denunciam os conflitos socioambientais, que acarretam impactos irreversíveis à socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia, instaurados pela projeção, prospecção e/ou implantação de empreendimentos de geração de energia

eólica e solar, com a chancela do estado baiano em desfavor da regularização fundiária dos territórios e comunidades tradicionais.

Para as análises das vozes sociais que estruturam as cadeias textual-discursivas constitutivas do enunciado concreto em voga, identificar, analisar e descrever os conflitos socioambientais e econômicos expostos no livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, caracterizados por embates consequentes da transição energética e a geração de energia eólica e solar nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia foi o principal objetivo desta escrita.

Tiveram ainda os objetivos específicos, que foram: 1) descrever as vozes sociais constituintes dos conflitos, relatos e/ou denúncias presentes em O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos; 2) evidenciar polêmicas econtradições nos discursos da transição energética a partir da energia eólica e solar e 3) discorrer sobre as contribuições do livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos para a defesa, proteção e preservação da socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia.

A urgente e necessária dedicação às análises das cadeias textual-discursivas do livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos eólicos justificou-se (justifica-se) pela sustentação de que as atividades dos empreendimentos de geração de energia eólica e solar, com o conluio do Estado baiano, destroem as montanhas, contaminam corpos hídricos e solos, alteram as paisagens naturais, promovem injustiça social e econômica, geram conflitos socioambientais e ameaçam a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia.

O intento foi o de que as análises também pudessem apontar ações preventivas, mitigatórias e/ou resolutiva para os projetos de destruição das serras e das vidas presentes neste ecótono de biomas (Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado), entendendo as serras com ambientes responsáveis pela preservação de modos de vidas em comunidades tradicionais, pela produção de água e alimentos que saciam a sede e afome de milhões de indivíduos humanos e não humanos, pela manutenção de espécies epela estabilidade climática local, regional, quiçá planetária.

Vozes sociais do enunciado

O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos foi o terceiro livro/relatório escrito por 20 pesquisadores do Movimento Salve as Serras entre os anos de 2019 e 2020 e publicado em 2021. A obra foi organizada por Juracy

Marques, Andreza Barreto, Flávio Marques Barrero e Ícaro Maia, constando de 10 (dez) sessões: 01 (uma) apresentação, 8 (oito) capítulos/artigos e 01 (um) resumo acadêmico dos autores e das autoras, além de imagens, figuras, quadros e mapas.

A sessão Apresentação foi escrita coletivamente, e nela os organizadores Marques *et al.* (2021) evidenciam que para o Capital, enquanto alicerce da adoecida civilidade moderna, os ventos, assim como as águas, as matas e as terras são apropriados como mercadoria ou mais uma commoditie, numa lógica eco e etnocída num contraponto aos sentidos dados pelos povos indígenas e de ancestralidade africana que tratam a natureza como algo sagrado e o vento como Espírito.

Para Marques *et al.* (2021) O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos revela graves problemas que estão ocorrendo com a instalação de grandes complexos eólicos nas serras do sertão por se tratar de um modo de produção de energia que não é limpa e que denuncia um perverso casamento entre o Estado e o Capital a partir de métodos sujos. Assim, trata-se, na verdade, não de uma transição energética, mas de uma transação energética, como denunciou Marques (2023) [59].

Inscrevem ainda que, em longo prazo, a operacionalização das torres instaladas nas serras do sertão servirá como vetor acelerador da morte de rios, riachos, nascentes, felinos, aves e morcegos (jardineiros da Caatinga), acelerando o processo de desertificação do semiárido, intensificado nos topos das serras do sertão, importantes caixas d'águas para os sertanejos, haja vista, que estas fontes de água são contribuintes de importantes rios como o São Francisco, o Paraguaçu, o Itapicuru, o Salitre, entre outros (Marques *et al.* 2021).

Outra temática abordada nas cadeias textual-discursivas do livro é o dilema das comunidades tradicionais da Bahia frente aos impactos socioambientais causados pelas eólicas com a conivência do Estado, pois, para os autores, a forma como os parques eólicos vêm sendo instalados destroem a biodiversidade e desrespeitam os modos tradicionais da ocupação humana em ambientes serranos. Eles inferem que a opção pelo modelo de desenvolvimento a partir da implantação de gigantescos parques eólicos em topos de serras caracteriza o ecocídio e o etnocídio nas serras do sertão da Bahia (Marques *et al.* 2021).

---

[59]Elaboração durante sua apresentação no Encontro da rede de pesquisadores da Nova Cartografia Social, Núcleo Nordeste, na cidade de Cachoeira/BA, entre os dias 18 e 22 de setembro de 2023.

Descrevem ainda que a intenção dos pesquisadores, instituições, associações e demais movimentos que integram o Movimento Salve as Serras, unidos aos objetivos da equipe da Nova Cartografia Social do Brasil (Núcleo São Francisco), além de lutar contra narrativas que disseminam a ideia de que os empreendimentos eólicos produzem energia limpa, é expor que, de um lado, o Estado e o Capital estão lucrando muito com os ventos, mas que, do outro lado, a socioecobiodiversidade das serras está sendo destruída (Marques *et al*., 2021).

Ribeiro e Oliveira (2021) descrevem impactos socioeconômicos de empreendimentos eólicos no semiárido baiano e revelam que as áreas com potencial eólico do Estado da Bahia estão concentradas na região semiárida, carente de chuvas, baixos índices de desenvolvimento econômico, presença de várias comunidades tradicionais e que, com a chegada desses empreendimentos, uma serie de mudanças ocorrem provocando alterações como grilagens de terras, alterações nos modos de vida local e adoecimento de pessoas.

As autoras denunciam ainda que nos corredores de ventos da Bahia, na interface entre as comunidades tradicionais e os empreendimentos geradores de energia eólica, os contratos de arrendamento dos empreendimentos limitam ou impossibilitam o acesso dos proprietários ou posseiros às suas terras com a conivência do Estado, pois este cria mecanismos de celeridade para essas intervenções a exemplo da Instrução Normativa nº 01/2020[60], transferindo o dever do Estado de regularização fundiária dos territórios tradicionais para a iniciativa privada, deixando as comunidades tradicionais a mercê das empresas (Ribeiro; Oliveira, 2021).

Gomes (2021) revela a dinâmica das águas e seus movimentos cíclicos: precipitação, volumes superficial e subterrâneo, alimentação dos lençóis, de nascentes, rios, riachos e bacias hidrográficas. Mas aponta também que há uma agenda política formada por uma rede tecida por chefes de estados (ministros, ex-ministros,governadores, deputados e prefeitos) a favor da implantação de parques eólicos em toda a Chapada Diamantina, o que compromete o fluxo natural dos bens hídricos e, consequentemente, toda socioecobiodiversidade serrana que dela necessita.

[60] A Instrução Normativa conjunta SDE/SDR/CDA/PGE Nº 01/2020, que dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica, considera como corredores de vento as regiões de elevado potencial eólico, elegíveis para a implantação de usinas de geração de energia eólica. No Atlas Eólico da Bahia esses corredores sobrepõem-se aos territórios e Comunidades Tradicionais que, no norte do sertão baiano, coincidem com uma gigantesca área das serras da porção norte do sertão da Bahia (Fonte: Diário Oficial da Bahia).

Ressalta ainda que, pelo artigo 23, inciso III da Constituição Federal do Brasil, as Serras do Sertão da Bahia, por apresentar paisagens naturais notáveis, devem/deveriam ser protegidas, mas que as gigantescas torres com turbinas em sériedos complexos eólicos impactam e destroem a beleza cênica das paisagens dessa região serrana. E ainda denuncia que aqueles políticos esquecem que a sustentabilidade numa região de ecossistemas tão complexos e frágeis deve estar muito além dos ganhos econômicos e que eles são, portanto, partícipes do ecocídio da socioecobiodiversidade das serras baianas, pois exterminam nascentes, rios, cachoeiras, vegetações, bichos e o modo de vida secular das comunidades tradicionais das Serras do Sertão da Bahia (Gomes, 2021).

Barrero *et al.* (2021) revelam e denunciam que há fragilidade no processo de licenciamento ambiental de complexos eólicos na Bahia; que o *modus operandi* das empresas detentoras do direito de explorar o potencial eólico se repete com a fragmentação de um complexo eólico em parques de até 15 torres e que o comportamento do Estado baiano é permissivo, conivente e conveniente com os empreendimentos.

Bonfim e Silva (2021), expõem que o avanço do processo de industrialização e desenvolvimento econômico força a requisição por uma demanda energética e que os empreendimentos eólicos, com o argumento da energia renovável/limpa, têm sido responsáveis pela morte de morcegos, araras e afugentamento de felinos.

Também inferem que a ecologia dos povos que habitam as serras do sertão da Bahia depende dos ambientes montanhosos, tanto dos bens físicos e químicos, quanto da subjetiva invisibilidade religiosa e espiritual e externam que, diferente de outros países como os EUA onde foi possível quantificar a morte de mais de 500.000 aves por ano em colisão com torres eólicas, no Brasil não há disponível publicamente estudos que precisem esse tipo de informação, mas sim ocultação de dados (Bonfim e Silva, 2021).

Outra catástrofe que Bonfim e Silva (2021) denunciam é que o movimento das pás/hélices dos aerogeradores cria uma espécie de bolsão de ar comprimido no qual há uma aumento significativo na pressão do ar que leva os morcegos à morte por barotraumatismo e que a movimentação de máquinas e homens, suprimindo vegetações e transformando as serras em extensas manchas de deserto, tem afugentado também onças e desorganizado a cadeia alimentar desses felinos, provocando a migração de seus

habitats, nos topos das serras, para os sopés para alimentarem-se de criações e animais domésticos.

Relevantemente, constatam ainda que os animais polinizadores de muitas espécies da flora das serras e muitas espécies de aves plantadoras de árvores e, consequentemente, de águas e vidas estão sendo dizimadas por conta dessa tida transição energética que não substitui energia poluidora por energia limpa, mas que, em muito, implementa políticas neocolonialistas, eco e etnocída optando pela implantação de grandes complexos eólicos nas serras do sertão da Bahia (Bonfim e Silva, 2021).

Com o objetivo de realizar uma revisão sobre os estudos da biodiversidade no mosaico de Unidades de Conservação do Boqueirão da Onça (Parque Nacional do Boqueirão da Onça e Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça) para compreender os possíveis impactos na instalação dos aerogeradores na região e subsidiar os técnicos no planejamento de conservação da biodiversidade, Siqueira *et al.* (2021) relatam e denunciam que há uma subestimação da biodiversidade no bioma Caatinga ao longo de muitas décadas e que essa condição dar-lhe o status de bioma coma conservação da diversidade biológica mais desprotegida do Brasil.

Siqueira *et al*. (2021) comunicam que desde 1990 a indústria de energia eólica vem crescendo no Brasil e que nosso país lidera, junto com Estados Unidos e México, sua produção nas Américas. Segundo dizem, essa liderança é devida ao nordeste brasileiro que responde por 85% da produção nacional e a Caatinga possui 70% das áreas com potencial de instalação e expansão desse empreendimento, o que leva a toda essa expansão por todo o bioma, inclusive em áreas com prioridade de conservação e em áreas legalmente protegidas.

Relatam-nos que as Unidades do Boqueirão da Onça possuem um dos maiores potenciais eólicos do nordeste brasileiro e isso despertou o interesse das empresas que instalaram parques eólicos na região onde está inserida a Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça. Também que a Unidade Boqueirão da Onça apresenta microclimas ideais para colonização em substrato vegetais e que suas nascentes propiciam o desenvolvimento de macrófitas bioindicadoras da qualidade de água (Siqueira *et al.*, 2021)

O estudo revela ainda que na Unidade de Conservação Boqueirão da Onça existem sítios arqueológicos e paleontológicos que registram vestígios da presença humana histórica e pré-histórica e que é a região onde está a maior caverna do Hemisfério Sul (Toca da Boa Vista). E que na APA Boqueirão da Onça foram

registrados 3.691 espécimes botânicos e reunidos 476 gêneros e 109 famílias (Siqueira *et al.*, 2021).

Nesta mesmo perímetro também foram registrados 1164 aerogeradores entre instalados e planejados, sobrepostos às áreas de maior riqueza florística, o que ocasiona impactos diretos e indiretos nas comunidades vegetais que precisam ser suprimidas para instalação das torres, sem o devido resgate do germoplasma nem recuperação das áreas degradadas. Para Siqueira *et al.* (2021) as torres eólicas também reduzem as populações de aves e morcegos, que afetam espécies vegetais, pois não serão mais polinizadas e dispersadas sem as aves e os morcegos e, consequentemente, toda a cadeia alimentar que envolve os processos ecológicos na manutenção das comunidades.

Siqueira *et al.* (2021) comunicam que a expansão dos empreendimentos eólicos afugentam uma das menores populações de onça-pintada (*Pantheraonca*) do Brasil, espécie criticamente ameaçada na Caatinga e espécies de aves ameaçadas de extinção como a Arara-azul-de-lear (*Anodorbynchus*). Além disso, impactam com a retirada da vegetação, que acarreta erosão do solo e com os ruídos dos aerogeradores, poluição visual e interferências eletromagnéticas em receptores nos sinais de telecomunicações. Mas que, mesmo assim, pouco se discute sobre as conseqüências ambientais de parques eólicos em sítios insubstituíveis da biodiversidade como esses das UC's do Boqueirão da Onça.

Marques *et al.* (2021) tratam do *modus* como os ventos estão sendomaterializados nessas narrativas que discutem a transição da produção de energias sujas para a produção de energias limpas, inferindo que os grandes empreendimentos estão destruindo a cobertura florestal, trazendo impactos sobre as comunidades, matando os passarinhos, as onças, matando as fontes dos rios, nascentes e cachoeiras das serras da porção norte do sertão do Bahia.

Revelam que, para o Povo de ancestralidade Banto, o vento é o Deus supremo Tempo, mas para o capitalismo moderno, que objetifica a natureza, o vento torna-se uma commoditie que é explorada comercialmente, um modelo que favorece sempre os mais ricos em detrimento dos mais pobres e dos diferentes modos de vidas sustentáveis (Marques *et al.*,2021).

Ainda denunciam a morte das paisagens e de toda a socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia, nomeando tal feito como eco e etnocídio e dizem-nos também que são crimes cometidos contra a natureza, contra as vidas nas águas, nas terras e nos

ares, mas também contra as pessoas, inferindo que a energia eólica é poluidora e, em certo sentido, suja (Marques *et al.*, 2021).

Marques *et al.* (2021) expõem que é preciso defender as paisagens naturais, pois as áreas de serras do sertão, com suas belezas ímpares, poderiam estar rendendo muito dinheiro e preservando vidas com o ecoturismo, em vez desses projetos eólicos, que formam paredões metálicos de torres impostas nos topos das serras poluindo suas paisagens notáveis.

Para os autores as comunidades tradicionais dessas serras estão vivendo uma tragédia sem precedentes na história ambiental do Estado da Bahia que, declaradamente, faz opção por um modelo extremamente desenvolvimentista atrelado ao agro e hidronegócio e, mais recentemente, às negociatas dos ventos com as transações energéticas (Marques *et al.*, 2021).

Inferem também que as pessoas que negociam suas terras para implantação de parques eólicos, sobretudo os de territórios e comunidades tradicionais, são manipuladas por uma perversa trama de negociação do Estado com empresários do ramo das eólicas que deixam pouco mais de 1% do valor do contrato para os proprietários das áreas onde são instaladas as torres, mas que alimentam o discurso da sustentabilidade, quando o substancial da energia produzida é destinado ao setor privado e mineral, sobretudo (Marques *et al*., 2021).

Marques *et al.*, (2021) reforçam que às serras do sertão da Bahia, enquanto paisagens naturais notáveis com belas cachoeiras, nascentes de rios e riachos no semiárido e altares da espiritualidade ancestral, é assegurada proteção pela Constituição Federal do Brasil, mas que isso não está acontecendo, pois esses tesouros paisagísticos e de culto estão sendo detonados para implantação de gigantescos complexos eólicos, verdadeiros liquidificadores que cortam deuses (Tempo, Iansã), que trituram aves e morcegos, dilaceram sonhos e desorganizam vidas de muitos sertanejos.

Barrero *et al.* (2021) revelam que nas serras entre Jaguarari, Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Mirangaba, Jacobina, Miguel Calmon e Piritiba as intervenções em seus topos aconteceram ou acontecerão com aberturas de estradas, implantação de aerogeradores e torres de transmissão que impactam (impactarão) diretamente toda a cadeia de recarga hídrica: nascentes, cachoeiras, rios e riachos comprometendo toda a socioecobiodiversidade local, regional, quiçá Brasil à fora.

Pelos autores é denunciado que existe um *modus operandi* que consiste na fragmentação de grandes projetos de implantação de complexos eólicos em pequenos parques com um número reduzido de torres para facilitar e agilizar o licenciamento, mas que estão interligados num mesmo projeto pelas redes e torres de transmissão. Especificamente o projeto para as serras do Tombador, dizer trata-se de um mega empreendimento com porte mais de dez vezes superior ao que a legislação classifica como de excepcional, com mais de mil e trezentos aerogeradores distribuídos em pequenos lotes (parques com15 aerogeradores) que foram batizados com nomes de santos da igreja católica (Barrero *et al.*, 2021).

Considerando que para o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev vozes sociais são representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade, influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam (Bakhtin, 2019). Em O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos essas construções ideológicas são representadas pelas forças reais sócio-históricas[61] com perspectivas distintas onde, de um lado, estão as que se dedicam à salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão baiano, mas que, do outro, existem forças reais, também sócio-históricas, em prol da destruição dessa biosfera.

Identificamos que as forças reais sócio-históricas centrífugas, que tratam osventos como sagrados e vêm no *modus operandi* das empresas de geração de energia eólica muita trama e sujeira, que têm os bens naturais como finitos que precisam ser cuidados, defendidos e preservados, são as vozes de agricultores, de camponeses de fundo e fecho de pasto, de quilombolas, de povos de terreiros, de indígenas, de associações, de movimentos sociais e de acadêmicos.

[61] Bakhtin explora como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetase forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997). Corroborando, Melo (2017) nos diz que enquanto as forças centrípetas agem no sentido de unificar uma dada língua, de centralizá-la, num movimento centralizador e homogeneizador, as forças centrífugas atuam na direção oposta e fazem a língua se mover no sentido das mudanças e das variações, numa relação que explicita a contradição interna da língua. As forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns. Em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

E compreendemos que, do outro lado, existem as forças reais sócio-históricas centrípetas que se entrelaçam e se entrecruzam para aprisionarem os ventos e apelidar a destruição das serras de transição energética, quando lhe caberia o estigma de transação energética pelas tramas envolvendo também o Estado.

Portanto, são essas vozes que compreendemos estarem presentes nos discursos das cadeias textual-discursivas de O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Polêmicas que divergem, se antagonizam, se contradizem e que estabelecem relações dialógicas.

Análises e discussões

Adotamos, para as análises do *corpus*[62] deste artigo as contribuições da corrente russa da análise do discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev para o qual, nos diz Brait (2012), o pensamento incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não somente sobre a língua. A autora infere também que, para o Círculo, discurso enquanto objeto complexo e multifacetado, é substituído por relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria língua, ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística[63].

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em Oriol (Rússia) no ano 1895, estudou na Universidade de Odessa, depois na de São Petersburgo e foi diplomado em História e Filologia, em 1918. Instalou-se, em 1920, em Vitebsk, onde ocupou diversos cargos de ensino e que pertencia a um pequeno círculo de intelectuais (O Círculo de Bakhtin) do qual faziam parte também um jovem professor do Conservatório de Música de Vitebsk, Valentin. N. Voloshínov, e ainda Pável N. Medviédev, empregado de uma casa editora.

---

[62] Maingueneau (2015) apresenta o entendimento de que pode existir um discurso para um conjunto de textos, no qual o discurso existe para além dos textos particulares de cada autor, ou um discurso para cada texto. Afirma ainda que a Análise do Discurso não pode estudar textos, a não ser que estes sejam convertidos em *corpus*, o definindo como sendo constituído por um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de trechos de textos ou mesmo por um único texto.

[63] Melo (2017, p. 312, *apud* Bakhtin, 2010c, p. 207) vai nos dizer que metalinguística é sugerida como sendo "a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística", mas como interação verbal que polemiza, que contradiz, que nega, que grita, que silencia, enfim a língua latente (grifo nosso). Brait (2012), citando Bakhtin na segunda edição brasileira de Problemas da poética de Dstoiévski, traduzido por Paulo Bezerra, discorre que a metalinguistica já se esboça como um método de análise do discurso e hipótese de uma futura síntese da filologia com a filosofia e que Bakhtin a imaginava como uma disciplina humana nova e específica capaz de reunir, com contigüidade, aLinguistica, a Filosofia, a Antropologia e a Teoria da Literatura. Também que a metalinguistica éentendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limites da linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão, regra que, na prática, é violada frequentemente.

Estes tornaram-se, além de alunos de Bakhtin, seus amigos devotados e ardorosos admiradores (Volochínov, 2006).

O Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev formulou um tanto de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogradosendo seguido por seus discípulos Volochínov e Medviédev, animados pelo desejo devir ajudar financeiramente a seu mestre e, ao mesmo tempo, divulgar suas idéias,oferecendo seus nomes a fim de tornar possível a publicação de suas primeiras obras (Volochínov, 2006).

Depreende-se que para Bakhtin, Voloshinov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual e um espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere-se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

Baseado na ideia de que a linguagem é essencialmente social e que o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes, Bakhtin argumenta que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definido como uma unidade de comunicação que ocorre em um contexto específico. Assim, todo enunciado é considerado por ele como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura (Bakhtin, 2016).

Do Círculo de Bakhtin, o dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção dos significados das cadeias textual-descritivas do livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição, heterodiscurso, estética e ironia foram recrutadas para as análises das cadeias textual-discursivas desse enunciado concreto do Movimento Salve as Serras.

Sendo consideradas como representativas das diferentes perspectivas, ideologias e discursos, presentes nas cadeias textual-discursivas de O Cárcere dos Ventos:

Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, as vozes sociais identificadas foram aquelas que, de um lado caracterizam as narrativas de salvaguarda dos bens naturais, em especial o uso dos ventos para geração de energia e da preservação da ecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia e, do outro, as exprimem os relatos de transação energética travestida de transição energética pela geração de energia eólica e solar como limpas.

Identificamos, assim, que as vozes sociais constituintes dos discursos de O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, podem ser categorizadas, conforme preconiza o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev, sob os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais (Bakhtin, 1997).

Corroborando Bakhtin Melo (2017) nos diz que as forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns, mas, em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com uma diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social.

Muito em voga atualmente, o tema transição energética é propagado como a busca pela substituição de fontes de energia não renováveis (fosseis) por fontes de energias limpas e sustentáveis para redução da emissão de gases de efeito estufa e também mitigar os impactos das mudanças climáticas. Já indicamos, para nós, trata-se, na verdade, de uma transação energética.

Muitos países, no contexto mundial, adotaram políticas e legislações para essa transferência. O Acordo de Paris (Brasil, 2017) é um desses exemplos e foi assinado em 2015 para estabelecer metas incentivadoras para essa transição. Alemanha e Dinamarca são países que se destacam pelos investimentos em energia solar e eólica na implementação de políticas de transição energética.

No Brasil a transição energética é discutida e também incentivada por muitos instrumentos legais e políticos. A Lei nº 9. 991/2000 estabelece a obrigatoriedade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de fontes renováveis de energia pelas concessionárias de energia elétrica e determina que as empresas do setor elétrico destinem um percentual de suas receitas líquidas para programas de pesquisa e desenvolvimento de fontes de energia renováveis, com o intuito da promoção de uma

matriz energética diversificada para a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Em junho de 2023, Jerônimo Rodrigues, governador do estado da Bahia, lançou o Programa Bahia Mais Verde para, segundo consta no site oficial do governo, aproximar o estado baiano aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atender a Agenda 2030 do plano global estabelecido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). Consta também que este programa integra um conjunto de ações e políticas do Governo do Estado para impulsionar a Bahia no mercado mundial detransição energética (Nascimento, 2023).

Precedente a essa intenção de alinhamento com os ODS e a agenda 2030 da ONU, em julho de 2020 e no auge da pandemia, foi assinada e publicada, conjuntamente, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e Procuradoria Geral do Estado (PGE) a Instrução Normativa nº 01/2020, que versa sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica (Bahia, 2020).

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a IN nº 01/2020, embora o governo do estado divulgue como conquista para as comunidades tradicionais[64] de Fundo e Fecho de Pasto [65] e Quilombolas, quem se beneficia são as empresas de geração de energia

---

[64] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art. 3º, I do decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007).

[65] O Blogue Tô no Mapa exibe, em 25 de maio de 2022, a matéria Você sabe a diferença entre fundo e fecho de pasto? que revela que a característica marcante de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto é a criação de gado e/ou animais de pequeno porte em áreas de uso coletivo. Nesta matéria Jamilton Santos de Magalhães, mais conhecido como Carreirinha e que vive na comunidade Buriti e faz uso do Fecho de Gado Bravo, Galho da Cruz e Lodo, que fica em Correntina, região Oeste da Bahia, declara que fundo depasto é quando a área coletiva de criação de animais fica próxima à comunidade e as famílias da comunidade não precisam se deslocar muito para chegar até a área coletiva; que fecho de pasto é quando a área coletiva fica distante da comunidade e as famílias precisam se deslocar por uma distância maior para chegar até a criação e que fundo e fecho de pasto é quando há área coletiva na comunidade com famílias próximas a suas criações e área coletiva com criações cujas famílias vivem longe. (Disponível

eólica com a segurança jurídica e agilidade em seus processos porque ela (IN) cria um procedimento específico, denominado modelagem especial, para a instalação dos empreendimentos de energia eólica em terras devolutas estaduais (corredores de ventos) que são ocupadas por centenas de comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, quilombolas e de outros segmentos implicando, diretamente, sobre seus direitos (CPT, 2020).

A CPT registra que para a empresa eólica se instale nesses corredores de ventos, ela assina um protocolo de intenções de investimento com o Estado, se habilita na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) comprovando que possui torres de teste naquela área há pelo menos 18 meses, depois de habilitada contrata e remunera outra empresa para fazer um diagnóstico fundiário territorial.

Depois disso, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) entra em cena e, ou inicia uma ação discriminatória[66] ou faz a arrecadação sumária das terras[67]. Logo após esse trâmite são abertas matrículas no cartório de imóveis em nome do Estado, assinado o termo de compromisso entre o Estado e as empresas autorizando o uso das terras e concorrência nos leilões de energia, depois desse processo ocorre a emissão de títulos individuais e, por fim o Estada da Bahia e a empresa eólica assinam o contrato de concessão de direito real de uso das áreas comunitárias. Por meio deste contrato a empresa passa a ter o direito de utilizar, por muitas décadas, essas áreas até então comunitárias (CPT, 2020).

Em síntese, para a CPT (2020), a Instrução Normativa dá maior segurança às empresas de energia eólica, com procedimento regulado com rápida tramitação (seis meses), assegurado pelo Estado da Bahia. Diz ainda que a regularização fundiária é um direito resguardado pela Constituição Federal e Estadual, cuja prioridade de destinação das terras públicas devolutas devem ser os posseiros, trabalhadores rurais sem terra e

---

em: < https://tonomapa.org.br/2022/05/25/voce-sabe-a-diferenca-entre-fundo-e-fecho-de-pasto/>. Acesso em: 20/11/2023)

[66]Compete à União, aos Estados e Municípios a ação discriminatória, para deslinde das terras de seu domínio, inclusive das terras situadas nas zonas indispensáveis à defesa do país. O processo constará de três fases: a preliminar, de chamamento à instância e exibição dos títulos de propriedade; a contenciosa, que finaliza pelo julgamento do domínio e a demarcatória (Art. 1 Lei nº 3.081/56). Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3081impressao.htm.

[67]Sempre que se apurar, através de pesquisa nos registros públicos, a inexistência de domínio particular em áreas rurais declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, a União, desde logo, as arrecadará mediante ato do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Art. 28 Lei nº 6.383/76). Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6383.htm

povos e comunidades tradicionais que ocupam e fazem uso histórico dessas terras, mas que, com essa IN, esse direito fica condicionado ao interesse de investimento econômico pelos empreendimentos do setor eólico nesses corredores de vento, áreas emque estão as comunidades tradicionais.

Outra tentativa de política de governo no Estado da Bahia, para incentivar o capital privado em desfavor das comunidades tradicionais, foi disposta na Lei nº 12.910/2013 [68] numa investida para a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por comunidades quilombolas ede fundos e fechos de pastos (Bahia, 2013).

Entre os dias 18 e 22 de setembro de 2023 aconteceu, na cidade de Cachoeira, no sudoeste baiano, o Encontro da Rede de Pesquisadores e Movimentos Social do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil e nele o discurso de transição energética, propagado pelas empresas e pelo estado, destoa das percepções sentidas diariamente pelas pessoas que, *in loco*, convivem com os conflitos em seus territórios e comunidades advindos dessa relação de parceria entre empresas e o Estado.

No encontro, o entendimento coletivo a respeito da transição energética para o Brasil é o de que há um envolvimento atípico do Estado brasileiro com as empresas que se propõem a essa substituição energética. A velocidade com que os processos são agilizados, impressiona. A indiferença as pessoas que moram nas comunidades afetadas pelos empreendimentos são tratadas, sem sequer serem consultadas, revela a atenção do Estado para as populações mais vulneráveis e a minimização das consequências bioecológicas traduz a (ir)responsabilidade socioambiental dos gestores públicos.

Como já indicado, o coletivo de pesquisadores, universidades e movimentos sociais, reunidos no Encontro de pesquisadores da Nova Cartografia Social, em Cachoeira/BA, em setembro de 2023, consentiu que essa mobilização para a alternância de energia consolida uma Transação Energética pelo grau de envolvimento e infiltração do Estado com as empresas. No evento Juracy Marques ponderou, referindo- se ao contexto das serras do sertão da Bahia, que as políticas públicas de incentivo a transição energética, postas como estão, apoiando a instalação de milhares de torres com

---

[68]A lei estabelece um marco temporal para regularização fundiária em comunidades tradicionais na Bahia: "Art.3º § 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018". Em 6 de setembro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu invalidar esta lei, por inconstitucionalidade.

gigantescas bases de concreto em regiões serranas e trocando uma rica e singular biodiversidade, muito vulnerável, por paredões de torres eólicas estão consolidando um deserto de concretos no semiárido.

Essa lógica transacional que substitui árvores, nascentes, cachoeiras e outras vidas por concreto e torres metálicas e que implanta o monocultivo de aerogeradores e placas solares nos topos das serras foi aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) com a concessão da licença prévia[69] à Quinto Energy LTDA, válida por 05 (cinco) anos, para análise de viabilidade ambiental para localização do Complexo Eólico Manacá em uma área total de 1.051,9 hectares, composto por 690 aerogeradores de 6,6 MW cada, distribuídos em 120 centrais geradoras, totalizando 4.554 MW de potencial instalada, nos municípios de Campo Formoso, Jaguarari e Juazeiro.

Diante do cenário apresentado e fundamentado nos discursos da cadeia textual do enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, sem descartar outras possibilidades analíticas, para esta discussão será direcionada atenção para as vozes sociais que o compõem, forças sócio-históricas centralizadoras do discurso hegemônico (forças centrípetas), as forças que resistem e lutam admitindo a descentralização e a heterogeneidade (forças centrífugas), a polêmicas, negações e contradições.

As análises das cadeias textual-discursivas do livro levaram à constatação que, na tessitura da formação dos discursos, as vozes se antagonizam e atribuem sentidos muito diversos para a transição energética. De um lado estão as forças sócio-históricas com valores que consideram a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia como prioritária e indispensável para a manutenção das vidas. Vozes que repudiam e combatem o *modus operandi* das inter-relações estabelecidas peloEstado e as empresas para implementação da transição energética nos corredores de vento no sertão baiano. Vozes que, historicamente, resistem e lutam por justiça social, ambiental e pela dignidade humana e que mobilizam forças centrífugas.

Essas vozes sociais, em O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, ecoam nos discursos dos camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, de quilombolas, de indígenas, de povos de terreiro, de agricultores, de acadêmicos, de

---

[69]Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023 – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA.

associações e de movimentos sociais que, quando não percebem os ventos como divindades, os tomam como os que carregam o oxigênio (sopro da vida), que dispersa sementes e que desenham as rotas de aves migratórias e que não podem ser encarcerado, preso, privatizados. São as vozes sociais pela salvaguarda da socioecobiodiversidade do sertão baiano.

Do outro lado estão as vozes que se entrelaçam e se entrecruzam para homegeneizar a ideia de desenvolvimento a partir da exploração exaustiva dos bens naturais com a narrativa de gerar empregos, riquezas e modernidades localmente. Estas vozes ancoram-se num discurso colonialista de que são regiões pobres e de miseráveis. Como sabemos, ao contrário, nestas áreas estão as maiores mineradores de diamante, ouro, esmeralda, cobre e ferro da América latina. Portanto, são pessoas e regiões expropriadas ao longo de séculos.

São as vozes sociais das forças centrípetas. Estas são as vozes dos empreendedores da geração de energia eólica nas serras do sertão da Bahia, são as vozesdos políticos descomprometidos com o povo e que elaboram leis e instruções para tirar- lhes o sono e matar seus sonhos, são as vozes do Estado da Bahia que legitima essas histórias. São as vozes, portanto, do eco e etnocídio no Sertão.

A tessitura analítica da formação discursiva do enunciado revelou muita polêmica e contradição quanto às formas como o Estado tem incentivado as empresasa se instalarem muito rapidamente, desrespeitando e ignorando procedimentos básicos para implantação de empreendimentos com níveis de impactos desconhecidos e que carecem de estudos, monitoramento, projetos pilotos testáveis um prognósticoreplicável para garantir segurança e saúde individual e coletivamente.

Na contramão de um estado participativo e democrático, que assegure as orientação e diretrizes da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo corrobora desconsiderando a participação das pessoas das comunidades que são rotas dos ventos, negando-lhes o direito de decidir sobre o que é fundamental e necessário para seus modos de viver, ignorando protocolos como aconsulta prévia, livre e informada.

Essa postura revela um contrassenso, pois enquanto há muita agilidade nos trâmites em beneficio exclusivamente para as empresas, a regularização fundiária, antes requerida ao Estado, agora fica condicionada a acordos para servir ao Capital e desvincular o Estado, que transfere o seu dever de cuidar da sua gente e da sua ecobiodiversidade para aliar-se a um projeto de desenvolvimento eco e etnocida

Em síntese, depreende-se que as vozes sociais que estruturam o enunciado concreto O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos se entremeiam e se entrecruzam no cenário serrano da porção norte do sertão baiano para ecoar as condições socioambientais, ecológica e econômica no contexto conflituoso que emerge com os projetos de transição energética, em especial por meio de implantação de gigantescos e numerosos parques eólicos. Assim conduz-se a descrição das principais denúncias apontadas nesta formação discursiva.

Na apresentação do livro é exposto que existe um perverso projeto alinhado entre o Estado e o Capital para lucrar muito com os ventos, que conspira para aaceleração da morte de rios, riachos, nascentes, felinos, aves e morcegos e antecipa o processo de desertificação do semiárido nos topos das serras do sertão, modelo que caracteriza o ecocídio e o etnocídio da socioecobiodiversidade das serras da porçãonorte do sertão da Bahia.

O enunciado registra omissão e negação, por parte do Estado, quando não faz cumprir o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, defendendo-o e preservando-o para as presentes e futuras gerações (C. F., art. 225). Também pelo descumprimento da legislação ambiental estadual que estabelece regras sobre a política de meio ambiente e de proteção à biodiversidade do Estado da Bahia (Lei estadual nº 10431/2006).

É importante ressaltar que a Lei 11428/2006, nos seus artigos 22 e 33, rege que a autorizada para o corte e supressão de vegetação de Mata Atlântica dar-se-á somente em caso de utilidade pública e interesse social, devendo ser realizado Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. Mas nas circunstâncias atuais o poder público não estimula a proteção e o uso sustentável do Bioma Mata Atlântica, parte substancial da cobertura vegetal das serras.

No capítulo 1 é revelado que, com a chegada dos empreendimentos eólicos, uma série de mudanças ocorreram (ocorrem) provocando alterações como grilagens de terras, alterações nos modos de vida local e adoecimento de pessoas. Também que os contratos de arrendamento dos empreendimentos limitam ou impossibilitam o acesso dos proprietários ou posseiros às suas terras com a conivência do Estado, pois este cria mecanismos de celeridade para essas intervenções a exemplo da Instrução Normativa 01/2020, transferindo o dever do Estado de regularização fundiária dos territórios tradicionais para a iniciativa privada, deixando as comunidades tradicionais a mercê das empresas.

Este capítulo faz uma importante referência à Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto (AECTFFP), que denuncia que a Instrução Normativa 01/2020 desrespeita e viola os direitos das comunidadestradicionais quando não considera um protocolo específico para o diagnóstico fundiário territorial, ao acessar a coletividade, por exemplo, sem realizar consulta prévia, livre e esclarecida (Convenção 169 da OIT); sem envolver a participação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e sem previsão de participação, em campo, do órgão responsável pela regularização fundiária, Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e ainda desconsiderar o potencial econômico e a função ambiental dessas comunidades.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo III – da política agrícola e fundiária e da reforma agrária institui que aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando- a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

A este respeito, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com a Articulação Estadual das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto (AECTFFP), a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR/BA), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o Grupo de Pesquisa Geografar (UFBA) expõem que a regularização fundiária é um direito resguardado pela Constituição Federal e Estadual, cuja prioridade de destinação das terras públicas devolutas é para os posseiros, os trabalhadores rurais sem terra e os povos e comunidades tradicionais que ocupam e fazem uso histórico dessas terras.

Nessa análise, este coletivo critica a condição de a regularização fundiária ficar vinculado à existência do interesse de investimento econômico de empresas do setor eólico nas áreas em que estão as comunidades, limitada ao espaço dos corredores de vento e a participação popular ser extremamente baixa, condicionada à relação estabelecida com a empresa.

Há polêmica neste heterodiscurso. Veladamente o Estado transfere suas obrigações e deveres de zelar pelos direitos dos homens e das mulheres do campo concedendo-lhes a regularização fundiária para mais segurança, dignidade e autonomia na lida com a terra, com os bens hídricos e com o ar que respira. Abertamente é outorgado um super poder às empresas de geração de energia eólica sobre as vida de

camponeses interferindo e decidindo como, quando e onde devem morar, cultivar seus alimentos (e o de milhares de outras pessoas que deles dependem), criar seus animais e se manifestar culturalmente.

As vozes do capítulo 2 apontam que há uma agenda política formada por uma rede tecida por chefes de estados (ministros, ex-ministros, governadores, deputados e prefeitos) a favor da implantação de parques eólicos em toda a Chapada Diamantina, o que compromete o fluxo natural dos bens hídricos e, consequentemente, toda socioecobiodiversidade serrana que dela necessita. E ainda que as gigantescas torres com turbinas em série dos complexos eólicos impactam e destroem a beleza cênica das paisagens dessa região serrana.

Os discursos levam ao entendimento que os políticos utilizaram e/ou utilizam de informações privilegiadas enquanto ocupantes de cargos estratégicos (deputados, governadores, prefeitos e ministros, etc.) para, arbitrariamente, instrumentalizar a implantação de complexos geradores de energia eólica em comunidades tradicionais (corredores de ventos), favorecendo-lhes com condições ideais e vantajosas elaborando e sancionando leis, decretos e instruções normativas, inviabilizando os modos de viver dos moradores locais, sem consulta prévia, e/ou consentimento para devastar suas vidas.

Uma crítica que serve como carapuça é a do descaso e descumprimento da nossa constituição, pois se nem a União e nem o Estado cumprem suas competências de zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (C. F. Art. 23, I e III), o que esperar dos municípios?

Já o capítulo 3, além da exposição do potencial de geração de energia eólico da região, denuncia que há fragilidade no processo de licenciamento ambiental de complexos eólicos na Bahia, pois há uma reprodução de um *modus operandi* quefragmenta um complexo eólico em parques de até 15 torres e que o comportamento do Estado baiano é permissivo, conivente e conveniente com essa prática dos empreendimentos.

Essa relação, que as empresas de geração de energia eólica estabelecem com o Estado, com as comunidades tradicionais e os com os ventos, são amparadas nas fendas da legislação e na estupidez destrutiva de uma humanidade eco e etnocida sedenta por riquezas materiais, ainda para a destruição das espécies, inclusive a humana. Dela pode-se descrever um *modus operandi* que se repete.

A começar por uma teia, muito bem arquitetada, formada por empresários e políticos que detém o poder do capital financeiro para pesquisar, descrever e definir áreas com potencial de gerar energia eólica e de regimentar e regularizar a aprovação demega empreendimentos, por meio de leis, decretos e instruções normativas, sem a mínima preocupação e responsabilidade de mensuração das conseqüências que impactam vidas e ecossistemas inteiros, consolidando a primeira faze do plano, a fase do (des)planejamento.

Considerada essa primeira conjectura, massificam informações inverídicas ou, no mínimo, não testadas em todas as realidades propagadas. Seguem assediando moradores induzindo-os a assinarem contratos com vinte, trinta e cinquenta anos de duração com renovação compulsiva, participação ínfima nos lucros (não ultrapassa 1%) e acesso negado às propriedades negado.

O modus como a trama é articulada segue também parâmetros para burlar a lei de proteção e preservação ambiental, e/ou se esquivar da responsabilidade de estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA) e/ou simplesmente para seguir a cartilha preparada pelos legisladores e executores que se afeiçoam a esse modo destrutivos da natureza, fragmentando seus empreendimentos de grande e excepcional porte em empreendimentos de micro e pequeno porte com a intenção de propagar que se trata de empreendimentos simples e de impactos insignificantes, o que não se traduz na realidade.

Essa estratégia é muito polêmica porque, além de estimular o confronto, expressa, sarcasticamente, desdém com a inteligência alheia e desafia pessoas, movimentos sociais e comunitários tradicionais, que são contrárias a implantação de complexos gigantescos de torres eólicas nas serras do sertão da Bahia, de maneira clarae confrontadora, a realizarem básicas operações matemáticas como somar 15+15+15... e chegar a um resultado infinitamente devastador eco e etnocida. E com essa subestimação da inteligência alheia, confirmam a tese de que se trata de uma Transaçãoentre poderes que conectam suas energias para a destruição das serras do sertão daBahia do que propriamente uma transição energética.

O capítulo 4 revela que os empreendimentos eólicos, com o argumento daenergia renovável/limpa, têm sido responsáveis pela morte de morcegos, araras e afugentamento de felinos; que no Brasil não há disponível, publicamente, estudos que precisem informações sobre os verdadeiros impactos que incidem diretamente na avifauna serrana e que o movimento das pás/hélices dos aerogeradores cria uma espécie

de bolsão de ar comprimido no qual há um aumento significativo na pressão do ar que leva os morcegos à morte por barotraumatismo.

Também que a movimentação de máquinas e homens, suprime vegetações e transforma as serras em extensas manchas de deserto. E também que os animais polinizadores de muitas espécies da flora das serras e muitas espécies de aves plantadoras de árvores e, consequentemente, de águas e vidas estão sendo dizimadas porconta dessa tida transição energética.

A lei estadual nº 10431/2006 dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e ordena, portanto, diretrizes, planos, programas e sistemas para a proteção e preservação de espécies da avifauna, nascentes, topos de serras e institui unidades de conservação que, contrariamente à lei, estão sendo negligenciadas/descumpridas. Aí a passividade e a conivência do Estado, negando-se a agir e fazer cumprir a lei.

No capítulo 5 é descrito que há uma subestimação da biodiversidade no bioma Caatinga ao longo de muitas décadas e que também por isso é considerado o bioma com a conservação da diversidade biológica mais desprotegida do Brasil. Que os 1164 aerogeradores instalados e/ou planejados (à época), sobrepostos às áreas de maior riqueza florística da Unidade de Conservação Boqueirão da Onça ocasiona impactos diretos e indiretos nas comunidades vegetais que precisam ser suprimidas para instalação das torres, sem o devido resgate do germoplasma nem recuperação das áreas degradadas. Também que esses parques eólicos impactam uma das menores populações de onça-pintada (*Pantheraonca*) do Brasil, espécie criticamente ameaçada na Caatinga eespécies de aves ameaçadas de extinção como a Arara-azul-de-lear (Anodorbynchus).

No capítulo 6 denuncia-se a morte das paisagens e de toda a socioecobiodiversidade das serras do sertão da Bahia, nomeando tal feito como eco e etnocídio: diz-se de crimes cometidos contra a natureza, contra as vidas nas águas, nas terras e nos ares, mas também contra as pessoas, inferindo que a energia eólica é também poluidora e encardida.

Para os autores deste capítulo as serras, consideradas tesouros paisagísticos e de culto a divindades, estão sendo detonados para implantação de gigantescos complexos eólico, verdadeiros liquidificadores que cortam deuses (Tempo, Iansã...), que trituram aves e morcegos, dilaceram sonhos e desorganizam as vidas de muitos sertanejos.

A inferência mais latente para esta polêmica análise é a evidência do plurilinguismo externado nos valores e sentidos atribuídos a um mesmo elemento, ou

sujeito e/ou condição: pelas vozes sociais das forças centrípetas, comercialmente, os sentidos atribuídos aos ventos são os dos valores capitais, econômicos e lucrativos, pelos quais sua velocidade é medida em metros por segundo (m/s) e sua potência em Megawatts (MG) e/ou Gigawatts (GW).

Contrariamente, parte das vozes sociais que resistem e compõem as forças centrífugas, cultural e historicamente, valoriza os ventos pela função religiosa e de fé que sopram um povo. Para os povos de terreiro, indígenas e de religiosidade africana, nos ventos habitam energias que dão formas e sentidos a divindades ou os são na sua integralidade. As vozes de ecólogos, de biólogas e de outras profissionais atribuem, ao ar e aos ventos, os sentidos e os valores à condição imprescindível para manutenção das vidas de espécies, seja pelas aves migratórias e/ou pela dispersão de sementes. O fato é que, para estes, os ventos não devem ser considerados apenas como commodities.

A poesia, no capítulo 7, revela que existem muitos entraves políticos, entraves econômicos e entraves jurídicos que elevam os empreendimentos a gigantes das torres e apequenam as pessoas, instituições, movimentos e comunidades tradicionais em prol de ambientes saudáveis a Dons Quixotes, em alusão ao clássico de Miguel de Cervantes.

Trata-se do embate entre as forças reais e sócio-históricas: de um lado, os capitalistas, comerciantes e aliados do Estado e, do outro, os movimentos sociais, os camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, os ribeirinhos e pescadores, os quilombolas, os povos de terreiro, os indígenas, os agricultores e os acadêmicos. Aqueles formam uma coligação que ventila controle, domínio e poder sobre os ventos. Estes resistem e lutam pela salvaguarda da socioecobiodiversidade.

O capítulo 8 fecha esta síntese denunciando que aberturas de estradas, implantação de aerogeradores e torres de transmissão impactam diretamente toda a cadeia de recarga hídrica: nascentes, cachoeiras, rios e riachos comprometendo toda a socioecobiodiversidade local, regional, quiçá Brasil a fora.

O contrassenso chega a beirar alucinação se pensado o cenário com o mínimo de lucidez, responsabilidade e racionalidade. A cadeia montanhosa das serras da porção norte do sertão da Bahia constitui-se como uma área de recarga e produção de água do semiárido baiano, com ecossistemas singulares no mundo e espécies que também só foram identificadas neste ecótono dos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. Qual é a parte desse projeto ambicioso de destruição da socioecobiodiversidade que não se percebe para continuar insistindo em propagandas mentirosas que afirmam que gerará desenvolvimentos, empregos, melhoria nas vidas das pessoas locais? É mentira!

A efetivação dessa proposta destruidora acabará com as nascentes dos rios Itapicuru, Salitre, Paraguaçu e São Francisco, alterará definitivamente os micro-climas que regularizam ciclos de chuva e de estiagem, extinguirá os habitats naturais, enfim porá em risco de extinção a convivência humana nestes ambientes.

Considerações Finais

Para este desfecho é preciso, inicialmente, considerar que o fato de o mundo, o Brasil e a Bahia estarem discutindo a substituição de combustíveis fósseis por fontes limpas não assegura que a produção de energia a partir dos ventos seja necessariamente um modelo de produção limpo, pois, polemicamente velados e mesmo escancarados, os discursos de energia limpa escondem métodos de produção sujos e revelam um projeto eco e etnocída.

Nas serras da porção norte do sertão da Bahia nascem importantes rios como Rio Paraguaçu, o Rio Salitre, o Rio Itapicuru e o Rio São Francisco. São serras comriquíssima biodiversidade da fauna e flora dos biomas Caatinga, Mata Atlântica eCerrado. É uma região muito cobiçada pelas riquezas minerais como ouro, cobre,diamante e esmeralda. É um ambiente de exuberância paisagística com sítioarqueológicos e paleontológicos, com grandiosas e numerosas cachoeiras por todo a sua extensão.

Portanto, nas serras do sertão da Bahia pulsam vidas, elas alimentam e matam a sede de milhares de pessoas por doto o semiárido. São ricas. Nelas as pessoas desenvolvem um modo particular e que há séculos lidam com os bens da natureza preservando-os para a manutenção das vidas. As serras do semiárido baiano não são um lugar vazio e pobre como têm sido tratadas pelas políticas públicas estimuladoras de implantação de complexos eólicos surreais com impactos destruidores, dentre eles, o desmatamento desses topos de serras onde estão nascentes, riachos, rios e uma biodiversidade singular, mas que está sendo drástica e sistematicamente exterminada.

A indagação inicial que norteou essa pesquisa questionava se a geração deenergia eólica, com seu *modus operandi* de instalação, pode ser considerada limpa e necessária para as vidas dos serranos baianos. Pelos discursos constantes nas cadeias textual-discursivas do enunciado O cárcere dos ventos e outras constatações complementares, fica mais que evidente que a não consulta previa aos moradores, a forma impositiva de arrendamento das terras, a transferência de responsabilidade do Estado para a regularização fundiária para as empresas, a supressão vegetal em

proporções desérticas, a poluição, visual, sonora e atmosférica, o adoecimento e morte de pessoas, entre muita outra causas nos leva a, taxativamente, dizer que a geração de energia eólica nas serras da porção norte do sertão da Bahia é eco e etnocida.

Quanto ao legado contributivo do enunciado para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão Bahia, o coletivo de autores do Movimento Salve as Serras, com a escrita de O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos, evidencia uma trama de destruição das serras e dos modos de vidas das comunidades tradicionais muito bem arquitetada por políticos e empresários, que as vezes se confundem e são a mesma coisa.

Essa percepção ratifica a hipótese levantada de que O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos é um instrumento de denúncia dos conflitos pelo direito a terra, a água, ao alimento, à saúde e a cultura pelos modos sertanejos e serranos de ser. É uma voz em defesa dos ares, dos ventos que, também, são gentes e espíritos das serras!

Nesses embates, de um lado, estão os sujeitos e instituições que enxergam a natureza como mercadoria e dela extraem produtos para serem comercializados, a qualquer preço e passando por cima de pau e pedra, devastando fauna e flora com o consentimento do Estado, que desvia-se de suas funções de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, para o uso comum com qualidade de vida e atrela-se ao capital que continua, cinco séculos depois, imperando como colonizador das riquezas brasileiras e baianas.

Mas do outro lado estão os guardiões da natureza, aqueles que aprenderam a conviver com seus ciclos de abundância e fartura hídrica, de segurança alimentar, mas também de escassez e recuperação. As pessoas camponesas de fundo e fecho de pasto, indígenas, quilombolas, agricultoras, pescadoras, povos de terreiros, enfim todas que resistem e lutam por uma ecologia mais humanizada, por uma biologia mais diversa, por uma sociedade mais equilibrada e uma natureza de direito com direitos assegurados. Soma-se a essas vozes as vozes de instituições públicas, movimentos sociais e pesquisadores comprometidos com a socioecobiodiversidade das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Referências

BAHIA. INEMA. Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023. Conceder LICENÇA PRÉVIA, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, à QUINTO ENERGY LTDA. 2023.

Diário Oficial do Estado da Bahia. 20 set. 2023. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16714#/p:45/e:16714?find=Quinto%20energy>. Acessado em:15 out. 2023.

BAHIA. SEPROMI. Instrução Normativa Conjunta SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020. 01 de jul. 2020. Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica. Diário Oficial da Bahia. 01 jul. 2020. Disponível em: <http://www.sda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20-%20%C3%81REAS%20ENERGIA%20EOLICA.pdf>.Acessado em: 17 maio 2023.

BAHIA. SEPROMI. Lei 12.910 de 2013, de 11 de outubros de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. 2013. Disponível em: < http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>.Acessado em: 11 maio 2023.

BAHIA. SEIA. Lei nº10.421 de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia. 2006. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf >.Acessado em: 14 out. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da poética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARRERO, Flávio M. C.; MARQUES, Juracy; OLIVEIRA, Amilton M de; OLIVEIRA, Andreza Barreto. Parques eólicos na Serra do Tombador ou santos unidos na casa dos ventos. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 274-307.

BARRERO, Flávio. M. C; . FREITAS, Helder Ribeiro; MARQUES, Juracy. Complexo eólico de Campo Formoso: asas no chão. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 86-153.

BENTO, Lillian. Você sabe a diferença entre fundo e fecho de pasto? Tô no Mapa. 2022. Disponível em: < https://tonomapa.org.br/2022/05/25/voce-sabe-a-diferenca- entre-fundo-e-fecho-de-pasto/> e a cessado em: 20/11/2023.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. História e epistemologia da Ecologia Humana. ed. 1ª. Salvador/BA: Editora Mente Aberta, 2021. 458 p.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil.Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.Brasília, 2016. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.Acessado em: 14 out.2023.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados. Decreto nº 9.073, de 05 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. Diário Oficial da União, 6 jun. 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9073-5-junho-2017-785013-publicacaooriginal-152954-pe.html. Acessado em: 09/10/2023.

BRASIL. Câmara dos deputados. Lei nº 9.991/200, de 24 de julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 jul. 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9991-24-julho-2000-359823-publicacaooriginal-1-pl.html. Acessado em: 09/10/2023.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 dez. 2006. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acessado em: 14 out. 2023.

BRASIL; Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural. Brasília: Funasa, 2019. 260p.

CPT BAHIA. Análise da Instrução Normativa nº 01/2020. Disponível em: <https://cptba.org.br/analise-da-instrucao-normativa-no-01-2020/>. 2020. Acessado em: 10 out. 2023.

CONCEIÇÃO, Edmar. Brigando contra moinhos de ventos: a luta quixotesca nas serras do sertão. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 254-273.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

GOMES, Gislene Moreira. Caçadores de sacis: o redemoinho de projetos eólicos na Chapada Diamantina. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO,

Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 64-85.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. Tradução: Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2015. 192p.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; MENDES, Amilton. O Movimento Salve as Serras (SAS). *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. 2021.Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 52-79.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flavio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 317 p.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. Apresentação. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 12-21.

MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; MARQUES, Robson; NOVAES, Joaquim; TOMAZ, Alzeni; ROSA, Maria; SANTO, Vanessa. A cartografia do invisível: o tempo para além do vento. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 220-253.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade deCiências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, Laís. Governo lança o Bahia + verde, programa que reforça política para proteção e recuperação do patrimônio natural. O portal oficial do estado da Bahia, 2023. Disponível em: https://www.bahia.ba.gov.br/2023/06/noticias/sustentabilidade/governo-lanca-o-bahia-verde-programa-que-reforca-politicas-para-protecao-e-recuperacao-do-patrimonio-natural-baiano/ acessado em: 09 out. 2023

NETTO, Amazile López; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 474. 2021. p. 108 – 167.

NETTO, Amazile López; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2017. P 156.

O. I. T. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Genebra, 1989. Disponível em:

https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

PNCS. Encontro de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social: desafios na construção de conhecimentos em situações de conflitos. Projeto Nova Cartografia Social. Cachoeira, Bahia, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dZ0qAll4pPs&list=PLeY6y68kYHIP9Dxq8mRiEo70lB96UAqIM&index=5>. Acessado em: 11 out 2023.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Terras públicas, comunidades tradicionais e corredores de vento: caminhos da energia eólica na Bahia. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 22-63.

SIQUEIRA, José Alves de; LIRA, Mariana Macário; CAMPELO, Maria J. de A. Eólicas e biodiversidade no Boqueirão da Onça: uma combinação possível. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 196-219.

VOLOCHÍNOV, V. N. (BAKHTIN, M.). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

4.4 Artigo 6

Título:

COIVARA: O PODER DE INCENDIAR A SOCIOECOBIODIVERSIDADE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA

Autores:

Robson Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: robson.marques699@gmail.com

Juracy Marques. (PPGEcoH/UNEB)

E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

José Radamés Benevides de Melo (IF Baiano)

E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

Dados da submissão:

Submetido à Revista de Políticas Públicas (Qualis A1) em 07 de fevereiro de 2024.

Imagem 15 (Marques, 2024).

COIVARA: o poder de incendiar a socioecobiodiversidade do sertão da Bahia

BONFIRE: the power to set fire to the socio-ecobiodiversity of the sertão in Bahia

Resumo

O artigo teve como objetivo analisar as vozes sociais das cadeias textual-discursivas do *corpus* O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão e descrever as contribuições do Movimento Salve as Serras no combate aos incêndios e queimadas nas montanhas do Sertão da Bahia. Adotou como abordagem teórico-metodológica o plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakhtin e assumiu suas categorias analíticas como ferramentas para a análise dos discursos. Examinou e descreveu as proporções e dimensões do fogo, as intenções sociais, políticas, econômicas e ecológicas que motivam as queimadas e incêndios causadores de desastres ambientais, grilagens e expropriação de terras e constatou suas influências nos modos de viver em territórios e comunidades tradicionais serranas, nas sociedades urbanas, no aquecimento global e nas alterações climáticas.

Palavras-chave: queimadas e incêndios. vozes sociais. Movimento Salve as Serras. Sertão. Bahia.

Abstract

The article aimed to analyze the social voices within the textual-discursive chains of the corpus "O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão" (The Fire of Fire: Ecology and Politics of Burnings in the Sertão Mountains) and to descibe the contributions of the "Movimento Salve as Serras" (Save the Mountains Movement) in combating fires and burnings in the mountains of Sertão da Bahia. The theoretical-methodological approach adopted was the dialogized plurilingualism of Bakhtin's Circle, utilizing its analytical categories as tools for discourse analysis. The study examined and described the proportions and dimensions of fires, as well as the social, political economic, and ecological intentions that drive burnings and fires causing environmental disasters, land grabbing, and expropriation. It observed their influences on the ways of life in traditional mountainous territories and communities, urban societies, global warming, and climate change.

Keywords: burnings and fires, social voices, Save the Mountains Movement. Sertão. Bahia.

INTRODUÇÃO

A espécie humana utiliza o fogo há mais de um milhão de anos, mas inicialmente aprendeu-se a utilizá-lo observando eventos naturais de sua ocorrência. Ao longo do tempo, o fogo foi domesticado para várias finalidades como caça, aquecimento, iluminação, preparo de alimentos, para lançar foguetes ao espaço e para a agricultura. Contudo, o uso do fogo na agricultura de corte e queima persiste em muitas áreas rurais mundo a fora (Negreiros, 2024).

Negreiros (2024) descreve o fogo como uma reação química de oxidação, onde um material combustível entra em contato com oxigênio, alimentado com energia e, após uma reação em cadeia, as chamas que associamos ao fogo é formada por gases liberados do material combustível aquecido. Portanto, sua composição resulta da combinação de três elementos fundamentais: material combustível, oxigênio e energia.

Embora bem pulverizadas, na Bahia, as queimadas de grandes proporções distribuem- se, sobretudo, nas regiões de Serras e as analises realizadas pelo Movimento Salve as Serras sobre a problemática mostram que, quase que na sua totalidade, os incêndios são criminosos, não decorrentes de causas naturais. Marques, Maia e Negreiros (2024) falam em uma possível "indústria do fogo" que, além de invisível, subterrânea, incluiria diferentes fatores e institucionalidades e intuem que as cicatrizes deixadas pelos incendiários são pistas que podem levar a essa terrível forma de organização criminosa que atua numa escala local e global.

Esta escrita persegue os problemas quanto a incêndios e queimadas nas serras que devastam a ecobiodiversidade endêmica desses ambientes e promovem a exploração dos bens naturais por empreendimentos dos setores do agro e hidronegócio, da mineração e garimpo e da geração de energia eólica e solar, impulsionando grilagens e expropriações de terras e alterando os modos de viver tradicional de camponeses que habitam esses espaços.

Na busca por evidências questionamos quais as dimensões do fogo, por que ocorrem tantos incêndios nas serras da porção norte do sertão da Bahia, quais as intenções sociais, políticas, econômicas e ecológicas motivadoras das queimadas e incêndios, de que formas o Movimento Salve as Serras contribui para a prevenção e o combate a incêndios e queimadas nas serras do sertão e quais as conseqüências dos incêndios e queimadas nas serras para as pessoas, os animais e o meio ambiente?

Hipoteticamente inferimos que, para além das chamas que aquecem e queimam física e quimicamente, o fogo é um elemento da natureza que assume dimensões no campo ritualístico de fé e religiosidade, na indústria e na economia. Também que a alta incidência de incêndios em regiões serranas do norte baiano é ser criminosa e estar associada aos interesses do Capital em explorar a rica diversidade de bens naturais presentes nesses relevos e que, enquanto contribuição, o Movimento Salve as Serras tem realizado pesquisas e disseminado informações quanto às causas e conseqüências do fogo, das queimadas e dos incêndios nas serras do sertão.

O objetivo deste artigo foi analisar as vozes sociais das cadeias textual-discursivas do *corpu*s O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão e descrever as contribuições do Movimento Salve as Serras no combate a incêndios e queimadas nas montanhas do sertão baiano. Para isso a pesquisa adotou a abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo Bakhtiniano[70] e assumiu suas categorias analíticas como ferramentas para examinar as construções ideológicas do Salve as Serras na descrição, prevenção e combate dos incêndios e das queimadas nas montanhas do sertão da Bahia.

Portanto, o estudo considerou a importância de se examinar as proporções e dimensões do fogo, as intenções sociais, políticas, econômicas e ecológicas que motivam as queimadas e incêndios causadores de desastres ambientais, grilagens e expropriação de terras, alteração nos modos de vida em territórios e comunidades tradicionais serranas e descrever as influências nas sociedades urbanas, no aquecimento global e mudanças climáticas presentes nos discursos do enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

DESENVOLVIMENTO

As vozes sociais do enunciado

[70] Círculo de Bakhtin, Círculo Bakhtiniano e/ou Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev são apresentadas nesta escrita como expressões equivalentes para aludir ao coletivo de linguistas, filósofos, literário, intelectuais e artistas da corrente russa da Análise do Discurso que teve como maior expoente Mikhail Bakhtin.

O livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão é o quarto volume da série de relatórios de denúncias do Movimento Salve as Serras que tem como elemento central o fogo e contou com a colaboração de 14 autores para a escrita de 8 capítulos. Neste ano de 2024 Juracy Marques, Ícaro Cardoso Maia eGustavo Hees Negreiros organizaram a obra em 239 páginas.

Negreiros (2024) nos dirá que o fogo tem sido uma parte essencial da história da Terra e desempenhou um papel significativo na evolução dos ecossistemas. Que as primeiras evidências de fogo controlado por humanos remontam a milhares de anos, com povos indígenas utilizando o fogo para diversas finalidades, como manejo do solo, controle de vegetação e caça.

Destaca ainda três dimensões para entender o problema do fogo e dos incêndios florestais: a dimensão física, a dimensão ecológica e a dimensão humana. Quanto à dimensão física analisa o fogo como uma reação química, considerando fatores físicos eambientais. A dimensão ecológica visa compreender os impactos nos diferentes ambientes e as adaptações dos ecossistemas aos diferentes regimes de fogo. Já a dimensão humana foca na interação social, cultural e econômica das populações que utilizam o fogo (Negreiros, 2024).

Marques *et al.* (2024) abordam a dualidade do fogo, destacando seu aspecto tradicional ligado a usos espirituais e práticas culturais, como nas cozinhas de Povos de Terreiros, onde o fogo é considerado sagrado, mas também destacam a traição do fogo, referindo-se às práticas de queimadas, incêndios criminosos e atividades humanas que contribuem para mudanças climáticas prejudiciais.

Da entrevista com Seo Osmar, agricultor serrano e que representa uma geração que aprendeu com seus pais a roçar, queimar e plantar assentem que a tradição está associada ao uso ancestral do fogo como parte do ciclo agrícola. Destacam ainda como as comunidades percebem o fogo como algo benéfico, apesar dos riscos e ressaltam a importância de entender o fogo em sua tradição para pacificá-lo, realçando a “Reza do Fogo” como uma expressão de profunda ligação das comunidades com os elementos naturais, buscando harmonia com a natureza.

Marques *et al*. (2024) evidenciam que as queimadas e incêndios nas serras têm implicações sociais, políticas, econômicas e ecológicas significativas. Entre as implicações mencionadas estão a preservação da biodiversidade, a influência na produção de alimentos (como na criação de gado) e a questão da preservação ambiental,

especialmente diante de atividades como mineração e instalação de gigantescos complexos eólicos e solares.

Para Silva e Marques (2024) as mulheres do fogo são aquelas que têm uma conexão especial ou um papel ativo em relação ao fogo, tanto em termos simbólicos quanto práticos. Essas mulheres são apresentadas como figuras que enfrentaram ou enfrentam diretamente as ameaças do fogo, como as brigadistas e ativistas ambientais que lutam contra incêndios e queimadas. Elas são descritas como fortes, resilientes e capazes de renascer das cinzas, semelhante à fênix. O fogo, para essas mulheres, não é apenas uma ameaça, mas também um elemento de transformação, transmutação e empoderamento.

A relação entre as queimadas e o movimento ecofeminista, nos diz Silva e Marques (2024), destaca-se como uma manifestação contemporânea das conexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. As ecofeministas argumentam que a exploração e destruição da natureza estão interligadas com a subjugação das mulheres e as queimadas são citadas como exemplos contemporâneos dessa interconexão.

Destacam a presença feminina nas brigadas, ressaltando o valor das mulheres em diversas circunstâncias e a sororidade existente entre elas. As narrativas das entrevistadas realizadas com as mulheres do fogo compartilham suas percepções sobre o fogo, associando-o a símbolos de purificação e energia.

Silva e Marques (2024) abordam a relação simbólica do fogo, especialmente nas Serras do Sertão, sob uma perspectiva ecofeminista e exploram a dualidade do fogo como um elemento sagrado, mas também destrutivo quando manipulado de forma inadequada. Há referências históricas às queimadas e perseguições às mulheres consideradas bruxas, associando a destruição do fogo à perseguição feminina no passado.

Silva, Marques e Freitas (2024) abordam as queimadas e incêndios na Bahia e no Brasil sob a perspectiva da legislação ambiental. Os autores discutem a relevância desses eventos como emissores de CO^2 e seu impacto nas mudanças climáticas, bem como na destruição da vegetação em cadeia. Além disso, destacam a proibição da queima de áreas florestais sem autorização e as exceções permitidas pela legislação brasileira.

Silva, Marques e Freitas (2024) também incidem sobre a ocorrência de queimadas no Brasil e em outros países da América do Sul, enfatizando a importância de uma nova legislação e ações integradas para lidar com esse problema. A destruição da vegetação brasileira devido a incêndios é evidenciada com base em informações do MapBiomas e, no contexto legal, abordam a evolução da legislação brasileira sobre o uso do fogo, desde o primeiro Código Florestal de 1934 até as alterações mais recentes. Discutem

aspectos da Constituição de 1988 relacionados ao meio ambiente, bem como leis específicas sobre o uso do fogo, prevenção e combate a incêndios florestais

E ainda realçam a necessidade de uma nova legislação e a criação de políticas públicas eficazes, especialmente diante dos desafios apresentados pelos números alarmantes de queimadas no Brasil. Mencionam alternativas ao uso do fogo, como a Agroecologia e a implementação de uma Política de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e concluem que a relação complexa entre a lei e a vida exige uma compreensão mais profunda dos instrumentos jurídicos para evitar a criminalização das práticas tradicionais em prol da preservação ambiental. (Silva; Marques; Freitas, 2024).

Costa, Simões e Marques (2024) externam preocupação com uma possível indústria do fogo e mencionam que durante as operações de combate a incêndios há mobilização de aeronaves com custos elevados, enquanto a prevenção recebe menos recursos e destacam a necessidade de mais investimentos na prevenção. Os autores relatam também que essa indústria movimenta recursos consideráveis em diversas partes do mundo, indicando que pode haver interesses econômicos por trás de práticas relacionadas aos incêndios florestais e evidenciam que é preciso abordar mais efetivamente a questão dos incêndios na Bahia, que são, em grande parte, evitáveis e sugerem que a indústria do fogo contribui para essas catástrofes.

Maia, Filho e Santos (2024) expõem a dinâmica do fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru e avaliam essa dinâmica por meio de índices espectrais para identificar e quantificar áreas queimadas, bem como determinar a distribuição temporal das ocorrências de queimadas ao longo dos anos de 2001 a 2023. A metodologia envolve o uso de informações de satélites e dados como o Índice de Queima por Razão Normalizada (NBR), Índice Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (dNBR) e Índice Relativo Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (RdNBR) para caracterizar a severidade das queimadas.

Os autores sugerem que o sensoriamento remoto orbital, com suas características espaciais, espectrais e temporais, é uma tecnologia eficaz para prevenir e monitorar incêndios florestais. Que o uso de índices espectrais derivados de dados de satélite, como NBR, dNBR e RdNBR é destacado como ferramenta para identificar e quantificaráreas queimadas, avaliar a severidade do fogo e mapear suas consequências. Costa, Simões e Marques (2024) contribuem para a análise e interpretação desses dados, fornecendo informações valiosas para entender a dinâmica do fogo e tomar medidas preventivas.

Seus estudos possibilitaram identificar uma forte incidência de registros de incêndios durante quase todos os meses dos últimos 22 anos, com destaque para os anos de 2016 e 2019. A distribuição mensal e anual revelou períodos com predomínio de queimadas de alto grau de severidade, especialmente nos meses de fevereiro, abril e julho. As análises específicas para os anos de 2013 e 2019 mostraram a extensão das áreas queimadas e o grau de severidade, destacando diferenças espaciais e variações nos padrões de severidade entre os anos (Costa; Simões; Marques, 2024).

Para o Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev as vozes sociais são as representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade (Bakhtin, 2016). Para as análises do *corpus* em epígrafe consideramos as vozes do coletivo de autores do Movimento Salve as Serras acerca dos conflitos socioambientais que envolvem o elemento fogo influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam.

No enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão essas vozes sociais são as dos discursos dos camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, de Quilombolas, de Indígenas, de Povos de Terreiro, de Agricultores, de Acadêmicos, de Associações, de Bombeiro, de Brigadistas, de Movimentos Sociais ede Mulheres que vêem seus modos de viver, de trabalhar e seus territórios serem constantemente incendiados, mas que combatem e resistem. São as vozes sociais pela salvaguarda da socioecobiodiversidade[71] do Sertão.

Do outro lado estão as vozes que se entrelaçam e se entrecruzam para promover queimadas e incêndios nas serras, por vezes criminosos, em nome de um pseudo desenvolvimento a partir da exploração exaustiva dos bens naturais e usurpação da natureza, com a narrativa de que os incêndio são naturais, ou que foram provocados acidentalmente, ou ainda que essas catástrofes podem gerar empregos, riquezas e modernidades localmente, nessa região onde estão as maiores mineradores de diamante, ouro, esmeralda, cobre e ferro da América latina, além do rico cenário paisagístico com inumeráveis nascentes, cachoeiras que alimentam rios importantes como o Itapicuru, o

[71] Socioecobiodiversidade foi um termo cunhado para expressar as inter-relações entre os organismos, os seres e os ambientes pela premissa de que as pessoas, as bactérias, os vírus e outros seres visíveis e invisíveis possam interagir entre si (sócio), manifestando suas pluralidades e diferenças ecológicas (eco) para, naturalmente, mobilizem vidas (bio) e promoverem vinculações nos diversos sistemas, espaços, ambientes e contextos (diversidade) em favor da defesa, da proteção, da preservação e da manutenção do equilíbrio social, econômico, ecológico e biológico das espécies em suas diversidades.

Salitre, o São Francisco e o Paraguaçu, que abastecem milhões de nordestinos brasileiros. As vozes dos empreendedores das minerações e dos garimpos, do setor de geração de energia eólica e solar e do agro e hidronegócio são as mesmas que, no contexto das serras do sertão da Bahia, se confundem com as vozes dos políticos descomprometidos com o povo e que elaboram planos para serem executados na trama da teia da indústria do fogo que, em nome do feroz Capital, criam as políticas das queimadas e dos incêndios florestais para destruir a socioecobiodiversidade sertaneja.

Abordagem teórico-metodológica

Em A Arqueologia do Saber e A ordem do Discurso Foucault (2008) defende uma abordagem histórica e genealógica que considera o discurso como uma forma de poder, que controla e molda as práticas sociais. Sua análise do discurso busca revelar as formas de resistência e controle presentes nas práticas discursivas e também as estratégias de exclusão e inclusão que elas promovem.

Já Ruth Wodak desenvolve suas pesquisas sobre o discurso político e a construção de identidades sociais, em A política do medo destaca a importância do contexto social e histórico na análise do discurso e afirma que o discurso molda e é moldado pelas relações de poder (Wodak, 2015).

Eni Orlandi contribui com a análise do discurso de corrente brasileira apresentando, em Análise do Discurso: princípios e procedimentos, uma abordagem teórico-metodológica que destaca a formação discursiva como um conjunto de práticas que produz sentidos em determinado contexto social e histórico e os interdiscursos presentes nas vozes da sociedade influenciando a produção de novos sentidos em um determinado contexto (Orlandi, 2005).

Para Brait (2012) e Faraco (2009) a Análise do Discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Volochínov e Medvedev representa uma fonte de inspiração e um referencial teórico importante em suas pesquisas sobre linguagem, literatura e teoria do discurso e reconhecem a relevância das ideias do Círculo para a compreensão da natureza social da linguagem e para a análise dos processos de interação e significação. O pensamento bakthiniano incide sobre o discurso, a linguagem em uso, e não sobre a língua somente. Segundo Brait (2012), o filósofo substitui o discurso enquanto objeto complexo e multifacetado por relações dialógicas, inclusive as do falante com sua

própria língua, ponderando que as relações dialógicas são o objeto da Metalinguística. Quanto a isso, nos dirá Melo (2017) que a metalinguística é sugerida como sendo "a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística", mas como interação verbal que polemiza, que contradiz, que nega, que grita, que silencia, enfim a língua latente.

Portanto, para Brait (2012), a metalinguistica é entendida como estudo daqueles aspectos do discurso que ultrapassam os limites da linguística e ainda que tanto uma como a outra estudam o mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético, sob diferentes ângulos de visão, que é o discurso, completando-se mutuamente sem fusão.

Nesse sentido, inferirmos que a Análise do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica que estuda a linguagem em seus diversos contextos e que a abordagem russa do Círculo de Bakhtin reúne a linguistica, a filosofia, a antropologia e a teoria da literatura cujas elaborações reflexivas não a restringe ao mundo objetivo e calculável e que o Círculo Bakhtiniano formulou um tanto de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas.

Depreende-se que para Bakhtin, Volochínov e Medvedev o Círculo foi uma plataforma intelectual e um espaço de discussão onde eles puderam desenvolver suas ideias e teorias sobre linguagem, literatura e cultura e que os permitiu explorar conceitos como dialogismo, polifonia, enunciado concreto e contexto social, entre outros. Infere-se também que no Círculo de Bakhtin eles puderam desafiar as abordagens tradicionais da linguagem e da literatura, desenvolvendo uma nova perspectiva na construção do significado pela importância do diálogo e da interação social.

O dialogismo é a marca fundamental da teoria bakhtiniana, destacando a noção de polifonia como a multiplicidade de vozes e perspectivas apresentadas em um texto e as contribuições do Círculo de Bakhtin para a linguística destacam a importância da interação social na construção do significado lingüístico, admitindo ser a linguagem uma particularidade social, histórica e ideológica, assegurado ao enunciado a condição de unidade de comunicação que só pode ser compreendida em relação ao contexto em que ocorre (Brait, 2012; Faraco, 2009).

Para Bakhtin (2019) a linguagem é essencialmente social e o significado de uma palavra ou texto é moldado pela interação entre falantes e ouvintes. Argumenta ainda que a linguagem não é um sistema fechado de regras, mas sim um processo dinâmico de comunicação que ocorre em contextos específicos. Para ele, uma das principais

referências da teoria do dialogismo é o conceito de enunciado, definido como uma unidade de comunicação de um dado contexto. Assim, todo enunciado é considerado como uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação de uma resposta futura Faraco (2009) nos dirá que essas inter-relações em tempos e espaços distintos, podem ocorrer ao mesmo tempo e recebem atenção especial das categorias dialógicas, que são ferramentas analíticas que permitem compreender como a linguagem é moldada pela interação entre falantes e ouvintes e que revelam a multiplicidade de vozes e perspectivas presentes em um texto ou discurso

Para Brait (2012) as categorias analíticas são conceitos-chave que destacam a importância do diálogo e da interação social na construção do significado. Com isso, compreende-se que, tanto para Carlos Alberto Faraco quanto para Beth Brait, as categorias dialógicas na teoria do Círculo de Bakhtin são conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção do significado.

O dialogismo, a polifonia, as vozes sociais e o enunciado concreto foram algumas das categorias dialógicas abordadas enquanto conceitos fundamentais para descrever a natureza do diálogo e da interação social na construção do significado. Mas também as forças reais e sócio-históricas (centrípetas e centrífugas), polêmica (aberta e velada), negação, contradição e heterodiscurso foram recrutadas do Círculo de Bakhtin, Volochinov e Medvedev para as análises das cadeias textual-discursivas do enunciado O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão.

Bakhtin (1997) examina como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais.

As forças centrípetas agem no sentido de unificar uma dada língua, de centralizá-la, num movimento centralizador e homogeneizador, já as forças centrífugas atuam na direção oposta e fazem a língua se mover no sentido das mudanças e das variações, numa relação que explicita a contradição interna da língua. Aquelas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns. Em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social (Melo, 2017).

Sabedores de que, para Bakhtin (2019), as vozes sociais são as representatividades de diferentes perspectivas, ideologias e discursos presentes em uma sociedade, influenciando a forma como as pessoas se expressam e se relacionam, propondo-se como e relatório de investigação e denúncias presentes nas vozes sociais que se mobilizam em contextos de conflitos em torno das queimadas e incêndios nas serras do sertão, o livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão encontrou substancial fundamentação na abordagem teórico-metodológica do plurilinguismo dialogizado do Círculo de Bakhtin e suas categoriais analíticas, visto tratar-se de representatividades e perspectivas ancoradas na filosofia e postura da Ecologia Humana[72].

O fogo, as queimadas e incêndios, enquanto elementos compositores dos exuberantes ambientes e paisagens serranas, remetem à Estética da criação verbal, pela qualBakhtin define enunciado concreto como sendo uma unidade fundamental da comunicação verbal que ocorre em um contexto específico de transferência de significados, envolvendo um falante, um ouvinte e uma situação comunicativa particular que só pode ser compreendido em relação ao contexto em que ocorre, levando em compreensão as vozes e perspectivas presentes na interação social (Bakhtin, 2000).

Os discursos de conflitos descritos no *copus* do Salve as Serras, por vezes, recrutam a contradição, outra categoria dialógica do Círculo de Bakhtin, que surge quando diferentes vozes sociais entram em conflito, expressando visões opostas sobre um determinado tema (Bakhtin, 1981). Também é possível identificar a negação que recorrentemente representa a discordância e a contestação de uma voz em relação à outra (Bakhtin, 2019).

---

[72] Para a Doutora Iva Pires “Ecologia Humana é, sobretudo, uma postura humana colaborativa fundamental para enfrentarmos os desafios complexos da humanidade” (SABEH, 2020). Portanto, a capacidade de acessar os demais campos do conhecimento, sem o pragmatismo específico de umadisciplina específica, mas interagindo livremente com as outras ciências adotando uma postura colaborativa para o enfrentamento dos complexos problemas que assolam a espécie humana (grifo nosso).Para o professor Doutor Juracy Marques “Ecologia Humana é uma ecologia que coloca gente nosecossistemas e estuda suas relações e consequências” (Marques, 2014, p. 88), inferindo que em algumas situações ela é apontada como uma tecnologia para a sobrevivência e em outras como um modelo epistemológico adequado à realidade atual.

Para as análises de O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão acolhemos os ângulos da língua/linguagem na sua integralidade, que também consideraram suas abstrações, mas não puramente linguística e, portanto, que tiveram por objeto as relações dialógicas, inclusive as relações dialógicas do falante com sua própria fala, que são objetos da metalingüística (Bakhtin, 1981).

Entendemos que analisar as construções ideológicas materializadas no livro: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão, publicado pelo Movimento Salve as Serras neste ano de 2024, para compreender e interpretar os contextos sociais, econômicos, políticos, ambientais, ecológicos e acadêmicos que envolvem as inter-relações para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão, fez-se a contento ao ser adotada a abordagem teórico-metodológica do circulo de Bakhtin com suas categorias analíticas.

Análises e discussões

Para Negreiros (2024) as dimensões do fogo incluem sua intensidade, extensão e taxa de propagação. A intensidade refere-se ao calor liberado por unidade de tempo e área. Quanto a extensão revela que é a área total coberta pelo fogo e que a taxa de propagação é a velocidade com que o fogo se move através de uma área. A partir desse entendimento assente que a dimensão física compreende o fogo como reação química que considera os fatores físicos e ambientais que influenciam e controlam seu inicio, propagação e comportamento, principalmente em áreas florestadas.

Sobre a dimensão ecológica do fogo em ecossistemas florestais Negreiros (2024) nos dirá que o Cerrado brasileiro é um exemplo de ecossistema adaptado ao fogo. Que sua dinâmica de regeneração está relacionada à recorrência do fogo. Que pouco se sabe sobre o comportamento e adaptações ao fogo na Caatinga e campos de altitude, mas queas florestas tropicais como a Amazônica e Mata Atlântica são consideradas não adaptadas ao fogo recorrente, mantendo dosséis fechados e evitando o fogo na maior parte do ano. E enfatiza que o fogo induzido artificialmente, muitas vezes associado a ação humana, não pode ser considerado um distúrbio natural e pode alterar significativamente as características do ecossistema.

Quanto à dimensão humana, revela que a utilização do fogo na agricultura, especialmente no sistema de corte e queima, tem raízes históricas e culturais profundas e que esse método, embora empobreça o solo ao volatilizar nutrientes, também pode

fertilizá-lo com cinzas que incorporam nutrientes ao solo. A prática é conhecida por aumentar a produção na primeira safra após a queima, mas a taxa de recorrência do fogo sobre a mesma área pode empobrecer o solo a longo prazo (Negreiros, 2024).

Negreiros (2024) destaca, ainda nessa dimensão humana do fogo, a dependência econômica e social do uso do fogo, pois muitos agricultores, sem acesso a alternativas viáveis, recorrem ao fogo para produzir e sobreviver. Restrições burocráticas e custos associados à obtenção de licenças para queima legal podem ser inacessíveis e a proibição excessiva pode levar ao uso clandestino do fogo, aumentando os riscos.

Marques *et al.* (2024) dizem que as chamas sagradas são associadas a uma dimensão simbólica e cultural que remonta às tradições humanas. Também que o fogo é considerado sagrado por diversas culturas, representando elementos como conhecimento, poder, transformação e conexão com o divino. Exemplos mencionados incluem Exu na tradição yorubá e Tupan para os povos ameríndios.

Os autores abordam a dualidade do fogo, destacando seu aspecto tradicional ligado aos usos sagrados e práticas culturais, como nas cozinhas de Povos de Terreiros, onde ofogo é considerado o "útero" do terreiro. No entanto, também destacam a traição do fogo, referindo-se às práticas de queimadas, incêndios criminosos e atividades humanas que contribuem para mudanças climáticas prejudiciais (Marques *et al.*, 2024)

Marques *et al.* (2024) também expõem as práticas tradicionais de uso do fogo na agricultura, principalmente na preparação de terras para o plantio. Da entrevista com Seo Osmar, agricultor serrano e que representa uma geração que aprendeu com seus pais a roçar, queimar e plantar, assentem que a tradição está associada ao uso ancestral do fogo como parte do ciclo agrícola. No entanto, há uma percepção de traição em relação a práticas mais recentes, especialmente aquelas orientadas por preocupações ambientais e regulamentações, como a proibição de queimadas.

O relato de Seo Osmar, morador da Serra dos Morgados em Jaguarari/BA, destaca que as comunidades percebem o fogo como algo benéfico, apesar dos riscos, e evidencia a importância de entender o fogo em sua tradição para pacificá-lo. A "Reza do Fogo" é mencionada como uma expressão de profunda ligação das comunidades com os elementos naturais, buscando harmonia com a natureza. As vozes de Seo Osmar sugerem que a desconexão da natureza e o uso desenfreado estão provocando tragédias ambientais (Marques *et al.*, 2024).

Para Silva e Marques (2024) a relação entre as queimadas e o movimento ecofeminista é salientada como uma manifestação contemporânea das conexões entre a opressão das

mulheres e a degradação ambiental. As ecofeministas argumentam que a exploração e destruição da natureza estão interligadas com a subjugação das mulheres, e as queimadas são citadas como exemplos contemporâneos dessa interconexão. Apontam a presença feminina nas brigadas, ressaltando o valor das mulheres em diversas circunstâncias e a sororidade existente entre elas. Além disso, as entrevistadas realizadas exprimem e compartilham suas percepções sobre o fogo, associando-o a símbolos de purificação e energia.

Silva e Marques (2024) abordam a relação simbólica do fogo, especialmente nas Serras do Sertão, sob uma perspectiva ecofeminista e exploram a dualidade do fogo como um elemento sagrado, mas também destrutivo quando manipulado de forma inadequada. Dizem que existem referências históricas às queimadas e perseguições às mulheres consideradas bruxas, associando a destruição do fogo à perseguição das mulheres no passado.

Os conflitos ideológicos narrados nos textos do coletivo de autores do Movimento Salve as Serras recrutam a contradição, pela aparição de diferentes vozes sociais que entram em conflito, expressando visões opostas sobre um determinado tema (Bakhtin, 1981), mas que também se complementam e se entrecruzam promovendo polêmicas na (re) significação dos valores das chamas, ora para o bem e o sagrado, ora para a destruição e prováveis acordos que alimentam uma indústria do fogo que, organizada em torno das queimadas, essa articulação criminosa inscreve a negação, muito recorrente, e que representa a discordância e a contestação de uma voz em relação à outra (Bakhtin, 2019).

Enquanto impactos das queimadas e dos incêndios florestais Negreiros (2024) destaca que o fogo volatiliza e exporta nutrientes presentes no solo e biomassa fina na forma de cinzas, que compromete e reduz a fertilidade do solo; afeta o banco de sementes, pois reduz a capacidade de regeneração florestal de parte da flora e fauna do solo impactando a biodiversidade; aumenta a erosibilidade do solo, levando à perda de nutrientes por lixiviação e contribuindo para o assoreamento de rios e barragens; modifica as características superficiais do solo, como porosidade e capacidade de infiltração, afetando o escoamento superficial e a capacidade funcional e hídrica da floresta; causa danos diretos à fauna, resultando em mortalidade e alteração dos habitats; e provoca a morte de tecidos vivos das plantas quando expostos a temperaturas elevadas.

Os incêndios e queimadas nas serras podem ter várias consequências negativas para pessoas, animais e o meio ambiente incluindo perda de biodiversidade, quando o fogo

pode resultar na destruição de habitats naturais, causando a perda de plantas e animais adaptados a essas condições; impactos na qualidade do ar, quando a queima de biomassa libera poluentes atmosféricos, contribuindo para a poluição do ar e afetando a saúde humana; erosão do solo, quando o fogo reduz a cobertura vegetal, contribuindo para a degradação das terras; perda de recursos hídricos, pois a remoção da cobertura vegetal pode afetar a infiltração de água no solo, contribuindo para a escassez de água em regiões afetadas por incêndios; e riscos à segurança humana porque incêndios florestais representam riscos diretos para as comunidades locais, podendo resultar em danos à propriedade e, em alguns casos, perda de vidas.

O Movimento Salve as Serras, enquanto organização constituída também porcamponeses, associações e acadêmicos, firma-se, nesse cenário serrano, como potencial instrumento de conscientização e mobilizador de ações preventivas e colaboradoras paraa proteção, a defesa e a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão, em especial, as serras da porção norte do sertão baiano.

Na Bahia, embora bem pulverizadas, as queimadas de grandes proporções distribuem- se, sobretudo, nas regiões de Serras e as analises realizadas pelo Movimento Salve as Serras sobre a problemática mostram que, quase que na sua totalidade, os incêndios são criminosos, não decorrentes de causas naturais. Marques, Maia e Negreiros (2024) falam em uma possível "indústria do fogo" que, além de invisível, subterrânea, incluiria diferentes fatores e institucionalidades e que as cicatrizes deixadas pelos incendiários são pistas que podem levar a essa terrível forma de organização criminosa que atua numa escala local e global.

Circunscrevem ainda que a dimensão tradicional do fogo pelas comunidades ainda é muito presente pelo imaginário popular de que as queimadas são benéficas à agricultura e acreditam que não a censura nem a criminalização, mas a educação socioambiental e ecológica podem ser o melhor caminho para resolver esse problema, instituindo o livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão como um instrumento que contribui para evitar que as serras continuem sendo destruídas pelo fogo natural, provocado e/ou criminoso (Marques; Maia; Negreiros, 2024).

Para Negreiros (2024) O Movimento Salve as Serras pode desempenhar um papel crucial na conscientização da população sobre os impactos negativos dos incêndios e queimadas nas serras; organizar esforços de voluntários; arrecadar fundos e mobilizar recursos para apoiar, com respostas rápidas a incidentes de fogo; estimular ações para prevenir incêndios, com educação ambiental, implementação de práticas agrícolas

sustentáveis com monitoramento e colaborar com autoridades locais, bombeiros e agências ambientais para coordenar esforços no combate a incêndios e implementar estratégias de prevenção, mas que essas contribuições potenciais e a eficácia do Movimento dependerá das ações específicas e da colaboração de outras partes interessadas e autoridades.

Para as análises das cadeias textual-discursivas dos relatórios de denúncias do Movimento Salve as Serras, dispostos no livro O Fogo do Fogo: Ecologia e Políticas das Queimadas nas Serras do Sertão, acolhemos os ângulos da língua/linguagem na sua integralidade, que também consideraram suas abstrações, mas não puramente linguística e, portanto, que tiveram por objeto as relações dialógicas, inclusive as relações do falante com sua própria fala, que são objetos da metalingüística (Bakhtin, 1981).

Indicando as fragilidades, mas também sugerindo possíveis resoluções Costa, Simões e Marques (2024) apontam uma deficiência significativa no Brasil, relacionada à falta de uma política nacional e regional efetiva de prevenção e combate a incêndios florestais. Destacam que os trabalhos de prevenção muitas vezes são construídos anualmente no início da temporada de fogo, o que sugere uma abordagem reativa.

Também como contribuições do Movimento Salve as Serras para a salvaguarda da socioecobiodiversidade das serras do sertão o livro registra que o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) desempenha diversas ações no enfrentamento de incêndios florestais e que suas atividades incluem não apenas resposta e recuperação, mas também ações preventivas, de mitigação e preparação. E que o CBMBA colabora com órgãos estaduais e federais, bem como instituições civis e participa do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, tendo o Programa Bahia Sem Fogo, criado em 2010, como uma iniciativa derivada desse Comitê, focado em ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no estado (Costa; Simões; Marques, 2024).

Maia, Filho e Santos (2024) destacam a dinâmica do fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru e avaliam essa dinâmica por meio de índices espectrais para identificar e quantificar áreas queimadas, bem como determinar a distribuição temporal das ocorrências de queimadas ao longo dos anos de 2001 a 2023. A metodologia envolve o uso de dados de satélite e índices como o Índice de Queima por Razão Normalizada (NBR), Índice Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (dNBR) e Índice

Relativo Diferenciado de Queima por Razão Normalizada (RdNBR) para caracterizar a severidade das queimadas.

Analiticamente, são as forças sócio-históricas que mobilizam também a dinâmica do fogo nas serras do sertão. Bakhtin (1997) examina como as forças sociais e históricas moldam a criação literária e como as obras literárias, por sua vez, influenciam e refletem a realidade social. Ele usa o conceito de forças centrípetas e forças centrífugas para descrever as estruturas superficiais e os movimentos de atração e repulsão presentes na interação entre os indivíduos e as estruturas sociais.

As forças centrípetas agem no sentido de unificar uma dada língua, de centralizá-la, num movimento centralizador e homogeneizador, as forças centrífugas atuam na direção oposta e fazem a língua se mover no sentido das mudanças e das variações, numa relação que explicita a contradição interna da língua. As forças centrípetas referem-se às tendências que aproximam os indivíduos, promovendo a unidade e têm o poder de unificar as pessoas em torno de um conjunto de ideias, crenças ou princípios comuns. Em oposição, as forças centrífugas são as representadas por elementos com diversidade de opiniões, diferenças culturais e que se afastam do consenso social (Melo,2017).

CONCLUSÃO

Ao final dessa escrita que elegeu os incêndios e as queimadas nas serras como dinâmica social, econômica, política e ecológica provocadoras de devastação e comprometimento da socioecobiodiversidade desses ambientes foi possível responsabilizar a cadeia produtiva do Capital que exploram os bens naturais por meio dos setores do agro e hidronegócio, da mineração e garimpo e da geração de energia eólica e solar pelo impulsionamento dos processos de grilagens e de expropriações de terras e alteração dos modos de viver tradicionalmente de camponeses que habitam esses espaços.

Considerando a conivência Estatal e a frágil disponibilidade de políticas públicas de prevenção e combate efetivo a incêndios florestais nas serras da Bahia, inferimos como sendo as astúcias dos acordos entre o Capital privado e políticos descomprometidos com as responsabilidades socioambientais e ecológicas, cegados pela ganância do acumulo de bens e riquezas, que a maioria dos incêndios que ocorrem nas serras do

sertão baiano carregam consigo as marcas de crimes, acesos pelas chamas da “indústria do fogo”.

Também que as dimensões físicas, ecológicas, humanas, femininas e espirituais do fogo acendem a educação socioambiental e ecológica como caminhos menos tórridos para a compreensão, a prevenção e o combate de incêndios florestais nas serras do sertão. Que a Agroecologia e a implementação de novas políticas possam imprimir novos cenáriosàs paisagens e socioecobiodiversidade , que não essa da destruição e poluição pelo fogo. Enquanto contribuições, o Movimento Salve as Serras tem realizado pesquisas e disseminado informações quanto as causas e conseqüências do fogo, das queimadas e dos incêndios e suas mobilizações, especificamente as de denunciar crimes e destruição da socioecobiodiversidade das serras do sertão, por meio de livros e publicações (enunciados concretos) contribuem para o alerta, a conscientização e tomadas de decisões seja preventivamente, seja no combate aos incêndios florestais.

Portanto, nas construções ideológicas constitutivas do enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Políticas das Queimadas nas Serras do Sertão deparamo-nos com polêmicas, contradições e negações, pois os discursos a todo tempo impõem batalhas numa guerra de narrativas polifônicas para fazer imperar o poder e o controle sobre os bens naturais, sobre os territórios e as pessoas que neles e deles vivem, sobre a economia, o conhecimento e o saber intimando a socioecobiodiversidade a arder no banco dos réus das chamas para a condenação em cinzas, em poluição e mortes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. Abriguem as Brigadas: Sinal de Fogo nas Políticas Contra os Incêndios. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 142-153.

BAKHTIN, Mikhail. A imaginação dialógica: quatro ensaios. São Paulo: Editora 34, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvao; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da poética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, M. The Dialogic Imagination: Four Essays by M. M. Bakhtin. Edited by Michael Holquist; translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

COSTA, Enio Silva da; SIMÕES, Michele de Araújo; MARQUES, Juracy. Análise crítica da situação do CBMBA no combate e na prevenção dos incêndios florestais na Bahia, no período de 2015-2023. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 174-205.

FAIRCLOUGH, Norman. Linguagem e poder. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

MAIA, Ícaro Cardoso; FILHO, José de Alencar Peixoto; SANTOS, Saulo Medrado dos. Análise Geoespacial da Dinâmica de Fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 206-233.

MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024.

MARQUES, Juracy; TOMAZ, Alzeni de Freita; MARQUES, Robson; MENDES, Amilton. Reza do Fogo: da Tradição à Traição das Chamas Sagradas. *In*:MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 60-119.

MARQUES, Juracy. Ecologia Humana: reflexões sobre a natureza da humanidade. In: ALVIM, Ronaldo; BADIRU, Ajibola; MARQUES, Juracy (Orgs.). Ecologia Humana: uma visão geral. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2014. p. 79-100. Disponível em:< https://www.sabeh.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Ecologia-Humana-visao-global.pdf>. Acessado em: 26/10/2023.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade deCiências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

NEGREIROS, Gustavo Hees. As três dimensões do fogo florestal. *In*: MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 18-59.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

PIRES, Iva Miranda; MARQUES, Robson. Ciclo de Conversa Sabeh. 2020. SABEH: https://www.youtube.com/watch?v=NkUaEj46jD4&t=650s. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=NkUaEj46jD4&t=650s. >. Acessado em: 15 abr. 2023.

SILVA, Edilane Ferreira da; MARQUES, Juracy. Mulheres do Fogo: Queimadas e Ecofeminismo nas Serras do Sertão. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 120-141.

SILVA, Josemário Martins da; MARQUES, Juracy; FREITAS, Sergio. Queimadas e Incêndios na Bahia e no Brasil do Ponto de Vista da Legislação Ambiental. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 154-173.

WODAK, Rute. A política do medo. São Paulo: Editora Contexto, 2015.



Imagem 16 (Marques, 2024).

Sessão IV

Para considerar

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos, considerados e até aqui alcançados, em alguns momentos foram pensados e planejados, mas na sua maior extensão, como quase tudo que acontece na minha vida, precisaram ser repensados, desviados ou (re)iniciados. Decidir fazer a seleção para ingressar na primeira turma de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH/UNEB Campus III) no segundo semestre do ano de 2019 foi um processo muito natural, tendo em vista já ter realizado o mestrado [73] nesse mesmo programa e pretender dar continuidade à pesquisa envolvendo crianças, agora sob a temática Crianças nos Rituais Xamânicos de Cura: uma Imersão nas Religiões Daimistas e Juremeiras noSertã do Brasil.

As pedras no meio do caminho dessa jornada começaram a aparecer quando, á época, segundo semestre de 2019, não foi possível o meu afastamento das funções laborais para participação em Programa de Pós-Graduação em nível de doutorado. Enquanto servidor público lotado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Senhor do Bonfim-BA, que fica a uma distancia aproximada de 140 km do campus da UNEB, em Juazeiro-BA, onde funciona oPPGEcoH, precisei adotar uma dinâmica para cursar as disciplinas e compensar as horas de estudo, estendendo diariamente (de segunda a sábado) a minha jornada de trabalho, sempre que possível, de acordo com o planejamento do setor e da chefia imediata.

Quando pensei estar superando os obstáculos do afastamento, pois já estava adaptado aos deslocamentos e extensão da jornada laboral, diga-se, muito exaustiva, eis que a pandemia da Covid-19 se instala e impõe um caos global e, especificamente, pelas medidas sanitárias, de segurança e isolamento, inviabiliza e impossibilita o meu projeto de pesquisa inicial, essencialmente etnográfico, com coletas de dados por meio de entrevistas e registros in loco.

---

[73] Dissertação apresentada e aprovada em 17/08/2018, sob o título Crianças nos Terreiros de Candomblé do Sertão.

Esse impedimento levou-nos (eu e meu orientador) a elaborar uma estratégia adaptável às condições pandêmicas, estruturando uma nova proposta de pesquisa para submeter à apreciação pelo colegiado do PPGEoH e essa nova configuração estabeleceu o desenvolvimento de um estudo predominantemente teórico sob a temática Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertãoda Bahia.

Os acontecimentos não ocorreram linearmente. Numa semana estive em sala de aula para as disciplinas do doutorado, na outra, quase que morei nas dependências do trabalho para cumprir minha jornada e compensar as horas que faltei na semana anterior (evidentemente em conformidade com o que rege a lei 8.112/90) e, mesmo com tanta demanda e negado o meu afastamento, assumi, por quase dois anos, a Coordenação de Assuntos Estudantis[74] em plena pandemia.

Não havia nada mais previsível, apesar de eu não estar atento: o acúmulo de tarefas com o doutorado, as atividades do trabalho, somados às limitações de convivência e adaptação tecnológicas impostas pela pandemia me levaram a infecção pelo *coronavirus* por duas vezes e também tive que me afastar das funções laborais por conta de estresse, esgotamento físico e Síndrome do *Burnout*.

Dois anos e seis meses depois de ingressar no curso, a Portaria de Pessoal 133/2022 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 10 de fevereiro de 2022, resolveu "Art. 1º Autorizar o afastamento do Servidor Robson Marques dos Santos, ocupante do cargo de Assistente de Alunos, matrícula SIAPE nº 1974682, lotado no Campus Senhor doBonfim, para participação em Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Doutorado, pela Universidade Estadual da Bahia, Juazeiro – BA, nos termos da Lei nº 8.112/90, artigo 96-A (Processo 23333.251929.2021-71)". A essa altura, também já era muito previsível que parte desse tempo seria e foi dedicado a terapias e curas.

Acho de fundamental importância que essas considerações componham esta tese porque, aqui, também registro a minha prestação de contas a todos os brasileiros e todas as brasileiras que pagam impostos e que me possibilitaram essa qualificação em nível de

---

[74] Um setor de atenção, atendimento e assistência aos alunos e aos demais setores da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano do Campus Senhor do Bonfim responsável pelos serviços que abrangem, desde a assistente social com orientações para os auxílios financeiros e bem-estar social, passando pela alimentação no refeitório, pelos acompanhamentos e atendimentos médico, odontológico e psicológico até as interrelações institucionais internas e externas ao campus.

doutorado, pois, sem esse estímulo, acredito, não seria possível realizá-lo porque não é nada fácil, nesse nosso sertão baiano, e em nenhuma parte do Brasil, ter que trabalhar, estudar e pagar muitos impostos para sobreviver. Com esses agradecimentos, prometo honrar os aprendizados e devolvê-los à sociedade servindo-a publicamente.

O novo projeto de pesquisa, Cartografia dos Conflitos Socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, materializado nesta tese, apresentou ao colegiado do PPGEcoH uma proposta para analisar os discursos produzidos e publicados pelo Movimento Salve as Serras. Um detalhe muito importante e sensível a ser considerado é que também faço parte do Movimento e sou autor de alguns textos e que essa situação, intrinsecamente, me coloca também como parte a ser analisada dentrodas relações dialógicas estabelecidas nos enunciados concretos que escrevemos para denunciar conflitos que evidenciam outras relações dialógicas entre outros sujeitos que também revelam outras formas de se relacionar como as serras e seus bens naturais (minerais, vegetais, hídricos, eólios e o fogo).

Acolhida a nova proposta pelo colegiado fui surpreendido quando descobri que pouco sabia, mesmo acerca do que havia ajudado a escrever, o que me instigou a compreender mais a fundo as ações e mobilizações do nosso coletivo a partir dos textos das quatro últimas publicações: Ecocídio das Serras dos Sertões (2021); Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia (2021); O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos (2021) e O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão (2024).

Um dos maiores obstáculos encontrados foi apreender e, consequentemente, aplicar os conceitos e teorias da Análise do Discurso pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, Medvedev e Volochínov. Considero, portanto, que os encontros de formação e de orientação realizados pelo coorientador da pesquisa, professor doutor José Radamés Benevides de Melo, somado à expertise do pesquisador e orientador da pesquisa, doutor Juracy Marques, foram imprescindíveis para este desfecho.

Sem nenhuma dúvida a experiência com as orientações do professor Doutor José Radamés renderia um belo capítulo para essa tese, mas resguardo a escrita para uma próxima publicação de relato de experiências, trazendo aqui uma breve contextualização a ser considerada. Importante dizer que eu e o professor Radamés nos conhecemos no ambiente de trabalho. Sabido é que somos servidores públicos e éramos lotados no mesmo campus (Senhor do Bonfim) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano: eu enquanto Técnico Administrativo em Educação (Assistente de

Aluno) e ele como professor da Educação Básica Técnica e Tecnológica (letras/português).

Pelos corredores, na cantina e/ou no refeitório do campus sempre nos cumprimentamos com muita cordialidade e a elegância das suas palavras, ora usando da culta forma da língua, ora com o coloquial necessário ao entendimento, despertava, em mim, uma certa admiração por esse ser inteligentíssimo, simples e cuidadoso. Emalgumas das minhas assistências às suas aulas, fosse para auxiliá-lo no pavilhão com apoio para acesso às salas de aula ou assistindo aos discentes, descobri que ele era também o Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos.

No Programa pude, a seu convite e da professora Lívia Froes, participar de bancas, palestras e seminários. Essa parceria ganhou novos contornos quando da sua remoção para o campus de Governador Mangabeira e a imposição de trabalhos remotos,por conta da COVID-19, nos afastou dos diálogos em meio a cafés e eventos presenciais, mas não perdemos o vínculo, ainda que remotamente e, diante do desafio deanalisar os discursos presentes nos livros do Salve as Serras, quando me dedicava a encontrar pesquisas e experiências com o Círculo de Bakhtin, eis que me deparo com o currículo do professor Radamés.

Assim que decidi enveredar pelos caminhos da análise do discurso Bakhtiniana enquanto teoria e método para fundamentar a minha tese e ter ciência que o professor Radamés é um dos mais notórios especialistas das obras do Círculo de Bakhtin, Medvedev e Volochinov no Brasil, não hesitei em convidá-lo para me ajudar nessa empreitada, que de pronto aceitou.

Depois de cumprido o protocolo que o oficializou enquanto coorientador da minha pesquisa, tratamos de criar uma agenda de encontros, remotamente, para que pudéssemos discutir o meu projeto de pesquisa, me familiarizar e compreender o que é (ou o que foi) o Círculo de Bakhtin, bem como em que terreno da análise Bakhtiniana eu teria pernas para pisar e consequentemente me mover.

A pluralidade de possibilidades com o dialogismo, a filosofia, a historicidade, a lingüística e as relações dialógicas presentes nos debates do círculo bakhtiniano, que consideram as diversas vozes sociais e os contextos nos quais estão inseridas nos levou a reflexão de que se fazia necessário trazer para os conflitos socioambientais em regiões serranas uma análise que evidenciasse as origens dos conflitos e os atores envolvidos, trazendo à luz suas intenções, controvérsias, contradições e polêmicas, categorias

inerentes ao Círculo e presentes nos discursos dos enunciados concretos escritos pelo Movimento Salve as Serras, tidos como *corpus* analítico da tese.

Todas essas mudanças e experiências foram gestadas, amadurecidas e compartilhadas com o professor Doutor Juracy Marques. Este que, além de ser o pesquisador, é o orientador que mais admiro, amo e com quem convivo desde quando nasci, pois, com muita cumplicidade, pudemos partilhar dos mesmos pais, avós, bisavós... e dos mesmos irmãos, enfim temos as mesmas raízes biológicas e, acredito, também espiritual.

Certamente essa experiência permanecerá sempre na minha memória como muito particular e que me orgulha e emociona muito porque não é sempre que se vê por ai uma pessoa sendo aluno, orientando, parceiro como pesquisador e irmão do idealizador e criador do Primeiro Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental do Brasil e da América Latina, mas também um exímio pedagogo, antropólogo, artista, ambientalista, psicanalista, espiritualista e juremeiro. E essa é mais uma história digna de um capítulo a ser registrado nos anais das ciênciaspara a construção de conhecimentos e saberes, sob a elaboração do amor, mas que contarei num outro relato.

Juntos, eu Juracy e Radamés, acredito, deixamos um legado analítico dialógico para as práticas discursivas dos movimentos socioambientais e para os sujeitos envolvidos nos conflitos, bem como para as pesquisas/pesquisadores em Ecologia Humana no Brasil, quiçá no mundo, ainda que timidamente, pois ouso dizer, tratar-se de um dos poucos, senão o pioneiro, trabalhos de tese do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB a trazer à baila o pensamento, a filosofia e as categorias analíticas do Círculo de Bakhtin para a teia de saberes e conhecimentos da Ecologia Humana relacionada com os conflitos socioambientais em ambientes de serra.

Feitas essas iniciais considerações, retomemos ao problema da pesquisa, às hipótese, as questões e aos objetivos para deles apurarmos que legado esta tese deixa. A destruição sistemática da socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia pelas ações e atividades de prospecção e/ou implantação de empreendimentos extrativistas (mineradoras, empresas de geração de energia eólica e solar, do agro e hidronegócio e da indústria do fogo) e que comercializam os bens naturais no mercado de *commodities* instigou o estudo enquanto problemática a ser investigada.

Esse extermínio, que é descrito nos enunciados como eco e etnocídio e suas expressões, revela-se na contaminação e/ou morte dos corpos hídricos, na supressão vegetal, na poluição sonora, visual e atmosférica, na inviabilização do ecoturismo, na interferência e desorganização nos modos de viver das comunidades tradicionais, na extinção de espécies da fauna e flora e no adoecimento e morte de pessoas sertanejas.

Mas se todos esses empreendimentos ameaçam, inclusive, a vida humana no planeta por que os grandes empreendimentos do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos escolheram (escolhem) as serras da porção norte do sertão baiano para se instalarem? E como as comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e fecho de pastos, indígenas e de camponeses agricultores resistem a esses empreendimentos?

Além dessa, outras inquietações nos mobilizaram para escrevermos esta tese com, por exemplo, quais são as contribuições dos enunciados concretos do Movimento Salve as Serras para a salvaguarda (defesa, proteção e preservação) da socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia? E como se posiciona o Estado baiano perante os conflitos socioambientais nas regiões serranas?

Enquanto respostas, confirmamos as nossas hipóteses, pois foram (é) o interesse pelas riquezas minerais (ouro, esmeralda, cobre, ferro, diamante, etc.), pela abundância de água e condições climáticas favoráveis da cadeia montanhosa das Serras do Sertão da Bahia que os grandes empreendimentos do agro e hidronegócio, da geração de energia eólica e solar e das mineradoras e garimpos escolheram (escolhem) as Serras da Porção Norte do Sertão Baiano, tidas como um colar de pérolas, para se instalarem.

Somamos à ganância destruidora desses empreendimentos para explorar exaustivamente os bens naturais que constituem o colar de pérola das Serras do Sertão, uma extensão da Cordilheira do Espinhaço, as narrativas e práticas de difamação, preconceito e discriminação com o nosso semiárido nordestino ao julgar-nos como miseráveis, como pessoas pobres e que ainda nos deixamos acreditar nas falácias do desenvolvimento pelo capital destruidor e colonialista. Pura falácia estruturante de discursos colonialistas etno e ecocídas, pois o nosso sertão é rico de paisagens, bens naturais, clima, sol e de pessoas.

E são essas pessoas pertencentes a comunidades tradicionais quilombolas, de fundo e fecho de pastos, indígenas, povos terreiros, camponeses, agricultores e acadêmicos/pesquisadores que resistem e lutam organizados contra as grilagens, as injustiças sociais e econômicas, ao uso e abuso exaustivamente dos bens naturais, ao

etno e ecocídio, ao descaso do poder público e do poder econômico dos grandes empreendimentos impostos e que não cedem aos enganos do capital perverso e da política ludibriosa do Estado baiano para não perderem suas identidades.

Pertinentemente as publicações (livros) do Movimento Salve as Serras, identificam, relatam e denunciam que os conflitos socioambientais, que acarretam impactos irreversíveis à socioecobiodiversidade das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, são instaurados pela projeção, prospecção e/ou implantação de empreendimentos minerários, de geração de energia eólica e solar, do agro e hidronegócio e da "indústria do fogo", com a chancela do Estado baiano em desfavor daregularização fundiária dos territórios e comunidades tradicionais.

E foram as análises das cadeias textual-discursivas desses enunciados que comprovaram o quanto de responsabilidade e comprometimento com dignidade humana, com o equilíbrio ecológico e ambiental, com a segurança hídrica e alimentar tem o Movimento Salve as Serras, contribuindo diretamente com a salvaguarda da socioecobiodiversidade das regiões montanhosas do Sertão.

Sintetizamos, para tanto, que as investigações iniciais valeram-se da estratégia de consultas acerca do estado de arte dos conflitos socioambientais nas serras sertaneja da Bahia, tão bem representados nos dois primeiros artigos, tidos como de revisão de literatura. No primeiro artigo, Mapeamento Sistemático dos Conflitos Socioambientais nas Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, consideramos os registros e a sistematização que possibilitaram identificar as categorias de conflitos, os agentes envolvidos e as causas motivadoras para esses conflitos.

No segundo artigo, Análise do Discurso e Movimento Salve as Serras: uma Revisão Narrativa para os Enunciados Concretos, descrevemos a fundamentação teórico-metodológica para calçar as escolhas do *corpus* a ser analisado e munir de argumentos tendo as latentes mobilizações do Movimento Salve as Serras, que incidiam (incidem) na salvaguarda dos ambientes montanhosos e que mobilizam acadêmicos, instituições e outros movimentos para tal finalidade.

Em DESAGUAR: a Segurança Hídrica e a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia Ameaçadas pela Sede Ecocída do Capital, terceiro artigo da tese, analisamos as vozes sociais que constituem o livro Ecocídio das Serras do Sertão, que clamam para que o crime de ecocídio seja reconhecido como crime contra ahumanidade e que a natureza seja tratada como sujeito de direito.

Nele evidenciamos que as forças sócio-históricas do poder do Capital, com anuência do Estado, ameaçam e matam nascentes, riachos, rios, a biodiversidade endêmica, geram conflitos que desconfiguram os modos de viver dos povos e comunidades tradicionais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia e podem matar suas identidades.

Consideramos também que do quarto artigo, DESTERRAR: Riquezas Minerais e a Ilusão que Fere de Morte a Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão da Bahia, as formações discursivas, garimpadas a partir do enunciado concreto Amputações das Montanhas: Ecocídio e Mineração na Bahia, retratam a condiçãode destruição das montanhas pelas mineradoras como irreparáveis, sem volta, pois elas deixam de existir e que, no mundo do trabalho, em muito, a responsabilidade por acidentes, por mutilações e mortes é atribuída ao setor mineral e à mineração.

Já em TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: Polêmicas e Contradições na Geração de Energia Eólica nas Serras do Sertão da Bahia as análises debruçaram-se sobre as cadeias textual-discursivas que expõem as polêmicas e as contradições das narrativas que massificam a ideia de geração de energia limpa com a implantação de gigantescas áreas com enormes torres e barulhentos aerogeradores nos topos das serras, mostradas no livro O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos.

Acreditamos serem discursos comprometedores de gerações, de espécies e de toda a organicidade das comunidades tradicionais e seus modos particulares de lidarem com a terra, os bichos, as plantas, as águas, os ventos e o fogo, mas também por serem narrativas que incorporam políticas de estados e de governos em nome de um Capital altamente destruidor, eco e etnocida.

Por fim, e não menos aquecidas, as análises do sexto artigo, COIVARA: o Poder de Incendiar a Socioecobiodiversidade do Sertão da Bahia, acolheram os discursos do enunciado concreto O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadasnas Serras do Sertão ao examinarem e descreverem as proporções e dimensões do fogo, as intenções sociais, políticas, econômicas e ecológicas que motivam as queimadas e incêndios causadores de desastres ambientais, grilagens e expropriação de terras e constataram suas influências sobres os modos de viver em territórios e comunidades tradicionais serranas, as sociedades urbanas, o aquecimento global e as alterações climáticas.

A temporalidade, do ingresso à defesa desta tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH/UNEB),

coincide com a constituição do Movimento Salve as Serras e a concretização das quatros publicações, entre os anos de 2019 e 2024. Nesse ínterim, os valores, sentidos e contextos se entrecruzaram e se complementaram, revelando-nos relações dialógicas, relações entre homem e natureza e relações entre o legal, o ético, o imoral e o criminoso

Os discursos, que são nutridos por vozes representativas de sentidos, valores e intenções diversas, que se sucedem ou que se antecipam a outros discursos polifônicos também portadores de polêmicas, contradições, negações, ironias, belezas poéticas e estéticas formaram, na teia dos conflitos socioambientais das Serras da Porção Norte do Sertão da Bahia, esta Cartografia em forma de árvore que mapeia situações heterogêneas fundantes das transformações das realidades empiricamente observáveis nesses ambientes serranos e que esperamos que seja regada e podada para frutificar e, em tempo, contribuir para a Salvaguarda da Socioecobiodiversidade das Serras do Sertão e, portanto, ser mais um instrumento para Salvar as Nossas Serras!

REFERÊNCIAS

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. BAHIA: organizações publicam análise da IN 01/2020 sobre os corredores de vento. https://www.aatr.org.br/post/bahia-organiza%C3%A7%C3%B5es-publicam-an%C3%A1lise-da-in-01-2020-dos-corredores-de-vento-1. 18 ago. 2020. Disponível em:<https://www.aatr.org.br/post/bahia-organiza%C3%A7%C3%B5es-publicam-an%C3%A1lise-da-in-01-2020-dos-corredores-de-vento-1. > .acesso em: 17 mai. 2023.

ABNT. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos, apresentação. ed. 2. 19 jul. 2023. http://nippromove.hospedagemdesites.ws/arquivos_up/documentos/6744777898831131 63f01f66ace7c8e2.pdf. Disponível em: < http://nippromove.hospedagemdesites.ws/arquivos_up/documentos/6744777898831131 63f01f66ace7c8e2.pdf>. Acessado em: 14 out. 2023.

ABNT. NBR 6028: informação e documentação - referências. Elaboração. ed. 2. 18 maio 2021. https://manualdotcc.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Resumo-NBR6028.pdf. Disponível em: < https://manualdotcc.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Resumo-NBR6028.pdf>. Acessado em: 14 out. 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Movimento Salve as Serras no Verde Campo de Batalha dos Refugiados Climáticos. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 13-32.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. The Save the Mountains Movement in the environmental struggle of climate refugees. Translated by Ava Rose Hoffman. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 32-51.

ALVES, Maria Rosa Almeida; MARQUES, Juracy; SANTOS, Vanessa Silva; ROSENDO, Mateus. Quando a terra treme: a agonia das serras. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 162-181.

AMARAL, Mariluze. Garimpos nas serras de Sento Sé: um grito de socorro. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 412-441.

AMORIM, Antônio. Abriguem as Brigadas: Sinal de Fogo nas Políticas Contra os Incêndios. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 142-153.

AMORIM, Antônio. Formigueiros humanos: relatos de um filho de garimpeiro. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.).

Amputações das Montanhas do Sertão: ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 442-465.

ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar. A mineração e os conflitos territoriais na Bahia. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 28-71.

BAHIA. INEMA. Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023. Conceder LICENÇA PRÉVIA, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, à QUINTO ENERGY LTDA. 2023. Diário Oficial do Estado da Bahia. 20 set. 2023. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16714#/p:45/e:16714?find=Quinto%20energy>. Acessado em:15 out. 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020. 01 de jul. 2020. Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica. Diário Oficial da Bahia. 01 jul. 2020. Disponível em: <http://www.sda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20-%20%C3%81REAS%20ENERGIA%20EOLICA.pdf>.Acessado em: 17 maio 2023.

BAHIA. SEIA. Lei nº10.421 de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia. 2006. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf>.Acessado em: 14 out. 2023.

BAHIA. SEPROMI. Instrução Normativa Conjunta SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020. 01 de jul. 2020. Dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária em terras devolutas estaduais com potencial de geração de energia eólica. Diário Oficial da Bahia. 01 jul. 2020. Disponível em: <http://www.sda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20-%20%C3%81REAS%20ENERGIA%20EOLICA.pdf>.Acessado em: 17 maio 2023.

BAHIA. SEPROMI. Lei 12.910 de 2013, de 11 de outubros de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. 2013. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>.Acessado em: 11 maio 2023.

BAKHTIN, M. The Dialogic Imagination: Four Essays by M. M. Bakhtin. Edited by Michael Holquist; translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvao; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 164p.

BAKHTIN, Mikhail. A imaginação dialógica: quatro ensaios. São Paulo: Editora 34, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Gênero de discurso e outros ensaios tardios. São Paulo: Editora 34, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Problema da estética de Dostoiévski. 2.ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARRERO, Flavio M. C. Justiça Energética e Licenciamento Ambiental de Complexos Eólicos nas Serras do Sertão da Bahia. 2022. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA, 2022.

BARRERO, Flávio M. C.; MARQUES, Juracy; OLIVEIRA, Amilton M de; OLIVEIRA, Andreza Barreto. Parques eólicos na Serra do Tombador ou santos unidos na casa dos ventos. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 274-307.

BARRERO, Flávio. M. C.; FREITAS, Helder Ribeiro; MARQUES, Juracy. Complexo eólico de Campo Formoso: asas no chão. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 86-153.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Ed. 2. Petrópoles, RJ: Vozes, 2002.

BENTO, Lillian. Você sabe a diferença entre fundo e fecho de pasto? Tô no Mapa. 2022. Disponível em: < https://tonomapa.org.br/2022/05/25/voce-sabe-a-diferenca-entre-fundo-e-fecho-de-pasto/> e a cessado em: 20/11/2023.

BOMFIM, Luciano Sergio Ventin. Ecomarxismo. *In*: MARQUES, Juracy (Org.). Ecologias Humanas. ed. 1ª. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2014. p. 175-206.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. História e Epistemologia da Ecologia Humana. ed. 1ª. Salvador/BA: Editora Mente Aberta, 2021. 458 p.

BONFIM, Alan Ferreira. A morte das aves da serra. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 374-407.

BONFIM, Alan Ferreira; SILVA, Karolaine Gonçalves de. A transformação da Caatinga num açougue de espécies rara: sucos e bifes de araras, morcegos e onças. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: destruição das Serras pelos complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 154-195.

BRAINMARKET. Comunidade na Bahia, Mineradora Yamana Gold é vendida para empresa sul-africana.www.brainmarket.com.br. Disponível em: http://www.brainmarket.com.br/2022/06/02/com-unidade-na-bahia-mineradora-yamana-gold-e-vendida-para-empresa-sul-africana/#:~:text=A%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20total%20da%20multinacional,2%20bilh%C3%B5es%20na%20cota%C3%A7%C3%A3o%20atual&text=A%20mineradora%20Yamana%20Gold%2C%20que,grupo%20sul%2Dafricano%20Gold%20Fields. Acessado em: 17 mar. 2022.

BRAIT, Beth. Bakthin, outros conceitos-chave. Beth Brait (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 263 p.

BRASIL – IBGE. Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/BA_POP2022.pdf. Acessado em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Conferência Internacional do Trabalho: Convenção n° 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, Genebra, Suíça, 1989. 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. Acessado em: 23, jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos deputados. Decreto nº 9.073, de 05 de junho de 2017. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. Diário Oficial da União, 6 jun. 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9073-5-junho-2017-785013-publicacaooriginal-152954-pe.html. Acessado em: 09/10/2023.

BRASIL. Câmara dos deputados. Lei nº 9.991/200, de 24 de julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 jul. 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9991-24-julho-2000-359823-publicacaooriginal-1-pl.html. Acessado em: 09/10/2023.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 dez. 2006. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acessado em: 14 out. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de

comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Diário Oficial da União. 16 set. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é a Covid-19?. https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. 2021. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, 2016. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.Acessado em: 14 out.2023.

BRASIL; Ministério da Saúde; Fundação Nacional da Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural. Brasília: Funasa, 2019. 260p.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Org.). Conflitos no Campo Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 01 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Edmar. Brigando contra moinhos de ventos: a luta quixotesca nas serras do sertão. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 254-273.

CONCEIÇÃO, Edmar. Ecocídio: a morte das serras do sertão. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 184-211.

CORREA, Solange Rodrigues dos Santos. Avaliação Social Multicritério da Implantação do Porto Sul, Ilhéus, Ba. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Instituição de Ensino) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica Biblioteca Depositária: Centro de documentação Ivan Otero Ribeiro. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=416452> Acessado em: 10 fev. 2023.

COSTA, Enio Silva da; SIMÕES, Michele de Araújo; MARQUES, Juracy. Análise crítica da situação do CBMBA no combate e na prevenção dos incêndios florestais na Bahia, no período de 2015-2023. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 174-205.

CPT BAHIA. Análise da Instrução Normativa nº 01/2020. Disponível em: <https://cptba.org.br/analise-da-instrucao-normativa-no-01-2020/>. 2020. Acessado em: 10 out. 2023.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil. https://www.cptnacional.org.br/. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acessado em: 28 nov. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 01 dez. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2013.Goiania: CPT Nacional, 2014. p.198. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 08 dez. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2014. Goiania: CPT Nacional, 2015. p.216. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 15 dez. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2015. Goiania: CPT Nacional, 2016. p.240. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 22 dez. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiania: CPT Nacional, 2017. p.232. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 29 dez. 2022.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2017. Goiania: CPT Nacional, 2018. p.280. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 07 jan. 2023.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiania: CPT Nacional, 2019. p.244. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 14 jan. 2023.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2019. Goiania: CPT Nacional, 2020. p.247. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 21 jan. 2023.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2020. Goiania: CPT Nacional, 2021. p.279. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 28 jan. 2023.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2021. Goiania: CPT Nacional, 2022. p.269. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao. Acessado em: 03 fev. 2023.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig I. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. *In*: JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa. Porto Alegre: SBC, 2020. (série Metodologia de

Pesquisa em Informática na Educação, v. 2) Disponível em: https://metodologia.ceie-br.org/livro-2/. Acessado em 20 mai. 2022.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168 p.

FERNANDES, Paulo César Dávila; MENDES, Amilton; MARQUES, Juracy. O ouro de Jacobina: uma longa história de degradação socioambiental. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 84-119.

FERREIRA, Rafael Costa. Aspectos Históricos da Legislação Ambiental no Brasil: da ocupação e exploração territorial ao desafio da sustentabilidade. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, p. 157-179, dez. 2015. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1697. Acessado em: 15 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. ed. 7. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf Acessado em: 04 mai. 2023.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. ed. 3. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GERMANI, Guiomar. Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e Parques Eólicos. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 278-315.

GOMES, Gislene Moreira. Caçadores de sacis: o redemoinho de projetos eólicos na Chapada Diamantina. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 64-85.

HOFFMAN, Ava Rose. The Save the Mountains Movement in the environmental struggle of climate refugees. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 32-51.

HOUTART, François. Dos Bens Comuns ao Bem Comum da Humanidade. Bruxelas: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

KAPOS, V.; RHIND, J.; EDWARDS, M.; PRICE, M.F.; RAVILIOUS, C. Defining mountains by topography only. 2000 In: MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and human well-being: Mountain Systems. Washington, DC: IslandPress and World Resources Institute, 2005. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/12480-0ace03c1c3b00d717817 f18379f9414e.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2010.

KEUCHEYAN, Razmig. La Naturaleza es un Campo de Batalla: Ensayo de ecologia política. Traducción de Victor Goldstein. Madrid: Clave intelectual, 2016. 205p.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. EBSE Technical Report 2007-001. School of Computer Science and Mathematics, Keele University and University of Durham. Durham, 2007.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 20: mais ainda. São Paulo: Zahar, 1985.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001

LIMA, Aurilene Rodrigues. Comunicação de Conflitos: enunciados de caatingueiros atravessados por outros mundos. 2020. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.São Paulo, 2022.

LIMA, Aurilene Rodrigues; BRAGA, Marina da Silva. As três feridas de Sento Sé: territórios, povos originários e tradicionais atravessados por processos de colonização e projetos modernizantes. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 376- 411.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira; SOUZA, Valdivino Rodrigues de. Mineração em Uauá e Curaçá: um projeto de vida ou de morte para as comunidades de fundo de pasto?. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 182-215.

LÓPEZ Amazile; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. *In*: Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso: SABEH, 2021. p. 108-167

MAIA, Ícaro Cardoso; FILHO, José de Alencar Peixoto; SANTOS, Saulo Medrado dos. Análise Geoespacial da Dinâmica de Fogo na Cadeia de Serras do Alto Itapicuru. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 206-233.

MAIA, Ícaro; LIMA, Luis; MARQUES, Juracy. Mapas vivos: guerras cartográficas nas serras do sertão do Brasil. *In:* MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.) Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 250-277.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. Tradução: Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2015. 192p.

MARQUES, Juracy (Org.). Ecologias Humanas. ed. 1ª. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 214. 461 p.

MARQUES, Juracy. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 13-32.

MARQUES, Juracy. Ecologia Humana no Brasil. *In:* MARQUES, Juracy (Org.). Ecologias Humanas. ed. 1ª. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2014. p. 09-42.

MARQUES, Juracy. Ecologia Humana: reflexões sobre a natureza da humanidade. *In:* ALVIM, Ronaldo; BADIRU, Ajibola; MARQUES, Juracy (Orgs.). Ecologia Humana: uma visão geral. Feira de Santana/BA: UEFS Editora, 2014. p. 79-100. Disponível em:< https://www.sabeh.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Ecologia-Humana-visao-global.pdf>. Acessado em: 26/10/2023.

MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. 1. ed. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 474

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 475 p.

MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo. Apresentação. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 12-27.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flavio M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. 317 p.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. Apresentação. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos E ólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 12-21.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; MENDES, Amilton. O Movimento Salve as Serras. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 52-79.

MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; MENDES, Amilton. Salve as Serras – SAS Movement. Translated by Fernando Scherner. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 81-107.

MARQUES, Juracy; BONFIM, Alan; MARQUES, Robson; NOVAES, Joaquim; MAIA, Ícaro. Mineração em Jaguarari: feridas silenciosas que matam. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p.120-161.

MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; MARQUES, Robson; NOVAES, Joaquim; TOMAZ, Alzeni; ROSA, Maria; SANTO, Vanessa. A cartografia do invisível: o tempo para além do vento. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 220-253.

MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024.

MARQUES, Juracy; NEGREIROS, Gustavo Hees de. As Feridas das Montanhas: Destruição da Chapada Diamantina pela Atividade Mmineradora. *In*: MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 168-183.

MARQUES, Juracy; TOMAZ, Alzeni de Freita; MARQUES, Robson; MENDES, Amilton. Reza do Fogo: da Tradição à Traição das Chamas Sagradas. *In*:MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 60-119.

MARQUES, Robson.Folhas pequenas: as infâncias no candomblé. 1. ed. Paulo Afonso: SABEH,2019. 126 p.
MEDVEDEV, Pavel. O método formal nos estudos literários: introdução crítica à poética sociológica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

MELO, José Radamés Benevides. Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do hospício, O cemitério dos , de lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. 2017. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Araraquara. São Paulo, 2017.

MENDES, Amilton; SILVA, Richard. Cuidar das águas: belezas naturais e potenciais turísticos das serras da Jacobina. *In:* : MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 288-315.

MINERAL, Brasil. Onde se lia Mineração Caraíba, leia-se Ero Brasil. www.brasilmineral.com.br. Disponível em: https://www.brasilmineral.com.br/noticias/onde-se-lia-mineracao-caraiba-leia-se-ero-brasil. Acessado em: 17mar. 2023

NASCIMENTO, Laís. Governo lança o Bahia + verde, programa que reforça política para proteção e recuperação do patrimônio natural. O portal oficial do estado da Bahia, 2023. Disponível em: https://www.bahia.ba.gov.br/2023/06/noticias/sustentabilidade/governo-lanca-o-bahia-verde-programa-que-reforca-politicas-para-protecao-e-recuperacao-do-patrimonio-natural-baiano/ acessado em: 09 out. 2023

NEGREIROS, Gustavo Hees de. Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes do Itapicuru. In: : MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-335.

NEGREIROS, Gustavo Hees. As três dimensões do fogo florestal. *In*: MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e

Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 18-59.

NETTO, Amazile Lopéz; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. *In:* MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.p. 108 – 167.

NETTO, Amazile López; MARQUES, Juracy. Ecologia Humana em Ambientes de Montanha. Paulo Afonso: SABEH, 2017. 156 p.

NOLASCO, Csekö Marjorie; BACKER, Michelli Valente; GUILLÉN, Anais Del Jesús González; ANTUNES, Quíssila Góes. As águas do Paraguaçu no contexto das serras da Bahia. *In*: : MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 336-373.

O. I. T. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Genebra, 1989. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

OMS. World Health Organization. Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19). https://covid19.who.int/2023. .Disponível em:< https://covid19.who.int/>. Acessado em: 24 maio 2023.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEREIRA, Flavio de Leão Bastos. Desenvolvimento e Ecocídio: causa e (possível) consequência no contexto de ruptura das bases existenciais dos povos originários no Brasil. Boletim Científico ESMPU. Brasília, a. 17 – n. 51, p. 257-281 – jan./jun. 2018.

PNCS. Encontro de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social: desafios na construção de conhecimentos em situações de conflitos. Projeto Nova Cartografia Social. Cachoeira, Bahia, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dZ0qAll4pPs&list=PLeY6y68kYHIP9Dxq8mRiEo70lB96UAqIM&index=5>. Acessado em: 11 out 2023.

PORTAL DA MINERAÇÃO. ABC da mineração: Barita. Disponível em: https://portaldamineracao.com.br/barita/. Acessado em: 20 abr. 2023.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Terras públicas, comunidades tradicionais e corredores de vento: caminhos da energia eólica na Bahia. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 22-63.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo, v. 20, n. 2. p. 5-6, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt .Acesso em: 10 jan. 2022.

SABEH. Entrevista Prof. Doutor Alfredo Wagner. Entrevista gravada durante o encontro nacional de pesquisadores da Nova Cartografia Social do Brasil e Projeto Brasil Central, nos dias de 25 a 27 de setembro de 2017. https://www.youtube.com/watch?v=RbxXYd-SWEA. 25 de mai. 2018. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=RbxXYd-SWEA>. Acessado em: 27 maio 2023.

SABEH. Ciclo de Conversa Com a Doutora Iva Pires de Miranda e Robson Marques. 2020. SABEH: https://www.youtube.com/watch?v=NkUaEj46jD4&t=650s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NkUaEj46jD4&t=650s. >. Acessado em: 15 abr. 2023.

SANPAIO, João Alves; ANDRADE, Mônica Calixto de; PAIVA, Paulo Renato Perdigão. Cromita *In*: LUZ, Adão Benvindo da; LINS, Fernando Antônio Freitas (Org.). Rochas e Minerais Especiais: usos e especificações. ed. 2ª. Rio de Janeiro-RJ: CETEM/MCT, 2008. p.403 – 425. Disponível em: < file:///C:/Users/Robson%20Marques/Downloads/Rochas%20Min.Ind.2a%20edicao%20(Adao%20e%20F.Lins).pdf>. Acessado em: 23, jan. 2024.

SANTOS, Josiane Alves Soares; SANTOS, Josivan da Silva. Pássaros sem asas: extração mineral no município de Andorinha. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 282-335.

SANTOS, Robson Marques dos. Crianças nos Terreiros de Candomblé do Sertão. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) - Universidade do Estado da Bahia. Juazeiro-BA, 2019. Disponível em:< https://ppgecoh.uneb.br/index.php/teses-dissertacoes/>. Acessado em: 25 mai. 2023.

SANTOS, Rodrigo Salles P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In:Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Org.). Conflitos no Campo Brasil 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao

SAS. Lançamento do livro Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. 2021. StreamYard. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/salveasserras/videos/1465064353860821>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SAS. Movimento Salve as Serras. Manifesto Salve as Serras. http://salveasserras.org/. 2021. Disponível em: <http://salveasserras.org/>. Acesso em: 06 mai.2023.

SAS. Movimento Salve as Serras. Manifesto Salve as Serras. http://salveasserras.org/. 2021. Disponível em: <http://salveasserras.org/>. Acesso em: 06 mai.2023.

SAS. Movimento Salve as Serras. Canal do youtube. https://www.youtube.com/channel/UCiBi82cf8DJ0QjgJH8YqfrQ. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai.2023.

SAS. Movimento Salve as Serras. Facebook: fb.com/salveasserras. https://www.facebook.com/salveasserras. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai.2023.

SAS. Movimento Salve as Serras. Instagram: @salveasserras. https://www.instagram.com/salveasserras/. 2021. Disponível em: < http://salveasserras.org/contato/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

SEPROMI. Lei 12910 de 11 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos e dá outras providências. Palácio do Governador do Estado da Bahia: 11 out. 2013. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>. Acessado em: 15 nov. 2023.

SILVA, Almacks Luiz; MARQUES, Juracy; LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino. Serras da Jacobina: entre as riquezas ambientais e as ameaças da mineração e eólicas. *In:* MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.)Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 212-249.

SILVA, Almacks Luiz; MARQUES, Juracy. CFEM: quanto vale a vida?. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 72-83.

SILVA, Edilane Ferreira da; MARQUES, Juracy. Mulheres do Fogo: Queimadas e Ecofeminismo nas Serras do Sertão. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 120-141.

SILVA, Josemário Martins da; MARQUES, Juracy; FREITAS, Sergio. Queimadas e Incêndios na Bahia e no Brasil do Ponto de Vista da Legislação Ambiental. *In:* MARQUES, Juracy; MAIA, Ícaro; NEGREIROS, Gustavo. (Org.). O Fogo do Fogo: Ecologia e Política das Queimadas nas Serras do Sertão. Paulo Afonso/BA: SABEH, 2024. p. 154-173.

SILVA, Maria Aparecida de Jesus; MONTALVÃO, Pablo Henrique da Silva. O conflito agrário-mineral no território das comunidades quilombolas em nordestina, Bahia. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 336-375.

SIQUEIRA, José Alve de; LIRA, Mariana Macário. Conservação das Serras da Jacobina: O Encontro das flores do Brasil *In:* MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.). Ecocídio das Serras do Sertão. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 408-461.

SIQUEIRA, José Alves de; LIRA, Mariana Macário; CAMPELO, Maria J. de A. Eólicas e biodiversidade no Boqueirão da Onça: uma combinação possível. *In*: MARQUES, Juracy; BARRETO, Andreza; BARRERO, Flávio. M. C.; MAIA, Ícaro. (Org.). O Cárcere dos Ventos: Destruição das Serras pelos Complexos Eólicos. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p 196-219.

SOUZA, Michelle. De Campo Formoso a Pastos Minerários. *In:* MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs.). Amputações das Montanhas do Sertão: Ecocídio e Mineração na Bahia. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. P. 216-281.

TOZI, Shirley Capela. Conflitos socioambientais em torno dos recursos hídricos, na cidade de Belém, no Estado do Pará (Brasil). AGUA Y TERRITORIO/WATER AND LANDSCAP, nº. 15, p. 73-78, enero-junio, 2020. Disponível em: https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atma/article/view/4926

VOLOCHÍNOV, V. N. (BAKHTIN, M.). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

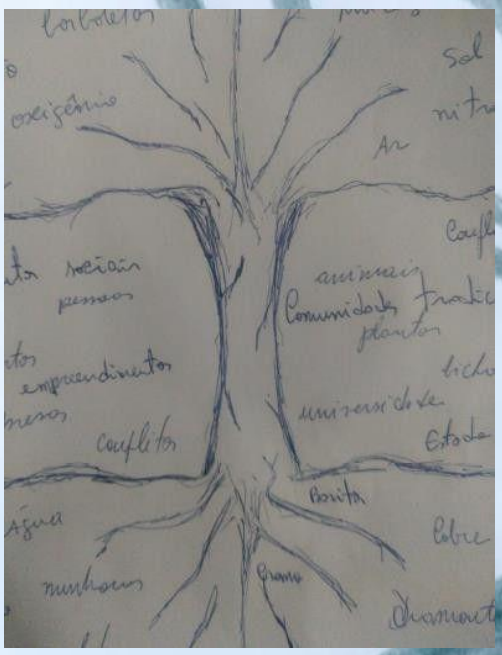
WODAK, Rute. A política do medo. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

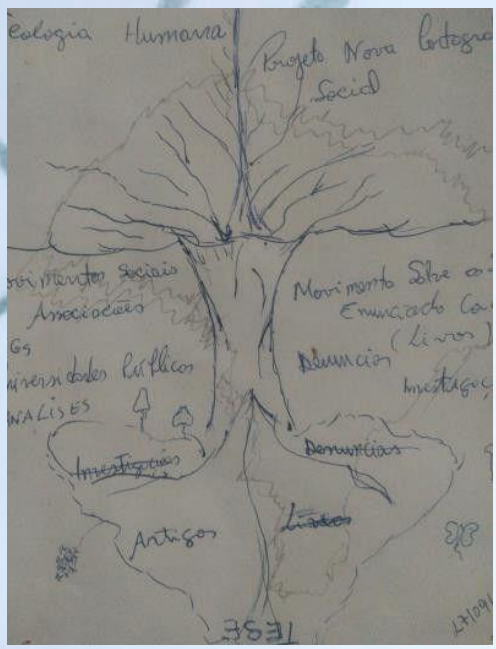
YAGUELLO. Mariana. Prefácil. *In:* VOLOCHÍNOV, V. N. (BAKHTIN, M.). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

Sessão V
Por derradeiro

APÊNDICES

Cartografias Metais









ANEXOS

Portaria de afastamento para participação em Programa de Pós-graduação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria

Portaria de Pessoal 133/2022 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 10 de fevereiro de 2022

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso das suas atribuições delegadas pelo Decreto de 26/04/2018, publicado no DOU de 26/04/2018, Seção 2, página 01, e de acordo com as disposições contidas na Lei nº 11.892, de 29/12/2008, e na Lei nº 8.112/1990, **CONSIDERANDO:**

- O teor do Processo 23083.202829.2021-77, de 09 de fevereiro de 2022;

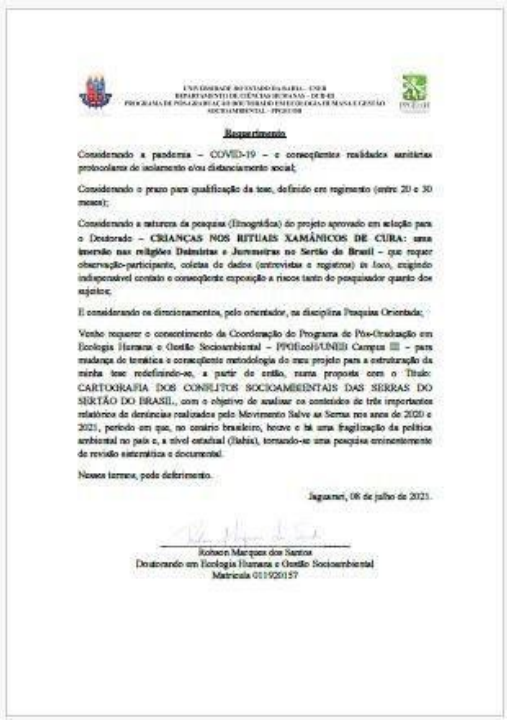
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do Servidor Robson Marques dos Santos, ocupante do cargo de Assistente de Alunos, matrícula SIAPE nº 1974682, lotado no Campus Senhor do Bonfim, para participação em Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - Doutorado, pela Universidade Estadual da Bahia, Juazeiro – BA, nos termos da Lei nº 8.112/90, artigo 96-A (Processo 23083.202829.2021-77).

Art. 2º O presente afastamento vigorará de 21/06/2021 até 20/06/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Requerimento para mudança de projeto



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH-III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOUTORADO EM ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - PPGEcoH

Requerimento

Considerando a pandemia – COVID-19 – e conseqüentes realidades sanitárias protocolares de isolamento e/ou distanciamento social;

Considerando o prazo para qualificação da tese, definido em regimento (entre 20 e 30 meses);

Considerando a natureza da pesquisa (Etnográfica) do projeto aprovado em seleção para o Doutorado – **CRIANÇAS NOS RITUAIS XAMÂNICOS DE CURA: uma imersão nas religiões Daimistas e Juremeiras no Sertão do Brasil** – que requer observação-participante, coletas de dados (entrevistas e registros) *in loco*, exigindo indispensável contato e conseqüente exposição a riscos tanto do pesquisador quanto dos sujeitos;

E considerando os direcionamentos, pelo orientador, na disciplina Pesquisa Orientada;

Venho requerer o consentimento da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoH/UNEB Campus III – para mudança de temática e conseqüente metodologia do meu projeto para a estruturação da minha tese redefinindo-se, a partir de então, nesta proposta com o Título: CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS SERRAS DO SERTÃO DO BRASIL, com o objetivo de analisar os conteúdos de três importantes relatórias de denúncias realizadas pelo Movimento Salve as Serras nos anos de 2020 e 2021, período em que, no cenário brasileiro, houve e há uma fragilização da política ambiental no país e, a nível estadual (Bahia), tornando-se uma pesquisa eminentemente de revisão sistemática e documental.

Nestes termos, pede deferimento.

Juazeiro, 08 de julho de 2021.

Robson Marques dos Santos
Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental
Matrícula 0119201157

Solicitação de coorientação



UNEB

Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE COORIENTAÇÃO

À Coordenação do Colegiado do PPGEcoH;

Eu, Jurac'y Marques dos Santos, professor credenciado ao PPGEcoH, venho solicitar inclusão de coorientação

Nome do discente: Robson Marques dos Santos

Coorientador proposto: José Rafaniés Benevides de Melo CPF: 826.864.165-72

Produção do(a) coorientador (a) nos últimos quatro anos:

Qualis (área de Biodiversidade)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
A1				
A2				
B1				
B2				
B3				
B4				

Justificativa: Considerando as contribuições que serão possibilitadas pelos conhecimentos e habilidades do professor requerido, julga-se pertinente sua inclusão ao projeto enquanto coorientador para o desenvolvimento da pesquisa e efetivação da tese.

Data: 24/04/2021

Assinatura do orientador(a)

Obs.: Favor formar processo na setor de protocolo do DTCS/UNEB dirigida à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais.

Portaria de prorrogação do afastamento



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria

Portaria de Pessoal 901/2023 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 29 de agosto de 2023

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso das suas atribuições delegadas pelo Decreto de 26/04/2022, publicado no DOU de 27/04/2022, Seção 2, página 1, e de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e na Lei nº 11.892, de 29/12/2008, **CONSIDERANDO:**

- o teor do Processo nº 23333.252917.2023-26, de 28 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do afastamento do servidor ROBSON MARQUES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assistente de Alunos, Matrícula SIAPE nº 1974682, lotado no Campus Senhor do Bonfim, para participação em Programa de Doutorado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, pela Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro/BA, nos termos da Lei nº 8.112/90, artigo 96-A.

Art. 2º O presente afastamento vigorará de 13/09/2023 até 13/03/2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.